

REVISTA DO
INSTITUTO
ARQUEOLÓGICO,
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO
PERNAMBUCANO

VOL. LIV

RECIFE - 1981

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

P 226





REVISTA DO
INSTITUTO ARQUEOLÓGICO,
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
PERNAMBUCANO

VOL. LIV

RECIFE - 1981

PUBLICAÇÃO REALIZADA SOB OS AUSPÍ-
CIOS DE:

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NAC. DE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Ministro Rubem Ludwig

FUNDO NAC. DE DES. DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA — MEC

Professora Ecilda Ramos de Souza

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS — MEC

Prof. Aloisio Magalhães

DIRETORIA DO INSTITUTO
ARQUEOLÓGICO

EM 1981

Presidente	— Prof. José Antônio Gonsalves de Mello
Vice-Presidente	— Dr. Salomão da Silva Carneiro
1º. Secretário	— Dr. Pedro Alves Camêlo
2º. Secretário	— Prof. José Aragão Bezerra Cavalcanti
Tesoureiro	— Dr. Gutemberg de Arruda Peixoto
Bibliotecária	— Profa. Fernanda Ivo Neves

COMISSÕES:

da Revista e Estatutos: Drs. Pedro Alves Camêlo, Salomão da Silva Carneiro e Fernando da Cruz Gouvêa

de História e Geografia: Prof. Nilo Pereira, Prof. Gláucio Veiga e Prof. Roberto Pereira

de Arqueologia: Dr. Ulysses Pernambucano de Mello, neto, Prof. José Luiz da Mota Menezes e Prof. Reinaldo Carneiro Leão

de Contas: Dr. Aloísio de Melo Xavier, Sr. Fernando Pio e Prof. José Luiz Marques Delgado.

Nota. o Secretário Perpétuo, Dr. Olympio Costa Júnior, está licenciado.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHYSICS DEPARTMENT

PHYSICS 311

PROBLEM SET 10

Due: Friday, November 12, 1993

1. A particle of mass m moves in a circular path of radius r with constant speed v . Find the magnitude of the average force exerted on the particle during one complete revolution.

2. A particle of mass m moves in a circular path of radius r with constant speed v . Find the magnitude of the average force exerted on the particle during one complete revolution.

3. A particle of mass m moves in a circular path of radius r with constant speed v . Find the magnitude of the average force exerted on the particle during one complete revolution.

4. A particle of mass m moves in a circular path of radius r with constant speed v . Find the magnitude of the average force exerted on the particle during one complete revolution.

5. A particle of mass m moves in a circular path of radius r with constant speed v . Find the magnitude of the average force exerted on the particle during one complete revolution.

S U M Á R I O

A Finta para o Casamento da Rainha da Grã-Bretanha e Paz da Holanda (1664-1666) — José Antonio Gonsalves de Mello	9
A Transferência da Faculdade de Direito de Olinda para o Recife — Gláucio Veiga	63
Algumas Notas a Respeito da Viagem do Imperador Dom Pedro II a Pernambuco em 1859 — José Luiz Mota Menezes	89
Plantas e Mapas da Extinta Repartição de Obras Públicas Provinciais — Petrônio de Barros Mesquita	115
Maurício de Nassau em Pernambuco: Correspondência com os Estados Gerais (1633-1644) — Fernando da Cruz Gouvêa	207
Índice da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (1954-1979) — Fernanda Ivo Neves	269

REVISTA
DO
Instituto Arqueológico, Histórico e
Geográfico Pernambucano

VOL. LIV — ANO DE 1981

A Finta para o Casamento da Rainha da
Grã-Bretanha e Paz da Holanda (1664-1666)

José Antonio Gonsalves de Mello

Em 23 de junho de 1661 foi assinado o tratado de casamento de Carlos II da Inglaterra e da Infanta D. Catarina de Bragança; entre as cláusulas do tratado dispunha-se que a Inglaterra serviria de mediadora entre Portugal e os Países Baixos, para alcançar a paz entre as duas nações, em guerra desde a perda do Nordeste brasileiro em 27 de janeiro de 1654. Essa mediação foi decisiva, e em 6 de agosto daquele mesmo ano foi assinado o tratado de paz em Haia.

Portugal comprometia-se, porém, por esses dois tratados, entre outras condições que não nos interessam agora, a conceder um dote à Infanta no valor de dois milhões de cruzados; e a pagar aos Países Baixos, a título de indenização pelas perdas no Brasil, de quatro milhões de cruzados, em dezesseis anos, à razão de 250.000 cruzados por ano, em dinheiro, açúcar, sal ou tabaco.

Coube ao Brasil contribuir para o pagamento dessas quantias: para o "casamento (ou, para os chapins, como também se dizia) da Rainha da Grã-Bretanha e para a paz de Holanda". Para a cobrança do que foi distribuído a cada Capitania do Brasil (coube à Bahia 80.000 cruzados anuais, a Pernambuco 25.000 cruzados, etc.) determinou-se a fixação de certa quantia pelos bens, rendas, salários e mercadorias que entrassem no país e fossem vendidas aos moradores. (1) Em Pernambuco, a exposição feita pela Câmara de Olinda em carta ao Rei, datada do Recife 1º de agosto de 1664, publicada abaixo,

(1) **Documentos Históricos** da Biblioteca Nacional, vol. 4 (Rio 1928) pp. 125/130, "Regimento para se usar no lançamento do donativo do dote da Senhora Rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda", 1663.

registra os tributos que oneravam os gêneros de importação e os produzidos na terra. Esse modo de cobrança foi depois modificado para um sistema de capitação, ou, mais exatamente para uma taxa por casa ou "fogo": atribuía-se certa renda ao chefe da família e casa e cobrava-se-lhe determinada importância. A esse sistema chamou-se "a finta". Antônio de Moraes Silva define assim o vocábulo: "tributo pago do rendimento da fazenda de cada súdito".

Coube a pessoas designadas pela Câmara de Olinda atribuir o montante da finta a cada súdito em condição de pagar. De 1664 está datado o primeiro rol da finta de parte do termo ou jurisdição da referida Câmara que se conservou; abrange os moradores da Vila de Olinda (as freguesias da Sé e de São Pedro), Paratibe e praias do norte, Salinas, Beberibe e de parte da Várzea do Capibaribe, com seus engenhos e pequenos povoados rurais e litorâneos. O Recife não está incluído. De 1665 há rol semelhante, no qual estão indicados os contribuintes que pagaram ou deixaram de fazê-lo. Um outro de 1666 refere-se apenas aos moradores da Várzea.

Esses róis são interessantes por vários motivos. Primeiro, porque fornecem listas de nomes de moradores, alguns dos quais estrangeiros, dos que se deixaram ficar após a rendição da Campina do Taborda, ou dos que para cá vieram depois da permissão de comércio com nações amigas. Para citar apenas alguns casos: na Vila de Olinda está Diogo Lopes, mestre de latim, que é seguramente o Diogo Lopes de Santiago autor da *História da Guerra de Pernambuco*; o Dr. Bernardino Pessoa, médico do partido da Câmara; o Capitão engenheiro Cristóvão Álvares; João Voltrim, o Jean Vaultrin, um dos que ficou após 1654 e deu origem ao topônimo Bultrim; Gerardo de Beda será Alberto Geraldo Veda, de seu nome holandês Albert Gerritsz Wedda; Thomas Kemp, comerciante inglês e correspondente em Pernambuco de outros comerciantes seus conterrâneos, etc.

Em segundo, porque indica grande número de profissões urbanas, de interesse para a história econômica e social e das artes em Pernambuco: ourives, marceneiros (entre eles um estrangeiro, Lambel Lamberque), pedreiros, carpinteiros, etc., mas apenas um ou outro mercador (a maioria destes estaria no Recife).

Ainda quanto às profissões, notam-se grupos de pescadores livres vivendo em pequenas comunidades do litoral norte de Olinda: Pau Amarelo e Rio Tapado, em especial. Forma-

riam as primeiras "colônias" de pesca, além dos pescadores como o da praia da Piedade (cujo proprietário, Antônio Gomes Salgueiro, levantou a capela dessa invocação) e o de Maracaipe, que teve proprietário holandês, Johan Heck, que se deixou ficar. Ou áreas de agricultura de subsistência, em geral roças de mandioca, em Paratibe.

É alto o valor das contribuições da finta pagas por mestres de açúcar, banqueiros e purgadores de açúcar, o que faz dessas profissões uma categoria econômica importante, os quais às vezes se equiparam, quando não sobrelevam, em valor de contribuição a muitos lavradores de canaviais.

Interessante é o grande número de "fogos" que têm por cabeça mulheres pardas forras, "vivendo sobre si", para usar expressão da época. Esse número revela que a alforria (pelas suas várias modalidades) não era ideal atingível apenas por uns poucos escravos; pelo contrário, não estava fora do alcance de número elevado deles, sobretudo delas, como indicam Stuart Schwartz e Katia M. de Queiros Mattoso. (2)

A documentação aqui publicada faz parte do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Pernambuco, papéis avulsos. caixa 5 (número vigente ao tempo da pesquisa ali realizada).

"1664

As fazendas do Governador João Fernandes Vieira,
Gegoaribe, Marangoapes, Salinas, fornos de
cal tudo em 50\$

PARATIVE

O Capitão Bertholameu Leitão de Albuquerque	1\$
Pedro da Costa Brandão	\$600
Henrique Mendes de Souza	\$500
Domingos Vieira	2\$
Antonio Soares de Araújo	\$800
Manoel Velho Ferreira	\$700
Antonio de Araújo	1\$
Manoel Correa	\$480
Dionizio de Britto de Faria	\$320
Manoel Coelho	\$200
Mathias Coelho	\$640

(2) Stuart Schwartz, "The Manumission of Slaves in Colonial Brazil: Bahia, 1684-1745", *Hispanic American Historical Review* vol. 54 (1974) pp. 603/635; Katia M. de Queiros Mattoso, *Être Esclave au Brésil XVIIe-XIXe siècle* (Paris 1979).

Antonio Coelho de Menezes	2\$
Maria Lucas dona veuva	\$800
Francisco Pires	\$200
Antonio da Serra	\$600
Christóvão Pereira	\$200
Gonçalo Francisco	\$200
Catherina Lopes Franca	\$600
Briatis Gomes de Abreu dona veuva	\$240
O sargento André de Oliveira	1\$200
Arnau Girardo	1\$200
Fruitozo Pereira	1\$
O Alferes Manoel Pinho	\$640
O Capitão Gregório de Caldas	3\$
O Capitão Lourenço Armão das suas rossas	2\$
Manoel Duarte das suas rossas	2\$
O Capitão Antonio Pinheiro das suas rossas	4\$
Briatis da Guerra viúva	\$320
Gaspar Roiz macabello	\$320
Serafina de Freitas dona viúva	\$320
Manoel Pereira Corte Real	\$640
Domingos de Souza	\$960
Antonio Velor	\$200
Brizida Mendes dona viúva	\$400
Manoel Antunes Taborda	2\$
Manoel Fernandes Covas	\$320
Pedro de Freitas	1\$
Dona Isabel Soares viúva	2\$
Dona Ana de Melo viúva	2\$
Luiz Ferreira das suas rossas	1\$200
Ambrózio Teixeira	\$400

 90\$200

PERATIVE DE BAXO

Antonio de Abreu Magalhães	1\$600
Miguel de Abreu Soares seu genro	1\$600
O Capitão Rafael Pires	\$200
Jasinto Pereira	\$200
George de Almeida	\$320
Maria Saraiva	\$320
O Aíferes Pedro Bermudes de Versoza	\$320
Lionardo de Moura	\$200
Maria de Faria	\$400

Joam Gonçalves	\$640
Manoel Rois	\$240
Mathias Gomes de Abreu	5\$
Faustino Gomes seu filho	1\$600
Antonia de Linhares	\$400
Domingas de Barros	\$200
Angello da Rocha	\$640
Joam Carneiro	\$480
Diogo Homem Pires	\$320
Antonio de Faria	\$200
Manoel de Mello	\$500
Bento de Mello seu filho	\$240
Joam Roiz de Figueiredo	\$500
Domingos de Figueiredo seu filho	\$320
Jassinto Roiz	\$320
Pantalião Roiz	\$960
Sebastião Vas	\$320
Antonio Netto	\$640
Sebastião de Torres	\$240
Francisco Roiz	\$240
Francisco Fernandes de Abreu	1\$280
Joam de Souza	\$200
Joam Paes	\$320
Joam de Britto	\$200
Guiomar Gomes	1\$500
Paulo de Castro	1\$
Domingos da Costa	\$200
Domingos de Oliveira o velho	\$400
Domingos de Oliveira seu filho	\$200
Ana de Freitas viúva	\$300
Felesiano Gomes	\$200
O Sargento Antonio Gonçalves	\$200
Antonio Dias Lião das suas rossas	\$500
	<hr/>
	25\$660

PAU-AMARELO E PRAIA

Bento Figueira Pinto e sua mãe	\$800
Francisca Thomas	1\$
Afonço Guedes Alcaforado	\$400
Joam Guedes Alcaforado	\$300
O Alferes Francisco Ferreira	\$320
Joam Luis	\$400

Balthazar de Linhares pescador	\$400
Sebastião Gomes pescador	\$400
Domingos Fernandes pescador	\$300
Joam Velho seu sobrinho pescador	\$400
Catherina Lopes sua may	\$400
Huma molher parda curadeira que está em sua caza	\$400
Cosmo Gomes pescador	\$320
O Cappitão Romão Leitão da Silva	4\$
Seu genro	\$640
Domingos Leitão	\$600
Antonio de Oliveira	\$320
O Cappitão Simão Furtado	2\$
Joam Esteves	\$200
Manoel Fernandes solteiro	1\$
Jheronimo Furtado araes	\$320
Luis da Silva	\$200
Sua Mai Felipa Monteiro	\$200
Paulo de Lis solteiro	\$500
Serafina da Gama viúva	\$500
Madanela Furtada	3\$
O Alferes Lázaro da Cunha	1\$
Francisco Teixeira	1\$
O Cunha pescador forro	\$200
Antonio crioulo forro	\$220
Domingos Martins pescador	\$320
Gonçalo Fernandes pescador	\$320
Paula Martins forra	\$200
Christina Roiz forra	\$200
Vitoria forra	\$300
	<hr/>
	23\$180

PASAGE DE MARIA FARINHA

Joam Pessoa Baracho	4\$
O Cappitão Joam Furtado	4\$
Luis Gonçalves assistente em sua caza	\$200
Costantino Joam	\$200
Joam Freire forro	\$320
Joam Velozo pescador	\$320
	<hr/>
	9\$040

MARANGOAPES

O Cappitão Bertholameu de Vasconcellos	5\$
Domingos Pacheco	\$320
Francisco de Freitas Guimarães	4\$
George da Franca	\$320
Antonio Godinho	1\$
Manoel Correa Malvão	\$200
Matheus da Costa	\$200
	<hr/>
	11\$040

RIO DOÇE

O Cappitão Domingos da Rocha Rangel	4\$
O Sargento Bento de Abreu	\$500
Antonio Martins solteiro	2\$500
Gregório da Rocha pescador	\$420
Pedro forro pescador	\$420
Manuel Fernandes pescador	\$800
Domingos Roiz Carvalho pescador	\$400
Vasco Fernandes pescador	\$400
Sebastião Pimenta pescador	\$400
Domingos George pescador	\$400
Manoel Correia pescador	\$400
Thome Ribeiro pescador	\$400
Francisco dos Santos pescador	\$400
Francisco dos Santos pescador [2a vez?]	\$400
Domingos Pereira pescador	\$400
Joam Barboza	\$400
Maria Barreto forra	\$200
Sizilia forra	\$400
Outra Sizilia forra	\$400
Lucrezia da Rocha forra	\$300
Lucrezia Correa	\$300
Branca Ferreira forra	\$200
Carlos Pinto	1\$
O Cappitão Gaspar Soares	4\$
Thomé Delgado	1\$
Antonio de Lima	1\$
Domingos Roiz	\$800
	<hr/>
	22\$240

RIO TAPADO

Margarida Soares viúva	1\$200
O Cappitão Antonio da Rocha Dama	4\$
O Alferes Fernam Joam	1\$500
Domingas Sobrinha viúva	1\$500
Maria Franca forra	\$200
Manoel da Rocha Vilaça	8\$

 16\$400

VILLA

Manoel Thomé pedreiro	\$500
Joana Francisca mulher solteira	\$200
Ines Fernandes viúva	\$200
O Alferes Aires Furtado de Mendonça	1\$
Dona Ana Coutinho mulher que ficou do Cappitão Manoel de Barros	2\$
Joam Carneiro seu feitor	\$320
Diogo de Seixas	\$320
Mathias Tavares seu genro	\$640
Felipe de Sequeira e Francisco Delgado	\$500
Afonço Varella	\$320
Maria Gonçalves	\$320
Antonio Ferreira de Lemos	\$800
O Cappitão Pedro Cavalcanti de Albuquerque	2\$
Luzia Roiz mulher parda	\$500
Bernardo de Figueiroa Oficial de asuquere	\$500
José Carneiro e Joam Babintão	\$400
Manoel Roiz filho de Antonio Roiz Filgueira	1\$500
Diogo Velho	\$320
Antonio de Gouvea	\$320
Joam Voltrim de seu curral e rossas	1\$500
Isabel Soares viúva em Bastião Lopes	\$400
Maria Alvres viúva	\$500
Francisco Álvares Pereira	1\$
Joam Barboza Correa	1\$
Gaspar dos Santos	\$500
O Alferes Francisco Cardozo	1\$
Francisco Pereira Fragozo	3\$
Diogo Lopes Mestre de latim	\$500
Domingos Ramos Denis	6\$
Romão Leitão de Albuquerque seu genro	2\$

Girardo de Beda	1\$
Antonio Martins oleiro	\$600
Joam Thomé	\$200
Sebastiana crioula forra	\$200
Bernardino Pessoa	1\$
As filhas de Maria dos Reis	\$320
Maria Camella viúva	\$500
Jheronimo da Foncequa oficial de asuquere	\$640
Felisia Jácome	\$320
Silvestre Graças	\$800
Isabel da Costa viúva	1\$
Antonio de Souza carpinteiro	\$800
Joam Dias Inação	\$640
Marcos Correa silgueiro	\$300
Angela de Souza	1\$500
Manoel Ferreira	\$640
Manoel Vas ferreiro	\$640
O Cappitão Antonio Barbalho	\$500
O Cappitão Manoel Barbalho	2\$
Gonçalo Ferreira na bica	\$320
Cosma Henriques mossa parda	\$320
Maria de Araújo forra	\$320
Joam Marinho	\$500
Manoel Gonçalves Oliveira	\$640
Francisco da Neiva horives	\$400
Marta de Paiva	\$800
Joam da Cunha e seu irmão	\$640
O Cappitão Domingos Dias Timbó	2\$
Isabel de Tovar viúva	\$640
George Mourão	1\$
Francisco Frazão	\$500
Ana Maria	\$500
Antonio Mendes	\$640
Diogo Fernandes Madeira	\$500
Domingos Gonçalves na orta	\$400
Isabel Soares forra	\$640
Domingos Lopes alfaiate	\$320
Gaspar Gonçalves Moreira	\$260
Catherina de Sene	\$400
Joam Luis sapateiro	\$540
Domingos Gomes	\$640
Madanella Soares molher parda	\$640
Honorato Botim	\$800

Izabel da Rocha	\$320
Maria das Neves mulher parda	\$200
Francisco Lopes da Costa	1\$
Francisco Pereira do Lago	\$640
Guiomar crioula	\$200
Maria de Jhus	\$200
Manoel Esteves	\$200
Ana da Silva	\$200
Joam Gomes sapateiro	\$200
Domingos Henriques carapina	\$640
Lourenço de Souza e seu filho	\$500
Joam Ferreira Quintal pedreiro	\$500
Bento da Costa	\$640
Joam do Vale araes	\$400
Manoel Domingues pedreiro	\$500
Antonio da Foncequa carpinteiro	\$500
Bertholameu Duarte carpinteiro	1\$200
Luis Gomes e Matheus Gomes passamaneiros	\$400
Antonio Ferreira ferreiro	\$640
Gaspar de Souza	1\$
Manoel Marques	1\$
Manoel Pereira Soares	\$640
Domingos Roiz curtidor	\$320
Gaspar Calheiros	\$500
Francisco Gomes	\$500
Domingos Coelho	\$640
Manoel Tavares	\$400
Lambel Lamberque marxineiro	\$640
O Capitão Domingos Antunes	2\$
George da Silva	\$500
Manoel Pinto Cardozo	\$800
Joam Cordeiro de Mendanha	1\$200
Joana Soeira viúva	\$320
Joam Álvares Carneiro	\$400
Pedro da Cunha alfaiate	\$400
Bento Carneiro de Couros carapina	\$800
Manoel Coelho seu primo	\$480
Antonia Dama forra	\$200
Joam Dias Cabo Verde, carreiro	\$200
Sara Leitoa forra	\$200
Dona Maria viúva	\$320
Francisco Carvalho Rofino	1\$
Salvador de Meireles	\$500

Maria da Conceição mossa parda	\$320
Joana de Brito	\$220
Inês de Britto	\$320
O Cappitão engenheiro Christóvão Alvares	2\$
Bertolameu de Campos seu genro	\$500
André Fernandes ferreiro	1\$500
Antonia Pinheiro viúva	\$500
Henrique da Foncequa Pina	1\$
Maria Harnau	\$320
Lianor Roiz viúva	\$500
Luzia Nunes viúva	\$640
Joana Lourença	\$400
O Cappitão Luis da Costa Sepulvedo	1\$
Joam Alvres Tavares	\$500
Maria Roiz	\$800
Manoel Roiz de Albuquerque	\$400
Pedro Bermudes Santiço	2\$
Diogo Pereira Sono	8\$
Guilherme flamengo seu vezinho	\$640
Jozep da Silva	\$400
Bento Leitão	\$320
O Alferes Roque da Silva	\$500
Antonio Fernandes carapina na Rua do Amparo	\$640
Manoel da Silva pescador	\$400
Joam Alvares carapina na Rua do Rocha	\$400
O Cappitão do Campo Lourenço Vas	\$400
O Ajudante Antonio Pinheiro	\$500
Inácio de Crasto	\$320
Duarte de Souza	\$640
Dominas [sic] Francisca viúva	\$640
O Licenciado Joam Maximo	2\$
Luis da Costa oleiro	\$500
Antonio de Souza carapina solteiro	\$400
Maria Roiz na Rua do Amparo	\$600

SANTO AMARO

O Sargento Manoel Batalha	\$320
Izabel Soeira viúva	\$640
Luis da Costa oleiro	\$500
Antonio de Souza carapina solteiro	\$400
Maria Roiz na Rua do Amparo	\$600

SANTO AMARO

SÃO PEDRO

Manuel da Silva Pinto	2\$
Izabel Alvares forra	\$200
Domingos Roiz Travassos	\$640
Joam Gonçalves Bembo	1\$
Maria Monteiro	1\$500
O Cappitão Jheronimo da Cunha do Amaral	\$500
O Cappitão Francisco Fernandes Furna	10\$
Paulo de Tovar	\$640
Izabel Pereira viúva	\$500
A velha dos alhos	\$200
Josephe Tavares de Vasconcelos	4\$
Manuel Dias Soares	\$320
O Alferes Diogo Alvares	\$200
Domingos Vas pedreiro	\$500
Maria Gonçalves parda	\$200
Izabel de Azevedo parda	\$200
Maria da Silva	\$200
Domingos Afonço carapina	\$640
Suzana Cardoza	\$640
Antonio Carneiro Rios	1\$
Manoel Bauptista e sua filha	\$500
Manuel Ferreira	\$200
Domingos Gonçalves	\$640
Antonio Gonçalves carapina	\$640
Antonio Carvalho horives	\$640
Maria Lopes preta	\$200
Luiza de Aguiar viúva	\$500
Catherina da Costa viúva	\$320
Ilena do Couto	\$200
Maria Pinta parda	\$200
Manoel Dias pedreiro	1\$
O Sargento Pascoal Roiz	\$200
Ilena de Souza parda	\$200
Gabriel Leitão	\$200
Manoel de Torres	\$640
Francisco Leitão	2\$
Fernando Alvares	\$320
Margarida Alvares forra	\$200
O Doutor Manoel Barboza da Silva	4\$
Maria Gonçalves parda	\$200
Manoel Ribeiro Teves	\$200

Felipa de Azevedo forra	\$200
Simão Lourenço forro	\$200
Ana Guomes	\$200
Izabel Guomes forra	\$200
Pedro de Matos	\$400
Domingos de Mendonça	3\$
Domingas Neta	\$200
Maria Velha	\$400
Mathias de Souza	\$320
Manoel Ferreira de Carvalho	3\$
Jozepe Ferreira de Carvalho	\$500
O velho terceiro que fas as fundas	\$500
O Cappitão Mor Jheronimo de Albuquerque	\$400
Dionizio Velho horives	1\$
Pedro Marques	\$800
Domingos Gonçalves	\$640
Domingos Pires	\$640
Joam de Oliveira marxineiro	\$500
Maria Viegas viúva	\$500
André da Crus	\$500
Simão Pita de Melo	\$500
Domingos Carvalho	\$800
Dona Maria Perola	1\$
Thomas Fernandes	1\$
Simão Pinto sapateiro	\$640
Ana Pereira	\$400
Breatis Moreira	\$200
Dona Cosma	\$800
Maria Alvares forra	\$200
Paulo Gomes de Lima	\$200
Joam Esteves pedreiro	\$500
Florença da Costa viúva	\$400
Belchior Martins	\$640
Maria Henriques	\$500
Jozepe de Crasto	\$400
Gonçalo Pereira de Santa	2¢
Antonio Teixeira Peixoto	\$500
Antonio Coelho da Silva	\$200
Margarida Correa	\$200
Domingos Chaves	\$400
Maria Barboza da Silva dona viúva	2\$
O Cappitão Bras Barbalho Feio	1\$
Thomas Quemque	1\$

Pedro Gaspar sapateiro	\$500
Lourenço Gomes barbeiro	\$500
Maria Vidal	\$640
Sebastião de Torres	\$200
Manoel de Barros Rego	\$500
Matilhas de Araújo	\$500
Jozephe da Mota	1\$
Izabel de Bitancor	\$320
Costanço Soares	\$200
Manoel Soares	\$400
Joana Roiz	2\$
O Licenciado Domingos de Chaves	\$800
Izabel Gomes Catanha	\$640
Antonio Roiz preto	\$640
Francisco Neto sapateiro	1\$
Maria de Molina	1\$
Luzia Carneira	1\$
Maria Fernandes	\$200
Joam de Maris	1\$
Sebastião Falcão Soares	\$600
Costantino Gouvea [?]	\$500
O licenciado Pedro Monteiro de Queiros	2\$
Jozephe Roiz	\$640
Gaspar Fernandes sapateiro	\$640
Lourenço Guterres	1\$500
O Alferes Felipe da Silva	1\$
Antonio Guomes	1\$200
Antonio Álvares carapina	\$400
Manoel da Rocha carapina	\$400
Joam Guedes carapina	\$400
Joze da Foncequa pedreiro	\$400
Gonçalo da Foncequa pedreiro	\$400
Paulo de Lima pedreiro	\$500
Domingos Gonçalves solteiro oficial de pedreiro	\$400
Gonçalo Pinto pedreiro	\$400

 92\$280

BEBERIBE

Joam Nunes de Freitas	2\$
Catherina de Lira sogra do ditto	2\$
Antonio Dias	1\$500

Fernando Coutinho de Azevedo	1\$500
Lázaro de Barros Rego	1\$500
Antonia de Azevedo viúva	\$640
Gaspar Lins da Silva	1\$500
Manoel Carvalho	\$900
Joze Roiz das suas rossas	\$500
Violante de Pina	\$900
Pascoal da Costa Calheiros	\$600
Manoel Soares	2\$
Jaques Pires	\$400
Manuel Roiz Faleiro	\$740
Maria Pacheca	\$320
Gaspar de Souza dos Reis	1\$500
Antonio Francisco Orris	2\$
Pedro de Chaves	1\$600
Luis Gomes de Goes	1\$280
Joze de Navaes	\$200
Manuel de Araújo Frazão	1\$
Gonçalo Gomes da Mota	\$320
Gaspar Fernandes Madeira	8\$
Miguel Ferreira Monis	1\$500
Francisco Cazado	2\$500
	<hr/>
	36\$900

SALINAS

Luzia Martins	\$500
Manoel Gonçalves	\$500
Joze Carvalho	1\$
Fernando Velho de Araújo	\$320
Catherina Carvalha	\$200
Joam Doirado	1\$500
Eugênio Pinto	\$420
Manuel Pereira	\$500
Felipa de Freitas	\$320
Manoel Fernandes	\$320
Amador Fernandes carapina	\$500
Pedro Lopes	1\$
Pedro Mendes	\$640
Maria Dias	\$200
Joam de Lussena	\$320
O Cappitão Antonio da Silva	1\$500

Domingos Farto	\$320
Jheronimo Mendes da Pax	1\$
Guimar de Souza viúva	1\$
Fernam da Pax	\$320
Izabel Pereira viúva	2\$
Maria de Matos viúva	\$640
Manuel Cardozo	\$640
Joam da Silva	\$500
Francisco Gonçalves Riquião	1\$
Miguel Gonçalves	\$320
Domingos Gomes	\$320
Joam Gonçalves	\$500
O Licenciado Antonio Monteiro	\$220
Lianor Peres viúva	\$320
Felisiano de Araújo de Azevedo	2\$
Pedro de Arantes	1\$
O Santiago	\$320
Alvaro de Luna	\$500
Clara de Oliveira viúva	\$800
Martim Gonçalves	\$500
Antonio de Miranda	1\$500
O Alpoim	\$200
O Maçiel	\$200
Manoel Lopes Pacheco	\$500
Joam Ferreira	\$800
Ilena Soares de Almeida viúva	\$640
Margarida Lopes	\$200
Antonio Gomes	\$500
Manoel Gomes	\$200
Henrique Pereira	1\$
Francisco de Caldas	\$800
Dona Maria de Angola	1\$
Joam Ribeyro	\$500
Visente Álvares	1\$
Antonio Fernandes	\$320
Joam Roiz	2\$
Diogo Nobre	\$320
Henrique Mendes	\$320
O Figueroa	1\$
Sebastião Gonçalves de Sá	6\$
Francisco Lopes	\$500
Pedro de Valdeves	1\$500
Joam Luis	\$320

Madanela Batalha	\$200
Domingos de Sobrar	\$320
Ana Gonçalves	8\$
O salineiro das salinas	\$320
Manoel da Silva tanoeiro	1\$
Manuel de Goes	\$500
Antonio Pereira de Alvarenga	\$500
Domingos Nunes	1\$
Dona Alcamgela da Silveira	4\$
	<hr/>
	61\$120

CASA FORTE do Engenho do

Thenente Antonio de Freitas da Silva	30\$
O Alferes Fernam Mendes de Crasto	2\$
Joam de Crasto	\$500
Pedro Camelo	4\$
O Sargento maior Manoel de Azevedo Correa	8\$
Francisco Coelho	5\$
O Alferes Manoel Carreira	2\$
Joam de Andrade	1\$500
O caixeiro do Engenho	\$500
O feitor do Engenho	\$500
O holeiro da fazenda	1\$500
O caldeireiro da fazenda	1\$
Antonio Luis Macho	\$500
O banqueiro da dita fazenda	\$500
O mestre de asuquere Amador André	2\$
O Sargento Manoel Franco	\$500
O Alferes Antonio Gonçalves	1\$
Apelonia Mança	\$500
Domingos de Souza	\$500
Antonio Coelho	\$800
Antonio Coelho de Souza	\$400
Belchior Pereira Leitão	\$300
	<hr/>
	63\$500

FAZENDA DE S. PANTALIÃO

Maria Pessoa dona viúva	15\$
O Cappitão Joan Pessoa Bezerra	15\$

O Cappitão Miguel Bezerra Monteiro	6\$
Joam Ribeiro	2\$
Antonio Alvares de Crasto	8\$
Maria da Silva dona viúva	2\$
Apolinário de Brito	1\$
André da Rocha Rangel	4\$500
Domingos Dias de Punha	5\$
Bertholameu Dias de Punha	2\$500
Francisco Dias Soeiro	\$500
Manoel da Costa	\$500
Izabel Roiz viúva	\$300
Pedro Anes Vieira	2\$
Gonçalo de Andrade Caminha	\$500
Sebastião de Frias	\$500
O Cappitão Balthezar Mendes da Lomba	1\$
Manoel Pereira	1\$
Domingos Franco	\$500
Francisco Roiz preto	\$400
O Mestre de asuquere Francisco Roiz	1\$
Manuel Barboza	\$500
Cosmo Dias	\$500
Alexandre de Matos	\$500
Francisco Fernandes Portel	2\$
Antonio d'Ultra	1\$
Manoel de Pinho	2\$
O Alferes Joam Teixeira	2\$
Manoel Pires	2\$
	<hr/>
	79\$700

FAZENDA DOS APEPUCOS

O Licenciado Antonio de Mendonça Cabral	15\$
O Cappitão Christovão Paes	6\$
Dona Maria dona viúva	2\$
Dona Brites dona viúva	\$500
Francisco Lopes Valdeves	\$500
Antonio Correa	2\$
Gonçalo Manuel	2\$
Paulo de Mendonça	\$500
Francisco Ribeiro	\$900
Manuel Fernandes sargento	\$500
Joze Correa	\$500
O Sargento Manoel Correa	\$500

Luis Mendes	2\$
Gonçalo Pinto	\$500
	<hr/>
	33\$400

RESUMO DESTES CADERNO

A fazenda do Governador Joam Fernandes Vieira e Perative de sima	90\$200
Perative de baixo e Forno de cal	25\$660
Pau Amarelo e praia	23\$180
Passage de Maria Farinha	9\$040
Marangoapes	11\$040
Rio Doçe	22\$240
Rio Tapado	16\$400
Villa e Santo Amaro	113\$960
Freguezia de S. Pedro	92\$280
Beveribe	36\$900
Salinas	61\$120
Caza forte	63\$500
S. Pantalião	79\$700
Apepuços	33\$400
	<hr/>
678\$620	668\$620

| Autógrafos: | Duarte de Souza
Pedro Monteiro de Queiroz
João Pessoa Bezerra
Antonio de Mendonça Cabral."

"Rol da finta deste Anno de 666 e acaba em 667 que ham de pagar os moradores da Vargea para os chapins da Senhora Rainha da Gram Bretanha e pazes de Olanda

SENHORES DE EMGENHOS

O Governador João Fernandes Vieira pelo emgenho do meo	30\$
No emgenho de Sam João o dito Sr.	15\$
O Governador André Vidal de Negreiros	40\$
O Mestre de Campo Antonio Curado Vidal	22\$
O Cappitão Augustinho Cabral de Souza	25\$
O Tenente Gaspar de Souza Uchoa	16\$
O Cappitão Antonio Borges Uchoa	16\$

O Cappitão Francisco de Oliveira de Lemos	30\$
O Cappitão Álvaro Teixeira de Misqita	12\$

 206\$

LAVRADORES DE CANAS

O partido do Alferes João do Valle	7\$
Antonia Cabral	3\$
Dona Francisca Monteiro	5\$
Domingos João do Rego	5\$
Pedro Camello	2\$
João Carneiro de Mendanha	9\$
Maria Lopes d'Abreu	3\$
João de Souza de Lira	2\$
Pedro Fernandes da Ilha	8\$
Cosmo d'Avreu Pereira	2\$
Bento Dias Bezerra	4\$
O Cappitão Nuno Camelo do Amaral	6\$
Dona Anna de Azevedo	4\$
O Ajudante Miguel Ferreira	4\$
O Cappitão Jeronimo Velozo	1\$
Francisco Soares	8\$
Antonio de Carvalho da Fonseca	4\$
Dona Mariana de Carvalho	2\$
O partido de Valenti Cardozo	6\$
Pedro Vilela	1\$
Jerônimo de Tovar	1\$500
Antonia de Mendosa	4\$
Francisco de Faria	2\$
João Soares de Souza	3\$
Domingos Pereira Baracho	1\$500

 98\$

 206\$

 304\$

João d'Agiar	1\$
Francisco do Amaral	1\$
André de Brito	1\$
Alexandre da Cunha	5\$
Antonio Dominges	5\$
Pedro Fernandes Madeira	3\$

Balthazar Leitão de Vasconcelos	3\$
Manoel de Freitas Correa	2\$
Luis Gomes Pedroza	2\$
Migel Bezerra Monteiro	8\$
Manoel Roiz de Souza	2\$
Salvador Tavares da Fonseca	2\$
Dona Isabel de Gois	2\$
Thomé Soares de Brito	1\$
Pascoal Roiz do Valle	4\$
O Cappitão Frutuozo Barboza	1\$
Bernaldo Roiz	\$800
Antonio Madeira	\$800
Diogo Madeira	3\$
O Cappitão João Mendes Canha	1\$500
Pedro Lopes Vilas Boas	2\$
Joam Vilam	2\$
Francisco Mendes	\$500
O rendimento dos partidos de Jerônimo Nojoza	1\$
O partido que tem o Juiz dos órfãos Feliciano d'Araújo d'Azevedo	1\$
Cosmo Vieira de Couto	1\$500
João d'Almeida	3\$
Pedro d'Aguiar de Lira	4\$
O Doutor Manoel Barboza da Silva	2\$
Manoel de Freitas Mascarenhas	2\$
A mulher de Simão Lopes Farinha	\$500
Ipólito Tavares	\$500
Manoel Álvares de Carvalho	3\$
O partido de André da Rocha	\$500
O partido de Antonio Álvares	2\$
O partido de Domingos Dias de Punha	1\$500
O partido de Bertolameu Dias	1\$
O partido de Balthazar Álvares Chaves	\$500
O partido que foi de Francisco Coelho	1\$
O partido de Pedro Lins Vieira	\$500
O partido de Maria da Silva	\$500
	<hr/>
	383\$600
O partido do Sargento maior Manuel de Azevedo Correa	1\$500

PARTICULARES MATRIS

Felippe de Faria	\$400
Manuel Mendes	\$500
Antonio d'Azevedo	\$400
João Coelho	\$600

EMGENHO DE S. FRANCISCO

O feitor-mor Gregório Dias	2\$
O feitor menor Manuel Simonis	\$500
Dona Jerônima de Rezende	2\$500
Matheus Soares	\$400
Geraldo da Costa	\$800
Pascoal Ferreira e sua cunhada	1\$
Marcos Nunes	\$400
Gonsalo de Freitas	\$200
Maria Bezerra	\$200
Manoel d'Azevedo purgador	\$500
Francisco Ribeiro	\$500

SÍTIO DO OSPITAL

Manoel Gomes	\$400
Manoel Marques	\$400
O ajudante Joseph Mestre de Brito	\$640
Antonio de Andrade	\$600
João da Cunha	1\$
Manoel Martins carapina	\$400
Mathias Cardozo	\$600
Pedro Ferreira	\$320
Lourenço Henriques	\$600
Antonio da Morim	\$240
Antonio do Valle	\$500
João Ferreira sapateiro	\$300
Manoel da Fonseca	\$400
Dionizio Lopes	\$400
Izabel Bezerra	\$320
Balthazar Fernandes Romeiro	\$400
Seu criado Izaqarias	\$200
O feitor de João Vilão	\$200

 403\$920

Damião da Costa	\$200
O Cappitão Pedro Vieira da Silva	3\$

SÍTIO DE S. SEBASTIÃO

Domingos Luis	\$400
Manoel Marques ferreiro	\$200
João Coutinho	\$400
Francisco Alvares	\$300
Diogo Coelho	\$400
Furtuozo Barbosa	\$400
Antonio Barbosa	\$320
João Lopes Barbalho	\$200

SÍTIO DO TIGIPIO

O Cappitão Antonio Roiz Delgado	\$600
Manoel Jácome de Lusena	1\$
João Roiz da Cruz	2\$
Antonio de Masedo	\$400
Maria Gomes	\$200
Tereza de Gusmão e seu genrc	\$300
Manoel Martins de Faria	\$400
André Soares	\$400
André Roiz	\$200
Duarte Gonçalves	\$200
Manoel da Bril	\$320
João da Costa	\$200
Teotonio d'Abreu	\$400
O Cappitão Balthazar da Costa	\$600
Salvador Rabelo	\$200

SÍTIO DOS AFOGADOS

Simão Ferreira Dinis e seu sobrinho	\$800
Sebastião Teixeira	\$200
Antonio Rabelo	\$400
O Cappitão Paulo Reuza	\$240
O sapateiro dos Afogados	\$320
Antonio Cardozo	\$800
Silvestre de Crasto	\$300
Dona Izabel Espeneli	\$400

Domingos Fernandes feitor	\$320
Jerônimo Marques	\$400
	<hr/>
	421\$340

O SÍTIO DE N. S. DO ROZARIO

O Cappitão Ambrozio d'Avreu Pereira	\$800
Bento Cabral	\$200
Joseph de Souza	\$600
Patornilha da Costa	\$200
O Sargento Manoel Bezerra	\$400
Dona Antonia de Souto	12\$
Feliciano Roiz	\$320
Domingos Nogueira e seu filho	\$600
Marcos d'Almeida preto	\$200
João de Barros	\$300
Anna Baracha	\$200
Matheus de Barros	\$200
Antonio Feo	\$200
Antonio Martins	\$400
Antonio Dias	\$320
Luis Álvares da Silva	\$800

SÍTIO DE S PAULO

Joseph Monteiro	[dilacerado]
Dona Catharina Favela	1\$
	[dilacerado]
João Nunes	\$400
Gaspar Martins o velho	\$400
Maria Monis	\$200
Gabriel Baracho	\$400
Antonio Dominges	\$200
Bras Camelo	\$800
João da Ruda	\$400
João Correa	\$200

CAMPINA DO BARBALHO

Matheus de Miranda	\$600
Jerônimo de Campos	\$600
Gregório Carvalho	\$500

Jerônimo de Souza	\$500
Jerônimo Nunes	1\$200
João Ferreira Vilarinho	\$320
Cosmo Bezerra Monteiro	\$400
	<hr/>
	447\$520

Lionardo Dias Serrão	\$200
Manoel Fernandes mestre d'asuquere	1\$
Domingos Monis	\$500
Bernardo de Freitas pela rosa que teve em Tegipió	\$400
Lourenço de Crasto	\$400
Manoel Lopes purgador	\$200
João da Silva sapateiro	\$320
O Cappitão Aleixo Bezerra Monteiro	\$400
O caixeiro de Álvaro Teixeira	\$200
	<hr/>
	451\$140

Soma tudo 451\$140 Varzea em 16 de novembro 666 annos

[autógrafos:] Francisco de Oliveira de Lemos
 Augustinho Cabral de Sousa
 Miguel Ferreira
 Balthazar Leitão de Vasconcellos."

"1665

As fazendas do Governador João Fernandes
 Vieira Jagoaribe, Marangoapes, fornos
 de qual terras 50\$

PERATIVE DE SIMA

O Cappitão Bertolameu Leitão de Albuquerque	p	1\$
Emrique Mendes de Souza	p	\$500
Domingos Vieira	p	2\$
Antonio Soares de Araújo	p	\$800
Manoel Velho Ferreira	p	\$700
Antonio de Araújo	despacho	1\$
Manoel Correa	p	\$500
Dionizio de Brito de Faria	p	\$400
Manoel Coelho	p	\$240
Mathias Coelho	p	\$640

Antonio Coelho de Menezes	p	2\$
Maria Luças viúva	morta	\$800
Francisco Pires	p	\$240
Christovão Pereira	he morto	\$240
Antonio da Serra	p	\$600
Gonçalo Francisco	p	\$240
Catherina Lopes Franqua	600rs. p	\$640
Briatix Gomes de Abreu dona viúva	p	\$240
O Sargento André de Oliveira	p	1\$200
Arnao Girardo	p	1\$280
Fruitozo Pereira	p	1\$
O Alferes Manoel Pinello	p	\$640
O Cappitão Gregório de Caldas	p	3\$
O Cappitão Lourenço Armão de suas rossas		2\$
Manoel Duarte de suas rossas	p	2\$
O Thenente Antonio Pinheiro de Faria de suas rossas		4\$
Briatix da Guerra dona viúva não aparese		\$320
Gaspar Roiz Mao Cabello		\$400
Serafina de Freitas dona viúva	p	\$320
O Cappitão Manoel Pereira Corte Real	p	\$640
Domingos de Souza	p	1\$
Antonio Valor	p	\$200
Brizida Mendes dona viúva	p	\$400
Manuel Antunes Taborda		2\$200
Manuel Fernandes Covas	p	\$320
Pedro de Freitas	p	1\$
Dona Izabel Soares dona viúva	p	2\$500
Dona Ana de Mello dona viúva despacho pobre		2\$
Luis Ferreira das suas rossas	p	1\$200
Antonio Teixeira	p	\$400
		<hr/>
		90\$800

PERATIVE DE BAXO

Antonio de Abreu Magalhães	p	1\$600
Miguel de Abreu Soares seu genro	p	1\$600
O Cappitão Rafael Pires homem pardo	p	\$300
Jacinto Pereira	p	\$300
George d'Almeida	p	\$200
Maria Saraiva	p	\$320

O Alferes Pedro Belmudes de Versoza	p	\$400
Lionardo de Moura	p	\$240
Maria de Faria	p	\$400
João Gonçalves	p	\$700
Manoel Roiz	p	\$400
Mateus Gomes de Abreu	p	6\$
Faustino Gomes	p	2\$
Antonia de Linhares	p	\$400
Domingas de Barros	p	\$200
Angello da Rocha	p	\$700
João Carneiro	p	\$500
Diogo Homem Pires	p	\$320
Antonio de Faria	p	\$200
Manoel de Mello	p	\$500
Bento de Mello seu filho não aprece		\$300
João Roiz de Figueiredo	p	\$500
Domingos de Figueiredo seu filho	p	\$400
Jacinto Roiz	p	\$400
Pantalião Roiz	p	\$960
Sebastião Vaz	p	\$400
Antonio Netto	p	\$800
Sebastião de Torres	p	\$300
Francisco Rodrigues	p	\$300
Francisco Fernandes de Abreu	p	1\$500
João de Souza	morto	\$300
João Pais	morto	\$400
Guiomar Gomes	p	1\$600
Paulo de Castro	p	1\$
Domingos da Costa	p	\$300
Domingos de Oliveira o velho	p	\$500
Domingos de Oliveira seu filho	p	\$300
Anna de Freitas veuva	não está aqui	\$300
Filiciano Gomes	p	\$300
O Sargento Antonio Gonçalves	p	\$300
Antonio Dias Lião de suas rossas	p	\$500
		<hr/>
		28\$920

PAU-AMARELO

Bento Sequeira Pinto	p	2\$
Sua mai Maria Thomaz	p	1\$
Francisca Thomaz	douda	1\$
Afonço Gedes Alcaforado	p	\$400

João Gedes Alcaforado	p	\$300
O Alferes Francisco Ferreira	p	\$320
João Luix	p	\$400
Balthazar de Linhares pescador	p	\$400
Sebastião Gomes pescador	p	\$400
Domingos Fernandes pescador	p	\$300
João Velho seu sobrinho pescador	p	\$400
Catherina Lopes sua mai	p	\$400
Huma mulher parda curadeira que tem em sua caza		\$400
O Cappitão Romão Leitão da Silva	p	4\$
Seu genro	p	\$640
Domingos Leitão	p	\$600
Antonio de Oliveira	p	\$400
O Cappitão Simão Furtado	p	2\$
Manoel Fernandes solteiro p 400 e despacho		1\$
Luix da Silva	p	\$200
Sua mai Felipa Monteiro	p	\$200
Paulo Félix solteiro	p	\$500
Sarafina da Gama veuva	p	\$500
Magdanela Furtada	p	2\$
O Alferes Lázaro da Cunha	p	2\$
Francisco Teixeira	p	1\$
Paula Martins forra	p	\$200
Catherina Roiz forra	p	\$200
Vitoria forra	p	\$300
		<hr/>
		23\$460

PASAGE DE MARIA FARINHA

João Pessoa Baracho	p	4\$
O Capitão João Furtado		4\$
Luiz Gonçalves assistente em sua caza	p	\$200
Costantino João foi-se para a matta fugido		\$200
João Freire forro	p	\$320
João Vellozo pescador	p	\$320
		<hr/>
		9\$040

MARANGUOAPES

O Cappitão Bertholameu Cabral de Vasconsellos		5\$
George da Franqua	p	\$320

Antonio Godinho	p	1\$
Manoel Correa Malvão	p	\$200
Matheus da Costa	p	\$200
Francisco de Freitas Guimarães	p	2\$
		<hr/>
[não somada a última parcela]		6\$720

RIO DOSSE

O Capitão Domingos da Rocha Rangel	p	4\$600
O Sargento Bento de Abreu	p	\$500
Antonio Martins solteiro	p	2\$500
Gregório da Rocha pescador	p	\$420
Domingos Roiz Carvalho pescador	despacho	\$800
Manoel Fernandes pescador	p	\$400
Vasquo Fernandes pescador	morto	\$400
Sebastião Pimentel pescador	auzente	\$400
Domingos George pescador	p	\$400
Manoel Correa pescador	p	\$400
Thome Ribeiro pescador		\$400
João Barboza	p	\$400
Genebra Mendes dona viúva	p	1\$
Maria Barreta forra	p	\$200
Sezilia forra	p	\$400
Outra Sezilia forra	p	\$400
Lucrecia da Rocha forra	p	\$300
Lucrecia Correa forra	p	\$300
Branqua Ferreira forra	p	\$200
Carllos Pinto	p	1\$
Thomé Delgado	p	1\$
Antonio de Lima	p	1\$
Domingos Roiz	p	\$800
		<hr/>
		17\$720

RIO TAPADO

Margarida Soares veuva		1\$
O Cappitão Antonio da Rocha Dama	p	4\$200
O Alferes Fernão João	p	1\$500
Domingas Sobrinha dona veuva	p	1\$500
Maria Franqua forra	p	\$200
Manoel da Rocha Villaça	p	8\$
		<hr/>
		16\$400

VILLA

Manoel Thomé pedreiro	p	\$500
Ignes Fernandes veuva	livre	\$200
A veuva Izabel Ferreira na olaria	p	\$800
D. Anna Coutinha dona veuva	p	2\$
O Sargento João Carneiro seu feitor	p	\$320
Diogo de Seixas	p	\$240
Mathias Tavares e seu genro	p	\$640
Felipe de Siqueira e Francisco Delgado		\$500
Afonço Varella o anno passado não pagou		\$320
Antonio Ferreira de Lemos	p	\$800
O Cappitão Pedro Cavalcanti de Albuquerque	p	2\$
Luzia Roiz mulher parda	p	\$500
Bernardo de Figueiroa oficial de asuquar	p	\$600
Juseph Carneiro e João Babintão	p	\$400
Manoel Roiz Felgueira	p	2\$
Diogo Velho	p	\$320
Antonio de Gouvea	p	\$320
João Boltrim de seu curral e rossas	p	1\$500
Izabel Soares veuva	p	\$400
Maria Alvres veuva	p	\$500
Francisco Alvres Pereira	p	1\$500
João Barboza Correa	p	1\$
Gasepar dos Santos	p	\$500
O Alferes Francisco Cardozo	p	1\$
Francisco Pereira Fragozo	p	4\$
Diogo Lopes Mestre de latim	p	\$500
Domingos Ramos Dinix	p	6\$
Romão Leytão de Albuquerque seu genro	p	2\$
Jherardo de Beda	p	1\$
João Thomé	soldado	\$200
As filhas de Maria dos Reis que Deus tem	p	\$240
O Doutor Bernardino Pessoa	p	1\$
Maria Camella dona veuva	p	\$500
Jheronimo d'Afonçequa oficial de asuquar	p	\$640
Felicia Jácome veuva	p	\$320
Silvestre Graçez	p	\$800
Izabel da Costa veuva	p	1\$
Antonio de Souza Carpinteiro		\$800
João Dias Ignacio sapateiro	p	\$640
Anjella de Souza e seu marido que por nome não perqua (Antonio Gonçalves)	p	1\$500

Manoel Ferreira	despacho	
Manoel Vaz sarralheiro	p	\$640
O Cappitão Antonio Barbalho	despacho	\$500
O Cappitão Manoel Barbalho	despacho	2\$
Gonçallo Ferreira na biqua	p	\$320
Cosma Enriques molher parda	p	\$320
Maria de Araújo forra	p	\$320
João Marinho	p	\$500
Manoel Gonçalves Olivença	p	\$640
Marta de Paiva	p	\$800
Antonio da Fonseca alfaiate	p	\$500
O Cappitão Domingos Dias Timbó	p	2\$
George Mourão	p	1\$200
Sua sobrinha	p	\$400
Francisco Frazão	despacho	\$500
Anna Maria	p	\$500
Antonio Mendes		\$640
Diogo Fernandes Madeira	p	\$500
Domingos Gonçalves nas hortas	p	\$400
Izabel Soares forra	p	\$640
Domingos Lopes alfaiate	fugiu	\$320
Gasepar Gonçalves Moreira	p	\$260
Catherina de Sene	p	\$400
João Luiz sapateiro		\$600
Domingos Gomes	p	\$600
Magdanela Soares molher parda	p	\$640
Onorato Botim	p	\$800
Izabel da Rocha	p	\$320
Francisco Lopes da Costa	p	1\$
Antonia de Azevedo dona veuva	p	\$640
Francisco Pereira do Lago	p	\$800
Guiomar crioulla	p	\$200
Maria de Jhus	p	\$200
Manoel Steves		\$200
Anna da Silva	p	\$200
João Roiz sapateiro	p	\$400
Domingos Enriques carapina	p	\$640
Lourenço de Souza		\$200
Bento da Costa alfaiate	p	\$640
João do Valle arrais	p	\$400
Manoel Domingos pedreiro	p	\$500
Antonio da Fonseca carapina	p	\$500
Bertollameu Duarte	p	1\$200

Antonio Ferreira ferreiro	p	\$800
Gasepar de Souza	p	1\$
Manoel Marques	p	1\$
Manoel Pereira Soares	p	\$640
Domingos Roiz	despacho	\$320
Gasepar Calheiros	p	\$640
Francisco Gomes	p	\$500
Domingos Coelho alfaiate	p	\$640
Manoel Tavares	p	\$400
George da Silva	p	\$500
Manoel Pinto Cardozo	p	1\$
João Cordeiro de Mendanha	p	1\$
Joana Soeira veuva	p	\$320
João Alvres Carneiro	p	\$320
Pedro da Cunha alfaiate	p	\$400
Manoel Coelho carapina	p	\$500
Antonia Dama forra	p	\$200
João Dias Cabo Verde carreiro	morto	\$200
Clara Leitoa forra	p	\$200
D. Maria veuva	p	\$300
A mulher de Francisco Carvalho Rofino	p	\$500
Salvador de Meirelles	p	\$600
Maria da Comseição molher parda p 320 rs.		\$400
Joanna de Brito	p	\$240
Ignez de Brito	p	\$320
O Cappitão emgenheiro Christovão Alvres		2\$
Bertollameu de Campos pagou na ilha		\$500
André Fernandes ferreiro	p	1\$500
Antonia Pinheira veuva	p	\$500
Henrique da Fonseca Pina	p	\$600
Maria Harnão	p	\$320
Lianor Roiz veuva pelo Sr. Juis escusa		\$500
Joana Lourença	p	\$400
O Cappitão Luiz da Costa Sepulveda		1\$
João Alvres Tavares		\$500
Manoel Roiz de Albuquerque		\$400
Pedro Bermudes Sentico	p	2\$
Diogo Pereira Sono	p	8\$
Guilherme flamengo seu vezinho p. 600rs.		\$640
Juseph da Silva para a ilha		\$400
Bento Leitão	p	\$320
O Alferes Roque da Silva	p	\$500
Antonio Fernandes carapina no emparo perdão		\$640

Mathias de Araújo		\$400
Maria Roiz	p	\$500
Manoel Gomes pescador	p	\$400
João Alvres carapina	p	\$400
O Ajudante Antonio Pinheiro	soldado	\$500
Ignacio de Crasto	p	\$400
Duarte de Souza	p	\$640
O Licenciado João Maximo	despacho	2\$
Luiz da Costa oleiro	p	\$500
Antonio de Souza carapina solteiro	p	\$400
Jheronimo Cabral	p	\$600
Maria Enriques a São João	p	\$500
Jheronimo de Brito pedreiro	p	\$320
João de Souza alfaiate	p	\$400
Manoel Ferreira soldado Rua do Rocha		\$400
Maria de Souza mulher parda		\$200
João Gedes carapina	p	\$400
Antonio Dias merquador	p	\$500
João da Crux sapateiro	p	\$640
Agostinho Dinix mercador	p	\$500
Alferes Felipe da Silva	p	1\$
Izabel Pereira veuva	despacho	\$640
D. Maria da Cunha	despacho	\$400
Maria de Macedo parda	captiva	\$200
João Alvres o mosso, carapina	p	\$400
Catherina Pinta parda		\$200
Mariquita parda junto à dita	p	\$200
Balthezar Aranha escrivão dos horfãos	p	\$640
O Licenciado Domingos Gomes Barboza	p	\$640
Antonio Enriques torneiro	p	\$500
João Pinto...	p	\$800
João da Costa na mesma rua		\$320
Suzana Duarte	despacho	\$200
		<hr/> 115\$740

SANTO AMARO

O Sargento Manoel Batalha	p	\$320
Izabel Soeira veuva	morta	\$640
Seu irmão fulano de Albuquerque	p	\$320
Antonio de Magalhães	p	\$200
		<hr/> 117\$220

SÃO PEDRO

Manuel da Silva Pinto		2\$
Izabel forra	p	\$200
Domingos Roiz Travaços	p	\$640
Maria Monteiro	p	1\$500
O Cappitão Jheronimo da Cunha do Amaral		\$500
O Cappitão Francisco Fernandes Furna		10\$
Paullo de Tovar	p	\$640
Izabel Pereira veuva	p	\$500
A velha dos alhos	p	\$200
Juseph Tavares de Vasconcellos	p	4\$
Manoel Dias Soares	p	\$320
O Alferes Diogo Alvres	soldado	\$200
Domingos Vas pedreiro	p	\$500
Maria Gonçalves parda	p	\$200
Izabel de Azevedo parda	p	\$200
Maria da Silva	despacho	\$200
Pedro Afonço carapina	p	\$640
Suzana Cardoza	p	\$640
Antonio Carneiro Rios	p	\$800
Manoel Bauptista e sua filha	p	\$400
Domingos Gonçalves	p	\$640
Antonio Gonçalves carapina	p	\$640
Maria Lopes preta seu marido pagou sua finta		\$200
Luiza de Aguiar veuva	p	\$300
Catherina da Costa veuva Rio de São Francisco; do ano paçado		\$320
Ilena do Couto não mora ahi; do ano paçado		\$200
Maria Pinta parda não está; do ano paçado		\$200
Manoel Dias pedreiro	p	1\$
Ilena de Sousa parda	p	\$200
Graviel Leitão	p	\$300
O Sargento Manoel de Torres	p	\$640
Francisco Leitão	p	2\$
Fernão do Alvres	p	\$320
Margarida Alvres forra	escusa	\$200
O Doutor Manoel Barboza da Silva	p	2\$
Maria Gonçalves parda	p	\$200
Manoel Ribeiro de Teves	p	\$200
Felipa de Azevedo forra não sei quem he		\$200
Simão Lourenço forro	p	\$200
Ana Gomes forra	p	\$200

Izabel Gomes forra	escusa	\$200
Pedro de Matos		\$400
Domingos de Mendonça p. 2\$ por despacho		2\$500
Maria velha	p	\$400
Mathias de Souza	p	\$320
Manoel Ferreira de Carvalho		2\$500
Juseph Ferreira de Carvalho	p	\$500
O velho das fundas junto delles Dimião Fernandes	p	\$500
O Cappitão mor Jheronimo de Albuquerque despacho		\$400
Dionisio velho ourives	p	1\$
Pedro Marques	p	\$800
Domingos Gonçalves	p	\$640
Domingos Pires	p	\$600
João de Oliveira marceneiro		\$500
Maria Veigas veuva	p	\$500
André da Cruz	p	\$500
Simão Pita de Mello	p	\$500
Domingos de Carvalho sapateiro	p	1\$
Maria Perolla	p	\$600
Thomas Fernandes pedreiro	p	1\$
Simão Pinto sapateiro	p	\$640
Ana Pereira	p	\$400
Britis Moreira	p	\$200
D. Cosma	p	\$800
Maria Alvres forra	p	\$200
Paullo Gomes de Lima	p	\$300
Manoel Barboza mercador	p	\$640
João Esteves pedreiro	p	\$600
Florença da Costa veuva	despacho	\$400
Belchior Martins	p	\$640
Juseph de Crasto	p	\$500
Gonçalo Pereira de Santa	p	1\$200
Antonio Teixeira Peixoto	p	\$600
Antonio Coelho da Silva não aparece o ano paçado		\$200
Margarida Correa	p	\$200
Domingos de Chaves	mudado	\$400
Maria Barboza da Silva dona veuva	p	2\$
O Cappitão Bras Barbalho Feo	p	1\$
Thomas Quempe com justificação despacho		1\$
Pedro Gasepar sapateiro	p	\$640
Lourenço Gomes	p	\$500
Maria Vidal	p	\$640

Sebastião de Torres	p	\$200
Manoel de Barros Rego		\$500
Juseph da Mota	p	1\$
Izabel de Betanquor	p	\$320
Manoel Soares e sua avó Costança Soares		\$600
Joanna Roiz	p	2\$
Izabel Gomes Catanha	despacho	\$640
Antonio Roiz preto	p	\$640
Francisco Neto sapateiro	p	1\$
Maria de Molina	p	1\$
Luzia Carneira	p	1\$
Maria Fernandes não mora aqui a tempos		\$400
Sebastião Falcão Soares	p	\$600
Costantino de Gouvea	p	\$500
O Licenciado Pedro Monteiro de Queiroz	p	2\$
Juzeph Roiz p. 400 por despacho		\$640
Gaspar Fernandes sapateiro	p	\$640
Maria Coelha veuva	p	\$800
Antonio Gomes	p	1\$200
Antonio Alvares carapina	p	\$400
Manoel da Rocha carapina	p	\$400
Juzeph da Fonseca pedreiro	p	\$400
Gonçalo da Fonseca ferreiro	p	\$400
Paulo de Lima pedreiro	p	\$640
Domingos Gonçalves Branquo	p	\$400
Gonçalo Pinto pedreiro	p	\$400
O Licenciado Antonio Pereira	p	4\$
Gonçalo Soares		\$320
Pantalião Pereira mercador	p	1\$
Pedro Roiz do Soito	p	1\$
Manoel Pereira de Azevedo		1\$
João de Faria p. 500rs. com despacho		\$800
O calceteiro não se sabe de tal homem		\$200
Maria Lobata dona veuva	p	2\$500
Miguel Ribeyro	p	1\$
Felipe Coelho	p	\$640
O Licenciado João Barreto de Sá	p	2\$
Maria Correa veuva	p	\$640
João de Marix	p	\$800

 98\$320

BIBIRIBE

João Nunes de Freitas	p	2\$
Catherina de Lira sogra do dito	p	2\$
Antonio Dias	p	1\$500
Fernando Coutinho de Azevedo	p	1\$500
Lázaro de Barros Rego p. 1\$ por despacho		1\$500
Gasepar Luis da Silva	p	1\$500
Manuel Carvalho	p	\$900
Violante de Pina	p	\$900
Pasquoal Costa Calheiros	p	\$600
Manoel Soares com despacho		1\$200
Jaques Pires pagou no Arrecife		2\$
A molher de Manoel Roiz Faleiro que Deus aja	p	\$400
Maria Pachequa	p	\$600
Gasepar de Souza dos Reis	p	\$320
Antonio Francisco Rorix	p	1\$500
Pedro de Chaves	p	2\$
A mulher de Luix Gomes de Gois que Deus tem	p	1\$600
Juseph de Navais	p	\$640
Manoel de Araújo Frazão	p	\$200
Gonçalo Gomes da Mota a 3 annos que he morto		1\$
Amolher de Gaspar Fernandes Madeira	p	\$320
Migel Ferreira Monix	p	8\$
Francisco Cazado	p	1\$500
Domingos Dias de Punha o mosso	p	2\$
		1\$
		35\$480

SALINAS

Luzia Martins	p	\$500
Manoel Gonçalves mudado do anno paçado		\$500
Ô Alferes Juzeph	mudado	1\$
Fernãodo Velho de Araújo	mudado	\$320
Catherina Carvalha		\$200
A molher do Cappitão Eugenio Pinto	p	\$420
Manoel Pereira	p	\$500
Felipa de Freitas	p	\$320
Manoel Fernandes	p	\$320
Amador Fernandes	p	\$500
Pedro Lopes	p	1\$
Pedro Mendes	p	\$640

Maria Dias	p	\$200
João de Lucena	p	\$320
O Cappitão mor Antonio da Silva	p	2\$
Domingos Farto	p	\$320
Manoel Gomes de Figueiredo	p	1\$
Jheronimo Mendes da Pax	p	1\$
Guiomar de Souza veuva	p	1\$
Fernãodo da Pax	p	\$400
Izabel Pereira veuva despacho p. 1.000		2\$
Maria de Matos	p	\$640
Manoel Cardozo	p	\$640
João da Silva	p	\$500
João Gonçalves Riquião	p	1\$500
Miguel Gonçalves	p	\$320
Domingos Gomes	p	\$320
João Gonçalves	p	\$500
Os filhos do Licenciado Antonio Monteiro	p	\$220
João Dourado	p	1\$500
Lianor Peres veuva	p	\$320
Filiciano de Araújo de Azevedo	p	2\$
Pedro de Arantes	p. 620	\$640
Manoel Vaz mestre de asuquer		1\$
Domingos Vaz alfaiate seu irmão despacho		\$200
O Santiago	p	\$320
Alvro de Luna	p	\$500
Clara de Oliveira veuva	p	\$800
Martim Gonçalves	p	\$500
Antonia de Miranda	p	1\$500
O Alpoim	p	\$200
Lianor Cardoza no sítio do Caldeira não		2\$
O Maciel	p	\$200
Manoel Lopes Pacheco	p	\$500
João Ferreira	p	1\$200
Ilena Soares de Almeida veuva		\$640
Margarida Lopes	p	\$200
Antonio Gomes	p	\$500
Manoel Gomes	p	\$200
Enrique Pereira		1\$
Francisco de Caldas	p	\$800
João Ribeiro	p	\$500
Vicente Alvares já no anno pasado se avia mudado		1\$
Antonio Fernandes Sargento com praça		\$320

João Roiz p. 2\$		3\$
Diogo Nobre	p	\$320
Enrique Mendes	p	\$320
O Figueiroa	p	1\$
O Cappitão Sebastião Gonçalves de Saa p. 4960		5\$
Francisco Lopes	Porto do Calvo	\$500
Pedro de Valdez		1\$500
A mulher de João Luis Fiesco	p	\$320
Madanela Batalha	p	\$200
Domingos de Sobrar	p	\$400
Ana Gonçalves	p	8\$
O Salineiro das salinas	p	\$400
Manoel de Gois do anno pasado		\$500
Antonio Pereira de Alvarenga	p	\$500
Domingos Nunes já do ano pasado não aparece		1\$
D. Arcangela da Silveira	p	4\$
Gregório Gomes ourives		2\$
Manoel Coelho ourives seu genro	pintor	2\$
Bertolameu Gomes	p	1\$500
		<hr/>
		70\$100

CAZA FORTE

do emgenho do Tenente Antonio de Freitas da Silva	p	30\$
O Alferes Fernando Mendes de Crasto		2\$
João de Crasto	p	\$500
O Sargento mor Manoel de Azevedo Correa		8\$
A mulher de Francisco Coelho que Deus tem	p	4\$
O Alferes Manoel Carreira	p	2\$
João de Andrade	p	1\$
O caixeiro	já não pagou	\$500
O feitor	p	\$500
O caldeireiro	p	1\$
Antonio Luis Macho	p	\$500
O banqueiro do mesmo emgenho	p	\$500
O mestre de asuquar do emgenho	p	2\$
O Sargento Manoel Franquo	p	\$500
O Alferes Antonio Gonçalves	p	1\$
O oleiro da fazenda Paraiba o ano pasado		1\$
Pelonia Manca	p	\$500
Domingos de Souza	p	\$500

Antonio Coelho	p	\$800
Antonio Coelho de Souza	p	\$400
Belchior Pereira Leitão para São Lourenço		\$300

 57\$500

FAZENDA DE SÃO PANTALIÃO

Maria Pessoa dona veuva		15\$
O Cappitão João Pessoa Bezerra p. 24.600		15\$
O Cappitão Migel Bezerra Monteiro	p	6\$
João Ribeiro	p	2\$
Antonio Alvares de Crasto	p	8\$
Maria da Silva dona veuva	p	2\$
Polinário de Brito	p	1\$
André da Rocha Rangel	p	5\$
Domingos Dias de Punha	p	4\$
Bertholameu Dias de Punha	p	1\$500
Francisco Dias ferreiro	p	\$400
Manoel da Costa	p	\$500
Izabel Roiz dona veuva	p	2\$
Pedro Ennes Vieira	p	1\$500
Gonçalo de Andrade Caminha	p	\$500
Sebastião de Frias	p	\$400
O Cappitão Balthazar Mendes da Lomba	p	1\$
Manoel Pereira	p	1\$
Domingos Franquo	p	\$500
Francisco Roiz preto	p	\$400
O Mestre Francisco Roiz morto bechigas		1\$
Manoel Barboza	p	\$500
Cosmo Dias	p	\$500
Lexandre de Matos	p	\$500
Antonio Dultra	p	1\$
Manoel de Pinho	p	2\$
O Alferes João Teixeira	p	2\$
O Meirinho da vintena	despacho	\$500
Francisco Fernandes Portel	p	2\$

 77\$700

FAZENDA DOS APEPUQUOS

O Licenciado Antonio de Mendonça Cabral p. 13.920rs.		15\$
---	--	------

O Cappitão Christóvão Paes		6\$
D. Maria dona veuva		2\$
D. Brites dona veuva	p	\$500
Francisco Lopes Valderez	p	\$500
Antonio Correa	p	2\$
Gonçalo Manoel	p	2\$
Francisco Ribeiro	p	\$900
Paullo de Mendonça		\$500
O Sargento Manoel Fernandes		\$500
Juzeph Correa		\$500
O Sargento Manoel Correa		\$500
Luix Mendes		2\$
Gonçalo Pinto	p	\$500
		<hr/>
		33\$400

REZUMO DESTE CADERNO

Fazenda do Governador João Fernandes Vieira e Perative de sima	90\$800
Perative de baixo e forno e cal	28\$920
Pao Amarello e praia	23\$460
Pasage de Maria Farinha	9\$040
Marangoapes	8\$720
Rio Dose	17\$720
Rio Tapado	16\$400
Villa e Santo Amaro	117\$220
Freiguezia de São Pedro	98\$320
Beberibe	35\$480
Salinas	70\$100
Casa Forte	57\$500
São Pantalhão	77\$700
Apepucos	33\$400
	<hr/>
	684\$880

[autógrafos:] João Pessoa Bezerra
 Antonio de Mendonça Cabral
 Duarte de Souza
 Pedro Monteiro de Queiros

O rol atrás importa como dele pairesse seiscentos e oitenta e quatro mil e oitocentos e oitenta reis que se am de cobrar das

pessoas nelle comtheudas por este mesmo rol asignado pelos fintadores & não por outro algum por se evitar dúvidas e queixas. Manuel Pereira de Azevedo escrivão da Câmara que o escrevi. Pereira. Rocha. Silva.

Foi visto este quaderno perante o Doutor Antonio Nabo Peçanha o qual sendo somado pellos contadores que lhe assistem se achou emportar seiscentos e oitenta e hum mil e sento e oitenta reis de que se fez este termo que asinarão e eu Leandro de Campos escrivão da alçada que o escrevi. Peçanha. João de Torres da Ribeira. Joam de Arruda. Luis Ferreira da Cunha."

"EMGENHO DA MADANELLA

[Um nome riscado, ilegível	\$800]
Jheronimo Marques	1\$
Domingos Fernandes	\$800
	<hr/>
	2\$600

EMGENHO DE N. S. DO ROZARIO E ARAYAL

Pedro de Aguiar, lavrador	6\$
Bento Cabral	1\$
Josephe de Souza alfaiate	1\$
[Um nome riscado, ilegível	\$]
Patronilha Barboza da Costa	\$400
O Sargento Manoel Bezerra	1\$
Lourenço Martins feitor	\$640
Miguel Fernandes Cappitão do campo	\$400
Dona Antonia de Souto	20\$
Felisiano Roiz feitor	\$800
[Um nome riscado, ilegível	\$]
Izabel Ferreira viúva digo negra	1\$
Izabel Ferreira viúva	\$640
[Mathias Gomes Mourão: riscado	\$400]
	<hr/>
	24\$720

EMGENHO DE S. PAULO

[Um nome riscado, ilegível	\$]
[Felisianno Alvares: riscado	\$500]

[Jacinto Cardigo: riscado	\$500]
Damião de Azevedo	\$320
Pascoal Barboza	\$400
Domingos Pacheco	\$400
Dona Maria viúva	\$320
Dona Catherina Favela	2\$
Luis de Magalhães sigano	1\$600

 7\$240

CITIO DO CAMPO DO BARBALHO

Gregório Carvalho carapina	\$700
Jheronimo de Souza carapina	\$700
Maheus de Barros crioulo	\$400
[Antonio de Araújo: riscado	\$]
Jheronimo Nunes	2\$500
Joam Ferreira Vilarinho	\$400
Matheus de Miranda	\$640
Jheronimo de Campos	1\$
Antonio Domingues	1\$400
Cosmo Bezerra Monteiro	\$800
Lionardo Dias	\$400
O Sargento Manoel Fernandes	\$400
[Joam da Costa: riscado	\$]
[Joam de Toledo: riscado	\$]
Antonio Feio preto	\$400
Domingos Nunes carapina	1\$
[Um nome riscado	\$]
Manoel Jacome de Lusena	5\$

 16\$140

CITIO DE S. BRAS

O Alferes João Furtado de Mendonça	\$800
Pedro da Costa Favella	\$500
Manoel Lopes	\$640
[Amaro de Araújo: riscado	\$400]
[Izabel Gonçalves Peçoa	\$400]

EMGENHO DE SANTOS COSMOS

Dionizio Lopes	\$400
Jozephe Gomes ou sua mulher	\$500

[Diogo da Costa: riscado	\$400]
Francisco Rebello ferreiro	\$500
Pedro Vilela	\$400
	<hr/>
	3\$200

MESTRES, BANQUEIROS E PURGADORES

O Mestre do emgenho de S. Francisco	3\$
O Purgador	1\$500
O Banqueiro	1\$500
O Mestre do emgenho de Santos Cosmes	2\$
O Purgador	1\$
O Banqueiro	1\$
O Mestre do emgenho do Meio	3\$
O Purgador	1\$500
O Banqueiro	1\$500
O Mestre do emgenho de S. Sebastião	2\$
O Purgador	1\$
O Banqueiro	1\$
O Mestre do emgenho de S. Paulo	3\$
O Purgador	1\$500
O Banqueiro	1\$500
O Mestre do emgenho de S. Antonio no Giquiá	3\$
O Purgador	1\$500
O Banqueiro	1\$500
O Mestre do emgenho da Madanella	3\$
O Purgador	1\$500
O Banqueiro	1\$500
O Mestre do emgenho N. S. do Rozario	3\$
O Purgador	1\$500
O Banqueiro	1\$500
O Mestre do emgenho de S. Joam	2\$
O Purgador	1\$
O Banqueiro	1\$
	<hr/>
	48\$

CITIO DA MATRIS

[Domingos de Crasto em casa de Pedro Fer-	
nandes da Ilha: riscado	\$500]
Felipe de Faria barbeiro	\$500

Pedro Dias de Loures	\$300
Manoel Mendes	1\$
Antonio de Azevedo Mestre da Capella	1\$

EMGENHO DE S. FRANCISCO

O framengo João de Flores	\$500
Gregório Dias feitor mor	4\$500
Manoel Simois feitor menor	\$800
Dona Jheronima de Rezende viúva	5\$500
Matheus Soares carapina	\$640
Girardo da Costa	1\$
Pascoal Ferreira e sua cunhada	2\$
[Antonia de Araújo viúva	\$500]
[Bartholameu... sapateiro: riscado	\$600]
Manoel de Freitas Mascarenhas	2\$500
[Antonia Bezerra viúva: riscado	\$500]
Izacarias Bezerra	\$640
Marcos Nunes	\$600
Gonçalo de Freitas	\$320
Mesia Bezerra	1\$
George Vas	\$640
Simão Lopes Farinha	\$800
	<hr/>
	27\$780

CITIO DONDE FOI HOSPITAL

Manoel Gomes seleiro	\$800
Faustina de Amorim	1\$200
Antonio de Andrade	1\$
[Pedro de Aguiar: riscado	2\$]
[Joam de Barros: riscado	1\$500]
Joam da Cunha	2\$
	<hr/>
	8\$500

EMGENHO DE S. JOAM

Manuel Martins carapina	1\$500
Gonçalo Martins carapina	\$640
Mathias Cardozo Mestre carapina	2\$
[Manoel Beranguer homem pardo alfaiate: riscado	\$500]

O Capitão Francisco Carneiro da Costa	\$500
[Joam Carneiro de... riscado	\$500]

 5\$640

EMGENHO DE S. SEBASTIAO

[Manoel Pereira Ferreira (?): riscado	2\$]
[Um nome riscado, ilegível	\$600]
Domingos Luis ferrero	1\$
[Um nome riscado, ilegível	\$500]
Francisco Alvares	\$400
Diogo de Paiva	\$400
[Manoel Marques: riscado	\$400]
Diogo Coelho	\$640
Fruitozo Barboza	1\$
Antonio Barboza	1\$
[Izabel Barboza: riscado	\$]
[Joam Lopes Barbalho: riscado	\$800]

 9\$340

TIGIPIÓ

Joam Roiz da Cruz	\$400
Manuel de Souza	\$200
Antonio de Maçedo	1\$200
Joam Barreto de Barros	\$500
Domingos Velho	3\$500
Antonio Gomes	1\$200
Manoel Martins de Faria	\$640
André Soares	\$640
André Roiz	\$320
Guiomar Velha	\$600
Duarte Gonçalves	\$200
[Manoel de Braga: riscado	\$200]
Manoel d'Abril	\$400
Joam da Costa	\$320
[Joam Ferreira Ferros (?): riscado	1\$]
Theotônio de Abreu	\$640
[Bras Vieira, carapina: riscado	\$640]
Antonio de Figueredo	\$800
O Capitão Belchior da Costa	\$800

 14\$200

O EMGENHO DE S. ANTONIO DO GIQUIHA

[Manoel da Foncequa: riscado	\$]
[Lianor Fernandes: riscado	\$200]
Sebastião Alvares, oleiro	1\$
Manoel Alvres carapina	\$800
Maria Monis viúva	\$800
Jheronimo Dias Thorrado	1\$
Domingos Pereira Baracho	1\$500
Ilena Teixeira	\$200
Antonio Moreira	\$200
	<hr/>
	5\$900

CITIO DOS AFOGADOS

Simão Ferreira Denis	2\$500
Antonio Ribeiro	1\$
[Dona Antonia de...: riscado	\$400]
[Domingos de...: riscado	\$400]
Cappitão Paulo Rauza	1\$
Izabel Barreta preta	\$300
Amaro Ferreira sapateiro	\$500
[Pedro...: riscado	\$400]
O Sargento Antonio Cardozo	2\$
[Um nome riscado, ilegível	\$500]
[Um nome riscado, ilegível	\$500]
Silvestre de Crasto	\$300
	<hr/>
	9\$800

LAVRADORES DE CANA DOS DITOS EMGENHOS

Gaspar Vas Pinto	6\$
Joam do Vale	18\$
Miguel Ferreira	11\$
Antonio de Oliveira <i>seu erdeiro pagua</i>	15\$
Manoel Alvres de Carvalho	7\$
Dona Francisca	7\$
Domingos Joam	16\$
Pedro Camello	4\$
Joam Cordeiro de Mendanha	16\$
O Alferes Joam de Souza	5\$

Dona Catherina Bezerra <i>vendeo e mudouse</i>	5\$
Pedro Fernandes da Ilha	16\$
Cosmo de Abreu Pereira	3\$
O Capitão Ambrozio de Abreu	1\$
O Alferes Bento Dias	8\$
O Alferes Nuno Camello	12\$
Antonio de Aguiar <i>Fernão Mendes</i>	8\$
O Sargento maior Manoel de Azevedo da Silva	4\$
Francisco Soares	16\$
Manoel Gomes <i>Caterina da Silva</i>	3\$
Antonio de Carvalho	8\$
Sebastião de Carvalho	8\$
Valentim Cardozo	11\$
O Alferes Jheronimo de Tovar	3\$
Antonia de Mendonça	12\$
O Alferes Francisco de Faria	4\$
Joam Soares de Souza	5\$
Gabriel Baracho	4\$
Joam de Aguiar	2\$
O Alferes Ipolito Tavares	4\$
Francisco de Amaral	4\$
O Cappitão Jheronimo Velozo	3\$
André de Brito	2\$
Alexandre da Cunha	8\$
Maria Alvares viúva	5\$
Maria Lopes viúva	4\$
Pedro Gonçalves Madeira	5\$
Balthezar Leitão de Vasconcelos	7\$
O Alferes Pascoal de Siqueira	3\$
Luis Gomes Pedroza	3\$
Manoel Roiz de Souza	5\$
Lourenço Cavalcanti	4\$
Antonio Cavalcanti	8\$
Salvador Tavares	4\$
Dona Izabel de Gois	5\$
Thomé Soares	4\$
Pascoal Roiz	5\$
O Capitão Agostinho Sezar	6\$
O Cappitão Fruitozo Barboza	5\$
O Mestre de Campo Antonio Dias Cardozo	2\$
Bernardo Roiz e seu irmão	4\$
Diogo Madeira	5\$
O Cappitão Joam Mendes Canhão	4\$

Pedro Lopes Villas Boas	3\$
O Alferes Joam Vilão	5\$
Francisco Mendes	1\$
O Thenente Jheronimo de Noyosa	4\$
Luis Alvares	2\$
Aleixo Bezerra	1\$
Cosmo Vieira do Couto	5\$
Joam d'Almeida	4\$
[O Capitão Francisco de Lisboa	3\$]
[Joam Munis <i>largou o partido</i>	1\$]
	<hr/>
	355\$

OS SENHORES DOS ENGENHOS

O Governador André Vidal de Negreiros	65\$
O Governador João Fernandes Vieira	60\$
Álvaro Teixeira de Misquita	30\$
O Mestre de Campo Antonio Curado Vidal	35\$
Francisco de Oliveira de Lemos	60\$
O Cappitão Antonio Borges Uchoa	35\$
Agostinho Cabral de Souza	45\$
	<hr/>
	360\$

REZUMO DESTE CADERNO

Cittio da Matris e S. Francisco	27\$780
Citio donde foi hospital	8\$500
Emgenho de S. Joam	5\$640
Emgenho de S. Sebastião	9\$340
Citio do Tigipió	14\$200
Citio de Santo Antonio giquiá	5\$900
Citio dos Afogados	9\$800
Emgenho da Madanella	2\$600
Emgenho N. S. do Rozario e Arayal	24\$720
Emgenho de S. Paulo	7\$240
Citio do Carmo do Barbalho	106\$140
Citio de S. Bras	1\$940
Emgenho dos Santos Cosmos	3\$200
Mestres de asucuer, banqueiros e purgadores	48\$
Os lavradores de canas	355\$
Os senhores dos emgenhos	360\$
	<hr/>
	900\$

[autógrafos:] João Furtado de Mendonça
 Gaspar de Sousa Uchoa
 António Borges Uchoa
 Pedro Gonçalves Madeira
 João Cordeiro de Mendanha
 João Ribeiro [?]
 António de Masedo Pais

O commissário da freiguesia da Vargem Cosmo Bezerra Monteiro por serviço de El Rey Nosso Senhor logo logo com toda a diligencia faça a cobrança da dita freiguesia por este rol do anno passado, visto o descuido dos deputados do lançamento desta freiguesia não averem remetido a esta Camara o rol novo deste presente anno athe oje e ser neçesario o dinheiro para se pagarem os asuqueres que nesta frota presente remetemos a Sua Magestade e a dita cobrança fará o dito Comissario executivamente asi e na mesma forma do mandado que lhe entregamos nesta Camara com advertencia que não receberá de pessoa alguma nenhum genero de asuquar nem outro algum efeito salvo o dinheiro de contado porquanto as carregações se fizeram sob nossa palavra e falta somente a satisfação dellas para se pagar a quem se deve. Em meza, Olinda 11 de agosto de 665. Manoel Pereira de Azevedo escrivão da Camara que o escrevi.

[autógrafos:] Jasinto Barboza d'Almeida
 Cosmo de Avreu Pereira
 Gaspar da Costa Cazado
 Manuel da Silva Pinto
 Francisco da Rocha Bezerra
 João Velho Barretto."

AHU PE caixa 5

"Senhor. Pella repartição feita por Francisco Barreto Governador e Capitão geral se orsou esta Capitania de Pernambuco em 400 mil cruzados pagos em 16 annos a 25 mil cruzados em cada hum. Acceitarão os povos esta contribuição, animados com o zello que sempre lhes durará no serviço de Vossa Magestade. O meo para se pagar he dificultozo e fas mais oneroza a obrigação, com pranto geral de todos, e por esta razão se excogitarão diverços meos em os quais se acha a mesma difficuldade, dandosse à execução. Animados pello

muito que tem servido a Vossa Magestade e de proximo servirão no socorro que desta Capitania foy para o Reyno de Angolla, Pedem a Vossa Magestade lhes fassa merce conceder lisença para embarquarem 3 mil quintais de pao brazil para se entregarem os 25 mil cruzados nessa Corte aos ministros da fazenda de Vossa Magestade, de que mostramos os fundamentos no papel que acompanha esta. Luis de Mendoça Furtado como testemunha de vista dará melhor informação a Vossa Magestade, a quem pedimos nos faça merce mandar rever o papel, conçiderando o zello com que fazemos a offerta e continuos serviços que fazem estes povos a Vossa Magestade, a quem o ceo prospere a saude e vida como seus vassallos hão mister. Escrita em Camara Reciffe de Pernambuco o primeiro de agosto de 1664. Joseph Tavares de Vasconcellos o fiz escrever. [Autógrafos:] João Pessoa Bezerra, Antonio Barreto, João Gomes de Mello, Luis Marreiro.

No alto: "Vejaçẽ no Conselho Ultramarino esta carta e a incluza e se me diga o que parecer. Lisboa a 19 de dezembro 1664". Rubrica de D. Afonso VI.

Anexo: "Senhor. Qualquer tributo que se tira do povo, carregando-se-lhe de novo he oneroso e o sentem com mayores vantagens os moradores desta Capitania de Pernambuco, porque da era de 630 que forão invadidos pelos Olandeses athe o anno de 1654, em que mediante o divino auxilio se restaurou a prassa do Reciffe e mais capitancias do Brasil da subjeição e julgo de Olanda, sustentarão huma guerra viva com suas peçoas e fazendas, iguualmente zellozos da liberdade e amor da Patria, como apeteçendo o dominio de REY natural. Para o sustento da guerra, conhecida a urgente e inexcusável necessidade, impuzerão sobre sy e sobre suas fazendas, de comum consentimento e vontade dos povos, carregados tributos.

"Os que hoje pagão he em cada pipa de vinho da Ilha da Madeira 16\$120 reis e dos vinhos do Reyno e Ilhas e Algarve 9\$560 reis, por estes se venderem por menos preço sam aquelles com vantagem melhores. Por cada arroba de asuquere branco paga o que lavra 60 reis e pella de mascavado 30 reis e para se não dezcaminhar ha balança em que se pesão as caixas para se venderem. Nesta balança paga por cada caixa 60 reis o vendedor e outros tantos o comprador. Em cada livra de carne de vacua impozerão os moradores 5 reis, que paga o povo que a compra pelo miudo. As peçoas que possuem pouco ou nenhum cabedal costumão a fazer agoa ardente

de cana ou mel para remedarem com trabalho sua vida e de suas familias. Também esta agoa ardente paga seu tributo, que he por cada lambique 3\$ reis e 1\$500 conforme o avanço que d'elle se espera. O tabaco paga cada arroba mea pataca [160 réis]. Não ha droga que produza a terra que se veja livre de imposto.

"Esgotados os cabedais dos moradores, empenhados com dividas, continuão com as contribuiçoens refferidas. E molestos com tantas sangrias, envelhecidos nas opressões, chorão o vexamem da contribuição dos 25 mil cruzados, chessem a obrigação de os pagar, o zello do animo os afervora para a promessa, franquea-os a execução de seus cabedais cujo lucro é tão limitado que não chega ao sustento de suas famílias. Estes moradores e povos applicarão para esta contribuição dos 25 mil cruzados dous por cento em as fazendas que viessem do Reino, nos escravos de Angolla hum cruzado, em cada canada de azeite mea pataca, na de vinho coatro vinteins. Arendouçe este imposto em prassa por 25 mil cruzados. Logo se conheceo a vexação grande do povo, as duvidas sem decisão, a queixa geral das peçosas que vinhão de mar em fora, a perda irremediavel no comerçio, que tudo carregava sobre o corpo desta Republica enferma.

"Mudouçe este meo intoleravel para o da finta dos fogos ou pellas cazas, cuja cobrança he trabalhosissima e ha grande diminuição no recadar, porque os cabedais dos moradores consistem em escravos e bois que de hum dia para outro faltão, e como os povos pagão estes 25 mil cruzados elles devem escolher o meo menos molesto.

"Este de presente só parece está em o pao brazil, pedindo a Vossa Magestade lisença para que este povo, pellos officiaes da Camara possão embarcar em cada hum anno, no corpo da armada, 3 mil quintais de pao brazil para no Reino se venderem e se pagarem os 25 mil cruzados. Esse meo he menos penozo aos povos, porque com pouco dispendio ou sem elle pode pagar cada morador o que lhe couber e reputará por sem trabalho a respeito do muito que sofre no pagar da finta presente, que he alivio a hum enfermo menos padecer.

"Rezulta grande lucro à fazenda de Vossa Magestade pellos direitos que mais lhe acrescem, assim dos que se pagam pellas pessoas que navegão esta droga para o Reyno, como dos que a conduzem para o Norte e se deve conçiderar que com muita facilidade pode Vossa Magestade navegar os 3 mil quintais do pao brazil para o Norte e com elles satisfa-

zer, e será muy proveitoza e sem molestia a satisfação, lucrando Vossa Magestade o avanço na droga e os moradores menos vexação. He tambem lucro à fazenda de Vossa Magestade, porque se aproveitará o muito pao brazil que se perde por falta de compradores e peçoas que o agençem, e sendo, como he, menos penozo este meo, pode continuar por muitos annos sua contribuição.

“Nem resulta desta mercê que Vossa Magestade fizer perda à Companhia do Comercio, porque esta o embarca com limitação e não pode aproveitar o perdido, nem lhe pode acrescentar o vallor no preço de o comprarem neste Pernambuco, porque sempre he muito e sendo singulares os compradores fica a seu arbitrio o preço justo. De mais que he pouca a quantia de 3 mil quintais em droga que só se acha no Brazil, e sem pagar nem imposto nem dizimo.

“A urgente necessidade dos povos facelitão [sic] este meo. Seu merecimento e serviços que tem feito, o animo com que offerecem o que podem dar, e zello de nesta occasião servir a Vossa Magestade com sua fazenda e com droga que só está livre, sendo impossível sobrecarregar os uzuais, cujos impostos estão applicados para sustento dos soldados, occasionão a que se lhes congeda a lisença para embarcarem os 3 mil quintais de pao brazil em cada hum anno e satisfazerem no Reino os 25 mil cruzados.

“O lucro à fazenda de Vossa Magestade he insentivo para se consseder, nem pode obstar dizerse que he contrato Real em que Vossa Magestade congedeo que só a Companhia Geral do Comercio o embarcasse, com prohibições às mais pessoas, porque este pao brazil sempre foy contrato Real e os antigos contratadores gozavão muitos privilegios; o principal foy a prohibição de se embarcar pao brazil, sem embargo dos quoais congederão por muitas vezes os Senhores Reis lisença a particullares para embarcarem certa quantidade de pao brazil. Nesta occasião a deve Vossa Magestade conceder a este povo, pois sam mayores os fundamentos, serviços que tem feito estes povos durante o tempo da guerra em que os moradores (por assim o pedir a occasião) deixarão suas cazas e fazendas continuando sempre com os tributos para o sustento dos soldados, acudindo com o necessário para os socorros da prassa do Seará e proximo para o sustento dos soldados que desta Capitania forão, por ordem de Vossa Magestade, para o Reyno de Angolla, e mais dispendios de que aviza o Governador Heronimo de Mendoza, com que se mostrão estes vas-

sallos com promptidão para o serviço de Vossa Magestade em as occaziões que se offerecem. E se Vossa Magestade nos conceder esta mercê acressentará os animos para o servirmos com mais largueza.

"A experiencia tem mostrado he impossivel continuar este povo com a contribuição refferida pelo meo que este anno se pratica; e dado cazo que Vossa Magestade nos não conceda a mercê que apontamos, Pedimos com toda a submissão, prostados a seus Reais pees, nos concede que os quatrocent s mil cruzados que estão lançados a esta Cappitania de Pernambuco se pagem em trinta annos, tanto em hum como em outro.

"Guarde Deos a Catholica e Real Pessoa de Vossa Magestade como seus vassallos hão mister. Escrita em Camara Reciffe de Pernambuco o 1º. de Agosto de 1664. Joseph Tavares de Vascomsellos escrivão da Camara_o fiz escrever.

[autógrafos:] "João Pessoa Bezerra Antonio Barreto, João Gomes de Mello e Luis Marreiro".

A Transferência da Faculdade de Direito de Olinda para o Recife

Gláucio Veiga

Desde 1843, quando o cupim ameaçava destravar cumieiras e empenas do mosteiro de S. Bento, inicia-se a crise de instalações da Faculdade. Nove anos depois, 1852, a Faculdade alberga-se no chamado Palácio dos Governadores.

Não esquentaria o lugar. Logo em 1854, a Faculdade estava no casarão vermelho do Largo do Hospício, à ilharga de um quartel, na frente da ilha dos Ratos, em areial isolado pelas camboas e mais areia por todo o Largo e Rua do Hospício. Uns confins, diriam os professores.

O exemplo frutificara e, em setembro/855, verão alto, José Bento da Cunha Figueredo, Presidente da Província, inaugurava na rua do Hospício, num sobradão, nova sede do Ginásio Pernambucano, ouvindo caprichoso discurso do pe. Joaquim Rafael da Silva, em latim, "Oratio quam in Pernambucensis Gymnasii inauguratrione". Localização, posteriormente, sujeita a reparos, segundo um dos diretores, por ficar o Ginásio no mesmo lugar "por onde têm de passar os alunos do Colégio das Artes, cujo contato não pode deixar de prejudicar à moral e à desejada ordem que deve reinar no estabelecimento". A má fama do Colégio das Artes, concentração de alunos agitados, prestes a se tornarem acadêmicos, petulantes, indisciplinados, encheria a crônica daquele período recifense.

Não conflitavam os alunos do Colégio das Artes tão só com os do Liceu Pernambucano. Rixavam com os acadêmicos seus vizinhos.

O *Diário de Pernambuco* de 30.7.855 traz notícias amplas sobre o primeiro conflito entre o Colégio das Artes e o Curso Jurídico, reclamando se "medidas repressivas", pois "o exemplo da impunidade propagará a desmoralização e tere-

mos a repetição das mesmas cenas que frequentemente se davam em Olinda, desvanecendo-se de todo o prestígio da idéia de reforma que sem dúvida, tem contido os desordeiros". É que desde Olinda os acadêmicos desconsideravam os alunos do Colégio das Artes, restringindo-os a uma longa permanência na condição de "cabucos", motejando-os, debicando-os. Daqui, os conflitos que continuaram alongados no Recife.

No Recife, ampliou o Colégio das Artes as matrículas. Causas: matrícula gratuita e a fuga do recrutamento da guarda nacional.

O conflito ocorreu no dia 27 de junho, quando estudantes do Colégio das Artes invadiram o edifício do Curso Jurídico, em perseguição a um primeiroanista "a quem pretendiam esbordoar". A reação dos acadêmicos foi violenta e "a desordem durou mais ou menos uma hora". O diretor tomou as providências e nos cárceres do Curso Jurídico e Colégio das Artes estavam trancafiados, segundo o *Diario* "cinco ou seis dos comprometidos".

O tempo e a convivência amainariam tais destemperos.

Quase que o governo condicionaria a trasladação da Faculdade à aceitação da Diretoria pelo Visconde de Camaragibe. Havia preocupações políticas, se Camaragibe-diretor prejudicaria Camaragibe-chefe conservador. Esta uma das dúvidas de Nabuco de Araújo, ocupando a pasta da Justiça, no Ministério Paraná (1853-1857). (1)

As demarches para a nomeação de Camaragibe encontram-se sumariadas em carta de Pinto de Campos, de 18 de junho/54, ao chefe dos conservadores em Pernambuco. Pinto de Campos havia levantado a hipótese "das repugnâncias" de Camaragibe, "especialmente em razão de sua assistência diária na Academia".

Ainda na carta, o padre do Pajeú informa que o Imperador, também, desejava que Camaragibe assumisse a Diretoria.

"No que concerne à Academia de Direito dessa Província só poderá ser removida se V. Excia. puder fazer o sacrificio de aceitar o cargo de Diretor" comunica Pinto de Campos em 20 de junho/54.

J.J.F. d'Aguiar também se dirige em 21 de junho/54 a Camaragibe resumindo seu diálogo com Pedreira: "O Pedro (o Visconde de Camaragibe) não se prestará a esse serviço, ao menos para montar a Academia e ser Diretor pelo tempo que quiser?".

Nos começos de julho, Camaragibe aceitava o cargo e os encargos. (2) E "foi chegar a decisão de V. Excia. e lavrar-se o decreto de sua nomeação" exulta Pinto de Campos em carta de 25 de julho.

Preocupa-se Camaragibe com a "indisciplina dos lentes"; o Governo, porém, daria mão forte e carta branca.

Camaragibe exigiria, todavia: somente empossar-se-ia quando a Faculdade de fato estivesse definitivamente instalada no Recife. Luiz Pedreira concordava. (3)

Mas, voltemos à situação em Olinda.

Sempre hóspede, esta a situação da Faculdade em Olinda. A instalação no Convento de S. Bento, uma emergência. A mudança para o Palácio dos Governadores, um paliativo.

Olinda não retinha infraestrutura para receber e como receber, a população adventícia estudantil, ano a ano mais multiplicada. Como não poderia deixar de ser, o impacto inicial repercutiu nos preços. A vida tornou-se mais cara e o aluguer dos sobrados alçou-se a novos níveis.

Os estudantes bulhentos conflitaram com a cidade ordeira, pachorrenta, rotineira. E, então, fecharam-se no decantado "espírito de corpo".

Em julho de 829, Lourenço Ribeiro reclamava sobre "a absoluta necessidade de mais outra sala para o 3º. ano". Razões: "porque estando, então, em exercício cinco aulas e devendo ser todas de hora e meia e de manhã, na forma da lei, é impossível que se possa efetuar em uma só sala que nos cederam os frades Bentos". Andava o mosteiro "muito velho e danificado" e à proporção que iam se instalando os novos anos do curso, os apertos se multiplicavam. Assim, quando o terceiro ano iniciava aulas, ocorreu a inevitável demanda de salas. Igualmente, quando se precisou instalar o quarto e, depois o quinto ano. Sem se falar nas salas destinadas à administração. O arquivo, por exemplo, do Curso Jurídico motivou ofícios numerosos. A 5 de fevereiro/829, o Presidente da Província determinava ao abade de S. Bento que colocasse à disposição do Diretor do Curso Jurídico "a cela que ficar mais contígua às aulas o que lhe não deve ser penoso, por isso que a maior parte das ditas celas não são ocupadas por alguns dos filhos da Casa".

Pelo tom final do ofício, infere-se existir resistência dos padres Bentos a novas concessões, assistindo o silêncio conventual perturbado pelo barulho dos estudantes. (4) O Abade silenciou (5) e a 14 de fevereiro/829 o Presidente determinou

ao Abade que "satisfaça a obrigação que lhe incumbe de imediatamente responder-me".

O Abade concordou, mas, a localização da cela posicionou-se inconveniente. Reclamou Lourenço José Ribeiro, pois, o quarto — assim chamou à cela — o quarto estava "muito indecente" e ainda era "a passagem para ele por dentro da aula". Agora, o Abade, Frei Antônio de S.B. Nunes dos Reis convidava em outro ofício (15.2.829) o Diretor para "vir ver" a nova cela, destinada ao arquivo.

Com o tempo, várias soluções seriam apontadas: o Palácio Velho dos Governadores e o Convento do Carmo. A mudança para o Convento do Carmo fora sugestão do Diretor Manuel Inácio de Carvalho (6). O Convento "quase sempre deserto e com total abandono" apresentava-se como ideal, principalmente, se se aproveitasse a planta e modificações feitas pelo major de engenheiros José Bloem. Se concretizada fosse a sugestão tornar-se-ia "a nossa Olinda ainda mais linda e de que os mesmos alunos tirarão vantagens, pela reunião das aulas todas e ainda de outras ciências, que se hajam de criar...".

Mas, em 1829, a preferência de Lourenço José Ribeiro ia para o Palácio dos Governadores "que está vazio, na melhor situação possível, com paredes e tetos feitos de novo e por isso mais suscetível de repartimento que se lhe quiser fazer". (7) Todavia, o Palácio dos Governadores, depois de um melhor exame, também andava carcomido.

Atendera o Imperador à sugestão e, por aviso de 30.1.830, determinou o aproveitamento do Palácio dos Governadores. Acompanhado de um oficial de engenheiros, Lourenço José Ribeiro visitou o imóvel; chegou-se à conclusão que "não era possível aproveitar alguma parte do referido Palácio para nele trabalharem as aulas do Terceiro Ano, em razão da sua total ruína...". Imperativo para condicionar o velho Palácio ao uso escolar, "era um conserto geral e divisões acomodadas ao fim para que é destinado". Somente, porém, em 1852, o Curso Jurídico, portanto, dois anos antes da mudança definitiva para o Recife iria para o Palácio.

O problema das instalações e a quase totalidade dos professores residindo e advogando no Recife iam estimulando a transferência para a capital da província.

Em 1831 os lentes fazem uma representação coletiva, pleiteando a transferência do Curso Jurídico para o Recife, pedido reiterado em 1844.

A Câmara Municipal, conhecendo do movimento emigratório dos lentes, também representou ao Parlamento Imperial, protestando contra os que "forcejam para desacreditar... a cidade (de Olinda) e seu município", com a finalidade de alijar o Curso Jurídico. E vão os vereadores rebatendo, ponto por ponto, as deficiências de Olinda.

Primeiro, a suposta ausência de um comércio ativo em Olinda. A arguição seria "inexata e exagerada", porque o abastecimento do Recife se faz nas mesmas fontes do comércio de Olinda, "observadas as proporções". E, sob outros aspectos, Olinda superaria o Recife, pois, àquele momento, ocorria escassez de água e lenha no Recife, "o que não acontece em Olinda, com banhos do Beberibe e andares de colinas e matas".

Olinda distava do Recife "uma légua escassa pelo rio, contada desde o porto do Recife até a igreja de S. Sebastião, já acima do Varadouro". Além disso, não se pode arruinar uma cidade vizinha à outra "que lhe rouba o Comércio e só pelo inconveniente de se mandar um criado ou escravo fazer provimento de alguns víveres uma vez em cada mês ou, quando muito, em cada semana".

A inveja dos habitantes do Recife crescia pelo "aumento progressivo desta Cidade, há tempos decadente", inveja desnecessária, argumentam os vereadores olindenses, pois, os recifenses "não precisam para a sua grandeza e prosperidade mais do que do seu empório".

Para patentear esse progresso, a Representação assinala um "comércio (olindense) mercando mais de 140 mil cruzados anualmente", abastecendo estudantes, lentes, professores, cônegos, militares-reformados, tudo isto "tem mudado a face desta nascente Atenas que promete um melhor futuro e mais lisonjeiro".

Investem os vereadores contra a insalubridade do Recife e, em contrapartida, as vantagens higiênicas de Olinda. "Os professores de Medicina e os escritores de Higiene unanimemente abonam a temperatura e salubridade atmosféricas dos lugares montanhosos, alcantilados e campestres, cujo ar sacudido pelo movimento do globo não só vinha com maior liberdade como por desembaraçar de partículas...". No Recife, continua a representação, "só no Hospital Militar do Carmo morrem anualmente de 250 a 300 pessoas e em toda a cidade acima de 3.000", enquanto em Olinda apenas falecem de 20 a 30 pessoas num ano "e tem havido ano em que não se contam... mortes".

O argumento é especioso, os vereadores omitem o número de habitantes de Olinda e do Recife.

Outro argumento seria o clima, Olinda "o lugar mais favorecido dos zéfiros em Pernambuco e nenhum mais do que ele na zona tórrida".

O silêncio, outro trunfo levantado na Representação: "pode-se dizer que todas as horas dos dias úteis em Olinda são horas de silêncio, de meditação e de estudo". Apenas os sinos das aulas do Curso Jurídico, do Seminário e da Catedral cortam essa quietude. "O tumulto e distrações das cidades populosas, o reboiço dos negócios públicos, a perturbação do Foro ainda não penetram esta feliz habitação, que parece ocupar um meio termo entre a Corte e o deserto, e ser o verdadeiro templo de Minerva".

Provocara a Representação dos Vereadores uma petição dos habitantes de Olinda dirigida à Câmara Municipal denunciando a "alguns lentes que requereram à Representação Nacional" a mudança do Curso Jurídico para o Recife, depois de a terem infrutuosamente desejado para a Bahia, fundamentando a sua petição "em razões frívolas, a respeito da verdade". Na petição dos moradores de Olinda — eram 67 o número dos Suplicantes — aludia-se ao fato de alguns lentes darem preferência à permanência do Curso Jurídico em Olinda. O argumento principal, todavia, apresentava-se mais objetivo, material, mais econômico. A instalação do Curso Jurídico provocara investimentos em prédios urbanos destinados à locação aos estudantes e professores e a sua transferência ia "de encontro ao bem daqueles cidadãos capitalistas que têm levantado casas térreas e de sobrado de um e dois andares e reedificado a maior parte dos antigos edifícios depois da instalação do Curso...". Ponderavam os Suplicantes, também, "a perda considerável das décimas das casas".

Novamente, em 9 de agosto/852 volta a Câmara Municipal de Olinda a representar à Assembléia Geral Legislativa e o argumento econômico retorna para o primeiro plano: a transferência do Curso para o Recife "influirá grandemente à ruína desta Cidade Monumentosa, que muito se ufana de ser a Atenas brasiliense e com esta transferência diminuirá ou ficará reduzida a mui pouco a arrecadação das rendas públicas da mesma cidade...". (8)

Agora, os "mudancistas" alegavam com a falta de diversões, inexistência de "casas de bailes, bilhares, jogos, teatro

e outros folgares". Mas, a mocidade antes de tudo deve se "aplicar aos estudos durante o ano letivo".

Nos primeiros anos da Academia em Olinda intensa teria sido a atividade literária: "quantas traduções de obras de mérito, quantas obras nesse tempo não apareceram feitas pelos estudantes deste Curso...". Na cidade residia um médico dr. Casado Lima, dois cirurgiões e o Dr. Pinto "médico do partido do Colégio dos Órfãos", visitando Olinda duas vezes por semana, em dias certos, sem falar na existência de duas boticas.

Por fim, não andava o Mosteiro de S. Bento em ruínas; quanto muito, falta de asseio.

Cinco dias depois da representação da Câmara de Olinda, o Presidente da Província determinou ao engenheiro Mamede Alves Ferreira, uma vistoria no convento dos padres bentos. Desolador o resultado: "O corpo deste edifício... está a desmoronar-se a cada momento, pois que todas as paredes externas que o formam estão todas rachadas, desaprumadas e a cair para a parte exterior, o assoalho da sala dos atos tem abtido e, a não ser as madeiras... a sustentação pela parte inferior talvez já tivesse caído".

Denuncia Mamede a causa da desestabilização do edifício: o deslizamento dos morros "escavados pelas chuvas não podendo resistir ao peso do edifício". Explica Mamede os estremecimentos do edifício, provocadores de correrias de "estudantes aterrados... pisando-se uns aos outros". O orçamento para restauração do Palácio dos Governadores foi estimado por Mamede em 16:000\$000, para nele se refugiar a Academia.

Em 1853, nova Representação da Câmara Olindense ao Parlamento. A transferência do Curso Jurídico seria apocalíptica para a cidade, pois, o Curso era "fonte única de prosperidade" de Olinda, porque "mantinha o valor dos seus prédios", imóveis estes agora, dizia dramaticamente a Representação, se efetivada a transferência, destinados "a moradia dos répteis". As décimas não renderiam mais, as hortas ficariam abandonadas e "nem os plantios de capim darão aos seus proprietários renda alguma, nem à Província o tributo que pagam". O número de habitantes ficará tão reduzido que não se poderá arrematar "uma só Irmandade e o Culto Sagrado do Deus dos nossos pais sofrerá o mal geral e com a decadência dele cairão em ruínas seus templos...".

E para onde ia a Faculdade? Para uma cidade com "um Liceu montado em grande escala com aula até de Economia

Política e onde os colégios de educação completa pululam aos pares”.

Os anátemas chovem sobre o Recife. Cidade de distrações, “de teatros (a cidade do Recife tem dois) com suas múltiplas récitas semanais” arrastando “o jovem sedento de prazeres”. Configura-se a capital como uma cidade de luxo: “O luxo que hoje faz um dos traços da fisionomia do Recife” pesaria sobre as mesadas outorgadas aos estudantes e afligiriam os pais.

O mais grave, porém, residiria no plano político. Segundo a Representação da Vereança olindense, “as manifestações da política em dias de exaltação, sem ódios profundos, o fatal espírito de partido... vão nas grandes cidades infiltrar-se no espírito cândido de uma mocidade tal, chamada principalmente à profissão da justiça e moderação”. Os olhos dos vereadores refletiam o conflito recente da Revolução Praieira. Relembra a Câmara: “a funesta intervenção dos estudantes das Academias de Paris em dias de revolução”, gerando preocupações nos pais ausentes.

Enfim, deparamos a caricatura das duas cidades, decorrente da análise emocional, quer dos defensores, quer dos detratores.

Pinta-se Olinda como cidade pacata, morigerada, a bonomia dos habitantes, o ar saudável das colinas, o silêncio convidativo à meditação e ao estudo, uma cidade-convento, onde tudo se resume em paz e segurança.

Ao revés, o Recife explode como a Babilônia: vícios, diversões, agitação revolucionária, teatros, luxo, tudo excludente do estudo e da tranquilidade.

A cada passo, a Representação evoca Coimbra como modelo de cidade universitária, “o aproveitamento” das escolas de Coimbra.

Em resumo, retomam-se as mesmas teses dominantes no Parlamento, quando da criação dos Cursos Jurídicos. (9)

As insuficiências de Olinda chegavam ao Parlamento. Na sessão de 16 de junho/851, onde Zacarias fartamente discursou, abordando a reforma dos Cursos Jurídicos, este, gabando o silêncio e o retiro do burgo eclesiástico, dirá que se o retiro e o silêncio são condições básicas para um estabelecimento científico, ninguém leva vantagem a Marim dos Caetés “porque mais silêncio e retiro que em Olinda, só nos túmulos”.

Mas, silêncio e marginalização não seriam tudo, adverte Zacarias. Há condições outras e necessidades diversas exigindo satisfações. E prosaicamente lembra o ex-professor do Curso Jurídico, falando por própria vivência, que os lentes precisam mensalmente receber vencimentos e os estudantes, mesadas. "Ora a Tesouraria acha-se no Recife e lá é que residem os negociantes correspondentes dos acadêmicos e, daí, vem para uns e outros, a necessidade de frequentes viagens, que fazem gastar, além do dinheiro, tempo, que poderá melhor ser aproveitado".

Nessa ordem de raciocínio, persistiu Zacarias anatemizando Olinda por suas faltas e falhas, denunciando ainda carência de médicos.

Justifica Zacarias a moradia de mestres e alunos no Recife, pois, "nem aqueles que parece terem obrigação de procurar o silêncio e o retiro podem estar em Olinda", como o Bispo, que "dispõe de um palácio perto da sua catedral e no entanto sua residência é no Recife...".

Sugeriram-se vários edifícios para a instalação do Curso Jurídico, no Recife. Pensou-se no prédio do Liceu Pernambucano, na rua da Aurora, e o dr. Sarmento colocou à venda o seu sobradão, onde posteriormente, funcionou o Tribunal de Relação e a Biblioteca Pública, na esquina da Rua do Imperador, confrontando com a futura Praça da República. (10)

A preferência recaiu nos sobrados da Rua do Hospício de ns. 14 e 16, de propriedade de Antônio Carlos de Pinho Borges e do des. Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. No sobrado n. 14 instalou-se a Faculdade e no de n. 16 o Colégio das Artes e a Biblioteca. A renda anual do sobrado n. 14 era de 1:600\$000 e a de n. 16 1:400\$000, tudo pago em três prestações. As benfeitorias ficariam a cargo da Fazenda Pública, sem direito a posterior indenização.

Encarregou-se da reforma dos prédios o Major de Engenheiros José Joaquim Roiz Lopes e a 2 de novembro/854, o diretor interino Antônio José Coelho anuncia ao Presidente da Província que o referido engenheiro "encarregado da prontificação do edificio..." havia entregado o prédio.

A Congregação, em sessão de 13 de setembro/1854 programou as instalações: "um retrato de Sua Majestade Imperial para a sala dos Atos Grandes, em razão de se achar em estado de não servir o que existe, desde a instalação da Academia Jurídica, hoje, Faculdade de Direito; quatro salas para o serviço das aulas; uma para os atos grandes com respectivo

Doutoral; outra para as sessões da Congregação; outra menor para o Diretor contígua à Secretaria; outra também menor para os Lentes; um quarto para os empregados da Faculdade; um para o depósito de chapéus de cabeça, de sol e capotes; um para a prisão correccional dos estudantes; um para despejos. 4 cadeiras magistrais para as quatro salas destinadas ao serviço das aulas; uma mesa para as sessões da Congregação, com vinte e sete palmos de comprimento e seis de largura, forrada, de roda-pé e com quatro gavetas nas quatro mesas, além de seis que existem com nove palmos de comprimento e cinco de largura forradas de roda-pé, sendo duas das quatro que faltam mais decentes para terem de servir na sala dos atos grandes, uma mesa para a Secretaria. Quarenta e oito bancos para as aulas devendo cada banco acomodar oito estudantes, vinte bancos com assento de palhinha e da mesma dimensão que os primeiros para a sala dos atos grandes. Dos bancos existentes só há oito em bom estado, dezoito que necessitam de pequenos consertos, onze de maior conserto e cinco inutilizados. Duas dúzias de cadeiras de braço para o doutoral, de jacarandá. Dúzia e meia também de braço para a sala das Congregações. Para a sala da Secretaria e do Diretor um sofá e doze cadeiras e duas bancas. Seis cabides, com nove tornos cada um, para a sala dos Lentes. Um livro dos Santos Evangelhos decentemente encadernado. Uma salva decente para a borla da Faculdade. Quatro salvas de metal com doze copos lapidados para água. Uma borla para celebração dos atos, visto que a existente está inutilizada. Um coxim e um tapete para a sala dos atos grandes, três capachos e três reposteiros. Doze urnas para a votação, tendo uma delas um furo no meio da tampa por onde se possam introduzir as esferas sem necessidade de a destampar; vinte e quatro esferas brancas e vinte e quatro pretas. Oito ampulhetas de vinte minutos; duas de meia hora e duas de hora. Um lavatório com jarra e bacia e seis toalhas de mão. Quatro jarras; duas grandes e duas mais pequenas, com cocos de flandres, seis campainhas. Quatro salas para as aulas preparatórias com suas respectivas cadeiras magistrais e oito bancos cada uma das salas, sendo da mesma dimensão dos acima declarados. Doze banquinhas para os exames preparatórios com suas competentes escrivaninhas. Na Biblioteca, além dos utensílios que existem, é mister doze banquinhas com doze pequenas escrivaninhas e doze pequenas estantes para os leitores; vinte e quatro mochos com assento de palhinha; um armário para arquivo; quatro cabides com doze

tornos cada um; uma salva de metal com seis copos; seis toa-lhas de mão e seis guardanapos. Mais um armário para a Se-cretaria".

Mas, a solução era transitória. Com o tempo o sobrado ganharia o apelido de "pardieiro". As reformas ao que parece, desestabilizaram o prédio e a maxambomba rolando pelo oitão estremecia a estrutura. O incêndio do pardieiro precipitaria, novamente, a mudança da Faculdade.

A mudança da Faculdade, também, era a vitória de uma discriminação, a discriminação contra Olinda. Esta represen-tava a aristocracia decadente, uma ordem superada. O Recife, a burguesia apatacada, emergente, vitoriosa, sinal de novos tempos.

Um baile de proporções excepcionais memorou o fato.

A "briosa corporação acadêmica" ofereceu às autorida-des e à sociedade um sarau no Arsenal de Marinha, somando 600 cavalheiros contradansando com 400 senhoras. As danças se desenvolveram em dois amplos salões, pois, numa terceira dependência, "decentemente mobiliada", espalhavam-se mesas de jogo e "aparadores à russiana, abastecidos de iguarias, bem como de muitos vinhos, refrescos e frutas da estação".

Os outros salões, "onde afluíam os devotos de Terpsi-core" adornavam-se "de bambinelas de primoroso acabamen-to". E por aí seguia o cronista desvanecido.

Nos fins de 54, a Faculdade deixava Olinda e se abole-taria no Recife, em sobradão, convizinhado a um quartel, ex-tremando um areial, imóvel de propriedade do des. Jeiônimo Martiniano Figueira de Melo, como anotamos acima.

Sobradão, quartel e areial eram limites urbanizados do final da Rua do Hospício, o Largo do Hospício.

De logo, o sobradão ganhou a qualificação de pardieiro.

Joaquim Vilela de Castro Tavares, preemptório, infor-mava na Memória Histórica de 1856: "A Faculdade não está verdadeiramente colocada na cidade do Recife, mas em uma estrada e a ela não se pode ir comodamente a pé". (11)

Falava-se da "longitude que se tem de vencer" para al-cançar a Faculdade, numa área onde "no inverno fica tão ala-gado o caminho que é mister as vezes andar por dentro d'água".

No verão, inexistem abrigos "contra os ardores de sol, enquanto não descai ele para o ocidente".

"Nos confins do bairro extremo da cidade, para onde só se pode ir em veículos..." reforça José Antônio de Figueiredo, (12) na Memória Histórica de 1857.

Condicionava o transporte em veículos "a impraticabilidade do caminho... longo", "os ardores do sol", no verão, "os alagados", no inverno.

"Numa estrada descampada", eis como Paula Batista, na Memória Histórica de 1858 visualiza o prédio (13). A distância faz com que somente alguém vá à Faculdade "arrastado por algum dever rigoroso, ou extrema necessidade". Daí porque os atos estavam se realizando às moscas "apenas com dois ou três espectadores que são sempre estudantes, e algumas vezes em completo isolamento".

Se a meta da transferência de Olinda para Recife era "a emulação e dedicação aos estudos", não se objetivou "e ficou a mesma solidão e desalento dantes", finaliza o processualista emérito.

"Arruinada e indecente" encontrava-se a Faculdade em 1863. (14) O caminho para atingi-la continuava "desigual e arenoso, desabrigado e cheio de pó". Para provar que a Faculdade encontrava-se desterrada nos confins da cidade, lembra Vilela que "entre o edifício da escola e o cemitério público de Santo Amaro, apenas há meia dúzia de casas". Não há espectadores para os atos que se processam sem os requintes do brilhantismo e solenidade. "Os estudantes, contando apenas ser ouvidos pelos seus lentes e colegas, estudam quando muito, salvo honrosas exceções, para cumprir um dever que lhes pesa". E reitera a tese de Paula Batista: se não ocorressem outras razões de peso, a mudança de Olinda para Recife "poderia ser considerada em pura perda".

Aliás, esse pessimismo da "Memória" foi parenteseado por uma exceção otimista: as Memórias Históricas de João Capistrano Bandeira de Melo de 1861 a 1862, predominantemente azuis. "A nossa mocidade é dotada de talento" e pode dar "sofribéis respostas às questões do exame", diria Bandeira de Melo.

Vilela destacou o desprezo do Governo pelo "primeiro estabelecimento científico do Norte". Impõe-se que "os poderes competentes tratem quanto antes de dar uma casa como convém à Faculdade".

Mas, fato novo haveria de ser registrado por Vilela. Vizinhando com um quartel, os "toques de corneta, tambores e música... sendo frequentes às horas de aulas, às vezes, abafam a voz dos lentes...". Rufadas e clarinadas, profeticamente, criando sínopes à exposição da Ciência Jurídica.

Antônio de Vasconcelos Menezes de Drummond autor de Memória Histórica de 63 — uma das mais completas, das mais analíticas e objetivas — repetiu e acrescentou. Repetiu sobre o areial, o sol ardente, “fortíssima e quase sufocadora é a reverberação” e finalmente, no inverno, “um lago”. Repetiu sobre “rufar dos tambores, toque de cornetas”. Mas acrescentou outro fator novo: “A proximidade a um hospital, foco de bexigentos...”. E o edifício, “acanhado, calido, mal repartido e sem as precisas acomodações”.

“Acanhado, falta de asseio, destituído dos precisos cômodos e incapaz de recebê-los” era, por igual, a opinião de José Antônio de Figueredo na Memória Histórica apresentada em 1857. E reconhecia que qualquer tentativa neste sentido “seria uma verdadeira perda para a Fazenda Nacional, pois iria beneficiar o imóvel do desembargador, por sinal, sovina e ambicioso”. (15)

Nos intervalos de aulas, os estudantes aglomeravam-se nos corredores, nas escadarias, nas avenidas das salas, interrompendo os Lentes que “leccionavam nas duas salas térreas”.

Todavia, no ano de 1860, graças à administração de Auran, administração interina, realizaram-se algumas reformas “que trouxeram mais algum asseio e comodidade”. Assim, na Memória Histórica apresentada em 61, João Capistrano Bandeira de Melo poderia (16) dizer que o edifício tem “uma tal ou qual decência, principalmente na Secretaria, na sala dos lentes e dos exames preparatórios”.

Pelas Memórias Históricas podemos reconstituir as dependências do pardiheiro.

No térreo, ficavam salas de aula e a sala dos professores; no andar superior a Secretaria, o salão de honra e o arquivo. Ao todo, nove dependências. (17)

Para aliviar essas insuficiências Drummond na citada Memória apresentada em 64, sugere soluções práticas. A Fazenda Provincial devia à Fazenda Nacional 336:000\$000. Ora, poder-se-ia liquidar esse débito, se a Província, em dação em pagamento, entregasse o prédio do Ginásio Pernambucano, “em bairro central” e onde poderiam funcionar não apenas a Faculdade, porém, e, igualmente, o Colégio das Artes. E Drummond faz larga descritiva do Ginásio, longa e miúda, mensurando em palmos o edifício, salas, gabinetes. (18)

Também Drummond se reporta a uma possível negociação com “a grande casa situada no campo das Princesas, es-

quina da rua do Imperador" de propriedade do dr. José Joaquim de Moraes Sarmento. (19)

O Imperador em sua primeira visita classificou a Faculdade *tout court*: "casa acanhada". E no dia subsequente retornando para outra vista d'olhos, foi mais incisivo com os dois prédios: o da Faculdade e do Colégio das Artes: "são até quase indecentes e muito acanhados. Ao menos caiem-nos e pintem-nos". (20)

Para nós, corrido um século, desimaginamos a desértica paisagem do Largo do Hospício com seu areial, "a ardente calma do Saara do Hospício" como se referia, na Memória Histórica/62, João Capistrano Bandeira de Melo Filho.

Atingia-se o Largo do Hospício, ou pelo Aterro da Boa Vista (Rua da Imperatriz) ou pelo cais do canal de Riachuelo, canal disciplinador da antiga camboa que, quebrando em ângulo reto para o Norte, a altura do Largo do Hospício, desaguava na camboa de Santo Amaro. Um dos braços da camboa formava outro areal, a ilha de Tomás Cocke, depois, denominada Ilha dos Ratos. Sobre esta ilha dos Ratos encontra-se edificado o atual prédio da Faculdade.

Toda a rua do Hospício, até à Faculdade, era um areal praiano. O Capibaribe lambia essas margens, tufadas de manguesais, depois depiladas e aterradas, até a altura da atual Rua da Aurora. (21)

Sem vegetação, desensombrada, a caminhada, quer pelo eixo da atual Rua do Hospício, quer marginando o canal da atual Rua do Riachuelo, no verão ou no inverno, na areia ou na lama, tinha toque de calvário. E no verão, principalmente, se atentarmos para o uso da casimira escura, de fraques pretos, tudo isto acolchoado por coletes e camisas de algodão e ceroulões, amarrados sob os joelhos.

O quartel, inquietador da Faculdade, fora outrora o convento da Irmandade de Jerusalém que, segundo Maria Graham, estava a 2 milhas da cidade.

As queixas contra o pardieiro continuariam plangentes nas "Memórias Históricas".

João Silveira de Souza vestibulava sua Memória relativa ao ano de 1865, adjetivando o edifício, "altamente impróprio e indecente" e velava censuras: "não obstante as repetidas representações que a tal respeito têm sido dirigidas ao Governo Imperial". (22)

Em 1868, no dia 10 de setembro, o sobradão vermelho sangue de boi da Faculdade queimava-se parcialmente. O si

nistro provocaria a famosa versalhada de Aristides Milton — “Morte do Pardieiro” — que mereceu a honra de reprodução parcial na solene Memória do prof. Tarquínio Bráulio de Souza Amaranto.

Segundo a “Memória” (23), depois de concluídas as aulas, já fechado o edifício, manifestou-se o incêndio “ateado na parte superior do lado... teria destruído todo ele e os que lhe estão vizinhos, se grandes esforços não fossem empregados para atalhar o fogo em sua marcha devoradora”.

O fogo alcançou as áreas do salão de honra, pela secretaria e pelo arquivo; este conseguiu salvação.

Segundo o professor memorialista, aqueles que foram à Faculdade no dia subsequente — e aqui aproveitava a contribuição poética de Aristides Milton:

“Viram somente ruínas
Cadeiras, livros no chão
As cinzas tomando o ponto
E o vento dando lição”.

A Faculdade mudou-se para o Colégio das Artes, sobrado familiar, cujos quartos transformaram-se em salas de docência. A Faculdade ficou funcionando, matutivamente. À tarde, o Colégio das Artes “cujos professores foram irremediavelmente obrigados a ler em suas cadeiras durante a tarde e na estação mais calorosa do ano”.

Bevilacqua reproduz parte dos versos. (24)

Tarquínio Bráulio S. Amaranto fecharia sua Memória, desalentado e vencido: “Cedamos ao infortúnio que pesa sobre esta Faculdade e já que nem a força de um devastador incêndio pode transferi-la daqui, rendamos ao menos graças a Deus que nos preservou em 1867 de ficarmos sob o desabado teto deste carunchoso edifício e em 1868 de sermos pasto das chamas que nele se atearam”. (25)

Transferida a Faculdade para o Recife, a Biblioteca aperrou-se numa das salas do edifício contíguo, outro pardieiro, no dizer de Drummond, o edifício destinado ao Colégio das Artes.

Aí visitou-a o Imperador, sendo bibliotecário o irrequieto e famoso padre Joaquim Pinto de Campos, homem da confiança de Camaragibe. “Tem bons livros novos, porém muito pouco próprios dum curso de direito e das matérias preparatórias e bastantes alfarrábios de teologia, talvez vindos d’aloum convento”. (26)

Sem leitores, praticamente, atribuía-se a pouca freqüência à inconveniência de funcionar a Biblioteca no Colégio das Artes. (27) Interpretação pouco convincente, se nos lembrarmos que os dois pardieiros — o da Faculdade e do Colégio das Artes — eram vizinhos.

Quanto ao recheio, sempre houve restrições. Paulo Baptista resume a Biblioteca como “uma triste calamidade”. “Entrai nesses salões desertos, correi todas essas estantes entupidas de velhos alfarrábios, dentre eles alguns já descozidos e desconjuntados, fragmentos repudiados de antigas heranças, e afora alguns livros melhores pertencentes à Biblioteca provincial, que foi adida à da Faculdade, não achais aí um só livro, sequer, que possais ler com vivo interesse” — encerra o praxista maior a jeremiada.

Drummond não fez por menos na “Memória Histórica”: “sobremaneira mesquinha”, sem publicações periódicas e sem livros especializados.

Os livros conventuais, apontados por D. Pedro, integravam a preciosíssima biblioteca do Convento da Madre de Deus. Do Imperador aos professores havia uma equívoca opinião comum sobre a inutilidade desses livros.

A invectiva de Pereira da Costa (28) contra Autran, acusando-o, quando diretor, de venda dos livros da Congregação da Madre de Deus, foi injusta. O inutilidade desses livros, como vimos, já estava referida pelo Imperador e demais mestres. Não existia, em termos didaticamente operacionais, qualquer resíduo de prestabilidade dos livros para um Curso Jurídico.

Mas, hoje, se o recheio tivesse sobrevivido, teríamos uma biblioteca, sem dúvida, de preciosidades, a começar pelas Obras Completas de Linneu.

No novo edifício da rua do Hospício, tomariam posse, em 855, entre outros, Brás Florentino.

Realmente, nesse ano de 855, em decorrência da reforma dos estatutos das Faculdades de Direito, diversas alterações seriam registradas. Duas novas cadeiras — Direito Romano e Direito Administrativo — reclamaram dois titulares: Manoel Mendes da Cunha Azevedo (posse a 23 de maio) e João José Ferreira de Aguiar, igualmente empossado no mesmo dia.

Os novos substitutos seriam Braz Florentino, José Antonio de Figueredo, João Silveira de Souza e João Dabney de Avellar Brotero.

À época, o discurso de posse era uma declaração de princípios, uma tomada de posição. Não era propriamente dirigido à Congregação, porém, na primeira aula, aos alunos.

Depois de agradecer ao Imperador (29) a nomeação — “para testemunhar publicamente o profundo reconhecimento de que me acho possuído” — ressalta Braz Florentino a coincidência de que fosse “com a renovação da nossa Academia, com o preenchimento de sua reforma”.

Enfatiza Braz o dramático da escolha da profissão feita “em nossa primeira idade, nesse intervalo crítico que separa a adolescência da idade razoável, nenhuma crise há de certo mais arriscada que a escolha da carreira que devemos seguir, da profissão que devemos dedicar toda nossa atividade”.

Estira-se, em seguida, o professor debutante, sobre o Direito: “o direito ocupa sempre o primeiro lugar, porque a Justiça é a primeira necessidade dos povos”. E após repetir vários conceitos de direito, conclui invocando longo texto de Lermnier.

No Brasil, “o estudo do direito não é somente uma preparação obrigada para um exercício de profissão como o foro ou a magistratura; é também um complemento necessário a toda educação liberal, um ramo de instrução indispensável a todo aquele que aspira a honra de servir utilmente a seu país, nas carreiras civis...”.

Braz Florentino faz sentir as dificuldades da Ciência Jurídica e cita Comte quando diz que “não há ciência mais longa, nem mais curiosa de se adquirir que a das leis... Se alguém se lembrasse de falar de um sábio jurisconsulto de vinte e cinco anos, faria rir de compaixão; nesta ciência a impressão de “jovem sábio” de que são tão pródigos nas outras é inteligentemente desusado: ela seria ridícula”.

Ao final, destaca o professor a última reforma do ensino superior e a criação das cadeiras de Direito Romano e Direito Administrativo.

João Silveira de Souza (30) ocuparia inicialmente a cadeira de Direito Eclesiástico e o discurso de posse é a louvação da cadeira. Subindo à cátedra, conclama os estudantes a protestarem contra aqueles “que entendem que a religião nada mais tem que fazer no século XIX... que se deve atirar ao abandono o direito eclesiástico como uma antiquilha, uma tradição caduca e inútil”. Continuava e arrematava: “uma sociedade de ateus só é possível na imaginação desvairada dos filósofos de enciclopédia e de seus adeptos; o século presente não

é e nem pode ser o século da matéria, da impiedade e do indiferentismo”.

A atividade política afastou Silveira de Souza da cátedra, em períodos vários, quer para presidir províncias, quer para assumir a Pasta dos Negócios Exteriores.

O edifício da rua do Hospício ainda teria préstimos escolares. Depois de abandonado pela Faculdade, hospedou a Escola de Farmácia. (31)

NOTAS

(1) — “O Nabuco desejará que V. Excia. fosse o Diretor, tanto mais vindo a Academia para o Recife; ao mesmo tempo reflexiona que isso o pode embaraçar na Administração da Província, que cedo ou tarde lhe cairá nas mãos” — Carta de 5 de junho de 854 do Mons. Pinto de Campos a Camaragibe — Arquivo do Visconde de Camaragibe. Instituto Arqueológico. Paula Baptista também tinha dúvidas sobre as vantagens pessoais de Camaragibe como Diretor. Diria em carta de 20 de junho/54: “Que o público ganha não há dúvida, mas se V. Excia. ganhará é que não sei”.

(2) — “Recebi a sua carta de 5 do corrente a qual me causou grande prazer por aceitar a nomeação de Diretor do Curso Jurídico isto é de Reformador — como diz o Mendes referindo-se a Coimbra *in illo tempore*; sim nosso compadre e amigo não esperava outra cousa da sua prudência e tino político. Está você efetivamente de parabéns pois dou por este acerto do Governo Imperial”. (Carta de Nabuco de Araújo a Camaragibe em 25 de julho/1854).

(3) — “Concordo em que V. Excia. só tome posse do lugar de Diretor e entre em exercício depois de transferida a Academia para o Recife. Outra cousa fora exigir muito de quem como V. Excia. fez ao Governo e a mim especialmente o sacrifício, que não cesso de agradecer, de aceitar aquele lugar de Diretor”. — Carta a Camaragibe de 25 de agosto/54

(4) — Offício de 5.2.829, M.S. da Biblioteca Pública. “Espero que V. Revma. se preste do melhor agrado e com a prontidão que requer à próxima abertura do mesmo Curso Jurídico a satisfazer esta minha exigência, atento o objeto e que ele se dirige e o quanto será do agrado de S.M. o Imperador a cooperação de V. Revdima. para um serviço de interesse todo nacional, para o qual convidará e solicitará de minha parte o necessário acordo dos demais religiosos habitantes do Convento”

(5) — M.S. da Biblioteca Pública, ofício de 14.2.829.

(6) — M.S. da Biblioteca Pública, ofício de 20.7.832 dirigido ao Presidente da Província.

(7) — M.S. da Biblioteca Pública, ofício de 6.7.829 dirigido ao Presidente da Província.

(8) — M.S. da Biblioteca Pública.

(9) — Os vereadores de Olinda outorgaram procuração ao Cônego João Rodrigues de Araújo para defender os interesses da Cidade na Corte. Livro de Atas da Câmara Municipal de Olinda, anos 1848/1857 fls. 75v. e 76.

(10) — No arquivo de Nabuco de Araújo encontramos uma carta do dr. Sarmiento oferecendo o sobrado e uma preciosa litografia do imóvel.

(11) — Jerônimo Vilela de Castro Tavares — **Memória Histórica Acadêmica**, 1856, p. 7. Esta Memória também foi publicada em **O Ateneu Pernambucano**, vol. I, nº. 1, julho de 1856, págs. 12/15. Jerônimo Vilela de Castro Tavares, irmão de Joaquim, na polémica com D. Romualdo, bispo da Bahia, em 1853, vaticinava o aniquilamento da Faculdade, se esta continuasse botanicamente em Olinda. "Mas, eu, sr. Arcebispo, que autoridade tenho... pobre advogado no hoje miserável foro do Recife e lente substituto de uma Academia que pelo emperro dos homens se acêsa conde nada talvez a definir e morrer na vetusta e solitária Olinda?" D.P. de 23.06.1853.

(12) — José Antonio de Figueredo — **Memória Histórica**, 1857, p. 11.

(13) — **Memória Histórica**, 1858, p. 7, publicada também em **O Ateneu Pernambucano**, vol. II, nº. 1, Maio, 1857, p. 3/6. Evidente que o conceito de distância é um conceito sociológico. A tecnologia nos habitua com essas distâncias. Em 1836 acusava-se o Presidente da Província — um Cavalcanti — de morar muito longe da cidade, na solarenga casa do Pombal. A acusação partia do jornal **Constituição e Pedro II**. Nabuco de Araújo, no seu jornal **O Aristarco** (n. 79) corre servicialmente em defesa do Cavalcanti e relembra a recepção no Pombal, "que tornou de grande gala o dia 11 de março deste ano por ser aquele em que a Princesa Imperial tocou a idade de prestar o juramento da Constituição". Outro exemplo: a impressão, no século XIX de longa distância, que dava a quem o percorria o trecho entre Apipucos e Caxangá, ficou gravado na expressão "Volta ao Mundo", com que ainda hoje é designado, anota Evaldo Cabral de Melo, in "Canoas do Recife: um Estudo de Microhistoria Urbana", **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. 50, nota. 10.

(14) — Jerônimo Vilela de Castro Tavares — **Memória Histórica** 1863 — p. 12.

(15) — Na **Memória Histórica** apresentada em 63, Vilela confirmava: "A exceção da Secretaria e a sala dos lentes que considero sofrivelmente arranjadas, depois dos últimos consertos e reparos mandados fazer pelo Sr. Conselheiro Dr. Autran..." p. 13.

(16) — Drummond, com lastro nos relatórios oficiais, informou na sua **Memória** que o desembargador pretendia elevar o aluguel da Faculdade de 1:600\$000 para 4:000\$000. O proprietário do Colégio das Artes pretendia subir de 1:400\$000 para 3:000\$000.

(17) — É a reconstituição que se pode fazer com base na **Memória Histórica** de 1868 de Tarquínio de Souza Amaranto, na descritiva do incêndio de 10 de setembro daquele ano. Cfr. p. 8.

(18) — Crf. *Memória* citada, p. 63.

(19) — Era o sobrado demolido nos idos de quarenta, na intervenção Agamenon Magalhães para construção da atual Secretaria da Fazenda. Nos princípios deste século, funcionaram no local conjuntamente o Tribunal de Justiça e a Biblioteca Pública. Esta, posteriormente, foi para o edifício da Cadeia Nova e o Fórum ganhou edifício próprio. Então no sobradão hospedou-se a Secretaria da Fazenda.

(20) — D. Pedro II — *Viagem a Pernambuco em 1859*, p. 44 e 48/49.

(21) — O aforamento dessa área e aterro foi requerido em 1806 por Casimiro Antonio de Medeiros. Pereira da Costa, *Anais*, vol. p. 209. Segundo A.P. de Figueredo em "A Carteira" (D.P. de 26.10.57) em toda a extensão da Rua do Hospício estavam construídas 59 casas, sendo 19 de um andar, três de dois andares e 37 térreas. Uma das primeiras casas a ser edificadas teria sido a do Senador José Carlos Mairink da Silva Ferrão.

(22) — *Memória Histórica*, 1866, p. 1.

(23) — *Memória Histórica*, 1868, p. 8.

(24) — Bevilacqua encontra sua fonte em Pereira da Costa, *Revista Acadêmica*, 1922, págs. 60/61.

Aristides Milton atribuiu a um raio o incêndio, iniciado em "noite chuvosa de medonha escuridão". Aristides Augusto Milton, da turma de 868 seria o autor de "A Constituição do Brasil". Segundo o *Diário de Pernambuco*, o incêndio se manifestara no dia 10 de setembro/868 por volta das 13,30 horas. O fogo iniciou-se "pela parte posterior-superior do lado sul do prédio". Os soldados do quartel vizinho, à época ocupado pelo 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, deram o alarme. Socorreram a Faculdade "diversas bombas, entre outras, as da Alfândega, Polícia e diversas do Arsenal de Guerra e da Marinha as quais prestaram excelentes serviços...". Um fato como este não podia dispensar a presença do Presidente da Província, do dr. Chefe de Polícia, "Delegados e Subdelegados das diversas freguesias da Capital, grande número de inspetores de quartelão... o Exmo. Mons. Pinto de Campos, na qualidade de bibliotecário público da Academia e copiosa quantidade de povo". As 16,30 o fogo estava dominado, "restando apenas o braseiro". O incêndio propiciou heroísmos: o do soldado do corpo de polícia Sebastião Alves Marinho, alcançado por uma trave "que lhe caiu sobre a nuca", o guarda nacional João Nepomuceno Nogueira Barros, o estudante Carolino de Lima Santos. O *Diário* do dia 12 completou a lista dos que "prestaram serviços por ocasião do incêndio: Srs. Menello Pinto, João Acioli, Godofredo Autran, Batista Guimarães e Antonio Olavo Gois "que se esforçaram para salvar os arquivos e o sr. André Porto que trabalhou numa das bombas, prestando serviços". O estudante Carolino de Lima Santos era baiano (turma de 1869). O D.P. de 14.9.868 publicava a poesia de Aristides Milton, "no mesmo gênero de outra que publicamos, há tempos, a propósito de um desmoronamento que houve no edifício em que funcionava a Faculdade de Direito".

"Eis o texto completo de "A Morte do Pardieiro":

"Eu que cantei, há um ano,
"A queda do Pardieiro",
Vou chorar-lhe a triste morte
A face do mundo inteiro...

Bem triste, porque se a queda
Deu-se à mingua de dinheiro
Foi somente... à falta d'água,
Que queimou-se o "pardieiro"!...

Eu dormia a largo sono,
Sonhando na "formatura"...
Via bem perto o "diploma"
Mais além... minha "futura".

O primeiro tinha um cheiro,
Cheiro mesmo de encantar,
A segunda era um espectro,
Que eu tinha medo de olhar.

Mas, enfim, vamos ao caso.
Eu estava... era a sonhar,
Quando, cem, mil badaladas,
Me vieram despertar.

Supuz ser, logo a princípio,
Sinal de revolução,
Por causa de alguma coisa
Verbi gratia, da eleição.

Foi quando a voz estridente
D'um meu gordo companheiro
Se fez ouvir nestes termos:
Lá se vai o "pardieiro".

Oh que choque! Nem o "ato"
Me faria tal sofrer,
Foi com algum custo, confesso
Que, afinal, me pude erguer.

Não era medo! Qual medo...
Era apenas o "nervoso"
Que até na batalha ataca
Muito soldado brioso.

Vesti-me, saí depressa,
Levei imensas topadas;
Ia tonto atordoado,
Ouvia só badaladas.

Não vi ninguém no caminho;
De mais nada quis saber.
Enfim cheguei. Muita gente
E... o "pardieiro" a arder.

Levanto as vistas! Os bancos
Vêm das janelas ao chão...
Ao menos não mais aqueles
Nossos algozes serão.

Encontro um colega: sabes?
Não temos aulas estes dias
Eu falo sério, estimei
Por causa das "descanias".

Outro: e as "cadernetas"
Já se teriam queimado?
Qual o bedel salvou-as
Oh! que caso desgraçado.

Fecha-se o curso por força,
Nem há que duvidar!
Para onde vamos agora?
O melhor é se encerrar.

Para o ginásio? É pequeno.
Para Olinda? Lá não vou.
Não deixa agora o Recife
Quem seu ano já "provou".

Dar-se aula quinta-feira:
Foi castigo, sim senhor,
Atesto em fé de estudante,
Juro se preciso for.

Assim muitos conversavam
E eu quedo ali me achava
Contemplando o "pardieiro"
Que rangendo desabava.

E o incêndio expedia
As chamas em borbotão,
E os sons do bronze cobriam
As vozes da multidão.

Gritava doida a "sineta"
Mas sem ninguém lhe valer!
Bem feito... sofre...! Que muito
Tu nos fizeste sofrer.

Havia um banco, entre todos,
Aonde só se assentava.
Uma plelade distinta:
A gente que não faltava.

Banco célebre! Das chamas
Foi tão feliz que escapou,
Salvando, dest'arte a honra
Da gente que o ocupou.

A custa de muito esforço
Pode-se o fogo apagar,
Mas à noite só se ouvia
Do triste caso falar.

E dizem que a "pardieiro"
Fez o seu "nuncupativo"
E deixou a outro prédio
Todo o seu "povo" cativo!!!

.....
Houve gente "tão assídua"
Que, apesar do que se deu
No outro dia, mul cedo
Nas aulas compareceu!...

Viram somente ruínas,
Cadeiras, livros no chão,
As cinzas tomando o "ponto",
E o vento dando a lição.

.....
Quem passar pelo Hospício,
E aquele esqueleto vir,
Olhe-o com todo o respeito,
E diga sério sem rir:

Foi um herói! As mil pragas,
A mil tufões resistiu...
Só depois de grande luta
Foi que o triste sucumbiu...

Ontem belo Capitólio
Aonde a glória luziu,
Hoje... "campo abandonado"
Aonde Tróia existiu..."

Camaragibe, a 15 de setembro/868 já divulgava edital, reabrindo as aulas no dia 16, "às horas do costume, no mesmo edifício em que funcionam as do Curso Preparatório", cujas aulas seriam deslocadas para o horário das 14 às 16 horas.

O fogo, segundo **A Opinião Liberal**, teria surgido no salão de honra. Salvou-se praticamente todo arquivo bem como se resguardaram os móveis da Secretaria. Comentário de **A Opinião Liberal**: Como em todas as cousas humanas, impera aqui a lei da compensação. Aquele casarão imun-

do, aquelas salas sujas, aquelas ridículas cadeiras magistrals, aqueles bancos de ruim cadeia, aquelas "varandinhas doutorais", aqueles cabides bem próprios para arreios de cocheira, todo aquele imenso e variadíssimo epigrama contra o desprezo da instrução pública entre nós, tudo aquilo ou foi queimado ou está deteriorado...". Segundo o periódico, devia se aproveitar a oportunidade do incêndio para reformar o edifício da Faculdade. **A Opinião Nacional** era redigido por Aprígio Gulmarães, Antônio Rangel de Torres Bandeira e João Coimbra e circulou de 10.5.67 a 28.6.70. Tudo indica que a notícia sobre o incêndio da Faculdade foi redigida por Aprígio, não só pelo estilo como pelas insinuações contra o Governo.

(25) — Aristides Milton integrava o grupo de Castro Alves, Luís Ferreira Maciel Pinheiro, paraibano ilustre, e do poeta baiano Antônio Alves de Carvalho. Maciel Pinheiro e Carvalho são da turma de 867. Maciel Pinheiro é o "peregrino audaz" dos versos de Castro Alves, quando aquele alistou-se voluntariamente na guerra do Paraguai. Carvalho fixou-se na terra natal onde ganhou notoriedade. No Recife, publicou um livro de poemas, *Lésbia*. Para uma biografia de Maciel Pinheiro cfr. Samuel Martins, in *Cultura Acadêmica*, 1906, págs. 3/11. Aristides Milton integrou com Castro Alves e Carvalho o grupo de **O Futuro** que circulou apenas em 1864.

(26) — D. Pedro II, op. cit., p. 48.

(27) — Tese de José Antonio de Figueiredo na *Memória Histórica* de 1857, p. 12.

(28) — Pereira da Costa — *Anais*, vol. IX, p. 374, nota. Diga-se de passagem que Bevilacqua na sua *História da Faculdade* omite o fato.

(29) — O Imperador sempre teve grande apreço por Braz Florentino. E este apreço deve ter se elevado, após a publicação da panegirística monografia sobre o Poder Moderador. O conhecimento pessoal do Imperador com Braz Florentino teria lugar em 859, quando da visita de Pedro II ao Recife. D. Pedro II — *Viagem a Pernambuco em 1859* — Recife, 1952, p. 45. O discurso de Braz Florentino encontra-se estampado no D.P. de 26 de junho/855. Em dezembro/863 Braz Florentino integrou a Comissão Revisora do Código Civil, ao lado do Visconde de Uruguai, José Tomás Nabuco de Araújo, José Mariani, Lourenço José Ribeiro, Francisco J. Furtado, Antônio J. Ribas e Caetano Albuquerque Soares. O Ministro da Justiça era Slnimbú e a comissão estava prevista no Decreto n. 2118, de 22.12.858. Mas, a indicação de Braz para a Comissão, ao que parece, partiu de Nabuco de Araújo, a quem Braz era ligadíssimo: Joaquim Nabuco — *Um Estadista do Império*, Aguillar, p. 340. A amizade de Braz Florentino com Nabuco de Araújo, ao que parece, inicia-se quando o primeiro ainda segundoanista, era redator de *A União*, órgão dirigido por Nabuco de Araújo em 1848 e que não deve ser confundido com o periódico de igual titulação da época da questão religiosa e orientado por Soriano de Sousa. Omite Luiz do Nascimento o nome de Braz Florentino entre os redatores. Cfr. Luiz do Nascimento — *História da Imprensa de Pernambuco*, vol. IV, p. 301. Conta-se que na sessão do Conselho de Ministros, em 855, o Visconde do Bom Retiro, Ministro do Interior, começara a ler a lista dos novos professores nomeados, sem concurso, em virtude da reforma. Num dado momento, o Imperador teria aparteado: "E o Braz? Está na lista,

mais abaixo, informou o Ministro. Braz Florentino era o único que havia defendido teses e recebido o grau de doutor. Isto comprova a admiração do Imperador por Braz Florentino que nessa nomeação teve a Nabuco de Araújo, por padrinho.

(30) — João Silveira de Souza, catarinense, bacharelado pela Faculdade de S. Paulo, em 1848 e doutorado em 1849. Resumo biográfico em Blake e em *A Cultura Acadêmica*, ano I, vol. I, tomo I, Fasc. II, págs. 107-109. As posições reacionárias seriam abrandadas posteriormente quando Silveira de Souza passou-se para o Partido Liberal e prestou serviços ao Gabinete de 3 de agosto de 866. Foi professor da Faculdade de 1855 a 1890, sendo nesses últimos cinco anos seu diretor. Libertando-se da ortodoxia católica, deixou inédito um ensaio combatendo o dogma da "infallibilidade papal".

(31) — "Fiz exame de admissão à Escola de Farmácia. Fui aprovado. A escola ficava num velho casarão à Rua do Hospício. Diziam que era o mesmo edifício da antiga Faculdade de Direito, onde estudaram Castro Alves, Tobias Barreto e Silvio Romero. Vinha do passado o eco das tradições progressistas, mas abafada pelo sistema social dominante". — Octavio Brandão, *Combates e Batalhas, Memórias* — 1º. volume, Alfa-Omega, 1978, p. 67.

Algumas Notas a Respeito da Viagem do Imperador Dom Pedro II a Pernambuco em 1859

José Luiz Mota Menezes

A viagem do Imperador Dom Pedro II a Pernambuco, como parte daquela que fez às Províncias do Norte, foi acontecimento bastante significativo para esta então província e esperada com ansiedade pelos pernambucanos. Sobre o assunto foi divulgado, com comentários do Sr. Guilherme Auler (1), pelo Arquivo Público do Estado de Pernambuco, o Diário de viagem do monarca, encontrado entre os documentos transportados para o Museu de Petrópolis, guardados que estavam no Castelo do Conde D'Eu (2). Em tal Diário, o Imperador deixa entrever seu espírito lúcido e as observações singulares, de natureza crítica, social e política, do que pode observar na província e dos que nela viviam. Por outro lado, há um aspecto daquele Diário que nos é particularmente interessante — O Imperador emite opiniões sobre obras de arquitetura e se refere ao estado das cidades visitadas, juntando mesmo, conforme declara, algumas notas, infelizmente não transcritas, talvez perdidas, a respeito de alguns monumentos que lhe foram mais significativos. Nas suas observações se revela muito cuidadoso e procura se cercar de referências históricas de autores coevos ou de outros tais como Barlaeus ou Jaboatão, tentando associar uma impressão pessoal a uma informação histórica segura. São trechos bastante elucidativos e, pela formação do homem universalista, D. Pedro II, merecedoras de maiores comentários.

A viagem do Imperador a Pernambuco não se prendeu apenas às visitas ao Recife e a Olinda, vai ao interior e a engenhos, a exemplo o de Moreno. Na presente comunicação vamos nos restringir a comentar algumas daquelas observações que dizem respeito ao Recife e a Olinda.

A reconstituição da paisagem urbana das duas cidades sempre nos fascinou, pelo que elas apresentam de contraste no que respeita a ocupação do solo e da trama urbana que foi ponto de partida para o crescimento de ambas.

Nossa comunicação será feita levando em conta o que se encontra escrito no Diário de Dom Pedro II e dos trechos escolhidos, faremos nossas observações pessoais e, tentaremos confrontar as opiniões do soberano com aquela de um francês que o antecedeu, na qualidade de engenheiro, dirigindo as obras públicas, Louis Leger Vauthier. Por outro lado, as cidades do Recife e de Olinda possuem do período considerado, uma documentação iconográfica que merece ser, mesmo sumariamente, analisada com base nas informações do Imperador.

Não pretendemos ser absolutamente originais, mas, na medida de nossas possibilidades, seguiremos um caminho que nos permitirá talvez uma melhor visão física, crítica, das cidades consideradas, essencialmente quando levamos em conta o acontecido com a cidade do Recife, a qual não guarda mais senão em pequenos e isolados trechos, aquela visão uniforme e singular da época de Dom Pedro, "crucificada que foi (e continua a ser), pelas grandes avenidas".

"Dormi na baiuca até me chamarem a 1 e 40 para ver as luzes da cidade do Recife, que se levantavam progressivamente das ondas. 2 e 3/4 fundeamos no Lamarão, porque não é prudente entrar sem prático; o "Apa" joga sofrivelmente. Desci para dormir na cama mesmo vestido, como estava, até às 5 1/2 quando subi, e às 6 com o piloto mor (1) largou o Apa do Lamarão.

A vista de Olinda e do Recife é muito bela, e deixando a esquerda o baixo do Inglês e o farol que é pequeno e de refletores, viemos fundear às 6 e 25 defronte da torre do observatório do Arsenal da Marinha, que chamam aqui de Malakoff, e sobre a coroa d'areia, onde deve trabalhar a 2a. máquina de escavação, que já está quase pronta, para que o porto possa dentro de 2 anos permitir entrada a navios do calado dos vapores da carreira de Southampton.

O recife, que muito se tem alterado artificialmente, resguarda inteiramente o porto do embate das ondas do Lamarão, ainda que muitas vezes elas o estejam galgando.

Já tomei algumas informações a respeito do melhoramento do porto do Inspetor Eliziário (2), mas é assunto que indicarei as minhas depois de o haver estudado tanto quanto me for possível".

As impressões de Dom Pedro II sobre o porto e cidades de Olinda e do Recife, encontram eco naquelas de outros viajantes, entre os quais podemos destacar em primeiro lugar o engenheiro Louis Leger Vauthier. Em seu Diário Íntimo (3), registra:

"7 de setembro (1840).

Esta noite, às 8 horas foram vistas do cesto da gávea as luzes de Pernambuco e de Olinda. Enquanto esperávamos o dia, pusemo-nos a cruzar as águas a 12 ou 15 milhas da Costa.

21 de setembro.

Vista retrospectiva desde o Dia 8.

Dia 8, grande data! Dia de grandes fadigas e grandes emoções. De manhã, ao raiar da aurora, vimos a costa a duas milhas de distância, desde o Cabo de Santo Agostinho até muito além de Olinda.

Aspecto pitoresco de Pernambuco: casas brancas, os telhados emergindo da fresca vegetação. Estava longe de imaginar esse cenário, gracioso. O sol, ao erguer-se, coloriu com riqueza a paisagem.

Às 9 horas, chegada do piloto em uma piroga, afilada na proa e popa e conduzida por quatro negros. O piloto, de calça preta, jaleco claro, muito curto, acima da cintura. A figura dos negros pareceu-me boa, seu rosto inteligente.

Agitação geral para o desembarque. Auxiliei o casal S. a vencer as dificuldades. Depois, bastante fatigado, acabei de me vestir no momento em que o navio entrava no porto, tocando ligeiramente o fundo da barra.

Aspecto bastante estranho do porto. De um lado o Recife onde se quebra o mar; do outro, em quase toda sua extensão, praias arenosas ou casas construídas sem ordem (4)".

Vauthier, com a percepção de um engenheiro, vê o Recife como um técnico, quando comenta as casas construídas sem ordem, ordem que foi o lema de quantos engenheiros e arquitetos estrangeiros aportaram a Pernambuco no século XIX e, como um artista, quando descreve a luz do sol sobre o casario.

Ambos, o Imperador e o Engenheiro, são acordes em dizer da beleza da cidade vista do mar. Tal impressão será a mesma de outros viajantes e se deve à singularidade da situação da cidade do Recife, emergindo do mar e construída em

região plana, no desembocadouro dos rios Capibaribe e Beberibe.

Tal fisionomia também deixou marca nos que fixaram em desenhos, gravuras e pinturas, a cidade desde antes e durante a ocupação holandesa. Frans Post, em panoramas do Recife, a exemplo de outros artistas que na Europa fixaram vista de cidades, também escolhe ângulos, para seus desenhos, dos quais serão alguns gravados, onde se destaca tal singularidade referida (5).

Antes desse pintor, da comitiva de Nassau, outro já fixara o Recife, em estampa inserta no livro de J. de Laet, e titulada o Recife de Pernambuco (6), em visão semelhante àquela que se tem da cidade a bordo de uma embarcação à entrada do porto.

No século XIX, dentre as representações gráficas do Recife, tomadas do mar, destacaríamos as duas de Charles Landseer, inglês, ambas datadas de 1825, a primeira a bico de pena, titulada "Jangada of Pernambuco" onde fixa os edifícios, os fortes do Mar e do Brum, e uma segunda, desenho a lápis, feita do Lamarão, vendo-se em primeiro plano, o forte do Mar ou do Picão e o Farol, primorosamente desenhados, e ao longe, o casario e o forte do Brum (7).

De cerca de 1852, de entre 12 cromolitografias, litografadas por F. Kaus, podemos destacar a de nº. 1 titulada "Entrada do Porto de Pernambuco", onde se vê o cais do Trapiche novo, mais tarde conhecido por Lingueta; ao longe Olinda e à direita o Farol da Barra.

Nas vistas do Recife e de Olinda, tomadas do mar, sempre os artistas se preocuparam em destacar, quando vistas as duas cidades em conjunto, as características que sempre as distinguiram: as de relevo, uma situada no plano, outra em outeiros, e as de vegetação, onde se percebe a massa do casario do Recife, onde domina a construção sobre o verde das árvores e o contraste que se oferece em Olinda, na qual os edifícios são dominados pelo colorido verde da rica flora dos quintais em encostas dos morros.

O Imperador é sóbrio em sua observação a respeito do aspecto da cidade vista do mar, mas, como de resto nas suas anotações, é incisivo quando utiliza com segurança a expressão "muito bela", para definir a impressão que lhe deixaram as cidades do Recife e Olinda quando de bordo do "Apa".

Com relação ao porto do Recife, alvo de tantos trabalhos técnico-históricos, tais como os de Victor Fournié e Emile Bé-

ringer, Alfredo Lisboa e, recentemente, de José César Regueira Costa (8), sem nos referir aos documentos mais antigos, holandeses, o Imperador registra melhoramentos que então se faziam no porto, para permitir a entrada de navios de maior calado, e observa as alterações que então já se faziam na altura dos arrecifes, acrescentando que tomara informações a respeito do assunto com um Inspetor. Tal atitude demonstra o espírito científico que presidia os interesses do Soberano, sua formação já referida, onde um desejo de conhecimento dos maiores e menores problemas da província, nos vários campos, quer político, econômico, da educação, dominava a sua visita, não apenas com aquela conotação pura e simples de um monarca que vem às províncias do Norte, mas de um observador cuidadoso e dotado de uma visão larga de governante preparado para o cargo.

“O desembarque teve lugar às 11 horas numa bela das rampas de madeira feita de propósito, que conduziam a um pequeno pavilhão onde beijei o crucifixo nas mãos do Bispo que não achei muito mudado para a idade, tendo havido um pequeno discurso, seguindo para outro maior no largo do Colégio, onde respondi ao discurso da Câmara Municipal, custando a romper o povo que ia vivendo e possuindo não menor entusiasmo, que na Bahia.

Fui logo para a Igreja do Colégio, onde ouvi um sermão meio político do Padre Campos, que rebateu as exagerações da propaganda descentralizadora, não me parecendo mau em geral, apesar de durar 3/4 de hora e depois um Te-Deum de 1 e 1/4 de horas cuja música em geral foi a melhor, que ouvi em igreja depois que saí do Rio.

A Igreja do Colégio foi construída no ano de 1689, sagrada em 17 de dezembro de 1690, havendo um frontispício da Capela ao lado esquerdo da Igreja a era de 1708, e reconciliada em 8 de setembro de 1855. Por ocasião da extinção ficou sendo próprio nacional, e servia de cavalaria, teatro e casa de baile, sendo reparada finalmente para seu destino primitivo e muito decentemente pela Irmandade do Espírito Santo. Estava bem armado o altar-mor e o trono tinha imensas luzes.

Vim para o Palácio pelas ruas do Colégio e da Cadeia, que parecem seguir-se em linha reta e atravessando imenso povo que me dava vivas, assim como todas as pessoas que atпетaram as janelas das casas de 3 e 4 andares, e notei o pouco calçamento que há apesar do imposto, atribuindo o presidente da Câmara a falta de calçamento que é quase geral, a desleixo.

A poeira era muita, assim como o calor, apesar de ao terral seguir-se aqui a viração desde 10 às 11 o mais tardar, e admittou-me ver como cerca de 80 senhoras das principais da terra acompanharam a Imperatriz, desde o desembarque até a Igreja e o Palácio, onde assistiram o cortejo.

Depois passou a Guarda Nacional da Cidade em continência, que era pouco numerosa, mas bem arranjada, não aparecendo segundo me disse o Boa Vista, porque não havia alfaiates para lhes fazer os 1.º uniformes. O jantar teve lugar às 5, e depois tenho descansado, conversado com diversas pessoas e aparecido à janela ao povo na praça. Há pouca gente de cor muito escura, e o povo parece mais sério que o da Bahia, apesar de todo o entusiasmo.

Do meu quarto há uma linda vista para o lado de Olin-da e Beberibe, e creio pelo que já vi no Barlaeus que está situado no mesmo lugar da casa do Conde de Nassau, que soube escolher sua residência.

A cidade é muito bem situada, e as casas iluminadas sobre os rios que contornam a ilha de Santo Antônio, antiga Mauricéa, propriamente dita, e primitivamente Ilha de Antônio Vaz, dão-lhe o aspecto, em ponto pequeno, do que imagino será Veneza.

Sinto-me cansado principalmente da vida de bordo, ainda creio que nunca serei bom marinheiro.

O Palácio está muito bem arranjado apreciando sobretudo uma excelente banheira; ao pé da casa também me prepararam um banheiro no rio; mas por cautela não vou tomar banho lá”.

O primeiro contato com terra pernambucana do Imperador foi no Cais do Colégio, nome que decorre do edifício dos Jesuítas, então não mais utilizado pelos inicianos e de propriedade do Governo.

Podemos hoje fazer idéia do desembarque do Imperador não apenas pelas descrições conhecidas mas, precisamente, através da série de litografias que ilustraram os seus números da Recepção de S.S. M.M. I.I. em Pernambuco em 1859, de *O Monitor das Famílias*. (9) Tais litografias, precisas no trato da arquitetura, ingênuas no que respeita ao desenho de figuras humanas, retratam as cerimônias do dia 22 de Novembro e têm, essencialmente, excelente cunho jornalístico em matéria de comunicação.

Pelas litografias se pode reconstituir não apenas as festividades mas, principalmente o trecho do trajeto dos Impe-

radadores desde o pátio do Colégio até o Palácio do Presidente da Província. Como documento importante também temos uma foto de Stahl & Cia., tirada cinco minutos antes do desembarque do Imperador.

Em 1855, José Mamede Alves Ferreira (1820-1865), executa uma planta da cidade do Recife e seus arrebaldes, onde indica, em colorido rosa, os projetos de novos cais e aterros que iriam aumentar a área do Recife de modo considerável. Tal planta foi litografada por Waterlow & Sons (10), Londres (Coleção da Biblioteca Nacional).

No ano seguinte, 1856, dois engenheiros civis, Henry Law e John Blount, são autores de planta do Recife, assinada com data de 7 de fevereiro de 1856 (11).

Em 1865, os mesmos engenheiros, em planta datada de 6 de setembro, propõem um sistema de drenagem para a cidade (11).

As três plantas nos permitem observações a respeito do trecho urbano em tela, se considerarmos as diversas vistas tomadas da cidade onde se vê o Pátio do Colégio, cais e rua da Cadeia.

Em 1859, já se configurava o bairro ou freguesia de Santo Antônio com o traçado urbano que nos chegou até o século XX, antes das grandes reformas que abriram as atuais Avenidas Guararapes e Dantas Barreto.

De uma descrição, de autoria de Antônio Pedro de Figueiredo (Abdalá el Kratif), que é publicada no Diário de Pernambuco de 12 de outubro de 1857, com o título: "A Carteira — A Freguesia ou Bairro de Santo Antônio" — se pode anotar os nomes das ruas e os históricos de algumas denominações, numa descrição contemporânea, de bastante interesse para esta contribuição, somada ainda de um preâmbulo das origens do bairro considerado. A divulgação desse trabalho deve-se ao historiador José Antônio Gonsalves de Mello e a iniciativa de sua publicação ao próprio Diário de Pernambuco, no seu sesquicentenário (12).

De "A Carteira" vale a pena destacar alguns trechos:

"O primitivo bairro de Santo Antônio, no tempo do domínio holandês, era cercado de baluartes, pelo lado do ocidente, desde a Fortaleza das Cinco Pontas, que hoje ainda existe ao sul da cidade, até o lugar pouco mais ou menos onde se acha o convento de São Francisco, ao norte, sendo o último castelo a residência do príncipe holandês chamado Ernesto.

Não tem caráter singular que o assinale; entretanto, na sua parte mais central, onde existem muitos e diferentes estabelecimentos de comércio, há grande movimento. É aí que está a maior parte das repartições públicas: o palácio e a secretaria do governo, a repartição da polícia, a das obras públicas, a Relação do distrito, o tribunal dos jurados, a Tesouraria Geral, a Provincial, a sala das audiências dos juizes do crime, do civil e da paz, o selo, o correio e o teatro, várias tipografias e diversas lojas de livros.

Ao pôr do sol, nessa hora consagrada à meditação dos poetas, na parte ocidental do bairro de Santo Antônio, descortinam-se magníficos pontos de vistas: para a esquerda vê-se grande porção de casas, situadas no aterro dos Afogados, através dos coqueiros que o guarnecem, e a povoação do mesmo nome; mais além os célebres Montes Guararapes, como um anfiteatro de verdura; grande parte do bairro da Boa Vista, a vasta Rua do Aterro, a grandiosa Rua da Aurora até as suas últimas casas, e a pitoresca cidade de Olinda.

As ruas de Santo Antônio em geral são mais largas e mais direitas que as do bairro do Recife, porém as suas denominações são igualmente pouco expressivas.

Tem trinta e três ruas, vinte travessas, sete becos e sete largos: as ruas da Cadeia, do Colégio, do Crespo, das Cruzes, do Queimado, do Cabugá, Nova, do Sol, Trincheiras, da Laranjeira, Larga do Rosário, Estreita do Rosário, de São Francisco, da Florentina, Bela, da Roda, dos Quarteis, de Santo Amaro, das Flores, da Paz, da Camboa do Carmo, do Livramento, da Penha, Direita, da Viração, das Águas Verdes, de Hortas, de Santa Tereza, da Palma, do Rangel, da Praia, Nova da Praia e do Fogo.

As travessas são as seguintes: do Ouvidor, do Queimado, das Cruzes, da Florentina, da Rua Bela, dos Quarteis, da Matriz, dos Expostos, das Flores, da Bomba, do Livramento, de São Pedro, da Viração, do Lobato, da Concórdia, do Carcereiro, do Arsenal, da Rua da Praia e a do Carmo.

Os becos são: da Matriz, do Calabouço, da Travessa da Rua Bela, 1.º da Camboa do Carmo, 2.º da Camboa do Carmo, 3.º da Camboa do Carmo e o do Falcão; e os largos do Colégio, da Independência, do Paraíso, do Carmo, da Ribeira, de São Pedro e do Palácio.

Tem mil setecentas e setenta e uma casas, a saber: duzentas e trinta e sete de um andar, duzentas e oitenta e oito de dois andares, cento e doze de três, seis de quatro e mil cento

e nove térreas; destas devem-se deduzir quatorze que estão situadas num lugar denominado Praia do Caldereiro”.

Da análise das plantas e confrontando com a descrição acima, se verifica o quanto estava construído o bairro de Santo Antônio e a densidade da ocupação do solo que, apesar de não ser igual, se relacionada com a largura das ruas, à do Bairro do Recife, não lhe faz grande diferença. Há um domínio claro das edificações, apesar de, nas quadras, existirem quintais, provavelmente arborizados. Os edifícios, considerando a informação quanto ao gabarito, são predominantemente de mais de um andar, em número relativo, o que caracteriza uma escala bastante considerável de desenvolvimento desta área do Recife.

Comparando duas vistas do bairro, uma de R. Schmidt, executada entre 1826-32, e outra contida nas três gravuras desenhadas por Frederick Hagedorn, litografadas em Paris, por A. Guesdon, datadas de 1855, quatro anos antes da vinda do Imperador a Pernambuco, se pode constatar o que dissemos acima quanto à ocupação do bairro e das características das suas edificações (13).

Por outro lado, a série de gravuras, desenhos e essencialmente litografias realizadas no século XIX, a maior parte delas de sua segunda metade, nos permite sentir o aspecto urbano e suburbano do Recife, por ocasião da vinda do Imperador. Embora as séries de Schlappriz-Carls (1863-68) e de Krauss (1878-85), esta última, parece, baseando-se em fotografias de João Ferreira Vilela e Alfredo Ducasble, sejam posteriores à visita do Soberano a Pernambuco, importam quanto à fisionomia de trechos da cidade e de seus monumentos que, por sua vez, não se modificaram tanto a ponto de não poder ser considerada na presente comunicação, entre 1859 e 1885.

O Imperador, após as cerimônias civis e religiosas, onde lhe mereceu destaque, na última, a qualidade da música executada, segue até o Palácio pelas ruas do Colégio e da Cadeia. Estas ruas, ligavam os largos do Colégio e do Palácio. Na estampa de Hagedorn se tem uma visão perfeita das ruas consideradas, que nos parece deveriam ser das mais importantes do Bairro. Estas ruas, depois se chamariam, reunidas, com o nome atual de Imperador Pedro II e o Pátio, ou Largo do Colégio, em desenho e litografia de Luiz Schlappriz, de entre 1863 e 68, se titulava de Praça de D. Pedro II, nome que é atualmente substituído pelo de Praça Dezessete. Nota o Imperador a quase ausência de calçamento. A respeito do assunto vale a pena a leitura do trabalho da Comissão de Higiene Pública,

presidida pelo Dr. Joaquim D'Aquino Fonseca e, publicado no *Diário de Pernambuco* de 28 de agosto de 1855 (12) (pág. 805, 816). No trabalho em tela a Comissão, bastante consciente do que representava a responsabilidade dos seus objetivos, traça diretrizes muito significativas para uma humanização, já naquela época reclamada, para a cidade do Recife. No que se refere a calçamento, confirma a assertiva do Imperador quatro anos depois.

Vauthier, em seu *Diário Íntimo*, descreve "Aspecto singular das ruas de Pernambuco, com seu calçamento de areia e passeios de tijolos. As casas bem limpas e elegantes e a população negra" (14).

Quanto às ruas e seus prédios da Cadeia e do Colégio, elas estavam tratadas, como de resto a cidade, por onde o Imperador passava, com esmero, pintadas as casas e iluminadas as ruas devidamente.

Acerca dos preparativos para o tratamento urbano é interessante se tomar conhecimento de partes de uma carta, publicada no *Jornal Pequeno*, e reproduzida na *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. XXI, 1919, e de autoria de um octogenário: "No meado do anno de 1859 foi anunciada a visita da família Imperial a Pernambuco e outras Províncias do norte.

Essa notícia foi recebida com júbilo e alvoroço, não só pelo governo da então Província, como por todas as classes da sociedade pernambucana, que desejavam conhecer e obsequiar, do melhor modo possível, o chefe da Nação e sua família.

Tratou-se do programa das festas a efetuar, as quais deviam ser pomposas e dignas dos augustos visitantes.

Entre as propostas aprovadas, ficou resolvido a caiação e pintura dos edifícios públicos e dos prédios das ruas principais da cidade, e iluminação geral, tanta quanto possível.

Já havia, nessa época, iluminação a gaz carbônico mas muito limitada; foi preciso, portanto, recorrer ao antigo sistema dos candeeiros de folha de flandres, pintados, envidraçados e com velas de estearina. Para que se conseguisse número suficiente de tais candeeiros, tornou-se preciso fazer-se encomenda a todos os funileiros da cidade e arrabaldes, os quais não se incumbiam de outro qualquer trabalho da sua arte.

Foi a safra dos funileiros, como também dos alfaiates e dos modistas. As lojas de fazendas finas, que eram apenas 3 ou 4, esgotaram os seus stocks.

Pouco depois notavam-se por quase toda a cidade as brochas e os pinceis em movimento”.

Quanto aos edifícios que formavam estas ruas (15) por onde passou a comitiva Imperial, podemos distinguir aqueles que seguiam no gosto a arquitetura predominante e de caráter ainda colonial, com seus telhados característicos em duas águas, para a frente e atrás, com beiral em tríplice telhas, envazaduras de vergas arqueadas ou retas, janelas, já então de guilhotinas com vidraças, de outros, em menor número, com platabandas, e gosto neo-clássico, então em voga para os novos prédios construídos, nos meados do século XIX. As sacadas já eram de ferro, substituindo, em prédios mais antigos, as de madeira, e os beirais corridos, em cornija, substituíam por sua vez os de tríplice telhas nas fachadas que deitavam para as ruas.

É interessante assinalar as modificações que surgem no século XIX, por influência dos profissionais estrangeiros, nas técnicas construtivas tradicionais e principalmente a mudança de gosto que se vai fazer sentir desde o terceiro quartel, aproximadamente, daquele século na construção civil e religiosa. O gosto europeu vem ser reclamado pelos da terra para suas novas construções e aqueles que as possuíam antigas, procuraram adaptá-las a essa invasão de estilos, na linguagem didática, de que será alvo o Recife. Apesar disso, não se irá descharacterizar tanto a cidade, vez que as modificações não serão tão fortes a ponto de lhe retirar a unidade que se mantém pelo menos volumetricamente, até a vinda dos arranha-céus, no século XX. Na verdade, a Lei das biqueiras se fez sentir profundamente na frontaria de muitas edificações, e condicionou vno de Barlaeus e as citadas do século XIX, se percebe claramente nas diversas representações gráficas da cidade, ao gosto eclético, na rotulação usual, do neo-clássico do XIX, conduzindo a resultados canhestros e de certa forma maus para o contexto urbano

É interessante a observação do Imperador quando se refere ao banheiro construído no rio, costume da terra, numa época em que o nosso Capibaribe não se encontrava tão poluído quanto hoje.

Quanto à trama urbana do Bairro de Santo Antônio, é interessante observar, quanto às ruas da Cadeia e do Colégio, que realmente elas seguem a direção daquela que se definia pelo antigo Convento de Santo Antônio, envolvido pelo forte Ernesto e muito justamente ligava o Palácio das Torres ao

largo da Igreja dos Franceses, local onde mais tarde se ergueria o Colégio e Igreja dos Jesuitas. A própria forma da Ilha e a situação dos edifícios, deve ter condicionado a disposição das ruas construídas à época de Nassau e mantidas nesses limites, Palácio das Torres e Igreja dos Franceses, com a retícula que teria após a expulsão. Comparando a planta inserta no livro de Barleus e as citadas do século XIX, se percebe claramente certa manutenção da trama urbana, e o prolongamento de certas ruas e a criação de novas paralelas às da Cadeia e do Colégio, para o lado oeste, com aterros no Rio, essencialmente a ocupação do trecho situado por trás do forte Ernesto, onde passava um curso d'água bem definido naquela planta do livro de Barlaeus.

Quanto à parte que se estende além da Igreja dos Franceses e ocupada parcialmente no período holandês (embora destruída, segundo se crê). com a expansão do bairro percebe-se certa vinculação ao plano contido na estampa de Barlaeus: principalmente as ruas que demandam ao forte das Cinco Pontas, as quais, embora não se tenha condições de afirmar serem aquelas de traçado holandês, foram condicionadas pelos dois monumentos considerados, a Igreja dos Franceses e o forte das Cinco Pontas.

Muitos aterros foram realizados para o lado oeste e os canais holandeses também foram obstruídos. Naturalmente as linhas principais são mantidas no bairro do século XIX, mas aquela retícula regular do plano holandês, se alterou com o costume português de ruas irregulares, essencialmente nas quadras próximas à fortaleza das Cinco Pontas. Assim, nos arriscaríamos a afirmar, mesmo sem uma pesquisa arqueológica que nos confirmasse melhor, que o largo do Livramento, rua da Penha e a que flanqueia tal convento até as Cinco Pontas, seria aquela que da Igreja dos Franceses, pelo seu flanco oeste, demandava as Cinco Pontas e o mesmo diríamos das ruas da Praia, Rangel, etc. A trama vem se modificar com a rua Direita que inflete para o Terço e as demais para o lado do Carmo e Detenção.

Naturalmente não queremos, com o que dissemos acima, que as atuais ruas citadas sejam aquelas previstas, construídas, delineadas ou não do plano holandês, mas, tão somente demonstrar que o princípio urbanístico apesar de tudo, se pode manter pela situação da própria ilha e de seus monumentos. Cabe um estudo maior da área, onde talvez se confirme ou se negue a presente hipótese, se assim a quisermos considerar.

"Depois visitei a Casa de Detenção que é uma bela obra. Já tem muralha exterior pronta com passeio por cima e guaritas para as sentinelas e dois torreões, onde, se conservam os presos, que entram depois das 6 da tarde. O raio norte está pronto, servindo para os detentos, os pronunciados e os sentenciados, tendo visto entre eles o célebre Tomás Gouvêa, que matou um caboclinho, que o acompanhava por não ter a quem matar. É de feia catadura, e conserva na face esquerda a cicatriz da bala que lhe quebrou os ossos da cara quando o foram prender. As celas chegam a ter 12 presos; há água em todas, menos nas solitárias, vindo de 2 tanques, que se enchem por meio de bomba.

Existem banheiros para os presos e empregados, parecendo-me tudo muito bom menos as varandas para os guardas vigiarem por defronte das celas; e a alimentação que não é boa nem suficiente; as celas das presas defronte das dos presos e a enfermaria onde há bexiguentos no mesmo raio dos presos, aparecendo bexigas desde que algum é vacinado, conservando-se na prisão assim como os loucos.

Ainda não tem um altar para os presos ouvirem missa apesar de requisitado há meses, e a roupa foi fornecida uma vez de há 3 1/2 anos para cá... Um dos sentinelas, que são guardas nacionais, comandados por um oficial de linha, não tinha pedra no cão da espingarda, e segundo o Florencio administrador que parece muito ativo e não tem papas na língua, esses guardas quando dormem sujam as paredes com obscenidades.

A obra do caes é muito precisa para que o mar não chegue à muralha brevemente e é para notar que em lugar de se ter terminado o 3º. braço de fundo que já estava bastante adiantado, se começasse quase a fazer a do sul, que de certo não fica coberto no fim do ano, como esperava, segundo leio no seu relatório; contudo existe o que é necessário para terminar esse raio.

A obra devia ser feita em parte pelo Governo Geral pois essa casa recebe presos de diversas províncias do Norte.

Trabalham bastante e já fazem 150 pares de botinas e algumas tão boas como as finas europeas, por dia. A diária para comida é de 240 reis. A mobília da casa da guarda é miserável. Os presos dormem em tarimbas de levantar".

A Casa de Detenção do Recife, obra do Engenheiro José Mamede Alves Ferreira, teve iniciada sua construção no ano de 1850, quando teve assentamento sua pedra fundamental. Em

vários relatórios apresentados ao Presidente da Província, se pode acompanhar o desenrolar da construção (16). Foi José Mamede autor do projeto não apenas dessa penitenciária mas de outros prédios públicos do Recife. Diretor da Repartição das Obras Públicas, durante o período 1850-56, sucedendo aos Administradores José de Barros F. de Lacerda e Engenheiro interino Francisco R. de Melo Rego que responderam pela Repartição após a partida do Engenheiro Louis Leger Vauthier, em 1849. Tal como Vauthier, Mamede também era Engenheiro formado pela Escola de Pontes e Calçadas, em Paris. Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, onde concluiu o curso em 1843, ano em que seguiu para a França. Chega ao Brasil em 1846. Em 1847 é nomeado membro da Comissão incumbida de estudar e dar parecer sobre o projeto da criação de uma penitenciária para a Província, termina por ser o autor do plano para o edifício, aprovado e executado sob sua direção, nesta altura como Diretor da Repartição de Obras Públicas. Falece em 1865.

O Plano, elaborado por José Mamede, para a penitenciária do Recife, demonstra o quanto era o engenheiro conhecedor dos sistemas penitenciários vigentes na América e Europa. Seu projeto se baseia no sistema que evoluiu daquele proposto pelo filósofo social inglês, Jeremy Bentham, o "Plano Panopticon" (vê tudo), criado em colaboração com seu irmão Samuel (fim do século XVIII). Nesse plano o posto de observação situava-se no centro do edifício e dele se tinha condição de ver o que se passava no restante da penitenciária (17).

O plano de Bentham, o "panopticon", teve adeptos no século XIX. No ano de 1829, em Cherry Hill, Philadelphia, o arquiteto John Haviland, projeta e constrói uma penitenciária, cujo modelo, inspirado no processo de vigilância de Bentham, se filiava ao sistema penitenciário de Pennsylvania — qual seja o princípio básico de completa separação e reclusão solitária de detentos.

A planta de Cherry Hill consiste em sete alas que irradiam de uma rotunda central, com torre de observação. Quatro dessas alas tinham um só andar e as outras três, quatro andares. Cada ala era servida por um corredor central e dava acesso às celas. Não havia pátio comum a vários prisioneiros; estes não se comunicavam entre si e ao circular, deviam usar máscaras. Houve reação forte ao tal sistema na própria época de sua aplicação.

No projeto da penitenciária do Recife, o Engenheiro Mamede usa do mesmo modelo que orientou Cherry Hill mas, utilizando três raios com três andares e corredor central, com um centro de vigilância sob uma cúpula. A forma adotada foi decorrente do partido e resultou em um projeto bastante racional. Entretanto, no sistema penitenciário do Recife, os presos dispunham de pátios para tomar sol, cercado que era o bloco por muros, segundo o processo vigente com guaritas. O plano portanto adotado pelo Engenheiro no Recife, era dos mais modernos da época, conforme assevera em relatório apresentado em 1856: "Este edifício no seu gênero, é sem dúvida alguma um dos primeiros do Brasil, e pode rivalizar com outros de igual natureza construídos na Europa. A solidez, segurança, e boa disposição tanto geral como particular, dos cômodos, acham-se aí reunidos, sem que em nada se houvesse afastado do sistema panótico radiante que fora adaptado".

Na altura em que o Imperador visitava Pernambuco, se encontravam concluídas as obras do Raio Norte, do corpo central da casa de administração, das casas para a guarda, e bem assim os torreões, todo o muro do circuito com as competentes guaritas, estando se executando os raios sul e leste. No relatório de 1861-63 se verifica que o raio sul estava quase concluído e com presos, enquanto o raio leste se encontrava bem adiantado. É provável que em 1859 o Imperador já tivesse uma idéia da volumetria da Casa de Detenção. Em 1867 o edifício se achava concluído.

Nas celas não se adotou o sistema Pennsylvania pois, foram executadas para mais de um prisioneiro. Por outro lado, a adoção do trabalho, conforme observa o Imperador e se confirma em relatório do Dr. Joaquim D'Aquino Fonseca, filia o processo penitenciário àquele no qual os prisioneiros deveriam executar trabalho em comum e as celas não seriam mais que dormitórios. Por ocasião do relatório citado acima, o Dr. Aquino Fonseca não caracteriza o projeto da Penitenciária do Recife como prisão com trabalho, mas já que ele existe, pede que se construa, fora do edifício, local para trabalho, o que se fará realmente tempos depois. Na ocasião da visita continuavam, os que exerciam ofício de sapateiro, a executar suas tarefas nas celas.

Quanto ao aspecto arquitetônico do prédio, verifica-se, pelo que hoje se pode constatar, vez que não se alterou sua fisionomia, e é alvo de restauração e adaptação a novo destino, desde que foram transferidos os prisioneiros e foi extinta

a penitenciária, filiar-se o projeto ao gosto neo-clássico similar àquele que norteou o projeto do Teatro Santa Isabel, de autoria do Engenheiro Louis Leger Vauthier, e do Ginásio Pernambucano, do mesmo José Mamede; a fonte é a arquitetura de igual rotulação francesa e de grande interesse para os formados, como o Engenheiro Mamede na Escola de Pontes e Calçadas, de Paris. O Edifício é sóbrio e imponente. A ala oeste, da administração, melhor define tal gosto e é tratada com a mesma linguagem que identifica um profissional de mesma categoria que o Engenheiro francês Vauthier e seguidor da mesma escola.

Inúmeras gravuras, litografias e mesmo fotografias no século XIX, documentam o edifício em tela.

O Imperador é incansável nas visitas que faz à cidade e a diversos monumentos. Vai ao Arsenal, à torre do Observatório, ao Hospital de Caridade, recolhimento dos Órfãos e expostos e se refere ao novo Hospital, como "obra magnífica". Este último, hoje Hospital Pedro II, estava em construção durante a visita do Imperador e sob projeto do José Mamede Alves Ferreira, autor, como vimos, do plano da Casa de Detenção. É visto em diversas litografias da época e constitui uma das boas edificações do século XIX do Recife, embora se tenha descaracterizado com anexos absurdos nos dias atuais. Tem linguagem arquitetônica de mesmo sabor que o Ginásio Pernambuco, Detenção e Teatro Santa Isabel. Bem proporcionado, o que confere à observação de Dom Pedro II, "obra magnífica", verdadeiro valor.

Passeia, Dom Pedro, na estrada de Apipucos e distingue algumas chácaras ali existentes e que felizmente ainda se mantêm, tais como as do Sr. Augusto de Oliveira, hoje Museu do Estado e a do inglês Gibson, em gosto neo-manuelino, embora então não mais pertencendo ao mesmo.

É interessante assinalar que, na altura da visita do Imperador, inúmeras chácaras existiam para o lado de Apipucos ao longo da estrada, passando por Casa Forte e Poço da Panela.

O Historiador José Antônio Gonçalves de Mello, no trabalho titulado *Capela de N. Sra. da Conceição da Jaqueira*, ao se referir ao sítio de Nossa Senhora da Conceição de Ponte de Uchôa esclarece a formação de certos subúrbios recifenses através do loteamento de alguns sítios que resultaram de engenhos (18).

Assim, o século XIX também foi o responsável pelo retalhamento dos arredores do Recife, antes com os antigos enge-

nhos, cujas casas grandes muitas já desapareceram. No século XX, estes sítios ou chácaras sucumbem pelo também loteamento em escala menor e alguns dão lugar a construção de péssimos conjuntos pluri-habitacionais, os edifícios de apartamentos, que destroem gradativamente a paisagem urbana e as antes singulares áreas verdes da cidade.

Dom Pedro II ainda viu inúmeras dessas chácaras; delas restam muito poucas, e são alvo da cobiça dos incorporadores imobiliários. Na planta de 1856, de Law e Blount, já referida, se pode constatar o quanto eram despovoados ainda então os arredores do Recife e as estradas, tais como a de Apipucos, do Caxangá e aquela que demandava Olinda, ao longo das quais iam surgindo casas e chácaras.

Dom Pedro realiza várias excursões pelos arrabaldes indo pelo caminho do Caxangá, ver a ponte pênsil, a Apipucos, a ver o açude do Prata e a Várzea, visitando as três igrejas, das quais restam apenas duas no momento. Sobre as igrejas do Recife, Dom Pedro II assim se expressa:

"Fui às 6 da manhã dar um passeio até o açude do Prata. Pouco distante da cidade, toma-se à esquerda do caminho de Apipucos, passa a igreja da Estância, que passa por fundada por Henrique Dias, que se achava postado com sua gente na passagem da Madalena e suas circunvizinhanças. Está maltratada, e tem irmandade de pretos".

"Depois do almoço fui ver as seguintes igrejas — São Pedro Gonçalves — é um bom templo. Foi primeiramente uma capela e quando o Bispo Justiniano de Azevedo Coutinho quis este por ordem do governo transferir a matriz daí para a capelinha do Bom Jesus, demolida no tempo do Paraná junto ao forte do mesmo nome ou o denominado Quebra-Pratos, e já ia mudar o santíssimo o povo amotinou-se, e tendo ele cedido foi por isso chamado a Portugal onde foi perseguido. Ouvi isto do Vigário antes de começar a missa que assisti nessa igreja".

"Capelinha do Pilar, no local do forte de S. Jorge, muito pequena e maltratada; não achei nenhuma reminiscência".

"S. Francisco — o mais belo templo de que ví pelo gênero, mas em menor escala do da Bahia; a capela dos Terceiros é primorosa; mas eles para ficarem inteiramente independentes, construíram Igreja sua boa mas sem se distinguir do comum, tendo ao pé Hospital pequeno e com mau cheiro na escada aonde não chegava o perfume queimando nas enfermarias. Não vi a sala do consistório, que dizem ser muito vasta

por estar aí a Secretaria da Presidência durante minha estada aqui, e ser domingo e portanto estar fechado. Externamente ao convento, como ornato, há dois animais de gesso ou barro que tudo podem ser menos o que pretendem representar que são leões”.

“São José, matriz nova. Igreja muito boa que está construindo o Bispo. Deve ficar obra magestosa e é pena que já há 3 rachas em três pontos da parede da frente, é duma nave inteira e duas laterais incompletas”.

“Convento do Carmo — boa igreja e notável pelas belas cadeiras de jacarandá para os frades cantarem officio. Estão no corpo da igreja e são trabalhos dum irmão da ordem”.

“A igreja Matriz da Boa Vista é lindíssima no frontispício de pedra lavrada, e muito elegante, mas o interior não merece menção”.

“Conceição dos Militares — um belo templo que se classifica logo abaixo do de São Francisco, e tem uma varanda perto do teto do coro da igreja, rodeando-o de belo gosto antigo, que ainda não descobri em nenhuma igreja das que tenho visto no Brasil. Por baixo do coro há a pintura da batalha dos Guararapes, cuja descrição vai anexo”.

“Espero informações a respeito de algumas destas igrejas”.

“Antes de ir à Alfândega entrei na Igreja da Madre de Deus, que é um bom templo com capela-mor toda dourada e tendo pinturas nos painéis das paredes, admirando a rica obra de talha de cedro sem ser envernizado do tecto da sacristia com belo aparelhado e anjinhos quase que de inteiro relevo”.

“No bairro de Santo Antônio estive na igreja de São Pedro dos Clérigos cujo frontispício é muito elegante e de pedra, distinguindo-se os relevos da porta principal, e o interior todo dourado, com excelentes proporções e o corpo octogonal correspondendo dois lados um a capela-mor, e outro à porta, e os restantes ocupados por altares; até a pouca luz a torna mais bela, em arquitetura e gosto é decerto a primeira da cidade”.

As observações do Imperador não são ricas em matéria de arte, embora denotem interesse histórico em todas elas. Na verdade suas informações nos indicam mais que se preocupava com a história de cada Igreja que mesmo com seu aspecto artístico, embora uma idéia de classificação, em matéria de beleza, surja quando compara São Francisco e a Conceição dos Militares. Em São Pedro dos Clérigos é bom observador, quan-

do constata a simetria existente entre o corpo da entrada e a capela-mor. Por outro lado, apesar de não usar de uma terminologia própria, é capaz de distinguir, em linguagem simples, o valor de cada edificação. É interessante quando usa da expressão "gosto antigo" ao se referir ao Carmo e o entusiasmo com referência à Matriz da Boa Vista, em linguagem arquitetônica contemporânea e mais ao padrão daquelas igrejas do Rio de Janeiro, de caráter bem lisboeta. Releve-se aqui o interesse do Imperador pelos templos pernambucanos que viu quase todos e os mais importantes: chega a quantificar e comparar com os vistos na Bahia.

Com relação a Olinda, visitada no dia 3 de dezembro, Dom Pedro II, ao percorrer os seus principais templos e edifícios públicos é mais um historiador. Preocupa-se com as informações de história e nada diz da paisagem que se pode descortinar do Recife para aquela cidade. Apenas se refere àquela que se descortina da igreja do Monte:

"Subi a Igreja do Monte que é sofrível e de cujo local se descobre da parte da frente do Recife e toda a Várzea, vendo-se bem a olho nú as torres da Igreja dos Prazeres de Guararapes, que já me tinham mostrado d'uma cela de São Bento, e no fundo d'uma varanda alta do lado direito da Igreja, o lado do Rio Doce e Itamaracá, distinguindo-se a olho nú a Matriz de Maranguape, sentindo muito não ter avistado com o óculo, por causa de um matinho, a casa de João Fernandes do lado fronteiro e pouco a esquerda da Matriz".

Não se apercebe daquela característica já assinalada, de contraste entre as duas cidades — Olinda emergindo da vegetação e o Recife muito edificado.

Vauthier, embora não chegue a verificar tal situação é mais seguro no seu Diário: "Chegamos até Olinda onde compramos doces secos de frutas, no Convento de Freiras que ali existe ainda. *A vista de Olinda é muito pitoresca.* O interior é muito acidentado. Para ir ao Convento, tivemos que galgar uma rua reta e muito escarpada, cheia de capim quase não pisado. Chegando ao alto, voltamos a esquerda, descemos um pouco, passando pela igreja e galgamos um segundo morro muito íngreme, cuja encosta é assaz longa. Do alto do morro, vê-se a costa que se prolonga para o norte, verde, fértil e acidentada. A vista de Pernambuco (Recife) é também muito pitoresca desse ponto. Mesmo atrás da montanha, estende-se uma magnífica faixa de verdura com árvores variadas" (21).

É singular a observação de Vauthier sobre as casas e a vegetação, onde ele, em suas "cartas a Daly" se refere:

"A largura mínima das ruas parece ser o ideal desse sistema (fala da cidade mourisca) e embora no Brasil os novos bairros, com suas ruas alinhadas e mais largas, onde os carros podem cruzar-se livremente, prestem-se às necessidades atuais, a idéia antiga ainda tem partidários. O que constitui uma cidade e lhe faz beleza são as casas; portanto, nunca é demais aproximá-las. Tal é ainda hoje a teoria dos brasileiros de antiga linhagem, para os quais o alargamento das ruas parece uma aberração. É ainda a influência dessa idéia que explica a ausência completa de vegetação no centro das cidades intertropicais. A vegetação significa campo, e as árvores não são julgadas dignas de se mesclarem às obras do homem.

A cidade de Olinda, à altura da visita do Imperador, estava em fase decadente, ele mesmo informa:

"Olinda está morta como cidade; porém tudo pode florescer tornando-se arrabalde do Recife, sobretudo se houver caminho de ferro de Olinda ao Recife, ouvindo que o Bowman está na Inglaterra não quer empreender a estrada sem novas condições; seria bom ver resurgir essa empresa".

No que respeita à trama urbana, confrontando o plano da cidade de Olinda contido em Barlaeus e a planta mandada levantar pelo Coronel Arthur Lundgren e impressa no Estabelecimento Gráfico, rua Bom Jesus, 20, Recife (19), se verifica que muito pouco se alterou daquele traçado dos idos de 1630-54. As mais antigas ruas se mantiveram e os quintais, em encostas, emprestavam à cidade uma fisionomia bastante pitoresca, conforme nos assinala Vauthier e que chamou atenção de Dom Pedro II da janela de seu quarto no Palácio da Presidência da Província, onde se hospedou. Hoje, quando se pensa em revitalização dos centros urbanos, valeria manter aquela fisionomia, ainda possível de preservar e que causou impressão a quantos visitaram a cidade.

Outras observações são pertinentes no Diário de Dom Pedro, entretanto, não se prendem a obras de arquitetura ou à fisionomia das cidades de Olinda e do Recife; são mais de natureza técnica e com relação a saneamento e obras do porto.

Considerando a comunicação que realizamos, advertimos que ela não pretendeu senão tomar por ponto de partida as observações do Imperador e delas tentarmos uma introdução, embora sumária, a um trabalho que deveria ser realizado, pois necessário, face as rápidas modificações que têm ocorrido no

Recife: o de análise de seu crescimento físico-urbano, à luz dos planos existentes, comparados aos documentos iconográficos, de certa forma ricos e valiosos, da cidade no século XIX, época em que ainda se podia contar com uma unidade urbana e na qual o Recife era dono de um caráter, como cidade, que tem perdido consideravelmente. É contribuição modesta e resultante de quem, voltado para séculos anteriores, se vê condicionado a escrever sobre um dos períodos mais difíceis, por mais próximo e mais complexo, o século passado.

NOTAS AO TEXTO

1) — **Dom Pedro II — Viagem a Pernambuco em 1859, cópia, Introdução e Notas de Guilherme Auler, Secretaria do Interior e Justiça — Arquivo Público Estadual — Recife 1952 (Separata da Revista do Arquivo Público n.º. 7 e 8 — 1952).**

2) — “No Arquivo da Casa Imperial, em tão boa hora transportado do Castelo d’Eu para o Museu Imperial de Petrópolis na parte referente aos manuscritos sem data — o denominado Catálogo B — encontramos o maço XXXVII, n.º. 1057, com a seguinte explicação do organizador do Arquivo: “Dom Pedro II — Notas e fragmentos e diários — Em 35 cadernos do punho de Dom Pedro II” (Vide Anais da Biblioteca Nacional, Volume LV, pág. 478). Ao examinarmos os cadernos do Imperador, qual não foi nossa surpresa ao depararmos com um, em grande formato (32 x 22 centímetros), tendo na capa escritas as seguintes palavras: “N.º. 2-1859 — Diário”. Tratava-se do Diário de Dom Pedro II, desde a partida da Bahia em 19 de novembro de 1859 até o fim de sua estada em terras pernambucanas, em 23 de dezembro do mesmo ano. A importância do manuscrito, 78 páginas escritas a lápis em letra miúda e nevrósa, algumas vezes até indecifrável, assume proporções extraordinárias, pois tudo nele está inédito, além de revelar as impressões do soberano, não só sobre o Recife e seus subúrbios, como as principais cidades do interior: Olinda, Goiana, Igarassu, Itamaracá, Cabo, Serinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Vitória e Escada”. Obra citada (1) pág. 7.

3) — **Diário íntimo do Engenheiro Vauthier — 1840-46 — Prefácio e notas de Gilberto Freyre. Ministério da Educação e Saúde — Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n.º. 4 — Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde — Rio de Janeiro — 1940.**

4) — Obra citada (3) pág. 27, 28.

5) — Ver o “Catalogue raisonné” no livro — Souza Leão, Joaquim-Frans Post 1612-80 — Livraria Kosmos Editora/Rio de Janeiro — 1973. Págs. 152-156.

6) — Inserta no livro de J. de Laet — **História ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentais, desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 — Tradução dos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior — Rio de Janeiro — 1916-1925 — Título da Obra original, publicada em Leyde, 1644 — Historie ofte Iaelrijck Verhael**

van verrichtinghen der Geotroyeerd West — Indisch Compagnie, zedert haer begin tot het eynde vant' jaer seshien — hondert ses-en-dertich.

7) — Álbum com 345 desenhos a lápis, pena, a sépia, a aquarela, distribuído em 125 páginas, datado de 1825-26. Em nota no **Catálogo da Exposição Comemorativa — Iconografia do Recife — Século XIX**, realizada durante as comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana — Gilberto Ferrez a esse artista se refere da seguinte forma: "Todas ocorrem no álbum inédito, desenhado em 1825-26, pelo artista Charles Landseer, que fez parte da comitiva do embaixador inglês no Brasil, Charles Stuart. Este magnífico álbum, com "345 desenhos a lápis, pena, a sépia, a aquarela, distribuídos em 125 páginas" foi descoberto por Alberto Rangel, na Inglaterra, que o adquiriu para o Sr. Guilherme Guinle. Rangel nos dá notícias detalhadas de Landseer em **Trasanteontem**, no capítulo "O Álbum de Highcliffe". Atualmente esta preciosidade, uma das melhores e mais completas da iconografia nacional, no princípio do século passado, está em poder do Sr. Cândido de Paula Machado, a quem devemos a gentileza de permitir-nos fotografar os desenhos inéditos do Recife. Seu proprietário pretende editar o álbum brevemente (O álbum foi editado com orientação gráfica do pintor Aluizio Magalhães).

8) — **Álbum do Porto do Recife, Ano 2 — nº. 2 — Dezembro de 1958 — Recife** — Nesta publicação estão contidos os estudos referidos.

9) — Em **Ingleses em Pernambuco**, o historiador José Antônio Gonçalves de Mello, ao se referir ao **Monitor das Famílias** diz: "Referimo-nos, é claro, a **O Monitor das Famílias**, cujo primeiro número é de 2 de dezembro de 1859" (Gonsalves de Mello, José Antônio — **Ingleses em Pernambuco; História do Cemitério Britânico do Recife e da participação de ingleses e outros estrangeiros na vida e na cultura de Pernambuco, no período de 1813 a 1909**. Recife, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1972 — pág. 78).

10) — **Planta da cidade do Recife e seus arrabaldes, 1855, DMS. 750 x 1105mm.**, litografada por Waterlow & Sons, Londres (coleção da Biblioteca Nacional). Autoria de José Mamedê Alves Ferreira (1820-1865).

11) — Plantas do arquivo do Departamento de Obras e Fiscalização dos Serviços Públicos do Estado de Pernambuco, com cópias realizadas pelo arquiteto Zenildo Caldas em 1961. Os engenheiros ingleses eram especialistas em construção de portos.

12) — **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)**, Seleção e Organização de José Antônio Gonçalves de Mello. Edição comemorativa do Sesquicentenário do Diário de Pernambuco, Recife, 1975 — Vol. II, págs. 840, 848. Oficinas da Empresa Gráfica **O Cruzeiro** — Rio de Janeiro.

13) — Três aspectos do Bairro de Santo Antônio existem relacionados no **Catálogo** (obra citada, nota 7): um Panorama 1/240 x 1500mm, o segundo, gravado pelo suíço Frederico Salathé com 170 x 1200 mm, e um terceiro, apenas do trecho central, anônimo com 178 x 288 mm; no **Catálogo** têm os nºs. 40, 41 e 42 respectivamente. Os dois primeiros são de Schimidt R. Frederick Hagedorn, era alemão, seu desenho foi realizado

de cima da torre da Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas do Recife, Torre do Telégrafo Ótico e litografados em Paris por A. Guesdon — 1855 (Hagedorn esteve em Pernambuco de julho a outubro de 1855).

14) — Obra citada (3), pág. 28.

15) — “Como demos a entender mais acima, é pela Rua da Cadeia que começaremos a descrição do Bairro de Santo Antônio. Esta rua, como indica o nome, tira a sua denominação da prisão que aí existiu até bem pouco tempo; há aí um estabelecimento de pianos, pertencente a Mr. Vignes, onde trabalham operários nacionais e estrangeiros, e se fabricam esses instrumentos; o café chamado do Paiva, o maior e o mais frequentado de toda a cidade, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, com o seu frontispício de cantaria, e também a igreja dos religiosos Franciscanos, que ultimamente foi reparada e se acha bastante elegante no seu interior. Esta rua, que foi traçada pelos holandeses, é muito larga e tem bons edifícios; ao todo contam-se cinquenta e três: dezesseis de um andar, dezesseis de dois, sete de três e dezenove térreos. Seguindo-se na direção norte dessa rua, desemboca-se no espaçoso Largo do Palácio, assim chamado porque aí está situado o Palácio do Governo. Há duas carreiras macadamizadas que vão dar a este edifício público, uma das mais vastas e belas residências que se encontram em toda as províncias do Império. Parte dos fundamentos deste palácio, serviu de base ao do Príncipe Henrique de Nassau, o qual, segundo o cronista mais acima citado, tinha um lindo jardim que se estendia até a Rua da Florentina. É neste largo que está colocado o magnífico teatro de Santa Izabel, essa obra-prima de arte, que aqui se conta. Há também aí um quartel onde se aloja a Guarda Nacional que destaca, e outro edifício que antigamente servia de coxa para os cavalos do esquadrão de linha. A Travessa do Ouvidor tem apenas uma casa de um andar. A Rua do Colégio é também muito larga, direita, traçada segundo o plano da Rua da Cadeia. Tem duas tipografias, a do “Liberal Pernambucano” e a de Ricardo de Freitas & Cia.; conta duas lojas de livros, uma em ponto grande e outra que começa a desenvolver-se; tem vinte e dois bons prédios: quatro de um andar, sete de dois, três de três e um de quatro, e os que ficam do lado do mar oferecem uma vista muito agradável; dominam todo o cais boier, chamado o Passeio Público, onde atualmente por ordem superior, toca todos os domingos e dias santos uma das músicas marciais aqui existente, grande parte do Recife, o mar, muitos navios ancorados, etc. Depois segue-se o Largo do Colégio, o qual, assim como a rua do mesmo nome, tiram a sua denominação do antigo Colégio dos Jesuítas, fundado neste largo” (obra citada (12), págs. 842, 843). No panorama da ilha de Santo Antônio de R. Schimidt, executada em 1826-32, se pode observar que a rua do Colégio já se apresentava com edificações em seus dois lados, enquanto que a da Cadeia, apenas tem do lado do rio, duas construções térreas. O Convento de São Francisco estendia seu adro até o rio. Na altura em que o cronista acima escreve, comparando com as plantas do Recife contemporâneas e citadas no texto, já se tinha ocupado os dois lados da rua da Cadeia, inclusive cortado o adro do Convento. O adro, segundo Pereira da Costa, foi cortado em 1840 para dar lugar à construção em parte dele, de prédios (nota do autor).

16) — Relatórios que se encontram no Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

17) — O trabalho do Arquitecto John Madge, traduzido pela Arqui-

teta Vera Lúcia Patury, publicado originalmente na *International Review of Criminal Policy*, nº. 17 — 18, outubro de 1961, da ONU, é fonte para a análise comparativa que fizemos com relação à Detenção do Recife. A tradução, com o título, "Planejamento de Prisões e Reforma Penal", foi publicada na revista *Arquitetura*, do Instituto de Arquitetos do Brasil, números 61 e 62 de julho e agosto de 1967.

18) — "Poucos sabem, porém, que depois dos engenhos que se transformaram em subúrbios recifenses — Dois Irmãos, Apipucos, Monteiro, Madalena, Cordeiro, etc. — foram os sítios retalhados em lotes, que deram origem a outros muitos arrabaldes; os sítios do Espinheiro, da Capunga, das Jaqueiras, do Fundão, dos Peixinhos, da Matinha, estão citados em *Jornais do Recife*, do começo do século passado, a demonstrar como se originaram os topônimos e vários arrabaldes de hoje. O loteamento dos sítios foi um acontecimento de fins da década de 1830, mas tomou impulso na de 1840 e o iniciador dessas operações imobiliárias foi um francês, Nicolau Gadault, que residiu em Pernambuco cerca de 40 anos, tendo falecido com 61 em fevereiro de 1856. Ao noticiar a sua morte, um Correspondente do *Diário de Pernambuco* escrevia: "O falecido Sr. Gadault, foi um dos estrangeiros que maiores benefícios fez à nossa cidade, promovendo a povoação de alguns de seus arrabaldes mais notáveis de hoje, pois que costumava comprar terrenos e dividi-los em pequenas propriedades, de sorte que, em pouco, lugares dantes inabitados, ofereciam-se aos olhos do observador como que por magia arruados e com população crescida. Aí está, por exemplo, a Capunga coberta de casas, a Baixa-Verde, os Coelhoos, etc., etc., nas mesmas condições; tudo isto devido ao seu sistema de dividir esses terrenos em pequenas propriedades". In *Cadernos de Arte do Nordeste — Capela de N. Sra. da Conceição da Jaqueira* — Edição dos Amigos da DPHAN — Ano 1 — nº. 1, abril de 1959. Impresso no "O Gráfico Amador" — Recife — págs. 5 e 6.

19) — Planta litografada, assinada V. Moerss, e editada em 1915 e 1924, com pequenas alterações na segunda edição.

20) — Como é diferente a impressão deixada por Olinda em Mrs. Graham, em 1821: "Suprehendeu-me a extrema belleza de Olinda, e antes de seus restos, pois acha-se agora num triste estado de ruínas. Todos os habitantes mais abastados deixaram-na pelo Recife. Sendo as rendas do bispado agora reclamadas pela coroa e estando os conventos suprimidos na maioria, nem mais existe o factício esplendor das pompas ecclesiasticas. O próprio seminário em que os rapazes recebiam alguma instrução, conquanto imperfeita, está quase em ruínas e rara é a casa de qualquer tamanho ainda de pé. Olinda assenta sobre algumas pequenas collinas, cujas fraldas em alguns pontos descem a pique, apresentando o mais abrupto e pittoresco scenário de rochas; acham-se cercadas de bosques escuros que parecem contemporâneos da própria terra: tufos de esbeltas palmeiras, aqui e ali a ampla fronde duma velha mangueira ou os galhos gigantescos da elevam-se acima das demais árvores, irrompendo do seio da floresta; no meio della os conventos, a cathedral, o palácio episcopal e as Igrejas, duma architectura nobre senão elegante, surgem em posições que um Claude Poussin não poderiam ter mais bem escolhido; algumas erguem-se à borda das encostas empinadas, outras assentam em grammados que descem para a prala em suave pendor; a sua cor é cinzenta ou amarello pallido, com telhas avermelhadas, excepto aqui e

ali alguma cupola adornada de azulejos. No momento em que attingir-mos o ponto mais elevado da cidade, olhando através do valle arborisado em volta do qual se agrupam as collinas, avistamos a fumaça de uma das guardas avançadas. Os soldados estavam de pé ou deitados em volta, com as armas ensarilhadas, cobria-os a sombra das grandes árvores ao fundo, através de cujos troncos os raios esparsos do sol no occaso derramava uma meia luz tal, que o próprio Salvator Rosa a não desdenharia". In O assedio do Recife em 1821 (impressões duma senhora Inglesa) — **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano** — Vol. XI — Dezembro de 1903, n.º 60 — Recife, 1904 — pág. 104/105 — Tradução de Alfredo de Carvalho do **Journal of a voyage to Brazil**, de Mrs. Maria Graham, impresso em Londres no ano de 1824 — trecho referente a Pernambuco

21) — In Freyre, Gilberto — **Um Engenheiro Francês no Brasil** — Tomo I — Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro.



Plantas e Mapas da Extinta Repartição de Obras Públicas Provinciais

Petrônio de Barros Mesquita

Nota introdutória

A Empresa de Obras de Pernambuco — Emoper — sucessora do Departamento de Obras e Serviços Públicos — Dofsp — detém, sob sua guarda e zelo, rico acervo de plantas e mapas cuja divulgação é insistentemente reclamada pelos pesquisadores da história de Pernambuco.

Abrangendo um largo período de atividades no setor de obras públicas, que remonta ao final do século XVIII e se estende aos nossos dias, contém trabalhos elaborados, não só por profissionais isolados, como, por repartições de vida efêmera, antecessoras do Dofsp, como é o caso do Arquivo Militar, aqui fundado pelo General Luís do Rego.

Sem que tivesse sido sua atribuição precípua, a guarda, conservação e difusão de documentos históricos é, até certo ponto, compreensível que o extinto Dofsp não tenha dispensado a esta parte do seu arquivo o merecido cuidado, nem tenha procedido a sua difusão.

Nos idos de 1968 o acervo em referência se achava em um barracão de madeira existente na parte posterior do Palácio dos Despachos: chão de terra batida, unilateralmente aberto ao sol e aos ventos, dando-nos, pela sua precariedade, a certeza da destruição, em curto tempo, de tudo que nela se continha.

Tomando conhecimento do fato, o então secretário de Viação e Obras Públicas, eng^o. Murilo Carneiro Leão Paraizo, sensível ao dano iminente e irreparável, determinou a imediata construção de uma dependência na parte posterior do prédio 885 da rua da Aurora para onde, naquele mesmo ano,

São apresentadas, ao todo, 753 plantas ou mapas cuja valia será apreciada pelo leitor:

Recife, 01 de fevereiro de 1981

Petrônio de Barros Mesquita

PLANTAS DOS SÉCULOS XVIII E XIX —
ARQUIVO DA ROPP

1798

1 — Plano da ilha de Fernão de Noronha, levantada por José Fernandes Portugal, no ano de 1798 e copiada no ano de 1803, Escala de huma legoa de vinte grao. Dimensões: 0,58x0,47cm, em perfeito estado, contendo todas indicações necessárias ao acesso ao porto, além de uma "tábua que mostra as horas da Preamar todos os dias no porto desta ilha", e outra "tábua de latitudes e longitudes dos logares desta Ilha". Impresso na litografia do Archivo Militar, em 1845.

1803

1 — *Plano da barra e porto do Recife* — Escala de huma legoa de vinte ao grao. Trata-se de cópia feita em 1863, do original de 1803. Contém todas as indicações para acesso ao porto do Recife. Em perfeito estado. Autor: José Fernandes Portugal. Dimensões: 0,55x0,80m.

1806

1 — "*Planta de locação do aqueduto, do Prata a Recife*". Medidas em braças. Dimensões 0,55x0,59. Autor: Antônio Bernardino Pereira Lago (capitão engenheiro). Em perfeito estado.

1812

1 — "*Planta dos portos contíguos de Pitimbú*". Medidas em palmos craveiros. Dimensões 1,00x0,85. Original em razoável estado. Trata-se de planta do trecho da costa, com indicações dos acessos, levantada em 1812 e copiada no Liceu Pernambucano, em 1828. Autor: Vitoriano José Marinho.

nuseado é cópia mandada fazer em 1840, pelo Inspetor Geral das Obras Públicas, Firmino Herculano de Moraes Âncora.

1817

1 — *“Planta da ponte da Boa Vista, com parte das duas margens do rio para servir ao projeto de caes que devem fazer os donos ou aforadores de caes da Boa Vista, para edificarem sobre ele, como mostra o mesmo projeto”*. Medidas em braças. Dimensões 0,82x0,47 em perfeito estado, trazendo o seguinte:

“Observação — As partes tocadas com aquarela de carmin são as existentes, as tocadas de amarelo indicam o plano que devem ocupar os novos edificios. O cais deve ser construído fortemente e com mais varões no ângulo. As faxadas das cazas na parte curva do projeto devem ser dadas por este Archivo”.

“Nota — Casemiro Antônio de Medeiros fez um requerimento ao Illmo. Exmo. Sr. Gal., pedindo licença para continuar o aterro do lado B o que fora negado em outro tempo e em virtude do despacho deste Reqto. fez o presente projeto para aproveitar a ocasião de fazer bela a frente da ponte para aquele lado e respondi com ele e com a resposta que segue por cópia ao despacho de S. Exa.”.

“Cópia — Querendo o suplicante sugear-se a fazer os novos edificios que pretende segundo a direção apontada no projeto que junto a essa e dando ao caes a segurança precisa, nenhum inconveniente pode haver na continuação do aterro e pode conceder-se ao morador do lado ou segundo qualquer outra direção porque isso ofenderia a boa simetria e formosura daquella da ponte o que não é indifferente nas grandes e ricas povoações. Da. gde. V. Exa. muitos anos, Archivo Militar, 29 de outubro de 1817, Illmo. Sr. Luiz do Rêgo Barroso, Francisco José de Souza Soares D’Andreia”.

A planta mostra a ponte Boa Vista, parte atual cais José Mariano, trecho entre a Imperatriz e Conde da Boa Vista e parte do lado de Santo Antônio.

1818

1 — *“Reconhecimento da costa de Pernambuco da Barra das Candeias até a dos Alagados”*. Medidas em legoas. Dimensões:

0,44x0,32. Em bom estado, mostrando os acidentes da costa, desde o porto de Pedras até a ilha de Nogueira. Autor não indicado.

1819

1 — *Planta e perfil da Fortaleza de Santa Cruz, da Ilha de Itamaracá e do terreno que lhe é adjacente*. Medidas em braças. Dimensões: 0,97x0,65. Em bom estado, contendo indicações sobre profundidade do canal e posições do mesmo, nas quais as embarcações estariam a salvo da artilharia da fortaleza. Autor não indicado.

2 — *“Plan de la rade de Pernambuco, levéé em 1819, dans la compagnie de la corvette la Bayadere et du Brick le Favori, par M.M. Gressier Ingenieur Hydrographe de la Marine et les officiers du Brick sous les ordres et la direction de M. le Baron Roussin, Capitaine de Vaisseau, officier de la Legiom d'Honneur, Chevalier de St. Wolodimir de Russie”*. Medidas em milhas marítimas. Dimensões: 0,91x0,61. Em bom estado, contendo levantamento da costa, desde Santo Aleixo, até Maria Farinha, idem em maior escala, do Recife a Olinda com detalhes de fortificações e ainda, em muito menor escala, um *“plan du port de Pernambuco levéé e dresseé en janvier 1819 par M. Motet, capitaine de fregate, comm. le Brick L'Enterprise, Assisté de M. Menard”*.

1820

1 — *“Planta sesmaria concedida ao capitão Lourenço José de Carvalho, situada no lugar denominado Lagoa d'Anta, no termo da vila de Santo Antão”*. Demarcada pelo piloto Bruno José Pereira e levantada à vista da derrota por Joaquim José de Figueiredo. Escala de meia legoa, de 1.500 braças. Dimensões: 0,55x0,62. Em perfeito estado. Trata-se de cópia feita em 1882.

1827

1 — *“Projeto e plano de novo porto e reduto de Nossa Senhora da Conceição de Fernando Noronha”*. Escala de 400 palmos craveiros. Dimensões: 0,58x0,44. Em perfeito estado, mostrando as fortificações existentes. Autor: João Bloem, capitão do ICE.

1 8 2 8

1 — "*Carta Geográfica de Piauíhy — Redigida segundo as cartas manuscritas de José Pedro César de Menezes e Matias José da Silva Pereira* por Mr. Jos Schwarzman, primeiro Tenente da Infantaria do Exército Bávaro e Mr. LeeChev^a de Martins-Munich, 1828". Escala não indicada. Dimensões: 0,36x0,44. Em perfeito estado.

1 8 3 0

1 — "*Carta geo-hidrográfica da ilha e canal de Santa Catarina*". Medidas em braças. Dimensões: 0,42x0,83. Autor: H.L. de Niemeyer Bellegarde, do ICE. Original perfeito, impresso na litografia do Arquivo Miliar.

2 — "*Plano para a Casa da Câmara e Cadeia da Vila de Goiana, projetado para o mesmo lugar onde se acha atualmente a cadeia velha*". Medidas em palmos craveiros. Autor: João Bloem, Major do IC de Engenheiros. Dimensões: 0,70x0,50, em perfeito estado: Prédio de dois pavimentos, de bom aspecto.

1 8 3 3

1 — Planta de um altar, sem nenhuma indicação. Medidas em palmos. Dimensões: 0,40x0,58; em perfeito estado: Autor: Adolpho Herbster (aj. Eng^o). Altar do Palácio da Província Nossa Senhora da Conceição.

1 8 3 5

1 — "*Planta dos logares onde nasce a agoa e pode passar o aqueduto*". Medidas em braças. Dimensões: 0,66x0,67. Autor: "Antônio Bernardino Pereira Lago, capitão engenheiro, empregado na capitania de Pernambuco". Original em duplicata, numa das quais temos nota que esclarece ter sido recopiado no Gabinete Topográfico de Pernambuco, em 1835, do original muito mais antigo, possivelmente 1806; para se ter idéia, basta ressaltar a existência de cinco edificações em Apipucos e 10 no Morteiro. Ambas em péssimo estado.

1836

1 — *Planta dos arredores e do porto de Tamandaré*. Medidas em braças portuguesas. Dimensões: 0,77x0,55. Autor: "Alferees João Martinho Buff, do Batalham de Caçadores n.º 28". Planta perfeita, copiada em 1836, no Gabinete Topográfico de Pernambuco, de original bem anterior, pois só nos mostra o forte de Santo Ignácio e raríssimas casas.

1837

1 — *Projeto da ponte do Recife, feito por ordem do Exmo. Sr. Comandante das Armas, Ignácio Correia de Vasconcelos*. Escala não indicada. Autor não indicado. Dimensões: 1,04x0,54. Plantas em razoável estado, mostrando uma ponte com dezanove vãos em arco, e contendo no seu tabuleiro 62 casas de comércio, com duas portas de frente cada uma, disposta em cada lado da mesma; havia uma interrupção no centro, o que permitia uma visão do rio. Além da pista de rolamento, vemos as calçadas para pedestres.

2 — *Gabinete Topográfico de Pernambuco — Planta do terreno compreendido entre a encruzilhada do Trempe, Rua do Mondego, Estradas do Manguinho, Aflitos, até a Travessa do Espinheiro e o rio Capibaribe desde o sítio da Capunga*. Medidas em braças. Dimensões: 1,66x0,83. Autor não indicado. Planta em péssimo estado, mostrando um projeto de um canal entre o Capibaribe e a Cambôa do Cajueiro, que corresponde, de forma bem aproximada, à situação do canal Derby-Tacaruna.

1838

1 — *Projeto dos melhoramentos a executar no porto de Pernambuco, oferecido ao Governo pelo eng.º J. Boyer, empregado na província*. Dimensões: 0,19x0,59. Autor: J. Boyer. Planta perfeita apresentando plano de porto e cais, a serem construídos. Escala ilegível.

2 — *Plantas e perfis para o quarto lanço da estrada de Santo Antônio*. Escala não indicada. Dimensões: 0,55x0,42. Autor não indicado. Planta perfeita, na qual se lê: "Copiada no Gabi-

nete Topográfico de Pernambuco, por ordem do Tte. Cel. do Corpo de engenheiros Firmino Herculano de Moraes âncora”.

1 8 3 9

1 — *Projeto d'arrendamento para o terreno que existe entre a direção da rua da Aurora até a rua do Hospício, começando no fim daquela rua até a direção da Travessa do Pombal. Medidas em braças. Dimensões: 0,70x0,55. Autor não indicado. Planta perfeita.*

2 — *Planta do terreno compreendido ao sul pela barra das Jangadas e rio Pirapama, ao norte pela barra do rio Motocolombó ou Tigipió, a leste pelo Oceano e a oeste pela estrada real que parte dos Afogados pelos Prazeres. Escala em 150 braças portuguesas. Dimensões: 0,53x0,75. Autor: J. Boyer. Planta estragada e com a seguinte observação: “para servir ao encaçamento do Jaboatão”.*

3 — *Mapa da estrada de Santo Antão, quarta e quinta partes. Escala não inteligível, referida a “petit pé de 300 braças”. Dimensões: 0,89x0,47. Autor: Augusto Kersting. Planta em razoável estado, começando em Tegipió.*

4 — *Mapa da estrada de Santo Antão, 1a. secção, contendo o aterro do Jiquiá, a 1a., 2a. e 3a. parte. Escala não indicada. Dimensões: 1,10x0,35. Autor: Augusto Kersting. Planta em razoável estado, mostrando desde os Afogados até o engenho Jiquiá, com suas edificações.*

5 — *Plano da barra do porto de Pernambuco — Modo d'entrar neste porto. Escala de uma legoa. Autor não indicado. Dimensões: 0,66x0,48. Planta perfeita, na qual, lemos: “copiado no Gabinete Topográfico de Pernambuco, em 1838”, indicando tratar-se de reprodução de original bem mais antigo, pois no lugar do aterro do Cassimiro, vemos a indicação seguinte: “Crôa que se descobre na baixa mar”. Vemos, entretanto, a ponte da Boa Vista e uma ilha entre a Cruz do Patrão e forte do Brum, com nome de ilha de Santo Amaro.*

6 — *Planta topográfica do terreno compreendido pela barra de Jangada e rio Ipojuca. Escala não indicada. Dimensões:*

0,62x1,03. Autor: Tte. Cel. Firmino Herculano de Moraes Âncora, do ICE. Planta em bom estado, apresentando, inclusive, o trecho de costa da barra até a foz do Ipojuca.

1840

1 — *Planta do bairro do Recife*. Escala não indicada. Autor: Augusto Millet. Dimensões: 2,88x0,79. Planta com remendos e rasgões, mostrando todo o bairro do Recife e omitindo, inexplicavelmente, o forte do Brum.

1841

1 — *Theatro de Pernambuco — Plano geral*. Escala não indicada. Dimensões: 0,65x0,43. Autor: Luiz Vauthier. Planta bem estragada, trazendo as assinaturas de Vauthier e Bouli-treau, além de uns detalhes manuscritos a lápis, em francês.

2 — *Theatro de Pernambuco. Fachada sul*. Escala não indicada. Dimensões: 0,44x0,36. Autor: Vauthier. Planta em mau estado.

3 — *Theatro de Pernambuco. Fachada principal*. Escala não indicada. Dimensões: 0,60x0,41. Autor: Vauthier. Planta em razoável estado.

4 — *Mapa topográfico de Pernambuco, copiado por ordem do Coronel do Corpo de Engenheiros Firmino Herculano de Moraes Âncora, no ano de 1841*. Escala de 20 legoas de 15 graus. Dimensões: 0,54x0,66. Planta em bom estado, mostrando todos os termos e seus elementos limitantes, além dos nomes dos engenhos e propriedades, cujos limites das terras servem de limites aos termos; abrange do rio dos Pais ao termo de Goiana, comarca da Paraíba.

5 — *Gráfico circular estatísticos das exportações do Império, em 1841*. Dimensões: 0,40x0,51. Autor não indicado. Planta faltando pedaços.

6 — *Gráfico circular do movimento financeiro da província no "1º. Semestre de julho a dezembro de 1841", ofertado ao Exmo. Sr. Barão da Boa Vista*. O gráfico é artisticamente

apresentado e parece que o autor foi Antônio de Souza Reis; traz no centro uma efígie, presumivelmente do Barão. Por ele, ficamos sabendo que o movimento financeiro com os negócios do pau brasil atingiu a Rs. 93:539\$252, enquanto o dízimo da Província atingiu a Rs 5:046\$490. Dimensões: 0,50x0,38. Existem duas cópias pertinentes ao mesmo período, com ligeiras diferenças de feições.

7 — *Teatro de Pernambuco. Corte Longitudinal*. Escala não indicada. Dimensões: 0,64x0,42. Autor: Luiz Vauthier. Planta em péssimo estado. Contém as assinaturas de Vauthier, Boli-treau e Conde da Boa Vista.

1842

1 — *Risco indicando o aterro e as rampas para substituir o arco do fim do 1º. lanço. Estrada de Pao do Alho*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,40x0,42. Autor: Vauthier Planta perfeita e bem apresentada.

2 — "*Planta dos logares para Olinda pelo val da Tacaruna*". Medidas em braças. Dimensões: 1,06x0,43. Autor não indicado. Planta em razoável estado, trazendo a assinatura de Vauthier e indicando todos os alagados de Santo Amaro à Camboa da Tacaruna.

3 — *Reconhecimento da costa de Pernambuco desde o rio Abiá até a ilha do Nogueira*. Escala não indicada. Autor: F. de P. Machado. Planta em razoável estado, mostrando detalhes da costa. Dimensões: 0,53x0,80.

1843

1 — *Mapa da Província de São Pedro e terrenos adjacentes das províncias limítrofes*. Escala de vinte legoas. Dimensões: 0,56x0,47. Autor não indicado. Original em bom estado, indicando, em particular, a "linha de operações do Exército Imperial, no ano de 1841, sob o comando do brigadeiro J.P. dos Santos Barreto".

2 — *Estrada de Pao do Alho — 1º. lanço*. Risco do 3º. arco do 1º. lanço. Escala em palmos. Dimensões: 0,32x0,43. Autor: Luiz Vauthier. Planta em bom estado.

1844

1 — *Planta de trecho da estrada do Pao d'Alho, abrangendo a rua da Passagem — Ponte da Madalena, Largo da Madalena, etc.* Medidas em braças. Dimensões: 0,84x0,56. Autor: Buesard. Plantas com remendos, trazendo a assinatura de Luiz Vauthier.

2 — *Estrada de Pao do Alho — 9º. lanço. Planta dos lugares.* Escala em 1:2.500. Dimensões: 0,64x0,41. Autor: Luiz Vauthier. Planta em razoável estado, contendo as assinaturas de Vauthier e Buessard.

3 — *Planta dos arruamentos do bairro de Santo Amaro.* Escala não indicada. Dimensões: 0,87x0,58. Autor: Luiz Vauthier. Planta em bom estado, mostrando o arruamento todo, o Cemitério dos Ingleses, a Travessa de Santo Amaro para Belém e o Quartel de Cavalaria, no extremo norte do bairro.

4 — *Perfil longitudinal da estrada de Pao do Alho — 9º. lanço.* Escala 1:2.500. Autor: Buessard. Original bastante estragado. Dimensões: 0,60x0,29.

1845

1 — *Teatro de Pernambuco. Detalhe do teto.* Escala não indicada. Dimensões: 0,58x0,45. Autor: Vauthier. Planta perfeita, contendo precisas recomendações para a sua execução:

2 — *Perfil longitudinal da Estrada da Vitória, 18º. lanço — 1a. parte.* Escala não indicada. Dimensões: 0,80x0,26. Planta perfeita, da autoria de Luiz Vauthier.

1846

1 — *Estrada da Vitória — 15º. lanço.* Escala em braças. Dimensões: 0,65x0,40. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta perfeita.

1847

1 — *Planta do porto de Goyana.* Escala em braças. Dimensões: 0,49x0,59. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta perfeita.

2 — *Ponte de Japomir*. Escala não indicada. Dimensões: 1,00x0,30. Autor não indicado. Planta perfeita. Ponte de madeira, com cinco vãos.

3 — *Rio de Goyana. Abertura do dito rio*. Escala 1:2.500. Dimensões: 1,04x0,44. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta perfeita. Projeto de retificação do rio Goyana, desde a cidade, até o Capibaribe Mirim.

1848

1 — *Carta topográfica e administrativa das províncias de Pernambuco, Alagoas*. Escala: Petit pé de 20 legoas ao grau. Autor: Visconde J. de Villier de L'Île Adam — Rio de Janeiro. Litografia Imperial de Vilarré. Original perfeito.

2 — *Planta de parte do bairro de Santo Antônio*. Levantada pelo Capitão-Tenente Belisário Antônio dos Santos e o eng^o. José Mamede Alves Ferreira, membros da Comissão de Melhoramentos do Porto, em 1848. Terrenos pertencentes ao Exmo. Senhor Conselheiro Felipe Lopes Neto. Escala não indicada. Dimensões: 0,58x0,36. Planta perfeita. Mostra o Arsenal de Guerra no Cais de Santa Rita, em frente à antiga Alfândega.

3 — *5º. lanço da Estrada da Luz*. Perfil longitudinal. Escala não indicada. Dimensões: 1,05x0,43. Autor: Francisco Américo de Aragam Rabelo. Planta perfeita.

1849

1 — *Estrada da Vitória. XVII lanço*. Escala 1:2.500. Dimensões: 1,05x0,65. Autor não legível. Planta faltando pedaços e indicando o engenho Morenos.

2 — *Planta de um trecho compreendido entre a ponte do Caixangá e Dois Irmãos*. Escala 1.10:00. Dimensões: 0,42x0,43. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita, sem detalhes, esclarecendo ter sido "levantado da planta do Município do Recife".

3 — *Planta de um trecho compreendido entre o engenho Queimadas e o rio Itapacurá*. Escala 1.50.000. Dimensões: 0,49x0,43. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita, esclarecendo ter sido "reduzida do original levantado para a planta do Município do Recife".

4 — *Plano do porto de Tamandaré*. Escala de 100 braças. Dimensões: 0,64x0,52. Autor: Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso (1º. Tte. da Armada). Planta perfeita. Levantamento batimétrico. Nele vemos ainda, uma vista do porto, tomada de ponto indicado em planta.

1850

1 — *Casa de Detenção*. *Planta baixa do 1º. andar*. Escala em palmos. Dimensões: 1,04x0,87. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta bastante estragada.

2 — *Cortes do prédio da Casa de Detenção*. Escala não indicada. Dimensões: 0,73x0,96. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta estragada.

3 — *Planta de situação da Casa de Detenção*. Medidas em palmos. Dimensões: 1,10x0,91. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta estragada. Mostra o arruamento de Santo Antonio, parte da Boa Vista e indica uma ponte projetada no lugar da atual ponte Velha.

4 — *Projeto de uma grade de ferro para a casa de Detenção*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,34x0,26. Autor desconhecido. Planta em bom estado, contém em detalhes a grade existente.

5 — *Planta do 14º. lanço da Estrada do Pao d'Alho*. Medidas em braças. Dimensões: 0,82x0,46. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita, trazendo a assinatura de José Mamede Alves Ferreira e do autor.

6 — *Planta do bairro da Boa Vista*. Medidas em braças. Dimensões: 1,09x0,83. Autor desconhecido. Planta bastante estragada

7 — *Ramificação da estrada do Sul para a vila do Cabo*. 1º. lanço. Escala 1.2.000. Dimensões: 1,04x0,43. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta perfeita, mostrando a povoação de Ponte dos Carvalhos.

8 — *Planta da estrada do Norte* — 2º. lanço. Escala 1:2.500. Dimensões: 0,76x0,54. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita.

9 — *Nivelamento longitudinal* — 24º. lanço da estrada da Vitória. Medidas em braças e palmos. Dimensões: 1,07x0,38. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.

10 — *Planta dos logares situados entre Tamandaré e Maceió com profundidade de 20 legoas da costa*. Medidas em legoas. Dimensões: 0,43x0,27. Autor desconhecido. Planta perfeita.

11 — *Planta do caes do Apolo e caes da Alfândega*. Medidas em palmos. Dimensões: 1,42x0,80. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Em bom estado, mostrando o arruamento, indicando alguns proprietários, mostrando o teatro Apolo, Alfândega, Trapiche do Algodão, Assembléia Provincial, ponte do Recife. Notamos a ausência de ponte no lugar da provisória.

12 — *Estrada da Vitória* — XXIV lanço — Planta. Escala não indicada. Dimensões: 1,05x0,48. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.

13 — XXV lanço da Estrada da Vitória. Locação. Escala não indicada. Dimensões: 1,07x0,64. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.

14 — *Nivelmente longitudinal do 24º. lanço da estrada da Vitória*. Escala não indicada. Dimensões: 0,66x0,24. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.

15 — *Perfis transversais do 2º. lanço da estrada do Sul*. Medidas em palmos. Dimensões: 1,28x0,31. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita.

16 — *Mapa topográfico das províncias de Pernambuco e Alagoas, compreendida pelo rio Ipojuca ao norte, oceano a leste, rio Parahíba ao sul e a estrada da Vila Imperatriz até Panelas*

a oeste. Escala de legoas de 20 palmos por grau. Dimensões: 0,85x0,77. Autor: Floriano Desiré Portier. Original perfeito, mostrando todos os acidentes, vilas, cidades etc.

17 — *Perfil longitudinal* — Estrada do Norte. 2º. lanço. Escala 1:1000 — Dimensões: 0,85x0,30. Autor: Adolpho Herbs-ter. Planta perfeita.

1851

1 — *Estrada do Norte* — 4º. lanço. Escala 1:2.500. Dimen-sões. 1,07x0,44. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta per-feita, no qual se vêem as edificações do engº Fragozo.

2 — *Ponte sobre o Rio Formoso*. Medidas em palmos. Dimen-sões: 0,86x0,54. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta per-feita. Ponte de madeira, com vão único de 19,00m e ótimo aspecto.

3 — *Perfil longitudinal do 20º. lanço da Estrada da Vitória*. Escala 1:2.000. Dimensões: 0,82x0,42. Autor: B.N. Oliveira (ajud.) — Planta perfeita.

4 — *Levantamento para traçado da estrada da Vitória, em ter-ras dos engenhos Sesmaria e Tapera*. Escala 1:2.000. Dimen-sões: 0,88x0,45. Autor: B.N. Oliveira (ajud.) — Planta per-feita.

1852

1 — *Planta dos lugares. Estrada da Vitória*. 24º. lanço. Me-didas em braças. Dimensões: 0,81x0,40. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira. Planta perfeita.

2 — *Cadeia da Vila Brejo da Madre Deos*. Escala não indi-cada. Dimensões: 0,89x0,51. Autor: Bernardino Nunes de Oli-veira. Planta incompleta.

3 — *Janelas das prisões da Caza de Detenção*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,25x0,36. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta perfeita.

- 4 — *Perfis longitudinais da estrada da Vitória*. 20º. lanço. Escala 1:2.000. Dimensões: 0,83x0,47. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta perfeita.
- 5 — *Planta da povoação da Baixa Verde*. Escala não indicada. Dimensões: 0,57x0,42. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita.
- 6 — *Perfis transversais da parte do 18º. lanço. Estrada da Vitória*. Medidas em braças. Dimensões: 0,76x0,32. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Original perfeito.
- 7 — *Cadeia da Cidade da Vitória*. Escala em palmos. Dimensões: 0,37x0,62. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira. Em bom estado, mostrando um prédio de dois pavimentos e aspecto agradável.
- 8 — *Cadeia existente na povoação de Flores*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,62x0,46. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita, prédio de dois pavimentos.
- 9 — *Ponte sobre o rio Pirapama*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,81x0,53. Autor: indicado. Planta perfeita. Ponte de madeira, com vão único de 37,00.
- 10 — *Planta da cidade do rio Formoso*. Escala não indicada. Dimensões: 0,97x0,63. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta em bom estado, abrangendo toda a cidade.
- 11 — *Açude da povoação de Flores*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,77x0,39. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) — Planta perfeita. Açude em alvenaria de pedra, em vertedouro.
- 12 — *Planta da passagem da Madalena — Câmara Municipal*. Medidas em palmos. Dimensões: 1,12x0,78. Autor: Antônio Feliciano Roiz (engº. cord.) — Trata-se de dois originais em razoável estado e escasso em detalhes.
- 13 — *Estrada da Vitória*. 18º. lanço. Planta. Medidas em braças. Dimensões: 0,98x0,37. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira. Planta em bom estado.

- 14 — *Açude Caruaru*. Escala não indicada. Dimensões: 0,71x0,52. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta faltando pedaços. Açude de alvenaria de pedra.
- 15 — *Estrada da Vitória*. XIX^o. lanço, em terras do engenho Serraria. Escala 1:1.000. Dimensões: 1,17x0,54. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta em razoável estado, mostrando a estrada nas terras do engenho.
- 16 — *Estrada do Sul* — 18^o. lanço. Perfís. Escala 1:2.000. Dimensões: 0,69x0,50. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.
- 17 — *Estrada do Sul* — 10^o. lanço. Medidas em braças. Dimensões: 1,04x0,70. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.
- 18 — *Perfil longitudinal do 2^o. lanço da estrada da Escada*. Escala 1:2.000 Dimensões: 0,85x0,36 Autor: Floriano Desiré Portier. Planta perfeita.
- 19 — *Planta e detalhes da casa construída na vila do Ouricuri, que por seu proprietário foi oferecida ao Governo para servir de cadeia*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,90x0,70. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita, com planta baixa, cortes e fachadas.
- 20 — *Perfís transversais do 24^o. lanço da estrada da Vitória*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,89x0,34. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita.
- 21 — *Perfil longitudinal do 22^o. lanço da estrada da Vitória*. Escala 1:1.000. Dimensões: 1,43x0,34. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta perfeita.
- 22 — *Estrada da Vitória* — 24^o. lanço. Planta. Escala em braças. Dimensões: 0,92x0,25. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita.
- 23 — *Estrada da Vitória* — 21^o. lanço. Planta — Escala 1:2.000. Dimensões: 1,20x0,44. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta em perfeito estado.

- 24 — *Perfis transversais do 24º. lanço da estrada da Vitória.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,94x0,33. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita.
- 25 — *Perfil longitudinal do 10º. lanço da estrada do Sul.* Medidas em braças. Dimensões: 0,86x0,30. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.
- 26 — *Risco do arco da bomba do 3º. lanço da estrada da Escada.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,56x0,43. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta perfeita.
- 27 — *Cadeia existente na vila de Cambus.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,64x0,32. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita.
- 28 — *Perfil longitudinal do 18º. lanço da estrada da Vitória.* Medidas em braças. Dimensões: 1,23x0,36. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita.
- 29 — *Planta da casa que serve de cadeia e onde se serve a Câmara Municipal e o Tribunal de Jurados da Vila do Brejo.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,62x0,32. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita. Plantas baixas de um prédio de dois pavimentos.
- 30 — *Planta da Estrada da Vitória, mostrando perfis do aterro.* Escalas 1:1.000 e 1:1.000. Autor: Disiré Portier. Planta perfeita.
- 31 — *Estrada da Vitória. 22º. lanço — perfis.* Escala 1:1.000. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta perfeita. Dimensões: 1,64x0,21.
- 32 — *Risco das áreas da Estrada da Escada.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,54x0,45. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta em bom estado; trata-se de boeiros de pequeno vão.
- 33 — *Planta dos lugares. Estrada da Vitória: 20º. lanço.* Escala 1:1.000. Dimensões: 0,86x0,47. Autor: Floriano Desiré Portier. Planta em razoável estado.

1853

- 1 — *Perfil longitudinal do III lanço da ramificação para a vila do Cabo*. Escalas não indicadas. Dimensões: de 0,88x0,28. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita, trazendo a assinatura de todos os integrantes da Diretoria.
- 2 — *Planta do III lanço da ramificação para a vila do Cabo*. Medidas em braças. Dimensões: 0,83x0,63. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita, trazendo a assinatura dos componentes do Conselho.
- 3 — *Projeto da casa para a Barreira, em Santo Amaro — Jaboaão*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,46x0,32. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira. Planta perfeita, com assinaturas do diretor José Mamede Alves Ferreira, de João Luiz Victor Lieutier, de Francisco Rafael de Melo Rêgo e do presidente da Província.
- 4 — *Planta 40º. lanço da estrada do Sul*. Medidas em braças. Dimensões: 0,90x0,67. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta em razoável estado.
- 5 — *Perfil longitudinal do 1º. lanço da estrada do Pao do Alho*. Escala não perceptível. Dimensões: 0,82x0,36. Autor: João Luiz Lieutier. Planta perfeita.
- 6 — *Planta da Cadeia, Caza da Câmara e Jury de Cumarú*. Escala 1:100. Dimensões: 0,68x0,36. Autor: Feliciano Rodrigues da Silva, (ajud.) Planta faltando pedaços.
- 7 — *Estrada do Pao do Alho — 21º. lanço. Perfis* — Escala 1:100. Dimensões: 2,08x0,27. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Em bom estado.
- 8 — *Planta da povoação de N. S. da Glória*. Projeto de um açude. Medidas em palmos. Dimensões: 0,71x0,52. Autor: Manuel Lourenço de Matos. Planta perfeita.
- 9 — *Planta do 24º. lanço. Estrada do Pao do Alho*. Escala 1:2.500. Dimensões: 0,71x0,54. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita, mostrando a maior parte da vila.

10 — *Estrada do Pao do Alho — 17º. lanço.* Escala 1:2.500. Dimensões: 0,95x0,53. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita.

11 — *Estrada do Sul — 8º. lanço.* Escala 1:2.000. Dimensões: 0,81x0,43. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.

12 — *Perfis transversais para canalização do rio Goiana.* Escala não indicada. Dimensões: 2,88x0,64. Autor: F.R. de Melo Rêgo. Planta perfeita, mostrando, inclusive contenções em alvenaria, a serem construídas.

13 — *Perfis transversais do 19º. lanço da estrada do Pao do Alho.* Escala 1:100. Dimensões: 2,06x0,26. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita.

14 — *Ramificação da estrada do Sul para a vila do Cabo.* Perfil; escala não indicada. Dimensões: 1,09x0,53. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.

15 — *Perfil longitudinal do 20º. lanço da estrada do Pao do Alho.* Escala 1:100. Dimensões: 1,78x0,68. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita, apresentando, também, os perfis transversais.

16 — *Planta do 18º. lanço da estrada do Pao do Alho.* Escala 1:2.500. Dimensões: 0,94x0,57. Autor: J.L.V. Lieutier. Planta faltando pedaços.

17 — *Edifício projetado para prisão civil, Tribunal do Jury e Câmara Municipal de Rio Formoso.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,96x0,70. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta bastante estragada. Trata-se de projeto de um edifício amplo.

18 — *Cadeia da vila do Pao do Alho.* Escala 1:100. Dimensões: 0,49x0,35. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita, mostrando um prédio de dois pavimentos.

19 — *Portão da Casa de Detenção.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,94x0,54. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta em bom estado.

- 20 — *Edifício projetado para prisão civil, tribunal do Jury e Câmara Municipal da cidade de Rio Formoso.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,98x0,68. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta perfeita. Trata-se de um prédio de dois pavimentos, de ótima feição, trazendo as armas do Império.
- 21 — *Quartel da vila do Cabo.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,71x0,53. Autor: Joaquim Pires Carneiro Monteiro (ajud.) Planta perfeita.
- 22 — *Ponte sobre o rio Grujaú.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,92x0,55. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita. Ponte de madeira. com vão único de 25,84ms e de belo aspecto.
- 23 — *Planta da estrada do Pac do Alho. 16º. lanço.* Escala 1:2.500. Dimensões: 0,73x0,47. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita.
- 24 — *Planta da ramificação para a vila do Cabo.* Estrada do Sul. Medidas em braças. Dimensões: 1,04x0,68. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita, mostrando trechos dos engenhos Velho e Guerra.
- 25 — *Planta da povoação do Abreo.* Medidas em braças. Dimensões: 0,83x0,62. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita, mostrando toda a povoação e a posição do Una.
- 26 — *Map showing the first section of Recife — São Francisco Railway.* Esc. 6 miles = 1 inch. Dimensões: 0,38x0,23. Autor: M.A. Borthwick. Engineer — Surveyed by Alfred de Mor-nay. Planta perfeita.
- 27 — *Planta da Vila Bela.* Medidas em braças. Dimensões: 0,70x0,56. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita, mostrando o arruamento.
- 28 — *Planta da povoação de Salgueiro e projeto do açude.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,93x0,72. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira. Planta em bom estado.
- 29 — *Canalização do Rio Goyana.* Medidas em braças. Dimensões: 1,23x0,39. Autor: F.R. de Melo Rêgo. Planta faltando

pedaços. A planta mostra um projeto de retificação do rio Goyana, desde o centro da cidade até o Capibaribe Mirim.

30 — *Ponte do Recife*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,95x0,63. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta perfeita, mostrando uma ponte com nove vãos, em arcos.

31 — *Perfil longitudinal. Estrada do Pao do Alho. 16º. lanço*. Escala 1:250. Dimensões: 0,75x0,30. Autor não indicado. Planta perfeita.

32 — *Planta da povoação de Salgueiro*. Escala 1:2.500. Dimensões: 0,82x0,58. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita.

33 — *Açude de Tracunhaém*. Escala 1:100. Dimensões: 0,60x0,40. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita.

34 — *Açude de Bezerras*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,67x0,51. Autor: Feliciano Roiz da Silva (ajud.) Planta perfeita.

35 — *Riscos do tanque e sangrador do açude de Buíque*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,59x0,40. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita.

36 — *Açude de Limoeiro*. Escala 1:20.500. Dimensões: 0,58x0,48. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita. Locação.

37 — *Açude de Limoeiro*. Escala 1:1.000. Dimensões: 0,66x0,51. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita. Perfis.

38 — *Perfis transversais do 4º. lanço da estrada da Escada*. Medidas em palmos. Dimensões: 1,68x0,27. Autor: Francisco do Rêgo Barros Barreto (engº). Planta perfeita.

39 — *Planta da povoação de Buíque*. Medidas em braças. Dimensões: 0,76x0,55. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita, mostrando o arruamento. Trata-se de planta copiada em 1894.

1854

1 — *Cadeia, Casa da Câmara e Jurados da Vila de Igarassú.* Escala não indicada. Dimensões: 0,64x0,38. Autor: Adolpho Herbster. Planta faltando pedaços.

2 — *Planta e fachada do Quartel de Cavalaria, projetada em Santo Amaro.* Medidas em braças. Dimensões: 0,52x0,41. Autor: Major engenheiro J.J.R. Lopes. Planta perfeita.

3 — *Cadeia, Casa da Câmara e Jurados da Vila Igarassú.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,67x0,45. Autor: Adolpho Herbster. Planta perfeita. Prédio de dois pavimentos.

4 — *Planta da vila de Garanhuns.* Escala 1:2.000. Dimensões: 0,64x0,47. Autor: Roiz da Silva. Planta perfeita, mostrando o arruamento.

5 — *Planta do bairro do Recife e do porto de Pernambuco.* Escala 1:2.500. Autores: Elisiário Antônio dos Santos e José Mamede Alves Ferreira. Dimensões: 0,73x0,49. Original em bom estado, mostrando o arruamento.

6 — *Porto do Abreo, na foz do Una, barra e rios navegáveis.* Escala 1:2.000. Dimensões 1,00x0,73. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta em razoável estado.

1855

1 — *Quartel da vila do Cabo.* Medidas em palmos. Dimensões 0,68x0,39. Autor: Félix Ramos Lieutier (ajud.) Planta perfeita. Prédio de um só pavimento.

2 — *Planta da cidade de Vitória.* Medidas em braças. Dimensões: 1,06x0,75. Autor: ilegível. Planta em razoável estado, mostrando detalhes.

3 — *Estrada do Norte, lanço da cidade de Goiana à ponte de Tracunhém.* Escala 1:2.200. Dimensões: 1,00x0,69. Autor: F.R. de Melo Rêgo. Faltando pedaços. Planta e perfis.

1856

1 — *Ponte da estrada de ferro, projetada entre Recife e Olinda.* Medidas em braças. Dimensões: 2,50x0,66. Autor: David M. Bowman (eng^o). Planta perfeita, mostrando todo o bairro do Recife, o istmo e o varadouro; o projeto era de uma estrada de ferro se desenvolvendo sobre o istmo de Olinda.

2 — *Planta do arsenal de Guerra de Pernambuco e adjacências.* Escala em palmos. Dimensões: 0,73x0,50. Autor: Tte. Coronel eng^o. H.J.R. Lopes. Planta perfeita.

3 — *Planta da cidade do Recife e Olinda.* Escala ilegível. Dimensões: 0,97x0,60. Autor: Law & Blount (eng^{os}. civis). Original em bom estado, faltando parte da legenda. Apresenta uma série de modificações propostas para o porto e um canal, ligando o Capibaribe ao Beberibe, cortando a rua Imperial a uns setecentos metros da Campina do Bodé.

1857

1 — *Planta do VI lanço. Ramificação do Cabo.* Medidas em braças. Dimensões: 0,89x0,61. Autor: Félix Ramos Lieutier. Planta com falhas. Mostrando trechos do Pirapama.

2 — *Planta do 9^o. lanço da estrada da Escada.* Medidas em braças. Dimensões: 0,85x0,60. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta faltando pedaços.

3 — *Planta do 1^o. andar da Caza da Câmara do Pao do Alho.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,44x0,33. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta em razoável estado.

4 — *Planta da estrada do Norte. — 9^o. lanço.* Perfil e planta. Medidas em braças. Dimensões: 0,89x0,63. Autor: João Luiz Lieutier. Planta estragada, mostrando a povoação de Maricota.

5 — *Planta do Ginásio Provincial.* Escala 1:2.000. Dimensões: 0,83x0,52. Autor não assinalado. Planta em bom estado. Trata-se de um prédio de três pavimentos.

6 — *Estrada de Pau do Alho*. Calçamento — 1.º lanço. Medidas em braças. Dimensões: 0,84x0,57. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita, apresentando desde o Chora Menino até a passagem da Madalena.

7 — *Vila da Escada, contendo projeto de uma nova povoação, feito pelo engenheiro Quintanilha*. Medidas em pés e braças. Dimensões: 0,99x0,88. Planta perfeita, contendo todo arruamento e linha férrea.

8 — *Estrada do Manguinho*. Perfil longitudinal e transversal. Escala 1.50. Dimensões: 0,62x0,45. Autor: P.A. dos G. Peixoto. Planta perfeita.

9 — *Açude de Bom Jardim*. Escala não indicada. Dimensões: 0,71x0,52. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta faltando pedaços.

10 — *Planta-Rebaixamento da ladeira do eng.º Velho, na 8a. parte da Estrada da Vitória*. Medidas em braças. Dimensões: 0,51x0,45. Autor: Feliciano Rodrigues da Silva (ajud.) Planta perfeita.

11 — *Planta do 1.º andar da Casa da Câmara Municipal do Pao do Alho*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,28x0,45. Autor: J.L.V. Lieutier. Planta perfeita.

1858

1 — *"Planta de escavação junto ao canal de Santo Amaro"*. Escala de 0,001. Dimensões: 0,39x0,37. Autor: J.L.V. Lieutier. Planta perfeita, contendo diversas assinaturas.

2 — *Planta do XXVIII lanço da estrada da Vitória*. Medidas em braças. Dimensões: 0,88x0,61. Autor: A. Roiz da Silva. Planta perfeita, com as assinaturas dos membros do Conselho.

3 — *Planta da estrada do Una*. Escala 1:5.000. Dimensões: 0,84x0,32. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita, abrangendo do porto de Tamandaré até o engenho Piabas.

4 — *Planta da Casa da Prisão com trabalhos para a comarca de Pajeú das Flores*. Escala 1:200. Dimensões: 0,540x0,70. Au-

tor: Firmino Herculano de Moraes Âncora. Planta faltando pedaços.

5 — *Planta dos terrenos compreendidos entre o cercado do Coqueiro em terras de Carauna e Gurjaú de Sima na estrada da vila da Escada.* Escala 1:2.000. Dimensões: 1,74x0,54. Autor: P. Vaz Raphael (ajud.) Planta em razoável estado, mostrando as edificações do eng^o. Gurjaú.

6 — *Planta da barreira de Tapacurá.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,48x0,33. Autor: F.R. da Silva (ajud.) Planta em perfeito estado.

7 — *Planta do 28^o. lanço da estrada da Vitória.* Perfil e planta. Escala 1:5.000. Dimensões: 0,83x0,57. Autor: Feliciano Roiz da Silva (ajud.) Planta perfeita.

8 — *Mapa aproximativo do Município do Recife e parte dos municípios contíguos.* Escala em braças. Dimensões: 1,13x0,77. Autor não indicado. Original em bom estado, abrangendo da Ponta de Pitimbú até porto de Galinhas.

9 — *Planta da cidade e açude de Nazareth.* Escola 1:4.000. Dimensões: 0,37x0,34. Autor: J.L.V. Lieutier. Planta perfeita, mostrando a existência de três igrejas.

10 — *Planta da parte do colégio onde existe a Tesouraria e projeto de acomodações para a mesma.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,50x0,38. Autor não indicado. Planta em perfeito estado.

11 — *Planta do Quartel e Cadeia da Cidade de Nazareth.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,44x0,56. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita.

12 — *Açude da cidade de Nazareth.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,58x0,45. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita, contendo, inclusive, uma planta da cidade, em menor escala.

13 — *Casa do falecido Vigário Cristovam.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,41x0,53. Autor: J.L. Lieutier. Planta perfeita, trata-se de projeto de adaptação para Câmara de Nazareth.

14 — *Plan of the harbour and port of Pernambuco*. Escala em pés ingleses. Dimensões: 0,93x0,64. Autor: W.M. Peniston, engineer. Original perfeito, contendo plano de melhoramentos do porto.

1 8 5 9

1 — *Planta da cidade da Vitória, com projeto do dique, no rio Tapacurá*. Escala 1:10.000. Dimensões: 0,66x0,29. Autor: J. Roiz da Silva (ajud. de eng^o). Planta perfeita.

2 — *Carta reduzida da costa do Brasil, da ponta do Leitão à Estância, levantada por ordem do Governo Imperial, por M.A. de Oliveira, primeiro tenente d'armada, oficial da Imperial Ordem da Rosa e Cavaleiro da de Cristo, coadjuvado pelo comandante e oficiais do Hiato Paraibano 1857-1859*. Longitude referida ao Rio de Janeiro. Dimensões: 0,92x0,61. Original perfeito, contendo levantamento batimétrico.

3 — *Projeto do açude de Salgueiro*. Escala 1:2.000. Dimensões: 0,88x0,43. Autor: Bernardino Nunes de Oliveira (ajud.) Planta perfeita.

4 — *Ponte sobre o Riacho Destino*. Medidas em palmos. Dimensões: 1,00x0,73. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta em razoável estado. Ponte com longarinas e parapeitos de ferro, com excelente aspecto, vão único de 4,50m. Trabalho da empresa Mamede.

1 8 6 0

1 — *Arruamento da nova povoação da vila de Escada*. Escala 1:2.000. Dimensões: 0,82x0,60. Autor: Henrique José da Silva Quintanilha, engenheiro em comissão, na província de Pernambuco. Planta faltando pedaços.

2 — *Caminhamento de Limoeiro a Taquaritinga, por Vertentes*. Escala 1:5.000. Dimensões: 0,86x0,36. Autor: G. Mermoud. Planta perfeita.

3 — *Ponte Santa Izabel*. Elevação de um vão. Medidas em pés ingleses. Dimensões: 0,83x0,36. Autor: D.J. Rodrigues. Planta perfeita, trazendo a assinatura de Martineau.

4 — *Projeto de uma ponte provisória sobre o rio Ipojuca, no engenho Trapixe*. Escala não indicada. Dimensões: 0,51x0,38. Autor: Félix Ramos Lieutier. Planta perfeita. Ponte de madeira, com oito vãos.

5 — *Projeto do Quartel para a vila do Cabo*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,64x0,35. Autor: Félix Ramos Lieustier. Planta perfeita.

6 — *Perfil longitudinal do lanço da estrada da Estação da Via férrea à vila de Escada*. Escala 1:1.000. Dimensões: 1,18x0,39. Autor: Joaquim Galeno Coelho. Planta perfeita.

7 — *Estrada da Colônia 1º. lanço*. Tipo geral dos arcos. Escala 1:25. Dimensões: 0,72x0,48. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.

1861

1 — *Plano da Matriz de São Pedro Mártir de Olinda*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,40x0,52. Autor: Joaquim Galeno Coelho. Planta perfeita.

2 — *Planta do Quartel e cadeia da Cidade de Nazareth*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,44x0,54. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita.

3 — *Ponte sobre o rio Capibaribe no engº. Camocim. Estrada do Pao do Alho*. Medidas em palmos. Dimensões: 1,13x0,66. Autor não indicado. Planta perfeita. Bela ponte de madeira, com 8 vãos e comprimento global 55,00m.

4 — *Desenho da coluna do lampião a gaz — Pernambuco Gasworks*. Medidas em pés. Dimensões: 0,58x0,82. Autor: N. Jennigs (engº). Planta perfeita.

1862

1 — *Ponte sobre o rio Itapirema*. Escala 1:200. Dimensões: 0,66x0,41. Autor desconhecido. Planta bastante estragada.

2 — *Ponte do Brumzinho — metálica*. Medidas em pés ingleses e palmos portugueses. Dimensões: 0,91x0,59. Autor: J.L.V. Lieutier. Planta bastante estragada.

3 — *Paço da Câmara Municipal e cadeia da vila do Bonito*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,37x0,36. Autor: F. Roiz da Silva (ajud.) Planta perfeita, prédio de dois pavimentos e ótima feição.

4 — *Bomba e comporta da Capixaua* — Eng^o. Barbalho. Escala 1:53.33. Dimensões: 0,78x0,54. Autor: George David Bracker (eng^o civil). Planta perfeita.

5 — *Perfis da estrada do Barbalho*. Medidas em braças. Dimensões: 0,71x0,45. Autor: George David Bracker. Planta perfeita.

6 — *Projeto de uma bomba na estrada de Ponte d'Uchôa*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,42x0,34. Autor: Joaquim Galeno Coêlho. Planta perfeita.

7 — *Ponte de Caga Fogo Estrada do Norte*. Escala 1:50. Dimensões: 0,91x0,72. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta em bom estado. Ponte metálica, com estrado de madeira e vão único de 27,00 e rolamento de 4,90m.

1863

1 — *Calçamento da rua da Aurora*. Medidas em palmos. Dimensões: 1,47x0,30. Autor: Pedro Alcântara dos Guimarães Peixoto. Planta perfeita.

2 — *Ponte de Tapinassú*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,56x0,41. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta perfeita. Ponte com longarinas de ferro, vão único de 5,50m.

3 — *Parte do plano do calçamento da travessa do porto das Canoas*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,55x0,34. Autor: Pedro de Alcântara dos Guimarães Peixoto. Planta perfeita, com locação da travessa e indicando o detalhe de arrumação das pedras irregulares.

1864

1 — *Planta da parte do convento de Nossa Senhora do Carmo, para onde pode ser transferida a Academia de Pernambuco*.

Medidas em palmos. Dimensões: 0,93x0,63. Autor desconhecido. Planta faltando pedaços e indicando somente plantas baixas.

2 — *Planta da cadeia de Pesqueira*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,56x0,28. Autor: Félix Ramos Lieutier. Planta perfeita.

3 — *Fachada da Matriz de São Lourenço*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,38x0,58. Autor não indicado. Planta em razoável estado.

1865

1 — *Cachorro de ferro para a Casa de Detenção*. Escala não indicada. Dimensões: 0,51x0,45. Autor: José Tibúrcio Pereira Magalhães. Planta em péssimo estado.

2 — *Planta e perfis do Reservatório e banheiros da Casa de Detenção*. Escala 1:100. Dimensões: 0,58x0,61. Autor: José Tibúrcio Pereira Magalhães. Planta perfeita.

3 — *Ponte sobre o rio Bú*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,58x0,57. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta perfeita. Ponte metálica, com estrado de madeira, vão único de 75 palmos. Traz os seguintes dizeres: "Estrada do Norte Empresa Mamede".

4 — *Plan of the city Recife*. Showing the proposed system of Drainage, Escala em braças. Dimensões: 0,90x0,56. Autor: Law Blount. Planta perfeita, mostrando o arruamento dos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista; mostra a locação de três estações elevatórias, sendo uma na Boa Vista, no atual Cais José Mariano, em frente à Casa de Detenção, a qual deveria bombear para a de São José, outra no bairro do Recife, na posição onde se ergue a estação D-3, do DES., a qual, também deveria bombear para a de São José. A estação de São José, situada no começo da rua Imperial, recolhendo os dejetos de Santo Antônio, São José e Boa Vista e bombearia para ilha do Nogueira, na posição em que existiu o despejo do DSE, construído por Saturnino de Brito.

5 — *Plano de edificação para o povoado de Gameleira*. Escala não indicada. Dimensões: 0,62x0,51. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita, mostrando o casário existente e o plano de urbanização com quadras regulares e praças.

1866

1 — *Projeto de um chafariz para a cidade d'Olinda*. Porta d'ágoa no lugar do Peixinho e pontezinha de passagem. Escala 1:100. Autor: Manoel Lourenço de Matos (conductor). Dimensões: 0,65x0,53. Planta perfeita, traz a assinatura de C. Paranaguá.

2 — *Perfil longitudinal da estrada de Una a Riachãozinho*. Escala não indicada. Dimensões: 2,10x0,39. Autor não indicado. Planta perfeita.

3 — *Planta da estrada de Una a Riachãozinho*. Escala 1:2.500. Dimensões: 4,99x0,47. Autor: José Tibúrcio Pereira Magalhães. Planta perfeita.

4 — *Perfil e planta da estrada de Una a Riachãozinho — 2º. lanço*. Escala 1:2.000. Dimensões: 1,97x0,97. Autor: Campelo. Planta em razoável estado.

5 — *2º. lanço da estrada de Una a Riachãozinho*. Ponte sobre o rio Japaranduba. Escala 1:40. Dimensões: 0,61x0,31. Autor: Campelo. Planta perfeita, ponte em madeira, bem detalhada.

6 — *Cornija do Ginásio Provincial*. Escala 1:10. Dimensões: 0,94x0,58. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta em razoável estado.

7 — *Coberta do Ginásio Provincial*. Escala 1:50. Dimensões: 0,90x0,67. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta em razoável estado.

8 — *Matriz de Nossa Senhora da Glória do Goitá*. Escala não legível. Dimensões: 0,88x0,60. Autor: Campelo. Planta faltando pedaços, planta baixa e fachada lateral.

9 — *Mercado da Cidade do Recife*. Escala 1:100. Dimensões: 1,25x0,52. Autores: Buarque de Macedo, Martineau e Felipe

Nery Colaço. Planta em bom estado, apresentando só a fachada do edifício, com cinco portas e 24 janelas encimadas por arcos e as portas com colunas. Existe uma cópia.

10 — *Mercado para a cidade do Recife*. Escala 1:100. Dimensões: 0,63x0,81. Autor não identificado. Planta perfeita, apresentando fachada e planta baixa. Trata-se de projeto diferente do anterior, embora com grande semelhança de estilo.

11 — *Planta do Mercado da cidade do Recife*. Escala 1:200. Autores: Buarque de Macedo, Martineau, Felipe Nery Colaço. Planta em bom estado, apresentando só a planta baixa e indicando, como confrontações, o Cais da Detenção e a praça do Mercado.

12 — *Mercado do Recife. Corte* — Escala 1:200. Dimensões: 0,68x0,28. Autores: Buarque de Macedo, Martineau e Felipe Nery Colaço. Planta perfeita.

13 — *Igreja da Misericórdia*. Projeto de aumento do recolhimento. Escala 1:100. Dimensões: 0,54x0,96. Autor: Gervásio Campelo. Planta em bom estado, apresentando só planta baixa, com detalhes interessantes, inclusive a roda, sob a torre.

14 — *Ponte sobre o rio Bicho*. Escala 1:50. Dimensões: 0,59x0,40. Autor: Gervásio Campelo. Planta perfeita, ponte de madeira, vão único de 4,00m.

15 — *Projeto da ponte da estrada de Belém a Beberibe*. 1:50. Dimensões: 0,95x0,71. Autor: Gervásio Campelo. Planta perfeita, ponte de madeira, com vão único de 8,00m.

16 — *Hospital Pedro II — 3º. pavimento ao lado sul*. Medidas em palmos. Dimensões: 1,23x0,61. Autor não indicado. Planta bastante estragada.

17 — *Planta das propriedades Pitanga e Tabatinga, engº. das Agoas, Monjope, Utinga, Utinga de Cima*. Escala 1:17.700. Dimensões: 0,76x0,58. Autor: W.J. Lindsey (engº). Planta em razoável estado.

18 — *Estrada do Sul. Ponte dos Guararapes*. Escala 1:50. Dimensões: 0,63x0,30. Autor: F.R. Lieutier. Planta perfeita, ponte de madeira, com vão único, de 5,50.

19 — *Ponte sobre o rio Pirapama, no engº. Novo da Vila do Cabo.* Escala 1,5m. Dimensões: 1,24x0,51. Autor não indicado. Planta faltando pedaços. Ponte de madeira, com cinco vãos e comprimento total de 37,00m.

20 — *Nivelamento da rua Direita, Largo da Paz, rua de São Miguel, até o oitão da casa de Antônio José Bezerra, na povoação dos Afogados.* Escala 1:100. Dimensões: 1,20x0,33. Autor desconhecido. Planta em mau estado.

21 — *Ponte sobre o rio Una, na estrada de Una a Riachãozinho.* Escala 1:400. Dimensões: 0,71x0,21. Autor não indicado. Planta perfeita. Ponte de madeira, com vão central de 12,80m e dois outros de 12,20m.

22 — *Perfil longitudinal de 10º, 11º. e 12º. lanços da estrada da Escada.* Escala 1:2.000. Dimensões: 0,66x0,57. Autor não indicado. Planta perfeita.

23 — *Trilhos Urbanos. Ponte sobre o Rio Capibaribe.* Medidas em palmos. Dimensões: 0,94x0,51. Autor: W. Martineau. Planta perfeita, ponte de ferro, com 11 vãos de 12,00m cada, ligando o largo do Capim à rua Formosa e largura de 2,70m; traz a assinatura do Barão do Livramento, como empreiteiro.

1867

1 — *Planta dos termos compreendidos entre a estrada de Una e a colônia de Pimenteira.* Escala 0,00005. Dimensões: 1,44x0,71. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.

2 — *Planta de canalização do riacho Taquara, em Altinho.* Escala 1:100. Dimensões: 0,77x0,47. Autor: Manoel Lourenço de Matos. Planta perfeita.

3 — *Cópia de um projeto de desvio do rio Capibaribe.* Autor: Joaquim Galeno Coelho. Escala 1:10.000. Dimensões: 0,84x0,48. Planta rasgada.

4 — *Paço da Câmara e Cadeia do Bonito.* Escala 1:100. Dimensões: 0,31x0,47. Autor desconhecido. Planta perfeita.

5 — *Projeto de cadeia para a vila de Ipojuca.* Escala 1:100. Dimensões: 0,51x0,40. Autor: F. Apoligório Leal. Planta perfeita.

6 — *Planta da estrada e Largo de Casa Forte*. Escala não indicada. Dimensões: 0,66x0,47. Autor: Manoel Lourenço de Matos (eng^o). Planta perfeita.

7 — *Trapiche da Alfândega de Pernambuco, com um projeto de aumento*. Escala 1:100. Dimensões: 0,79x0,68. Autor: Manoel Lourenço de Matos (eng^o). Planta em razoável estado.

8 — *Projeto de lanço de cais provisório no fim da rua do Nogueira*. Escala 1:500. Dimensões: 0,45x0,67. Autor: Bernardino José da Câmara. Planta perfeita, mostrando parte do arruamento de São José.

9 — *Armário e veneziana para a confrária da Casa de Detenção*. Escala não indicada. Dimensões: 0,59x0,38. Autor não indicado. Planta perfeita.

10 — *Estrada da Vitória a Gravatá: 1^o. lanço* — Bombas. Escala não indicada. Autor: Gervásio Campelo. Dimensões: 0,36x0,38. Planta perfeita.

11 — *Planta do Campo das Princesas*. Escala 1:500. Dimensões: 0,57x0,63. Autor não indicado. Planta perfeita, mostrando a posição da cocheira e da guarda do Palácio.

12 — *Cemitério da vila do Cabo*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,46x0,67. Autor: Joaquim Vital Maria Graça. Planta perfeita.

13 — *Açude de Nazareth* — Escala 1:200. Dimensões: 0,54x0,49. Autor: J. Bezerra de Melo. Planta perfeita. Locação, dique e sangradouro do açude.

14 — *Planta do portão e gradeamento para o campo da Princesas*. Escala 1:100. Dimensões: 0,91x0,44. Autor: Manoel Lourenço de Matos. Planta perfeita.

15 — *Planta da canalização ao riacho Taquara, em Altinho*. Escala 1:100. Dimensões: 0,81x0,51. Autor: E.C. Paes de Andrade. Planta perfeita, contendo locação do riacho, do canal, detalhe da barragem, etc.

16 — *Projeto de um canal de desvio do rio Capibaribe*. Escala 1:20.000. Dimensões: 0,51x0,31. Autor: A. Massy (eng^o).

Planta perfeita, no qual vemos o projeto de Joaquim Galeno Coêlho e do eng^o. Massy, este passando no Ambolê, ambos terminando na camboa do Jiquiá.

17 — *Ponte sobre o rio Jaboatão*. Escala 1.50. Dimensões: 0,77x0,43. Autor: E.C. Paes de Andrade (eng^o). Ponte de madeira, com dois vãos de 13,00m cada.

18 — *Carta Chorográfica da Província do Paraná*. Escala 1:1.000.000 — Dimensões: 0,61x0,55. Autor: Antônio P. de F. Mendes Antas (tte. Cel.). Planta perfeita.

19 — *Estrada da Vitória a Gravatá — Planta e perfil longitudinal do 1º. lanço*. Escala 1:2.000. Dimensões: 1,19x0,57. Autor não indicado. Planta perfeita.

20 — *Planta da Estrada da Ponte d'Uxôa, com a distribuição dos lampeons a gaz*. Escala em braças. Dimensões: 0,91x0,26. Autor não indicado. Planta perfeita, contendo a estrada e o casário, desde a Ponte do Manguinho ao Sítio da Jaqueira.

21 — *Capela do eng^o. Penedo de Baixo antiga Casa de Oração protestante*. Escala 1:50. Dimensões: 0,24x0,42. Autor não indicado. Planta perfeita. Planta baixa.

22 — *Açude de Bizerros* — Escala 1:100 — Dimensões: 0,65x0,34. Autor: Paes de Andrade (eng^o). Barragem de alvenaria, em vertedouro. Perfeita.

1868

1 — *Planta de nivelamento de um trecho da estrada dos Remédios*. Escala 1:50. Autor: Juvenal Xavier Tôrres (conductor). Planta perfeita, com dimensões de 0,45x0,40.

2 — *Planta da parte do Poço da Panela e suas imediações*. Escala 1:1.000. Dimensões: 0,50x1,00. Autor: Juvenal Xavier Tôrres (conductor). Planta perfeita.

3 — *Estrada da colônia — 1º. lanço*. Perfis — Escala não indicada. Dimensões: 0,48x1,30. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita.

4 — *Projeto do arruamento do Trapiche da Alfândega de Pernambuco*. Escala 1:100. Dimensões: 0,74x0,77. Autor não in-

dicado. Planta em razoável estado, na qual foram omitidas fachada e locação.

5 — *Carte particuliere de la côte du Bresil, partie comprise entre Maceió et le rio Tariri. Levéé par Mr. E. Mouchez, Capitaine de Fregate, Commandant le Lamotte Piquet, assisté de M. Mr. de Libran, Turquet, Boistel Jan et Guidou, officiers du dit Bâtiment Publié par ordre de l'Empereur.* Referida ao meridiano de Pariz. Dimensões: 0,65x0,94. Original perfeito. Trata-se de levantamento batimétrico da costa. Impresso em Paris.

6 — *Projeto de uma ponte sobre o rio Mundaú, na povoação de Correntes.* Escala 1:100. Dimensões: 0,81x0,56. Autor: G. Herman A. Ekrhard. Planta perfeita, ponte de madeira, com três vãos de 8,00m cada.

7 — *Ponte do Pao Sangue.* Escala 1:25. Dimensões: 0,45x0,37. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta em razoável estado. Corte transversal.

8 — *Ponte do Pao Sangue sobre o rio Serinhaém.* Escala 1:50. Dimensões: 0,45x0,37. Autor: Henrique Augusto Millet. Planta perfeita, situação e locação.

9 — *Parte do desenvolvimento da diretriz do ramal da estrada de ferro para Beberibe.* Escala 1:25. Dimensões: 1,58x0,60. Autor: Pedro Alcântara dos Guimarães Peixoto. Planta perfeita, mostrando a estrada nova de Beberibe até a povoação do mesmo nome sem detalhes.

10 — *Projeto de parte do desenvolvimento da diretriz da estrada de ferro do Recife a Olinda, com ramificação para Beberibe.* Escala 1:25. Dimensões: 1,38x0,58. Planta em razoável estado, mostrando o ramal, desde a rua do Destino à Encruzilhada de Belém. Autor não indicado.

11 — *Parte do desenvolvimento da estrada de ferro para Olinda.* Escala 1:25. Dimensões: 0,87x0,53. Autor não indicado. Planta faltando pedaços, mostra o ramal da Encruzilhada de Belém ao Varadouro, sem detalhes.

12 — *Planta da passagem de St. Ana.* Escala 1:100. Dimensões: 0,75x0,36. Autor: Juvenal Xavier Tôrres (condutor).

Planta perfeita, mostrando pequena ponte sobre o riacho Par-namerim, com indicação da propriedade do Dr. Miranda.

13 — *Projeto de uma ponte para a Estrada dos Remédios*. Escala 1:500. Dimensões: 0,84x0,55. Autor: Juvenal Xavier Tôrres (cond.). Planta em bom estado. Ponte de ferro, com estrado de madeira, vão único de 5,60ms.

14 — *Nivelamento da Estrada dos Remédios*. Escala 1:100. Dimensões: 0,96x0,51. Autor não indicado. Planta perfeita.

15 — *Planta e nivelamento da Estrada dos Remédios*. Escala 1:50. Dimensões: 0,41x0,41. Autor: Juvenal Xavier Tôrres (cond.). Planta perfeita, sem detalhes.

1869

1 — *Projeto da ponte dos Arrombados*. Medidas em palmos. Dimensões: 0,89x0,65. Autor não indicado. Planta perfeita. Ponte de madeira, com cinco vãos e comprimento total de 46,20. Apresenta passagens laterais para pedestres e, em plano superior, os trilhos da Maxambomba.

2 — *Projeto de uma ponte de ferro para Caxangá*. Escala 1:100. Dimensões: 0,85x0,44. Autor não indicado. Planta perfeita. Ponte com dois vãos de 26,50m cada e bom aspecto.

3 — *Ponte do eng^o. Pirapama*. Escala 1:100. Dimensões: 0,56x0,36. Autor não indicado. Planta perfeita. Ponte de madeira, com seis vãos e comprimento de 42,00m.

4 — *Ponte sobre o canal do Riachuelo*. Escala 1:50. Dimensões: 0,83x0,54. Autor não indicado. Planta perfeita. Ponte metálica, de belo aspecto e 7,00m de vão.

5 — *Teatro de Santa Izabel*. Fachada principal. Escala 1:50. Autor não indicado. Dimensões: 0,69x0,49. Planta perfeita.

6 — *Retife Drainage*. Desenho para o edifício das máquinas de esgotos. Escala 1"/8'. Dimensões: 0,74x0,52. Autor desconhecido. Planta perfeita, mostrando, inclusive, a locação, junto ao forte das Cinco Pontas.

7 — *Planta parcial do Convento do Carmo com modificações, para atender a Faculdade de Direito e Colégio das Artes. Medidas em palmos. Dimensões: 0,66x0,54. Autor desconhecido. Planta perfeita.*

1870

1 — *Projeto da parte diretriz compreendida entre a rua da Aurora e a estrada de João de Barros, passando pela rua do Príncipe. Medidas em braças. Dimensões: 0,69x0,48. Autor desconhecido. Planta perfeita, mostrando o Quartel do Hospício, a Academia de Direito, ressaltando a parte incendiada, e o Colégio das Artes.*

2 — *Planta da iluminação pública das Freguesias de Santo Antônio, São José e Afogados. Escala não indicada. Autor desconhecido. Dimensões: 0,85x0,68. Planta em razoável estado, mostrando o arruamento, sem indicar os nomes das ruas, e a situação de todos os lampiões.*

3 — *Planta do povoado da Boa Viagem e do projeto de arruamento. Escala 1:1.000. Dimensões: 0,87x0,60. Autor: Felix Ramos Lieutier. Planta perfeita. Trata-se de um plano de urbanização. Nesta planta, verificamos a existência de um cemitério público e todo o casario, à época.*

4 — *Aterro da Várzea do engenho Rosário. — Perfis. Escala 1:2.000. Dimensões: 0,56x0,34. Autor: F.R. Lieutier. Planta perfeita.*

5 — *Paço da Assembléia Provincial. Planta do 1º andar. Escala 1:75. Dimensões: 0,55x0,66. Autor: José Tibúrcio Pereira de Magalhães. Planta faltando pedaços.*

1871

1 — *Planta da estrada da Vitória a Gravatá. Escala 1:2.000. Dimensões: 0,60x0,45. Autor: Francisco Apoligório Leal. Planta perfeita, mostrando o 3º. lanço da estrada.*

2 — *Planta da Brazilian Street Raylway Company Limited, mostrando a ligação férrea da estação da rua do Sol até a ponte*

- 7 de Setembro. Escala não indicada. Dimensões: 0,83x0,63. Planta faltando pedaços; traz a assinatura do presidente Machado Portela e outras ilegíveis. Mostra o prédio do teatro espanhol, fronteiro ao Santa Izabel.
- 3 — *Palacete do Liceo de Artes e Ofícios. Corte Transversal.* Escala não indicada. Dimensões: 0,55x0,37. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 4 — *Projeto de reconstrução do teatro Santa Izabel.* Escala 1:100. Dimensões: 0,53x0,41. Autor: José Tibúrcio Pereira de Magalhães. Trata-se de cópia heliográfica de uma cópia feita em 1931, sobre o original de 1871; corte transversal, mostrando toda a estrutura metálica.
- 5 — *Projeto da reconstrução do Santa Izabel.* Escala 1:100. Dimensões: 0,44x0,30. Autor: J.T.P. Magalhães. Cópia heliográfica perfeita, conforme observação anterior.
- 6 — *Planta da povoação e do Açude de São Caetano.* Escala 1:1.000. Dimensões: 0,74x0,43. Autor desconhecido. Planta perfeita.
- 7 — *Projeto da reconstrução do Santa Izabel.* Escala 1:100. Dimensões: 0,54x0,44. Autor: J.T.P. Magalhães. Planta em bom estado. Corte transversal, pelo palco.
- 8 — *Projeto de reconstrução do Santa Izabel — Corte transversal pela sala de espetáculos.* Escala não indicada. Dimensões: 0,43x0,43. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 9 — *Projeto de reconstrução do Santa Izabel.* Corte longitudinal. Escala 1:100. Dimensões: 0,67x0,45. Autor: José Tibúrcio Pereira Magalhães. Planta em bom estado.
- 10 — *Teatro Santa Izabel.* — Planta baixa do terreno. Escala 1:100. Dimensões: 0,68x0,42. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 11 — *Teatro Santa Izabel.* — Planta do 2º andar. Escala não indicada. Dimensões: 0,71x0,38. Autor: J.T.P. Magalhães. Planta em bom estado.

- 12 — *Projeto de reconstrução Santa Izabel.* — Detalhes de sustentação da coberta. Escala 1:100. Dimensões: 0,68x0,50. Autor: J.T.P. Magalhães. Planta perfeita.
- 13 — *Projeto da casa da Câmara e Cadeia de Flôres.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,62x0,59. Autor: Pinto da Silva (cond.). Planta perfeita. Prédio de dois pavimentos e bom aspecto.
- 14 — *Projeto da Casa da Câmara Municipal e Cadeia de Flôres.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,55x0,58. Autor: Pinto da Silva (cond.) Planta perfeita; prédio de dois pavimentos.
- 15 — *Nova barra do rio Una.* — Estacada. Escala 1:100. Dimensões: 0,83x0,32. Autor: Félix Ramos Lieutier. Planta perfeita.
- 16 — *Sondagem no rio Capibaribe, por baixo da ponte do Caxangá.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,41x0,29. Autor: Manoel Lourenço de Matos (eng^o). Planta perfeita, indicando perfuração até 17,30ms.
- 17 — *Modificação do Liceo de Artes e Ofícios.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,86x0,36. Autor: J.T.P. Magalhães. Planta perfeita, na qual é corrigida a locação do prédio do Liceo e mostrando parte do arruamento de Santo Antônio.
- 18 — *Estudos Técnicos da EFC da província de Alagoas, entre a capital e a vila da Imperatriz.* — Escala 1:15.000. Autor: Hugh Wilson (eng^o. civil). Planta em bom estado, mostrando, inclusive, todo o arruamento de Maceió, à época. Dimensões: 0,63x0,41.
- 19 — *Corte longitudinal do Liceo de Artes e Ofícios.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,54x0,35. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 20 — *Planta das bombas para o 3^o lanço da estrada de Vitória a Gravatá.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,38x0,30. Autor: F. Apoligório Leal. Planta perfeita.
- 21 — *Ponte do Caxangá.* — Detalhes das estacas-parafusos. Medidas em pés. Dimensões: 0,73x0,59. Autor: Law & Blount. Em razoável estado, mostrando os detalhes das estacas parafusos.

1872

- 1 — *Projeto do Asilo de Mendicidade.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,78x1,04. Autor desconhecido. Planta baixa em mau estado.
- 2 — *Projeto do Asilo de Mendicidade.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,98x0,74. Autor desconhecido. Planta perfeita. Fachadas e corte.
- 3 — *Planta da cadeia e Casa da Câmara da vila do Bonito.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,57x0,51. Autor: Félix Lieutier. Planta perfeita.
- 4 — *Açude da Vila de Bezerros.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,31x0,25. Autor ilegível. Planta perfeita.
- 5 — *Novo projeto para um açude na vila de Pesqueira.* — Escala 1:100. Dimensões 0,47x0,33. Autor ilegível. Planta perfeita. Barragem de terra.
- 6 — *Açude de Pesqueira.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,52x0,43. Autor ilegível. Planta perfeita. Barragem de terra.
- 7 — *Estrada de Gravatá.* — 4º. lanço. Planta e perfil longitudinal. Escala não indicada. Dimensões: 0,66x0,38. Autor: Francisco Apoligório Leal (engº). Planta perfeita.
- 8 — *Projeto de açude para a vila de Flôres.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,47x0,40. Autor não indicado. Barragem em alvenaria de pedra. Planta perfeita.
- 9 — *Cozinha e dependências do Ginásio Provincial-fachada.* Escala 1:50. Dimensões: 0,56x0,45. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta perfeita.
- 10 — *E.F. do Recife a Limoeiro.* — Ramal de Nazareth. Cortes transversais. Escala 1:500. Dimensões: 1,17x0,46. Autor não identificado. Planta em razoável estado.
- 11 — *Caminhamento feito entre a ponte de Jiquiá e o engº. Bulhões.* — Escala 1:40.000. Dimensões: 0,44x0,33. Planta em razoável estado, indicando os pontos notáveis.

1873

1 — *Sítio da S.C. de Misericórdia, em Parnamerim.* — Escala 1:500. Autor desconhecido. Dimensões: 0,66x0,67. Planta em razoável estado.

2 — *Projeto de um edifício para o telégrafo e correio de Pernambuco.* — Planta baixa. Escala não indicada. Dimensões: 1,20x0,75. Autor não indicado. Planta faltando pedaços. Trata-se do projeto de Antonio Vicente do Nascimento Feitosa e que deveria ser construído entre as ruas do Bom Jesus, Tomé de Souza e Praça do Comércio.

3 — *Estrada do Norte — Ladeira de Arataca.* — Perfil longitudinal e planta. Escala 1:2.000. Dimensões: 0,99x0,64. Autor: Francisco Américo de Aragam Rabelo. Planta perfeita.

4 — *Typo de palacete para Câmara Municipal, Tribunais de Justiça e Repartições públicas.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,77x0,45. Autor: Emile Béringer. Dois originais perfeitos, sendo um de fachadas e o outro de plantas baixas. Belo projeto.

5 — *Cópia do plano geral do Edifício da C.O.I.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,83x0,53. Autor: Fr. Francisco de Vicenza, arquiteto capuchinho. Copiado por Fr. Paschal de Bologna. Original perfeito. Plantas baixas de dois pavimentos.

6 — *Planta do terreno de Marinha, cujo aforamento foi solicitado pelo Barão da Soledade, com concessionário da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro.* — Escala 3,5m=1 metro. Dimensões: 0,55x0,39. Autor: Arquivo Militar de Pernambuco. Planta perfeita, mostrando o arruamento nas proximidades do Forte do Brum e os terrenos a serem aforados.

7 — *Ponte sobre o rio Serinhaém.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,73x0,41. Autor: Joaquim Galeno Coelho. Planta perfeita. Ponte de madeira, com cinco vãos de 12,00m cada.

8 — *Projeto de ponte para o arrombo na estrada do Caxangá, no Poeta.* Escala 1:100. Dimensões: 0,58x0,42. Autor ilegível. Planta em bom estado. Ponte de madeira, com vão único de 10,00m.

9 — *Planta da Torre.* — Medidas em braças. Dimensões: 1,02x0,67. Autor não indicado. Em perfeito estado, mostrando o arruamento e o casario esparso existente.

10 — *Projeto de abertura de ruas e acomodações de terrenos para repartições públicas, na freguesia de Santo Antônio.* — Escala 1:40. Dimensões: 0,78x0,61. Autor: Victor Fournié. Planta perfeita, na qual é preconizada a abertura de uma rua paralela às Florentinas e outra da rua do Imperador a esta, além do alargamento da rua das Florentinas. Nas quadras resultantes deveriam ser construídos os seguintes prédios: Edifício para Tesouraria Provincial e Repartição de Obras Públicas, com dois andares, Casa do Comando Geral das Armas, Quartel de Cavalaria e Recebedoria Geral.

1874

1 — *“Planta da colônia orfanológica Izabel, em Pimenteira.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,85x0,68. Autor: Engenheiro Luiz José da Silva. Cópia heliográfica perfeita.

2 — *Modificação do projeto do Asilo de Mendicidade.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,84x0,64. Planta perfeita. Fachada com planta baixa.

3 — *Modificação do projeto do Asilo de Mendicidade.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,83x0,62. Autor desconhecido. Faltando pedaços, com assinatura do Barão de Lucena.

4 — *Projeto do Hospital de Alienados — cozinha e dependências.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,89x0,53. Autor: Francisco Apoligório Leal. Planta faltando pedaços.

5 — *Planta da Estrada do Norte-Ladeira de Arataca.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,94x0,58. Autor: J.T.P. Magalhães. Planta perfeita.

6 — *Hospício de Alienados.* — Planta baixa. Escala 1:100. Dimensões: 0,93x0,79. Autor desconhecido. Planta bastante estragada.

7 — *Planta de parte do caes do Apolo e rampa.* Escala 1:100. Dimensões: 1,36x0,80. Autor desconhecido. Planta em razoá-

vel estado, mostrando detalhes do caes a ser reparado e contendo planta do bairro do Recife, sem detalhes, na escala de 1:10.000, na qual se vê a ponte provisória.

8 — *Ramal do Manguinho ao Monteiro, passando nos Aflitos, Tamarineira, Mangabeira, Arraial e Monteiro.* Escala 1:1.000. Dimensões: 3,80x0,70. Planta perfeita, mostrando sítios e aruados, ao longo da via férrea.

9 — *Corte longitudinal do Santa Izabel, todo cotado.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,68x0,34. Autor não indicado. Planta perfeita.

10 — *Projeto de reconstrução do Santa Izabel.* — Planta do térreo. Escala 1:100. Dimensões: 0,67x0,41. Autor não indicado. Planta perfeita.

11 — *Esbôço da Carta Corográfica da Província de Pernambuco.* — Escala 1:1.000.000. Dimensões: 0,93x0,65. Autor: ROP. Original estragado, contendo explicações que esclarecem ter sido a mesma executada com base nos trabalhos do engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, Capitão E. Mouchez, e vários trabalhos topográficos da ROP. Esclarecia ainda ser um "esbôço destinado ao uso provisório do serviço público geral e Provincial". Impressa em Paris.

12 — *Açougue para a cidade de Escada.* Escala 1:100. Dimensões: 0,61x0,66. Autor: Galeno Coêlho (eng^o). Planta em bom estado.

13 — *Projeto do encanamento d'agoa do engenho Catú a Goyana.* — Escala 1:500. Dimensões: 1,09x0,48. Autor: A. Massy (eng^o). Planta perfeita, sem muitos detalhes esclarecedores.

14 — *Matadouro público.* — Escala não indicada. Dimensões: 1,03x0,52. Autor não indicado. Planta e cortes em perfeito estado.

15 — *Planta da Colônia Agrícola Orphanológica Izabel, em Pimenteira.* Escala 1:10.000. Dimensões: 0,88x0,71. Autor: Comissão de Medição das Terras Públicas da Província. Planta em bom estado.

16 — *Parte do Hospício de Alienados*. — Escala 1:200. Dimensões: 0,61x0,40. Autor: F.A. Leal. Planta em razoável estado, mostrando, em conjunto, o estacionamento e plantas baixas dos térreos.

17 — *Planta do Hospício de Alienados*. — Plano do 1º andar. Escala não indicada. Dimensões: 0,90x0,54. Autor não indicado. Planta faltando pedaços.

18 — *Projeto do Hospício de Alienados — fachadas*. — Escala 1:100. Dimensões: 1,09x0,49. Autor não indicado. Planta faltando pedaços. Traz a assinatura de Fournié, como Diretor da ROP.

19 — *Escadas para o Hospício de Alienados*. — Detalhes. Escala 1:25. Dimensões: 0,50x0,48. Autor não indicado. Planta perfeita.

20 — *Planta junto à memória de 1º. de julho de 1874, sobre os melhoramentos de que careçe o porto do Recife*. — Escala 1:20.000. Dimensões: 0,54x0,63. Autor não indicado. Planta perfeita, mostrando a cidade e o porto, sem muitos detalhes.

21 — *Cadeia de Cimbres*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,76x0,60. Autor não indicado. Planta perfeita. Prédio de dois pavimentos.

1 8 7 5

1 — *Escola Normal* — Planta baixa do primeiro andar. Escala 1:50. Dimensões: 1,08x0,54. Autor não indicado. Planta perfeita.

2 — *Escola Normal-Térreo* — Escala 1:50. Dimensões: 1,08x0,54. Autor não indicado. Planta perfeita.

3 — *Escola Normal — Fachada principal*. — Escala 1:50. Dimensões: 1,11x0,55. Autor não indicado. Planta faltando pedaços.

4 — *Escola Normal — Fachada lateral*. — Escala 1:50. Dimensões: 0,66x0,57. Autor não indicado. Planta perfeita.

- 5 — *Estrada de Una a Capoeira*. — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,59x0,29. Autor: Beringer. Perfil longitudinal perfeito.
- 6 — *Bomba do Peres na estrada da Vitória*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,55x0,37. Autor: F. Ramos Lieutier. Planta perfeita.
- 7 — *Reconstrução do Açude de Gravatá*. — Escala 1:500. Dimensões: 0,66x0,57. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 8 — *Reconstrução da ponte sobre o rio Tapacurá*. — Escala não indicada. Dimensões: 1,28x0,33. Autor: Beringer. Planta perfeita. Ponte de madeira, com dois vãos de 14,07m cada.
- 9 — *Planta da cidade do Recife*. — Escala 1:10.000. Dimensões: 0,64x0,70. Autor: ROP. Original em deplorável estado, inclusive faltando pedaços. Nela existe referência a outra planta litografada em 1855.
- 10 — *Projeto do Passeio Público*. — Trata-se de cópia feita em 1910, do original que trazia as assinaturas de Fournié e Beringer. Escala 1:1.000. Dimensões: 1,10x0,78. Planta estragada.
- 11 — *Planta da cadeia de Igarassú*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,62x0,40. Autor: Joaquim Gomes de Oliveira e Silva. Planta perfeita.
- 12 — *Planta do vale do rio Capibaribe Mirim, na Estrada de Pedras de Fogo, e de uma pontezinha para a mesma*. — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,98x0,49. Autor: João Gomes de Oliveira (eng^o). Planta perfeita.
- 13 — *Projeto de reforço dos muros de encosto da ponte sobre o rio Capibaribe Mirim 2^o. lanço da estrada de Pedras de Fogo*. — Escala não indicada. Dimensões: 0,58x0,33. Autor: Joaquim Gomes de Oliveira e Silva (eng^o). Planta perfeita.
- 14 — *Projeto de Passeio Público — Pavilhão*. — Escala 1:50. Dimensões: 0,58x0,43. Autor: Beringer. Planta perfeita. Pavilhão de belo aspecto.
- 15 — *Perfis do projeto do Passeio Público*. — Escala 1:1.000. Dimensões: 1,08x0,57. Autor: Beringer. Planta perfeita.

16 — *Projeto do Passeio Público — Aquarium.* — Escala 1:50. Dimensões: 1,12x0,47. Autor: Beringer. Planta perfeita, apresentando só a fachada principal.

17 — *Projeto de construção de tanques e de secadores cobertos para os materiais fecais da cidade do Recife.* Escala 1:100. Dimensões: 1,15x0,35. Autor: Victor Fournié. Planta perfeita. Trata-se de tanques digestores e leitos de secagens para esgotos fecais.

18 — *Parte do sítio Tamarineira, pertencente à Santa Casa de Misericórdia do Recife.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 0,53x0,57. Autor: Emiliano Brito de Araújo (praticante). Planta em razoável estado, mostrando os edifícios do Hospício de Alienados.

19 — *Melhoramento do Campo das Princesas e do Jardim da Presidência.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,79x0,60. Autor: Beringer. Planta perfeita, apresentando a urbanização dos lugares citados e no qual vemos indicado o café restaurante e o Teatro do Ginásio, referido em outra planta como Teatro Espanhol.

1 8 7 6

1 — *Projeto de melhoramento porto de Pernambuco.* — Escala 1:10.000. Dimensões: 0,97x0,38. Autor: José Tibúrcio Pereira Magalhães. Planta perfeita. Impresso em Paris.

2 — *Ilha do Nogueira.* — Escala 1:10.000. Dimensões: 0,58x0,47. Autor: Gustave Mermoud. Planta perfeita.

3 — *Liceo de Artes e Ofícios e plano do terraço.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,27x0,41. Autor não indicado. Planta perfeita.

4 — *Cadeia e Quartel-Tipo 1.* — Escala 1:100. Dimensões: 1,40x0,60. Autor: Beringer. Originais perfeitos. Trata-se de duas plantas de fachadas e cortes de prédio amplo, de dois pavimentos, com destinação específica.

5 — *Ponte sobre o rio Amaragy, nas Duas Barras.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,88x0,60. Autor: Joaquim G. Coelho.

Planta em bom estado. Ponte de madeira, com dois vãos de 17,80m cada.

6 — *Fachada do Liceo de Artes e Ofícios*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,60x0,32. Autor não indicado. Planta perfeita.

7 — *Cadeia de Gameleira*. — Escala 1:200. Dimensões: 0,30x0,52. Autor: Joaquim Galeno Coêlho. Planta perfeita.

8 — *Escola pública*. — Escala 1:200. Dimensões: 0,97x0,87. Autor desconhecido. Planta perfeita, constante de fachada e planta baixa.

9 — *Palacete de Liceo de Artes e Ofícios. Fachada*. — Escala não indicada. Dimensões: 0,63x0,34. Planta perfeita.

10 — *Planta da freguesia do Poço da Panela*. — Escala 0,001. Dimensões: 0,69x0,50. Autor: Gustavo Mermoud. Planta perfeita, mostrando a existência de dois hotéis após a ponte de Caxangá. Com as assinaturas de Beringer e Fournié.

11 — *Projeto de abertura de ruas na freguesia de Sto. Antônio da cidade do Recife*. — Escala 0,0025. Dimensões: 0,90x0,65. Autor: V. Fournié. Planta perfeita.

12 — *Ponte sobre o rio Cumbe, no 5º. lanço da estrada de Itapissuma a Nazareth*. — Escala 1:50. Dimensões: 0,84x0,41. Autor: Joaquim Gomes de Oliveira e Silva (engº). Planta perfeita. Ponte de madeira de vão único, de 10,00m.

13 — *5º. lanço da estrada de Itapissuma a Nazareth*. — Perfil e planta. Escala 1:2.000. Dimensões: 2,00x1,04. Autor: J.G.O Silva (engº). Planta em mau estado.

1877

1 — *"Ponte de Tahiba"*. — Escala 1:50. Dimensões: 1,82x0,64. Autor ilegível, mostrando o muro d'encosto da direita e a bomba. Original em papel de linho, perfeito.

2 — *Planta da Estação Ferroviária de Água Branca*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,64x0,49. Autor: Alfredo Lopes Ferreira. Planta perfeita.

- 3 — *Planta do engenho Jundiá-Mirim.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,82x0,43. Autor: G. Mermoud. Original perfeito. A planta parece ter sido feita com objetivo exclusivo de apreciar um conflito ali verificado, pois as observações nela contidas assim indicam.
- 4 — *Projeto de uma ponte (metálica), sobre o rio Capibaribe, no Tahiba.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,76x0,47. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 5 — *Aqueduto sobre o Riacho Roncador, na cidade de Vitória.* — Escala 1:40. Dimensões: 0,79x0,39. Autor: F.A. de Aragão Rabelo. Planta perfeita.
- 6 — *Chefatura de Polícia — rua Visconde de Rio Branco, 387.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,45x0,45. Autor não indicado. Original mostrando as plantas baixas de um prédio de três pavimentos. Planta perfeita.
- 7 — *Projeto de uma porta d'agoa para o açude de Caruarú.* — Escala 1:20. Dimensões: 0,95x0,59. Autor desconhecido. Planta em razoável estado. Muito bem detalhada.
- 8 — *Cadeia de Jaboatão.* Escala 1:50. Dimensões: 0,87x0,34. Autor: Francisco Américo de Aragão Rabelo. Planta perfeita. Prédio de um só pavimento.
- 9 — *Cadeia de Jaboatão.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,94x0,48. Autor: Francisco Américo de Aragão Rabelo.
- 10 — *Cadeia de Jaboatão.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,95x0,47. Autor: Francisco Américo de Aragão Rabelo. Planta perfeita.
- 11 — *Planta da segunda casa da vila de Jaboatão, depois da ponte do Iburá.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,35x0,45. Autor: F. Lieutier. Planta baixa perfeita.
- 12 — *Ponte do rio Doce.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,92x0,49. Autor: Felix Ramos Lieutier. Planta perfeita. Ponte de madeira, com cinco vãos.
- 13 — *Planta da extinta aldeia de Itapissuma — Província de Pernambuco, pela Comissão de Medição de Terras Públicas.*

— Escala 1:15.000. Dimensões: 0,95x0,79. Autor: Luiz José da Silva (eng^o. chefe). Planta em bom estado, ressaltando, inclusive, o Patrimônio de Nossa Senhora de Águas Belas.

14 — *Palacete do Liceo de Artes e Ofícios*. — Planta do térreo. Escala 1:100. Dimensões: 0,90x0,45. Autor não indicado. Planta em bom estado.

15 — *Palacete do Liceo de Artes e Ofícios — Plano*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,65x0,50. Autor não indicado. Planta perfeita.

16 — *Aterro da ponte de Tahiba*. — Perfís e detalhes. Escala 1:1.000. Dimensões: 1,28x0,73. Autor Emile Béringer. Planta perfeita.

17 — *Planta topográfica de Serinhaém a Barreiros*. — Escala 1:100.000. Dimensões: 0,56x0,45. Autor não indicado. Planta perfeita.

18 — *Projeto de Matadouro Público*. — Escala 1:100. Autor não indicado. Dimensões: 1,52x0,55. Plantas, fachadas e locação, perfeitas.

19 — *Ponte de Tahiba. Muros d'encosto*. — Escala não indicada. Dimensões: 1,09x0,36. Autor: José Joaquim de Melo Cahú. Planta perfeita.

20 — *Planta da povoação de Muribeca*. — Escala 1:1.000. Dimensões 0,63x0,46. Autor: Gustav Mermoud. Planta perfeita. Indica inclusive, os números das casas.

21 — *Ponte de Ytaíba*. — Escala não indicada. Dimensões: 0,98x0,37. Autor: José Joaquim de Melo Cahú (cond.). Planta perfeita. Apresentando detalhes da cantaria do muro d'encosto e parapeito.

22 — *Ponte sobre o rio Una, no porto de Gravatá*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,90x0,64. Autor: Joaquim Galeno Coêlho. Planta perfeita. Ponte de madeira, com 6 vãos e comprimento total de 74,00m.

23 — *Asilo de Mendicidade*. — Pavilhão posterior. Escala 1:100. Dimensões: 0,78x0,27. Autor não indicado. Planta baixa, perfeita.

24 — *Ponte sobre o rio Ipojuca, em São Caetano da Rapoza.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,93x0,58. Autor: Francisco Américo de Aragam Rabelo (eng^o). Planta perfeita. Ponte de madeira, com quatro vãos de 13,16m, de belo aspecto. Apresenta detalhes das sambladuras.

25 — *Planta do rio Paratibe.* — Escala 1:10.000. Dimensões: 1,30x0,60. Autor: José Caetano P. Silva. Planta perfeita.

26 — *Palacete do Liceo de Artes e Ofícios. Planta dos logares.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,90x0,56. Autor não indicado. Planta faltando pedaços. Locação do Liceo e prédios adjacentes.

27 — *Planta do Liceo de Artes e Ofícios. 1º andar — plano.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,60x0,44. Autor não indicado. Planta faltando pedaços.

1878

1 — *Liceo de Artes e Ofícios — Porta principal, escada de pedra e demais detalhes de cantaria.* Escala 1:50. Dimensões: 1,03x0,54. Autor não indicado. Planta em bom estado.

2 — *Último lanço da estrada da Luz.* — Escala 1:2.000. Dimensões 1,53x0,39. Autor: Francisco Américo de Aragam Rabelo (eng^o). Planta perfeita.

3 — *5º lanço da estrada da Luz.* — Escala 1:2.000. Dimensões 1,07x0,36. Autor: Francisco Américo de Aragam Rabelo. Planta perfeita.

4 — *6º e último lanço da estrada da Luz.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 1,47x0,44. Autor: Francisco Américo de Aragam Rabelo. Planta perfeita.

5 — *Projeto de um pavilhão para enfermaria provisória (de madeira), no Hospital Pedro II.* Escala 1:100. Autor não indicado. Planta perfeita.

6 — *Planta de uma estrada de Palmares a Colônia.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 1,48x0,46. Autor: Gustave Mermoud. Planta perfeita.

1879

- 1 — *Projeto de aterro do canal do Riachuelo.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 1,21x0,60. Autor: Francisco Apoligório Leal. Planta em bom estado, indicando situação com o canal, situação a ser atingida, arborização prevista, posição e tipo de galeria, além do perfil transversal a ser dotado.
- 2 — *Estrada de Bonito a Una.* — Perfis-Escala 1:100. Dimensões: 0,91x0,41. Autor: Gustave Mermoud. Planta perfeita.
- 3 — *Perfil longitudinal do 7º. lanço da estrada Vitória a Gravata. 6º. da Empresa Melo Rêgo.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,97x0,51. Autor não indicado. Planta em razoável estado.
- 4 — *“Planta do perfil longitudinal de uma estrada de rodagem, de Bonito a Una”.* — Escalas 1:2.0 e 1.1000. Autor: Gustave Mermoud. Planta perfeita. Dimensão de 5,72x0,42.
- 5 — *Plano da cadeia e do Paço da Câmara Municipal da vila de Granito.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,47x0,47. Autor: G. Mermoud. Planta perfeita, apresentando as plantas baixas de um prédio de dois pavimentos.
- 6 — *Cadeia de Serinhaém.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,63x0,24. Autor: Joaquim F. Ribeiro (ajd.). Planta em bom estado.
- 7 — *Projeto de reconstrução da ponte de Mauas.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,83x0,52. Autor: Francisco Américo de Aragam Rabelo. Planta perfeita. Ponte de madeira, com três vãos de 8,95 cada.
- 8 — *Salgueiro — Planta da cadeia.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,44x0,46. Autor: Gustave Mermoud. Planta em bom estado, mostrando o pavimento térreo e o primeiro andar, este com as denominações em francês.
- 9 — *Projeto de cemitério para Alagoa de Baixo.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,77x0,47. Autor: G. Mermoud. Planta perfeita, contém inclusive, o plano da capela.
- 10 — *G.W.B.R. — Modificação proposta entre Recife e Santo Amaro.* — Escala 1:2.000. Dimensões 0,89x0,47. Autor não

indicado. Planta perfeita, mostrando a estação de passageiros e uma estação de carga junto à estação de Recife Drainage, ambas no local hoje ocupado pelas oficinas da Base Naval e o Oceano apenas a 28 metros da face leste do forte do Brum.

11 — *Desvio proposto entre a Encruzilhada, Casa Amarela e Coqueiros.* — Escala não indicada. Dimensões: 11,45x0,30. Autor: A.P. Wilson (eng^o). Planta perfeita, mostrando o desenvolvimento das linhas da GWBR, desde o porto a São Lourenço, com indicação dos sítios e proprietários.

1880

1 — *Planta do passadiço sobre o riacho Água Fria.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,40x0,28. Autor ilegível. Planta perfeita.

2 — *Projeto tipo para as casas de Barreiras nas pontes do Gravatá, Pau Sangue, Duas Barras e Guararapes.* — Escala 1:100. Autor desconhecido. Dimensões: 0,68x0,49. Planta com remendos.

3 — *Esboço da Carta corográfica da província de Pernambuco.* — Escala 1:1.000.000. Autor: ROP. Cópia perfeita. Impressa na litografia a vapor da F.H. Carls. Dimensões: 1,05x0,48.

4 — *Estrada de Rodagem de Bonito a Una.* — Escala 1:400. Dimensões: 2,16x0,61. Autor: G. Mermoud. Planta em razoável estado.

5 — *Perfil do 2^o lanço da estrada de Bonito a Una.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,95x0,60. Autor: G. Mermoud. Planta faltando pedaços.

6 — *Projeto d'uma cadeia para a cidade de Itambé.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,77x0,66. Autor: Joaquim Gomes de Oliveira e Silva. Planta perfeita. Prédio de um só pavimento e bom aspecto.

7 — *Projeto da casa de barreira da pedra do bacalhau, engenho Barbalho. Estrada do Cabo.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,68x0,47. Autor não indicado. Planta perfeita.

8 — *Reconstrução da ponte sobre o rio Duas Unas, em Jaboa-tão.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,97x0,56. Autor: Francisco Américo de Aragão Rabelo. Planta perfeita. Ponte de madeira, com dois vãos de 8,92m cada.

9 — *Planta de reconstrução da ponte da Torre.* — Escala 1:100. Dimensões: 1,14x0,68. Autor: Felix Ramos Lieutier. Planta em razoável estado. Ponte de madeira, de ótimo aspecto, com 10 vãos de 10,10m cada.

10 — *Engenho da Barra.* — Escala 1:200. Dimensões: 1,17x0,46. Autor: G. Mermoud. Planta faltando pedaços. Mostra, tão somente, um trecho da estrada se desenvolvendo nas terras do engenho Barra.

11 — *Escola Normal.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,65x0,46. Autor Joaquim Gomes de Oliveira e Silva (eng^o). Plantas baixas do térreo e primeiro andar. Lê-se a anotação: "edifício particular". Planta em perfeito estado.

12 — *Açude de Pesqueira na Cachoeira.* — Escala não indicada. Dimensões 0,56x0,30. Autor: G. Mermoud. Barragem de alvenaria, em vertedouro e com capacidade de acumulação de 25.000m³. Planta em perfeito estado.

13 — *Bomba e aterro no riacho Bartholomeu, no Arrayal.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,45x0,60. Autor: Felix Ramos Lieutier. Planta perfeita.

14 — *Repuxo para o jardim da Assembléia Provincial.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,42x0,62. Autor: J.M.A. Ferreira. Planta perfeita.

1 8 8 1

1 — *"Abastecimento d'água do Recife".* — Escala de 1:1.000. Dimensões: 2,80x1,32. Autor: Henrique Snell. Mostrando toda a freguesia do Poço da Panela. Planta em bom estado.

2 — *Projeto de diversas casas de barreira na estrada do Norte.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,62x0,52. Autor: Francisco Américo A. Melo. Planta faltando pedaços.

3 — *Abastecimento d'água da cidade do Recife. Planta da cidade do Recife, e também seus arrabaldes.* — Escala 1:20. Dimensões: 0,98x1,05. Autor Henrique Snell. Planta em bom estado, mostrando todo o Recife e Olinda. Impressa na Litografia a vapor de F. H. Carls.

4 — *Planta de Afogados da Engazeira.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 0,40x0,49. Autor: G. Mermoud. Planta perfeita, mostrando o arruamento e citando o n^o. das casas.

5 — *Café Restaurante — Modificação projeto primitivo.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,93x0,65. Autor: Herculano Ramos (arquiteto). Planta em razoável estado, apresentando plantas e fachadas de um prédio de dois pavimentos, que deveria ser construído junto ao Santa Izabel. Contém uma observação na qual o autor esclarece que o edifício deve ser construído "com materiais do paiz, de acordo com o clima".

6 — *Projeto para a construção de um enrochamento no açude de São Caetano da Rapoza.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,88x0,52. Autor: Francisco Américo de Aragam Rabelo. Planta perfeita.

7 — *Planta da cidade de Caruarú.* — Escala 1:1.000. Dimensões 0,61x0,40. Autor: Gustave Mermoud. Planta perfeita, mostrando o arruamento e o casario, com a respectiva numeração.

8 — *Planta da vila do Limoeiro.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 1,34x0,39. Autor: G. Mermoud. Planta em bom estado, indicando não só os números das casas, como nomeando aquelas assobradadas.

1882

1 — *Projeto de um cemitério para a vila de Igarassú.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,77x0,42. Autor: Joaquim Gomes de Oliveira (eng^o). Planta perfeita.

2 — *Projeto do açude para Pesqueira, no lugar denominado Santa Ana.* — Escala 1:50. Dimensões: 1,06x0,60. Autor não indicado. Planta faltando pedaços.

3 — *Planta do taboleiro, encontros e estrutura de uma ponte mixta (alvenaria mais ferro e madeira), ligando o cais do Apolo ao 22 de novembro.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,97x0,61. Autor: Antônio do N. Feitosa (eng^o). Planta perfeita, na qual se lê que foi iniciada em 1882 e concluída em 1886.

4 — *Ponte sobre o rio Ipojuca, no eng^o. Limoeiro.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,86x0,63. Autor: J. Galeno Coêlho. Planta faltando pedaços. Ponte de madeira, com cinco vãos, comprimento total de 45,20, apoiada em colunas de alvenaria e em colunas de madeira.

5 — *Projeto de um cemitério em Paratibe.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,94x0,65. Autor: José Joaquim de Melo Cahú. Planta em bom estado.

6 — *Cozinha do Ginásio Pernambucano.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,46x0,36. Autor não indicado. Planta baixa. Perfeita.

7 — *Projeto de um cemitério para a cidade do Pao do Alho* — Escala 1:200. Dimensões: 1,00x0,59. Autor: Antônio do Rêgo Neto. Planta perfeita, contendo o plano da capela.

8 — *Ponte sobre o rio Doce.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,56x0,49. Autor: João Pinto da Silva (eng^o). Planta perfeita. Ponte de madeira com três vãos e comprimento total de 28,00m.

9 — *Ponte sobre o rio Ipojuca, no engenho Salgado.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,90x0,47. Autor: J. Galeno Coêlho. Planta perfeita. Ponte de madeira com cinco vãos de 9,00m cada.

10 — *Projeto de uma ponte sobre o rio Araripe.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,84x0,63. Autor: Joaquim Gomes de Oliveira e Silva. Planta perfeita. Ponte de madeira com três vãos de 9,00m cada.

11 — *Ponte sobre o rio Ipojuca na cidade de Escada.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,90x0,52. Autor: J. Galeno Coêlho. Planta perfeita. Ponte de madeira, com longarinas metálicas em treliça, com três vãos de 17,50 cada.

- 12 — *Planta de Sta. Cruz.* — Escala 1.1000. Dimensões: 0,66x0,57. Autor: G. Mermoud. Planta perfeita, mostrando toda a vila com as casas devidamente numeradas.
- 13 — *Projeto de um cemitério para Beberibe.* — Escala 1:200. Dimensões: 1,25x0,70. Autor: José Joaquim de Melo Cahú. Planta com remendos.
- 14 — *Janela da Sala d'Administração da Casa de Detenção.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,33x0,43. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 15 — *Ponte sobre o rio Una, em Barreiros, entre os engenhos Bombarda e Sanhé.* — Escala 1:100. Autor não indicado. Planta em razoável estado. Ponte de madeira, com 7 vãos e comprimento total de 91,20m. Dimensões: 1,23x0,55.
- 16 — *Pontilhão sobre o rio Beberibe, no porto da Madeira.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,48x0,39. Autor: Antônio do Rêgo Neto (eng^o). Planta perfeita. Ponte de madeira, vão único de 10,20ms.

1883

- 1 — *Projeto do canal da ponte do Brumzinho.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,77x0,54. Autor: Antônio do Rêgo Neto (eng^o). Planta perfeita.
- 2 — *Açude de Cachoeirinha.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,85x0,53. Autor: J. Galeno Coêlho. Planta perfeita. Barragem de alvenaria em vertedouro.
- 3 — *Projeto da casa de Barreira, junto a ponte Tracunhaém.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,62x0,56. Autor: J. Galeno Coêlho. (eng.). Planta perfeita.
- 5 — *Açude do Riacho das Almas.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,48x0,52. Autor: J. Galeno Coêlho (eng^o). Planta perfeita.
- 6 — *Café-Restaurante.* — Escala 1:100. Dimensões: 1,12x0,71. Autor não indicado. Original faltando pedaços. Trata-se de edifício que deveria ser construído em anexo ao Santa Izabel, ao qual se ligaria por uma passarela vista na planta. Prédio

de dois pavimentos com estrutura de ferro; nesta planta vemos as plantas baixas e fachadas.

7 — *Ponte sobre o rio Duas Unas, na Barreira de Jaboatão.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,77x0,46. Autor: Antônio Rêgo Neto (eng^o). Planta perfeita. Ponte de madeira, com 2 vãos e comprimento total de 17,85.

8 — *Ponte sobre o rio Ipojuca, no engenho Freixeiras.* — Escala 1:25. Dimensões: 0,73x0,55. Autor: J.G. Coêlho. Planta perfeita. Ponte de madeira com longarinas treliçadas com dois vãos de 17,10.

9 — *Ponte sobre o riacho Muribequinha.* — Dimensões: 0,82x0,47. Autor: J.G. Coêlho. Planta perfeita. Ponte com dois arcos em alvenaria, com 2,50 de vão cada.

10 — *Ponte sobre o rio Ipojuca, no engenho Freixeiras.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,67x0,52. Autor: J. Galeno Coêlho. Planta perfeita. Ponte de madeira com longarinas de ferro, em treliça, dois vãos de 17,10m.

11 — *Carta do Império do Brasil.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,98x0,95. Autor: Prof. L.J.M. Penha. Planta bastante estragada.

12 — *Planta do Quartel da Soledade.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,35x0,37. Autor não indicado. Original perfeito, trazendo a assinatura de "F. Rafael de Melo Rêgo, Capitão de Estado-Maior de 1.ª classe". A escala em palmos indica ter sido cópia feita em 1883, de original mais antigo.

13 — *Perfil do projeto do canal.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,84x0,58. Autor: Eng^o. Antônio do Rêgo Neto. Planta perfeita. Infelizmente não indica o local do canal.

14 — *Projeto do canal da ponte do Brumzinho.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 0,79x0,65. Autor: Eng^o. Antônio do Rêgo Neto. Planta perfeita. Apresenta dois hotéis após a ponte do Caxangá.

1884

1 — *Ramal da Várzea-BSRC.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 2,42x0,65. Autor desconhecido. Em regular estado, mostrando a ligação férrea do largo de Caxangá à Várzea.

- 2 — *Reconstrução da bomba do Jiquiá.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,32x0,42. Autor: M. P. Brandão. Planta perfeita.
- 3 — *Projeto da casa da Guarda e cocheira do Palácio do Governo.* — Medidas em palmos. Autor não indicado. O original indica, pela escala em palmos, ter sido copiado em 1884.
- 4 — *Projeto de uma ponte sobre o rio Araripe, em substituição à que foi arrebatada pela cheia.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,87x0,63. Autor não indicado. Planta faltando pedaços. Ponte de madeira, com dois vãos de 9,50 e dois de 8,50m.
- 5 — *Povoado da Várzea.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 1,32x0,43. Autor: Antonio Cavalcanti de Oliveira Coragem. Planta bastante estragada. Mostra todas as propriedades e detalhes, desde o Caxangá até o povoado.
- 6 — *Açude Caxoeirinha.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,83x0,53. Autor: Joaquim Galeno Coêlho. Planta perfeita.
- 7 — *Planta da cidade de Garanhuns.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,51x0,42. Autor: G. Mermoud. Mostrando o arruamento. Planta perfeita.
- 8 — *Planta dos açudes do vale de Dois Irmãos, com o projeto de tomadas das águas.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 1,16x0,64. Autor ilegível. Planta em razoável estado.
- 9 — *Planta da parte da linha entre o entroncamento e a estrada de Caxangá.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 1,74x0,69. Autor não indicado. Planta perfeita. Mostra todo o arruamento.
- 10 — *Planta dos edifícios da Faculdade de Direito e Colégio das Artes.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,54x0,35. Autor não indicado: Original perfeito, apresentando, tão somente, plantas baixas. Trata-se de cópia feita em 1884, de original mais antigo.
- 11 — *Croquis da Academia de Olinda.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,80x0,48. Original perfeito. Trata-se de cópia feita em 1884, de planta mais antiga, onde vemos o térreo e o pri-

meiro andar. Como nota curiosa, vemos a "sala das becas", anexa à "sala dos lentes".

12 — *Ponte sobre o rio Preto*. — Escala não indicada. Dimensões: 0,66x0,46. Autor não indicado. Planta faltando pedaços. Ponte de madeira, com dois vãos de 4,50m cada.

1886

1 — *Projeto de melhoramento do açude de Caruarú*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,98x0,52. Autor: João Pinto da Silva (eng^o). Planta em razoável estado.

2 — *Parapeitos e Pilastra sobre o encontro do cais 22 de novembro*. — Escala 1:20. Dimensões: 0,71x0,43. Autor não indicado. Traz a assinatura de Alfredo Lisboa com o título de engenheiro chefe. Planta perfeita.

3 — *Projeto de melhoramentos dos caldeirões de Lagoinhas*. — Escala não indicada. Dimensões: 1,00x0,50. Autor: João Pinto da Silva (eng^o). Projeto de barragem. Planta perfeita.

1887

1 — *CFCP — Projeto de prolongamento da linha de Fernandes Vieira a Capunga*. — Escala 1:1000. Dimensões 1,08x1,12. Autor desconhecido. Planta em razoável estado, mostrando grande parte dos Quatro Cantos.

2 — *Ponte da Escada sobre o rio Ipojuca*. — Escala 1:50. Dimensões: 0,79x0,40. Autor: Francisco A. Leal. Planta perfeita. Ponte de madeira com vão único de 18,75m.

3 — *Planta na qual surge a rampa do cais do Apolo e ao que parece, um encontro de ponte, além de detalhes de um muro d'encosto*. — Escala 1:50. Dimensões: 0,89x0,44. Autor: A. Lisboa. Planta perfeita.

1888

1 — *Planta de sesmaria de Barra de Jangada, conforme demarcação de 1888*. — Escala 1:15.000. Autor: William Cox. Dimensões: 1,00x0,75. Planta perfeita.

- 2 — *Projeto de uma tesoura para o Quartel de Polícia.* — Escala 1:20. Dimensões: 0,99x0,75. Autor: J.J. Francisco da Cunha (eng^o). Original em milimetrado, projeto muito bem detalhado, em razoável estado.
- 3 — *Banheiros do Ginásio Provincial.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,98x0,70. Autor: Antônio Rego Neto. Planta em razoável estado.
- 5 — *Projeto de estabelecimento de uma linha dupla na rua do Barão de São Borja e na curva do Chora Menino.* — Escala 1:1000. Dimensões: 1,00x0,49. Autor não indicado. Planta em bom estado, mostrando todo o casario da Barão de São Borja e Paysandú. Traz a assinatura de Henrique Augusto Millet.
- 6 — *CFCP — Projeto de duas pequenas linhas auxiliares para manobra dos carros nos dias de grande movimento.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,68x0,48. Autor não indicado. Original trazendo a assinatura de Henrique Augusto Millet, como fiscal e mostrando parte do arruamento do bairro do Recife e locação das linhas auxiliares.
- 7 — *Assembléa Provincial — Elevação principal.* — Escala ilegível. Dimensões: 0,66x0,66. Autor: José Tibúrcio Pereira Magalhães. Original em péssimo estado. Cópia feita em 1888.
- 8 — *Paço da Assembléa Provincial.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,55x0,75. Autor não indicado. Planta em razoável estado. Cópia, feita em 1888, da parte térrea.

1889

- 1 — *Projeto da estrada de Bela-Vista. Planta.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,84x0,60. Autor: Manoel P. Brandão Jr. (eng^o). Planta perfeita.
- 2 — *Uzina Trapiche-Locação.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,97x0,49. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 3 — *N.C.S. — Núcleo Suassuna — Lotes Urbanos.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,58x0,42. Autor ilegível. Planta perfeita.

4 — *Uzina Trapiche-Planta da fábrica.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,90x0,52. Autor não indicado. Original perfeito, trazendo planta e corte, com todo o equipamento.

5 — *N.C.S. — Planta dos edifícios existentes e em construção.* — Escala não indicada. Dimensões: 1,12x1,13. Autor: L. Arantes. Planta bastante estragada. Mostra todos os edifícios e respectivas fachadas, além da situação, do núcleo Suassuna.

6 — *Plantas de lotes urbanos.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,70x0,55. Autor: L. Arantes. Planta perfeita, dos lotes do núcleo Suassuna.

1890

1 — *Planta esquemática, mostrando os engenhos Timbí, Camaragibe, Dois Irmãos, rios e demais acidentes.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,73x0,34. Autor: J. Brotherhood. Planta perfeita, mostrando uma tomada d'água no rio Camaragibe e um inexplicável encanamento para Dois Irmãos.

2 — *Planta do passadiço sobre o riacho Água Fria, na estrada velha de Beberibe.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,51x0,35. Autor: Alfredo Lopes Ferreira (praticante). Planta perfeita.

3 — *Elevação, fachada posterior e corte do Politeama.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,67x0,68. Autor não indicado. Planta perfeita.

1891

1 — *Tipos de casas para colonos.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,61x0,58. Autor: Luiz Ceciliano de França. Planta em bom estado.

2 — *Planta da segunda secção da colônia Barão de Lucena.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,61x0,72. Autor: C.C. Carlines (agrimensor). Planta perfeita, mostrando trecho da estrada para Recife e Estrada de Ferro-Carril para Caruarú.

- 3 — *Chalet de nécessité — Café restaurante.* — Escala 1:20. Dimensões: 0,31x0,48. Autor: ilegível: Simples corte transversal. Planta perfeita.
- 4 — *Estrada de Ferro Tamandaré — terreno necessário à estrada de ferro.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 0,97x0,60. Sete plantas, mostrando diversos trechos da estrada sem detalhes que os tornem de valor. Planta em perfeito estado.
- 5 — *Projeto para a construção de um dique no rio Capibaribe, na cidade de Limoeiro.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,55x0,50. Autor: Manoel Pereira Brandão Jr. Planta perfeita.
- 6 — *CFCP — Projeto de modificação da linha da Pracinha do Apolo e das linhas provisórias a fazer a remoção temporária do tráfego para a ponte Buarque Macedo, durante trabalho de reparação da ponte 7 de Setembro.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 0,99x0,91. Autor ilegível. Planta perfeita, contendo todo o arruamento do bairro do Recife. Traz a assinatura de Henrique Augusto Millet, como fiscal.
- 7 — *Empresa de Obras Públicas no Brazil. Porto de Tamandaré.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,95x0,70. Autor não indicado. Planta perfeita. Levantamento batimétrico do porto.

1892

- 1 — *Projeto de linhas duplas em Afogados, por Herval.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 3,48x0,86. Autor não indicado. Planta perfeita, mostrando todo arruamento desde Largo da Paz até o começo da rua Barão da Vitória. Esta planta, como algumas outras, traz a assinatura de Henrique Augusto Millet, como fiscal do Governo.
- 2 — *Projeto para a construção de um dique no rio Capibaribe, na cidade de Limoeiro.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,53x0,49. Autor: Manoel Pereira Brandão. Planta perfeita.
- 3 — *Continuação da segunda secção da Colônia Barão de Lucena.* — Escala 1:4.000. Dimensões: 0,57x0,41. Autor: Manoel Pereira Brandão. Planta perfeita, sem detalhes esclarecedores.

4 — *Tipo nº. 3 para casas de operários, no Município da cidade de Olinda e Goyana.* Escala 1:100. Dimensões: 0,36x0,45. Autor: Eduardo (ilegível). Engenheiro arquiteto do Banco de Crédito Popular do Brasil. Planta perfeita.

5 — *Teatro Santa Izabel. Planta de locação das cadeiras e camarotes.* — Sem escala. Dimensões 0,46x0,54. Autor: Benvenuto Cabral (conductor). Planta perfeita.

6 — *Cadeia da Glória de Goitá.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,36x0,44. Autor: Manoel Pereira Brandão Jr. Planta perfeita.

1893

1 — *Planta da rua Visconde de Camaragibe (Hospício).* — Escala 1:100. Dimensões: 1,00x0,72. Autor: o Chefe de Serviço Técnico Municipal. Planta perfeita.

2 — *Planta da propriedade pertencente ao Sr. João Ramos, sita à estrada de Belém — 2º. Distrito das Graças.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,70x0,99. Autor: Francisco de Souza Reis, engenheiro. Planta em razoável estado, mostrando o ramal ferroviário de Beberibe o de Olinda, a capela de Belém e indicando os confinantes de João Ramos.

3 — *Carta corográfica do Estado de Alagoas.* — Escala em legoas de 20 ao grau. Dimensões: 0,80x0,54. Autor: Manoel Rodrigues Batista. Planta perfeita.

4 — *Planta do forte Montenegro, situada na praia de Olinda.* — Escala 1:100. Autor não indicado. Dimensões: 0,80x0,78. Trata-se de planta baixa. Planta perfeita.

5 — *EFCEB — Tipos de material fixo.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,67x0,61. Autor não indicado. Original perfeito. Trata-se de cópia feita para permitir a adoção pela EFCEB, dos padrões de trilhos, pinos, ligações, etc., da EFCEB.

6 — *Projeto de boeiro para a estrada do Bonito.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,47x0,34. Autor: Emiliano Brito. Planta perfeita.

7 — *Planta do canal de Goyana*. — Escala 1:10.000. Dimensões: 0,66x0,50. Autor: Leopoldino Arantes (eng^o). Planta em bom estado, mostrando a retificação do rio, desde a cidade, até o Capibaribe-Mirim.

1894

1 — *Mapas das ligações das estradas de ferro do sul e norte de Pernambuco, com as de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte*. — Escala 1.2.500.000. Dimensões: 0,44x0,48. Autor não indicado. Planta em razoável estado.

2 — *VFEP — Porto de Tamandaré*. — Escala 1:4.000. Dimensões: 1,00x0,73. Autor não indicado. Planta mostrando a linha férrea, dentro da cidade, sem detalhes. Planta perfeita.

3 — *Planta da primeira, segunda e terceira secção do Núcleo Colonial Suassuna*. — Escala 1.20.000. Dimensões: 0,65x0,52. Autor: Luiz Ceciliano de França. Planta perfeita.

4 — *Projeto de reconstrução da ponte de Maués* — Escala 1:100. Dimensões: 0,72x0,55. Autor: Manoel Pereira Brandão Jr. (eng^o). Planta perfeita. Ponte de madeira.

5 — *Projeto de construção de uma ponte em Caxangá*. — Escala 1.100. Dimensões: 0,68x0,63. Autor: Manoel Pereira B. Júnior. Planta perfeita. Ponte de madeira com cinco vãos, de oito metros cada.

6 — *Projeto do Hospital de Alienados*. — Escala não indicada. Dimensões: 0,68x0,66. Autor não indicado. Planta faltando pedaços. Planta baixa do térreo, diferente da de 1874, na qual os edifícios apresentavam jardins internos.

7 — *Pontilhão de Ribeiro Sujo*. — Escala 1:25. Dimensões: 0,51x0,74. Autor: Manoel Pereira B. Júnior. Planta bastante estragada. Ponte de madeira, com vão único de 6,40m.

8 — *Planta de localização da Escola Maciel Pinheiro, na Praça da República*. — Escala não indicada. Dimensões: 0,72x0,54. Autor não indicado. Planta faltando pedaços.

9 — *Planta da sede do Núcleo Colonial Suassuna — e edifícios*. — Escala 1:500. Autor não indicado. Dimensões: 0,68x0,62. Planta perfeita.

10 — *Colônia Barão de Suassuna*. — Escala 1.200. Dimensões: 0,82x0,63. Autor não indicado. Planta de situações, em perfeito estado.

11 — *Ponte entre Itapissuma e Itamaracá*. — Escala 1.100. Dimensões: 0,78x0,56. Autor: Antônio J. Leopoldino Arantes. Original perfeito. Ponte de madeira, com comprimento total de 190,00ms.

12 — *Pontilhão de Serafim Pinto*. — Escala 1:25. Dimensões: 0,57x0,76. Autor: Manoel Pereira B. Júnior (eng^o). Planta perfeita. Ponte de madeira, vão único de 6,40.

13 — *Projeto de reconstrução da ponte de Itapicirica*. — Escala 1:50. Dimensões: 0,52x0,64. Autor: Manoel Pereira B. Júnior (eng^o). Planta perfeita. Ponte de madeira, vão único de 13,00m.

14 — *Projeto de uma ponte (de madeira) entre o povoado de Itapissuma e a ilha de Itamaracá*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,80x0,57. Autor: Antônio J. Leopoldino Arantes. Planta perfeita.

15 — *Planta da rede telegráfica de Pernambuco e ramais em construção, nos Estados de Sergipe e Alagoas*. — Escala 1:500.000. Dimensões: 1,36x0,94. Autor: Jorge Herman Augusto Ekshart. Planta perfeita.

16 — *VFEP — Mapa indicando as ferrovias da região Nordeste existentes, em construção e as projetadas pelo engenheiro Chocratt de Sá*. — Escala não indicada. Dimensões: 1,07x0,58. Autor não indicado. Planta perfeita.

17 — *Projeto de edificação para escola pública de instrução primária na Capital*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,60x0,81. Autor: Júlio H. Girard. Planta em bom estado.

18 — *Planta da cadeia da vila de Garanhuns*. — Escala 1:500. Dimensões: 0,46x0,34. Autor: João Evangelista de Freitas (praticante). Planta perfeita. Trata-se de um prédio de dois pavimentos.

19 — *Planta das ilhas do Pina e Nogueira e mangues fronteiras ao bairro de São José*. — Escala 1:4.000. Dimensões:

- 1,73x1,28. Autor: Gustavo Mermoud. Planta bastante estragada, na qual podemos ver o lazareto, o depósito de gaz, o matadouro, a linha de descarga do Recife Drainage, o Depósito de Pólvora da Imbiribeira, além das ilhas do Bode, Cabras e Simão Môco; vemos ainda, a linha de arrecifes, paralela à costa, o dique e a Estrada de Ferro São Francisco.
- 20 — *Projeto de enrocamento na estrada da Vitória*. — Escala 1:200. Dimensões: 0,64x0,33. Autor: Manoel Brandão Júnior (eng^o). Planta perfeita.
- 21 — *Planta da sede do Núcleo Colonial Suassuna e edifícios*. — Escala 1:500. Dimensões: 0,71x0,64. Autor: Luiz Ceciliano de França (agrimensor). Planta perfeita.
- 22 — *Abastecimento d'água na estação de Gravatá — Reservatório-EFCP*. — Escala não indicada. Dimensões: 0,78x0,66. Autor: Augusto Bernilkson. Planta perfeita.
- 23 — *Planta da EFCP — Abastecimento d'água da Estação de Gravatá*. — Encanamento das águas do riacho Vertentes. Escala 1:1000. Dimensões: 0,76x0,65. Autor: Augusto Bernilkson. Planta perfeita.
- 24 — *Projeto de um edifício para escola pública primária na Capital*. — Escala não indicada. Dimensões: 0,80x0,59. Autor desconhecido. Original rasgado, contendo só a planta baixa do pavimento térreo.
- 25 — *Seções transversais da estrada de Olinda. Rua Luiz do Rego*. — Escala 1:50. Dimensões: 0,78x0,30. Autor: Manoel Domingues. Planta perfeita.
- 26 — *Projeto de edifício para escola pública*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,84x0,53. Autor: J. R. Saldanha Júnior. Planta perfeita.
- 1 8 9 5**
- 1 — *Carta das vias de comunicações*. — Escala 1:250.000. Dimensões: 0,85x0,81. Autor: Vital de Oliveira. Organizada usando vários esboços anteriores. Original estragado.

- 2 — *Seção transversal das paredes externas da Escola Maciel Pinheiro.* — Escala 1:10. Dimensões: 0,48x0,52. Autor: Júlio H. Girard. Planta em bom estado.
- 3 — *Tipo de cadeia n.º. 2* — Escala 1:50. Dimensões: 0,79x0,56. Autor desconhecido. Planta perfeita.
- 4 — *Projeto de melhoramento do Quartel de Polícia Estadual no Caes do Capibaribe.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,52x0,83. Autor: Alexandre Girard. Planta perfeita.
- 5 — *Propriedade do Capitão João Bezerra Chaves, denominada Areia.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,56x0,38. Autor desconhecido. Planta perfeita.
- 6 — *Escola Industrial Frei Caneca.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,85x0,54. Autor: J. R. Saldanha (eng.º). Planta faltando pedaços e com rasgões.
- 7 — *Planta do terreno destinado para o Parque Amorim.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,61x0,58. Autor: Francisco Pimentel, desenhista. Planta perfeita.
- 8 — *Planta e elevação do embasamento para o Necrotério de Santo Amaro.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,87x0,59. Autor: Júlio H. Girard. Planta perfeita.
- 9 — *Planta de uma casa para o serviço de identificação na Detenção do Recife.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,82x0,57. Autor: Júlio H. Girard. (arquiteto). Planta perfeita.
- 10 — *Planta do Largo das Cinco Pontas.* — Escala 1:500. Dimensões: 1,03x0,57. Planta perfeita. Trata-se de uma planta de locação e plano cotado, fixando a área de pavimentação a ser feita e galerias a construir. Planta perfeita.
- 11 — *Planta do local da ponte projetada de Itapissuma, que acompanhava o relatório dos engenheiros José Antônio de Almeida Pernambuco e Randal James Callander.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 2,05x1,16. Original em mau estado, mostrando as povoações de Itamaracá e Itapissuma e uma estrada entre elas.
- 12 — *Ponte de Itapissuma a Itamaracá.* — Escala 1:100. Dimensões: 2,20x0,92. Autor: José Antonio de Almeida Pernam-

- bucu e Randall James Callander. Original estragado. Trata-se de um projeto de uma bela ponte metálica giratória, com pista de rolamento de 10,00m e calçadas de 2,5m.
- 13 — *5º. lanço da estrada de Itapissuma a Nazareth.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,86x0,26. Autor: Joaquim J. de Oliveira e Silva (engº). Planta perfeita.
- 14 — *Detalhes da marcenaria para o necrotério de Santo Amaro.* — Escala 1:20. Dimensões: 0,50x0,32. Autor: Júlio H. Girard. Planta perfeita.
- 15 — *Plantas do desenvolvimento da Estrada de Ferro Tamandaré (8 plantas).* — Escala não indicada. Dimensões: 0,98x0,73. Autor não indicado. Trata-se de cópias, perfeitas, trazendo a assinatura de José Antonio de Almeida Pernambuco, como fiscal do Estado.
- 16 — *Elevação principal de uma casa para o serviço de identificação da Detenção do Recife.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,74x0,61. Autor: Júlio H. Girard. Planta perfeita.
- 17 — *Planta do Atelier (teto) Fotográfico para o serviço de Identificação do Recife.* — Escala 1.10. Dimensões: 0,59x0,53. Autor: J.H. Girard. Planta perfeita.
- 18 — *Detalhes das Obras de Marcenaria para o Serviço de Identificação da Detenção do Recife.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,50x0,35. Autor: J. H. Girard. Planta perfeita.
- 19 — *Elevação de uma grande vidraça para o atelier Fotográfico do Serviço de Identificação.* — Escala 1:10. Dimensões: 0,74x0,57. Autor: Júlio H. Girard. Planta perfeita.
- 20 — *Escola tipo-60 alunos.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,73x0,66. Autor: A. Urbano Montenegro, engenheiro. Planta perfeita.
- 21 — *Escola mixta para 50 alunos em cada salão.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,73x0,66. Autor: Júlio H. Girard. Planta perfeita.
- 22 — *Cadeia Tipo nº. 2.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,57x0,37. Autor: Augusto M.M. Pimentel. Trata-se de cópia perfeita.

23 — *Projeto de modificação na cadeia de São Bento.* — Escala 1:50. Autor: Angelino Beviláqua (conductor). Planta perfeita. Prédio de dois pavimentos.

24 — *Planta do largo das Cinco Pontas.* — Escala 1:500. Dimensões: 1,03x0,63. Autor não indicado. Planta em bom estado, mostrando o arruamento.

25 — *Planta da Usina Araripe.* — Escala em pés. Dimensões: 0,93x0,75. Autor não indicado. Planta perfeita, mostrando a maquinaria.

26 — *Sangradouro do açude de São Bento.* — Escala 1:50. Dimensões: 1,04x0,40. Autor não indicado. Planta faltando pedaços.

27 — *Planta do local da projetada Usina Araripe.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,80x0,60. Autor não identificado. Planta perfeita.

28 — *General Plan of Detail of Steel chimney.* — Escala em pés. Dimensões: 0,99x0,74. Autor não indicado. Original perfeito. Trata-se, ao que parece, da Chaminé da Usina de Dois Irmãos, da Cia. do Beberibe.

29 — *Timber, Roof Principal.* — Escala em pés. Dimensões: 0,99x0,74. Autor: não identificado. Original perfeito, contendo detalhes de uma tesoura, presumivelmente da Usina de Dois Irmãos.

30 — *Necrotério de Santo Amaro. Seção Transversal e parte da elevação dos oitões.* — Escala 1:25. Dimensões: 0,70x0,53. Autor: Júlio H. Girard. Planta perfeita.

31 — *Necrotério de Santo Amaro — perfis da cornija, frisa e architrave.* — Escala natural. Dimensões: 0,61x0,83. Autor J.H. Girard. Planta perfeita.

32 — *Planta do largo das Cinco Pontas e adjacências.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,71x0,53. Autor: Escritório do engenheiro civil A. Pereira Simões. Planta perfeita. Sem detalhes.

- 33 — *Planta das terras denominadas Eng^o. Padre, onde está edificada a distilação São José da Coroa Grande, de Barreiros.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,81x0,58. Autor: Antônio Caetano de Oliveira Coragem (eng^o. prático). Planta em bom estado.
- 34 — *Escola Maciel Pinheiro. Planta e seção transversal da entrada do Corpo Central.* — Escala 1:20. Dimensões: 0,81x0,56. Autor: J.H. Girard. Planta perfeita.
- 35 — *Planta do Rio Doce.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,97x0,65. Autor: João Millet e George Makay agrimensores. Planta perfeita. Contém além da estrada, ponte e rio, dados sobre a seção de vasão e perfil do mesmo rio.
- 36 — *Planta do Machinismo da Uzina Laranjeiras.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,87x0,45. Autor não indicado. Planta baixa e corte transversal. Esta planta parece ter sido organizada pela firma Cardoso & Irmãos, com fundição à rua Barão de Triunfo 104, nesta cidade, conforme carimbo visível. Planta perfeita.
- 37 — *Planta do local engenho Laranjeiras.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,86x0,64. Autor: Eduardo da Fonseca. Planta perfeita.
- 38 — *Ponte sobre o riacho Carapixo.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,42x0,62. Autor não indicado. Ponte de madeira, com vão único de 4,40m. Planta perfeita.
- 39 — *Cartas das vias de comunicação da parte oriental do Estado de Pernambuco.* — Escala 1:250.000. Dimensões: 0,96x0,84. Autor L. Lombard. Planta perfeita.

1896

- 1 — *Projeto da ponte da Torre.* — Escala 1:200. Dimensões: 1,05x0,71. Autor: José Antônio de Almeida Pernambuco. Planta perfeita. Ponte de madeira, com 14 vãos, sendo 12 de 8,00m e 2 de 7,50, e pista de rolamento de 6,00m.
- 2 — *Projeto provisório de transporte entre o povoado de Itapissuma e a ilha de Itamaracá, com o emprego de chatas a va-*

por, com propulsor (roda) na popa. — Escala 1:1.000. Dimensões: 1,65x0,59. Autor: José Antônio de Almeida Pernambuco. Planta perfeita, mostrando os detalhes das rampas do acostamento e figura da chata a ser empregada.

3 — *Modificação a fazer-se nos muros do Passeio Público do 13 de Maio.* — Escala 1:20. Dimensões: 0,41x0,29. Autor ilegível. Planta perfeita.

4 — *Siemens e Halsk — Vista de lampiões.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,34x0,50. Planta perfeita.

5 — *FCP — Modificação do traçado da linha de Afogados.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 0,75x0,28. Autor não indicado. Planta perfeita. Mostra o arruamento entre a rua da Vitória e a rua Imperial.

6 — *Aterro existente no local dos fornos de incineração de lixo, feito pelo cidadão Manoel Borges.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,61x0,40. Autor não indicado. Planta perfeita. Executada para simples cálculo de aterro.

7 — *Café Restaurante — Corte transversal.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,45x0,50. Autor ilegível. Cópia perfeita, mostrando um edifício com estrutura metálica, de dois pavimentos.

8 — *Ferro Carril de Pernambuco — modificação do Traçado da linha de Afogados.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,81x0,30. Autor não indicado. Original perfeito, mostrando o arruamento, desde a rua da Vitória até a Imperial.

9 — *Fachada e corte do Café Restaurante.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,75x0,43. Autor não legível. Planta em bom estado, apresentando um belo edifício. Duas plantas.

10 — *Planta de uma estrada de rodagem para a ponte do Rio Doce.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 0,47x0,47. Autor não indicado. Planta perfeita. Sem detalhes esclarecedores.

11 — *Casas para empregados.* — Escala 1:25. Dimensões: 0,65x0,50. Autor: Alberto Leduc. Planta baixa, perfeita.

12 — *Depósito de Carvão.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,51x0,74. Autor: Alberto Leduc. Planta em bom esta-

do. Planta baixa, muro e portão. Parece se tratar de uma parte da obra precedente.

13 — *Fachada e planta baixa de uma casa.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,74x0,51. Autor: Alberto Leduc. Planta perfeita. Parece a casa da qual a planta anterior é parte.

14 — *Casa para empregados. Fachada.* — Escala 1:25. Dimensões: 0,60x0,49. Autor: Alberto Leduc. Planta perfeita.

15 — *Projeto de um atelier para encadernação na Casa de Detenção.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,74x0,51. Planta perfeita. Autor: L. Arantes.

16 — *Planta do Engenho Guarany.* — Escala 1:5.000. Dimensões: 0,74x0,35. Autor: L. Lombard. Planta perfeita.

17 — *Planta do local proposto para construção sobre o rio Una, abaixo da Estação de Barreiros da estrada de Tamandaré. Perfil.* — Escala 1:200. Autor: Manoel Pereira Brandão Júnior. Planta perfeita.

1897

1 — *Projeto de ponte sobre o rio Ipojuca, na cidade de Bezerros.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,96x0,70. Autor: Manoel Pereira Brandão Júnior (eng^o). Planta bastante estragada, mostrando uma belíssima ponte de madeira, com dois vãos de 14,50m e rolamentos de 4,70m.

2 — *Paço Municipal de Caruarú.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,65x0,50. Autor: Misael Domingues (eng^o). Planta em bom estado e de excelente apresentação.

3 — *Planta do lugar dos Coelhos.* — Medidas em braças. Dimensões: 0,38x0,48. Autor não indicado. Planta perfeita, sem detalhes que permitam o reconhecimento.

4 — *Brazilian Street Railway C^o LD — Projeto para cercar as colunas da ponte da rua do Sol com macisso de concreto.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,39x0,55. Autor não indicado. Planta perfeita, com detalhes. Contém a assinatura de Fletcher.

5 — *Planta dos lotes 1-2-3-4 — da terceira secção da Colônia Suassuna.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,40x0,41. Autor: Alfredo Telles Bezerra. Planta perfeita.

1898

1 — *Projeto da Cadeia de Taquaritinga.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,99x0,60. Autor: B. de Oliveira. Planta perfeita.

1899

1 — *Planta sem título, mostrando detalhe de uma ponte de madeira.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,50x0,34. Autor: João E. Carneiro da Cunha. Planta perfeita. Traz a assinatura de S. Gonçalves na aprovação.

2 — *Projeto de uma cadeia e Casa da Câmara para a cidade de Gravatá.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,72x0,48. Autor: Misael Domingues. Planta perfeita. Prédio de dois pavimentos, de bom aspecto, encimado pelas armas da República.

3 — *Projeto de uma ponte sobre o rio Ipojuca. — cidade Caruarú.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,78x0,54. Autor: Misael Domingues. Planta perfeita. Ponte metálica, com estrado de madeira, de belo aspecto, contendo, inclusive, luminárias. Três vãos, sendo o central de 26,00 e os demais de 12,00.

4 — *Cia. Ferro Carril de Pernambuco — Linha do Derby.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 1,10x0,61. Autor não indicado. Planta perfeita. Mostrando o arruamento, o mercado Coelho Cintra e uma hospedaria no local onde hoje se ergue o serviço de verificação de óbitos.

PLANTAS DO SÉCULO XIX, SEM DATA

1 — *"Planta de Fachada e baixa", do Ginásio Pernambucano.* — Escala referida a palmos. Dimensões: 0,50x0,56. Sem indicação de autor: Planta perfeita.

2 — *"Planta de E.F. do Recife a Limoeiro, 1a. secção de Recife a São Lourenço.* — Perfil e plantas. Escalas 1:500 e 1:500. Dimensões: 2,40x0,96. Sem indicação de autor. Mostra os pontos de relevo ao longo da estrada.

- 3 — *Palacete do Liceo de Artes e Ofícios. Fachada do prédio com um só pavimento.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,66x0,34. Autor desconhecido. Planta perfeita.
- 4 — *Palacete do Liceo de Artes e Ofícios. Fachada.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,56x0,40. Autor não indicado. Planta perfeita. Trata-se de edifício de dois pavimentos.
- 5 — *Edifício para prisão e Tribunal do Jury da Cidade do Rio Formoso.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,88x0,67. Autor desconhecido. Planta com falhas e remendos. Apresenta as armas do Império, no frontão do edifício.
- 6 — *Projeto de um edifício para o Telégrafo e Correio de Pernambuco.* — Escala 1:200. Dimensões: 1,00x0,73. Autor não indicado. Fachada. Trata-se do projeto de Antonio V. N. Feitosa. Planta perfeita.
- 7 — *Planta da Cadeia para Bom Jardim e Timbaúba.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,85x0,63. Autor desconhecido. Planta perfeita.
- 8 — *Planta do bairro de Sto. Antônio.* — Medidas em palmos. Dimensões: 1,78x0,90. Autor desconhecido. Planta em bom estado, com muitos detalhes, executada, presumivelmente, em 1850-1870.
- 9 — *Campa. Sta. Teresa. Planta da cidade de Olinda, mostrando os encanamentos d'água.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 1,15x1,04. Autor desconhecido. Planta perfeita.
- 10 — *Ponte do Recife — Medidas em palmos portugueses e pés ingleses.* — Dimensões: 1,13x0,54. Autor não indicado. Planta em razoável estado, mostrando uma ponte metálica de bela feição, com gaiola central encimada por arcos de elipses passeios em balanço, com 2,50m; pista de rolamento de 6,90 e comprimento total de 170,42ms. Presumivelmente de 1831.
- 11 — *Plano da Capela Mor da Matriz de São José d'Água Preta.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,69x0,54. Autor desconhecido. Planta perfeita.

12 — *Planta do canal d'agoa do rio Beberibe para o abastecimento da cidade de Olinda.* — Escala 1:2.200. Dimensões: 1,30x0,62. Autor não indicado. Planta em bom estado, indicando o canal para abastecimento da cidade, desenvolvendo-o no local da atual estrada da Vila Popular e terminando no depósito de tomada.

13 — *Terrenos da Marinha da Ponte Velha ao Hospital Pedro II.* — Medidas em palmos. Dimensões: 1,64x1,03. Autor desconhecido. Planta bastante estragada, mostrando os diversos terrenos foreiros e seus proprietários, além do projeto de aruamento.

14 — *Cidade do Recife — freguesia do Poço da Panela — Dois Irmãos.* — Escala não indicada. Dimensões: 1,19x0,86. Autor desconhecido. Planta em razoável estado, mostrando, além das edificações do eng^o. Dois Irmãos, a estação do Trem, casa de máquinas, distribuidores d'água, etc. Provavelmente de 1850.

15 — *Projeto do edifício para instalação do forno da incineração.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,63x0,58. Autor desconhecido. Planta perfeita.

16 — *Planta do atual edifício do Calabouço Velho, com as alterações a fazer-se segundo o novo projeto.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,76x0,35. Autor desconhecido. Planta em razoável estado

17 — *Salgueiro — Planta da cadeia.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,41x0,48. Autor desconhecido. Planta em bom estado.

18 — *Projeto para as modificações que se deve fazer em uma casa na vila de Salgueiro para servir de cadeia e quartel.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,35x0,38. Autor: Campelo. Planta perfeita.

19 — *Projeto da cadeia e Câmara Municipal para a cidade de Itambé.* — Escala 1:100. Dimensões: 1,20x0,70. Autor não indicado. Planta em razoável estado. Prédio de dois pavimentos.

20 — *Teatro de Pernambuco — fachada principal.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,56x0,46. Autor: J. Boyer. Original em bom estado. Projeto anterior ao de Vauthier, sem ex-

pressão, face ao Sta. Izabel. Como nota curiosa, o fato de ser expressamente dedicado ao "Exmo. Sr. Presidente Francisco do Rego Barros" e trazer, após o nome do autor, a indicação "engenheiro francez".

21 — *Detalhe do Sta. Izabel. Colunas e armações de ferro.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,52x0,87. Autor não indicado. Planta em bom estado.

22 — *Teatro Sta. Izabel. Perspectiva do Salão Nobre.* — Sem escalas. Dimensões: 0,43x0,38. Autor não indicado. Planta perfeita. Presumivelmente do primeiro Teatro.

23 — *Detalhes das peças de cantaria e instruções para o seu assentamento.* — Escala 1:40. Dimensões: 0,67x0,41. Autor não indicado. Planta perfeita. Presumivelmente do primeiro Teatro Sta. Izabel.

24 — *Projeto de reconstrução do Sta. Izabel. Coberta.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,67x0,41. Autor não indicado, presumivelmente de 1871.

25 — *Planta da Cadeia de Ouricury.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,43x0,49. Autor não indicado. Planta perfeita. Prédio de dois pavimentos.

26 — *Casa da Câmara e Cadeia de Cabrobó.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,43x0,31. Autor não indicado. Planta perfeita.

27 — *Planta da cadeia existente em São Bento.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,66x0,51. Autor não indicado. Planta perfeita. Dois pavimentos.

28 — *Planta da ilha de Fernão de Noronha.* — Escala em legoas de 20 graus. Dimensões: 0,59x0,45. Autor não indicado. Original perfeito, apresentando uma divisão da ilha em lotes de agricultura e indicando a zona a ser aproveitada com pecuária.

29 — *Planta da cadeia existente em São Bento.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,66x0,48. Autor: Alfredo L. Ferreira. Planta perfeita. Prédio de dois pavimentos.

- 30 — *Planta da Campanha da Cordilheira do 1º. a 21 de agosto de 1869.* — Escala 1:200.000. Dimensões: 0,72x0,51. Autor: Rufino Gustavo Galvão. Planta perfeita.
- 31 — *Planta topográfica de Boa Viagem, Prazeres, Muribeca etc.* — Escala 1:30.000. Dimensões: 0,88x0,69. Autor desconhecido. Planta em péssimo estado, presumivelmente de 1880.
- 32 — *Ponte Sta. Izabel — 3 plantas, sendo duas de detalhes e uma vista.* — Escala não legível. Originais em péssimo estado.
- 33 — *Ponte sobre o rio Ipojuca, no engenho Trapiche.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,98x0,31. Autor não indicado. Planta perfeita. Ponte de madeira, com 9 vãos e de ótimo aspecto.
- 34 — *Projeto de uma ponte sobre o rio Ipojuca, na cidade de Escada.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,88x0,59. Autor: Bernardino de Oliveira (desenhista). Planta perfeita. Ponte de madeira com 4 vãos de 15,00m e dois de 5,80.
- 35 — *Ponte da rua da Aurora.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,82x0,56. Autor não indicado. Original perfeito. Ponte de madeira, com longarinas de ferros e treliças com vão de 25,80m aproximadamente.
- 36 — *Ponte sobre o rio Una, em frente à vila de Barreiros.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,93x0,29. Autor não indicado. Planta perfeita. Ponte de madeira, com 13 vãos.
- 37 — *Projeto de uma nova ponte, em substituição à ponte Provisória.* — Escala 1:200. Dimensões: 1,74x0,71. Autor não indicado. Planta perfeita. Ponte de madeira.
- 38 — *Planta da zona costeira de Alagoas e Pernambuco.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,62x0,92. Autor não indicado. Impressa na França. Faltando pedaços.
- 39 — *Ponte sobre o rio Una em frente à vila de Barreiros.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,90x0,59. Autor não indicado. Planta perfeita. Mostra tão somente, um corte e vista lateral parcial.

- 40 — *Estrada da Vitória a Gravatá — ponte sobre o riacho Boieiros.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,42x0,54. Autor: Francisco Apolinário Leal. Planta perfeita. Ponte de madeira com vão único de 8,10m.
- 41 — *Ponte sobre o riacho Itapicirica.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,86x0,33. Autor não indicado. Planta perfeita. Ponte de madeira, com vão único de 6,10.
- 42 — *Ponte sobre o rio Pirapama.* — Escala 1:25. Dimensões: 1,04x0,62. Autor não indicado. Original em razoável estado. Trata-se de ponte metálica, com vão único de 37,00m, de notável aspecto, do tipo gaiola, com os montantes iniciais encimados por arco de círculo metálico, e trazendo as armas do Império.
- 43 — *Ponte sobre o rio Araripe.* — Escala 1:500. Dimensões: 5,59x0,41. Autor não indicado. Planta perfeita. Ponte de madeira, com três vãos e comprimento total de 17,80m.
- 44 — *Planta d'uma parte do Hospital Pedro II, lado sul.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,48x0,47. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 45 — *Hospital Pedro II — fachadas principal e lateral.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,89x0,65. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 46 — *Hospital Pedro II — plano do 1º andar.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,88x0,65. Autor não indicado. Planta em razoável estado.
- 47 — *Hospital Pedro II — corte longitudinal e transversal.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,81x0,51. Autor não indicado. Planta em razoável estado.
- 48 — *Planta dos arredores da cidade do Recife, com projeto de aumento do abastecimento d'água.* — Escala 1:50.000. Dimensões: 0,78x0,66. Autor não indicado. Original perfeito. Parece ter sido feita para os estudos de ampliação dos mananciais da Cia. do Beberibe, pois é posto em relevo o engº. Monjope, Utinga, Regalado, etc.

49 — *Hospital Pedro II — plano do pavimento térreo.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,63x0,62. Autor não indicado. Planta perfeita.

50 — *Plano do Novo reduto de Nossa Senhora da Conceição da vila de Fernando Noronha, por João Bloem, capitão do Imperial Corpo de Engenheiros.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,51x0,39. Autor: João Bloem. Planta em bom estado, contendo planta baixa, somente.

51 — *Edifício projetado para a Faculdade de Direito.* — Escala em braças. Dimensões: 1,25x0,52. Autor não indicado. Original perfeito, consistindo de projeto completo, inclusive fachada com dois pavimentos e que deveria ser construído no quarteirão compreendido entre a rua da Saudade, Conde da Boa Vista, União e Riachuelo. Trata-se do projeto de J.M. Alves Ferreira, apresentado em 1858.

52 — *Alfândega de Pernambuco.* — Medidas em palmos craveiros. Dimensões: 0,61x0,88. Autor: José F. Portugal, escrivão da Balança da Alfândega. Original em bom estado, apresentando plantas dos dois pavimentos e contendo umas "Declarações", onde o autor justifica as despesas das adaptações e mostra as vantagens, caso SAR passe a alugar o imóvel pertencente a Joaquim Nunes, residente em Lisboa, diretamente e não como sublocatário, como era o caso. Fala de um incêndio, havido em 25 de agosto de 1799, ali, por descuido dos demais sublocatários.

53 — *Projeto da Alfândega de Pernambuco.* — Escala em palmos. Dimensões: 1,40x0,55. Autor não indicado. Trabalho executado no Arquivo Militar de Pernambuco. Original apresentando um projeto completo. Prédio de dois pavimentos, posterior ao de José F. Portugal, e no mesmo local.

54 — *Terceira Secção da Colônia Barão de Lucena.* — Escala 1:5.000. Dimensões: 0,92x0,57. Autor não indicado. Planta perfeita. Sem detalhes esclarecedores.

55 — *Planta de Beberibe e Pântano de Olinda, com o projeto de canalização do rio Beberibe.* — Escala em braças. Dimensões: 0,54x0,35. Autor não indicado. Original perfeito, mostrando desde a povoação do Beberibe, até o Varadouro.

56 — *Planta de detalhes de uma ponte não identificada.* — Escala 1:50. Dimensões: 0,77x0,56. Autor não indicado. Planta perfeita. Mostra todos os detalhes das sambladuras e reforços de ferro.

57 — *Demonstração da Defesa do Porto e Costa do Ne. e No. da Ilha de Fernando Noronha e projeto para se conseguir a mais eficaz defesa da mesma ilha, por João Bloem, Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros.* — Escala de um quarto de legoa a 18 ao grao. Dimensões: 1,17x0,49. Original faltando pedaços, no qual o autor apresenta um plano de defesa e no qual a existência das seguintes defesas: Reduto Nossa Senhora da Conceição, Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios, Bateria e Quartel de Santa Ana, Reduto de Santo Antonio e Fortaleza de São José do Morro, a maior.

58 — *Planta da cidade de Porto Alegre, capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.* — Escala de 180 braças. Dimensões: 0,71x0,71. Autor não indicado.

59 — *Planta do bairro do Recife e do porto de Pernambuco.* — Escala 1:2.500. Dimensões: 0,70x0,50. Autor não indicado. Original perfeito, mostrando o arruamento, a Alfândega, o forte do Matos, o Arsenal de Marinha, o Corpo Santo. Nota-se a ausência de ponte no lugar da provisória.

60 — *Cia. Nacional de Tamandaré e Una — Plano de edificação para cidade de Tamandaré.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,67x0,55. Autor: Henrique Augusto Millet. Original perfeito, apresentando um plano da urbanização da cidade, de rigorosa simetria; indica, ainda, os diversos cais e um canal ligando o mar a um outro canal de nome ilegível.

61 — *Projeto de alargamento das ruas do bairro de São José.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,98x0,48. Autor: Felipe Neri Colaço (eng^o). Planta perfeita. Mostra o arruamento entre Concórdia e Pátio do Terço.

62 — *Planta da cidade desde Santo Antônio até Olinda e as nascentes do Prata.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,68x0,80. Autor não indicado. Planta em bom estado. Notamos, como particularidade, uma ligação entre o Forte do Buraco e o continente, a inexistência da estrada de Beberibe e uma cordoaria no local do Treze de Maio.

63 — *Projeto para o Trapiche da Alfândega de Pernambuco.* — Escala 1:100. Dimensões: 1,01x0,73. Autor: Domingos José Rodrigues. Original em razoável estado, mostrando ser o Trapiche coberto.

64 — *Planta do Pátio do Paraíso.* — Escala 1:400. Dimensões: 0,65x0,55. Autor não indicado. Planta perfeita. Executada visando a pavimentação.

65 — *Parte do edifício do Colégio, onde funciona a administração do Correio.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,36x0,27. Autor: Pedro Alcântara dos Guimarães Peixoto. Planta perfeita.

66 — *Planta do bairro do Recife, com traçado dos encanamentos do abastecimento d'água.* — Escala 1:1000. Dimensões: 1,80x0,56. Autor não indicado. Planta perfeita. Mostra o arreamento e indicação do número dos prédios; vêem-se o Arsenal de Marinha, o Corpo Santo, Arco da Conceição e nota-se a ausência do Forte do Matos.

67 — *Planta do Recife e Olinda.* — Escala não indicada. Dimensões: 1,22x0,66. Autor não indicado. Original perfeito, rico de detalhes e mostrando a posição do Horto de Olinda. Nela se vê indicada a linha de preamar de 1875.

68 — *Planta dos bairros do Recife, Santo Antônio e São José.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,91x0,52. Planta perfeita. Mostra a Ponte Santa Izabel, Detenção, Hospital Pedro II, Cemitério Santo Amaro.

69 — *Plano da Barra e Cidade do Rio de Janeiro.* — Escala de 8 milhas marinhas. Dimensões: 0,31x0,41. Autor não indicado. Original em bom estado.

70 — *Cia. do Beberibe — General Arrangement of engines and boilers.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,98x0,63. Autor não indicado. Planta perfeita. Mostra em planta e corte a maquinaria de vapor que existiu na Usina de Dois Irmãos e destinada a recalcar a água do Prata para o primeiro reservatório elevado ali construído e ainda existente.

- 71 — *Planta e perfil do Forte do Gaibú.* — Escala em braças. Dimensões: 0,49x0,40. Autor não indicado. Locação. Planta em bom estado.
- 72 — *Planta do Quartel do Hospício.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,38x0,39. Autor: F.R. Melo Rego. Planta baixa térreo. Planta em perfeito estado.
- 73 — *Planta e perfil do forte do Boraco.* — Medidas em braças. Dimensões: 0,51x0,40. Autor não indicado. Original perfeito. Planta baixa.
- 74 — *Planta e perfil do forte do Bom Jesus.* — Escala em braças. Dimensões: 0,48x0,38. Autor não indicado. Original perfeito. Planta baixa.
- 75 — *Planta e perfil do reduto do Pau Amarelo.* — Escala em braças. Dimensões: 0,41x0,33. Autor não indicado. Original perfeito. Planta baixa.
- 76 — *Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios da Ilha de Fernando Noronha e Obras projetadas.* — Escala de 100 palmos craveiros. Autor: João Bloem. Original perfeito, mostrando ampliações a serem feitas.
- 77 — *Projeto — Ponte da Madalena.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,82x0,88. Autor não indicado. Original faltando pedaços. Ponte de madeira, de ótimo aspecto.
- 78 — *Estudos da Estrada de ferro do Recife e Itambé. Planta geral da estrada e zona respectiva.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,79x0,80. Autor não indicado. Planta em razoável estado.
- 79 — *Planta do bairro do Recife.* — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,71x0,54. Autor não indicado. Original bastante estragado. Vêem-se os trilhos da locomotora e ferro carril além de todo arruamento.
- 80 — *Planta da estrada dos Apipucos com a distribuição dos lampiões de gás.* — Escala 1:2.500. Dimensões: 1,15x0,67. Autor não indicado. Planta em bom estado. Contém o arruamento e casario desde a Ponte d'Uchoa até o Monteiro.

81 — *Planta do Convento São Francisco e Apêndices.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,67x0,53. Autor não indicado. Planta perfeita. Localização. Refere-se à casa fronteira (local do P. da Fazenda) como sendo a casa do Dr. Sarmiento.

82 — *Planta da cadeia, Casa da Câmara e Tribunal do Jury para a vila de Floresta.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,78x0,50. Autor não indicado. Prédio de dois pavimentos, de bom aspecto. Planta em perfeito estado.

83 — *Planta de parte da freguesia de Santo Antônio, compreendida entre os pátios do Carmo, São Pedro e ruas adjacentes.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,65x0,56. Autor não indicado. Simples arruamento. Planta em bom estado.

84 — *Planta da Freguesia de Santo Antonio.* — Medidas em braças. Dimensões: 0,85x0,59. Autor não indicado. Nela vemos todo o arruamento e notamos a ausência das pontes Princesa Izabel e da Ferro Carril. Planta em perfeito estado.

85 — *Perfil longitudinal — 10º. lanço — Estrada do Norte.* — Escala em braças. Dimensões: 0,72x0,25. Autor não indicado. Planta perfeita.

86 — *Perfis transversais 10º. lanço — Estrada do Norte.* — Escala em braças. Dimensões: 1,00x0,24. Autor não indicado. Planta perfeita.

87 — *Secção transversal de um passadiço provisório para a ponte da Boa Vista.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,53x0,60. Autor não indicado. Parece tratar-se de serviço provisório, após a cheia de 69. Planta em perfeito estado.

88 — *Terrenos de Marinha entre as ruas da Aurora e Hospício.* — Escala não indicada. Em bom estado. Dimensões: 1,38x1,05. Autor não indicado. Contém planos de arruamento do trecho compreendido entre a rua Formosa, Hospício, Capitão Lima e Aurora, com indicação dos foreiros.

89 — *Planta dos terrenos compreendidos entre a ponte dos Afogados e o Forte das Cinco Pontas.* — Escala não indicada. Dimensões: 1,73x0,48. Autor não indicado. Planta em bom estado. Indica todos os foreiros e mostra o matadouro da Canga.

- 90 — *Planta do terreno compreendido ao norte pela Estância, ao sul pelo rio Capibaribe e a leste pela estrada dos Mangui-nhos.* — Escala de 130 braças. Dimensões: 0,55x0,72. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 91 — *Plan du Barrage-Victoria.* — Escala 1:500. Dimensões: 0,42x0,39. Autor ilegível. Original perfeito, contendo locação da barragem e perfis; escrita em francês.
- 92 — *Planta de um edifício de dois pavimentos, com um guindaste manual, com inscrição a lápis, dizendo ser Trapiche do Ângelo.* — Escala não indicada. Planta em razoável estado.
- 93 — *Ponte do Caxangá.* — *Escala em pés ingleses.* — Dimensões: 1,02x0,62. Autor não indicado. Planta faltando pedaços. Ponte metálica, com três vãos de 60 pés cada e colunas triplas de ferro como suporte.
- 94 — *Planta dos terrenos adjacentes a parte do rio Capibaribe, compreendida entre a ponte de passagem da Madalena e a Camboa de Santa Ana.* — Escala não indicada. Planta perfeita. Mostra todo o arruamento e o casario das povoações da Madalena, Torre e Capunga.
- 95 — *Planta do bairro do Recife.* — Medidas em palmos. Dimensões: 1,12x0,56. Autor não indicado. Planta em péssimo estado. Mostra todo o arruamento.
- 96 — *Planta de uma parte das freguesias de Santo Antônio, São José e Boa Vista.* — Escala em braças. Dimensões: 0,63x0,57. Original perfeito. Mostra além do arruamento, as pontes da Boa Vista, Ferro Carril e Princeza Isabel, além do canal do Riachuelo e Hospital Militar.
- 97 — *Planta do bairro do Recife.* — Escala não indicada. Dimensões: 1,11x0,49. Autor não indicado. Planta em razoável estado. Contém somente arruamento, sem mais detalhes; vêem-se as duas pontes e o forte do Matos.
- 98 — *Estrada do Sul — Ponte — 16º. lanço.* — Escala 1:50. Dimensões: 1,70x0,30. Autor não indicado. Planta em razoável estado. Ponte de madeira, vão único de 10,00m.

99 — *Pontilhão e bomba em estrada não indicada.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,61x0,50. Autor: Antonio J. Leopoldino (eng^o. do 4^o. distrito). Planta bastante estragada. Ponte de madeira, com vão único de 4,40ms.

100 — *Planta geral do Sítio da Tamarineira, com o edifício do Hospício de Alienados, em construção.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,63x0,50. Autor não indicado. Planta perfeita.

101 — *Projet nouveau pour le pont de Boa Vista.* — Medidas em pés franceses. Dimensões: 0,89x0,54. Autor não indicado. Planta perfeita. Apresenta uma ponte com três vãos em arco, e contendo quatro galerias, duas de cada lado; toda escrita em francês.

102 — *Projeto de ponte para a Boa Vista.* — Escala não indicada. Dimensões: 1,46x0,31. Autor não indicado. Planta bastante estragada. Apresenta uma bela ponte metálica, com nove vãos.

103 — *Matadouro Público.* — Escala não indicada. Dimensões: 1,03x0,64. Autor não indicado. Planta em bom estado. Contém planta baixa do térreo e fachada; tempo do Império, tendo em vista bandeira desenhada no tópo do edifício que era constituído de três blocos de dois pavimentos.

104 — *Portão e planta do Passeio Público.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,71x0,42. Autor não indicado. Planta em razoável estado. O pórtico de entrada, com um portão principal e dois secundários apresenta quatro colunas; rico de detalhes.

105 — *Planta do Ramal de Nazareth.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,83x0,68. Autor não indicado. Planta em bom estado. Mostra toda a estrada até Nazareth, com indicações dos rios, açudes, engenhos, etc., desde o Recife, até a freguesia do Limoeiro.

106 — *Trapiche dos Afogados.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,51x0,34. Autor não indicado. Planta perfeita. Planta baixa e apresentando a feição das guaritas.

- 107 — *Elevação principal do Ginásio Provincial.* — Medidas em palmos. Dimensões: 1,07x0,63. Autor não indicado. Planta em péssimo estado. Fachada do corpo principal, com 3 pavimentos na parte central.
- 108 — *Projeto da ponte para Afogados.* — Escala 1:100. Dimensões: 1,28x0,86. Autor não indicado. Planta em lastimável estado. Ponte metálica, de belo aspecto, com lastro de madeira, com 11 vãos de 10,30 cada.
- 109 — *Perfil longitudinal das ruas da Trempe e Sebo.* — Medidas em palmos. Dimensões: 1,07x0,58. Autor não indicado. Planta perfeita. Contém inclusive, locação.
- 110 — *Perfil longitudinal do 5º. lanço da estrada da Vitória a Gravatá.* — Dimensões: 1,04x0,25. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 111 — *Planta e perfis para a quarta parte da estrada de Santo Antão.* — Escala em petit pé. Dimensões: 0,53x0,37. Autor não indicado. Planta faltando pedaços.
- 112 — *Ponte de Igarassú.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,57x0,45. Autor: João Luiz Victor Lieutier. Planta perfeita. Ponte de madeira, com 3 vãos de 9,00m cada.
- 113 — *Último lanço da estrada de Pao do Alho.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,99x0,48. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 114 — *Casa da Câmara de Nazaré.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,51x0,41. Autor não indicado. Planta baixa e fachada. Perfeita.
- 115 — *Casa da Câmara de Nazaré.* — Escala 1:100. Dimensões: 0,51x0,39. Autor não indicado. Trata-se de projeto de modificação do prédio anterior. Planta perfeita.
- 116 — *Planta do Açude de Manoel Florentino dos Santos, em Panelas.* — Escala não indicada. Dimensões 0,22x0,34. Autor não indicado. Original manuscrito, parecendo ser do próprio punho do engº. L. Dombre.

117 — *Projeto do açude de Panelas.* — Escala 1:200. Dimensões: 1,08x0,33. Autor não indicado. Planta perfeita.

118 — *Planta mostrando o contorno do caes 22 de Novembro, ponte Sete de Setembro e Caes do Apolo.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 0,69x0,58. Autor não indicado. Planta perfeita. Carente de detalhes.

119 — *Parte da planta do Município do Recife, compreendendo o Sítio do Illmo. Sr. Tte. Cel. Justino Pereira de Faria e outros.* — Escala em palmos. Dimensões: 0,61x0,47. Autor Antonio Feliciano Roiz Silva (eng^o). Planta perfeita. Nela se vê, entre outros, o sítio de Bento José da Costa, bem delimitado, além de uma camboa circundando o mesmo e desembocando no Capibaribe.

120 — *Planta da povoação de Lagoa de Baixo.* — Escala 4,5.=100ms. Dimensões: 0,34x0,42. Autor não indicado. Planta perfeita.

121 — *Mapa da área para Uzina, no engenho Matapagipe.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 0,68x0,51. Autor não indicado. Planta perfeita. Mostra a locação do engenho e demais edificações.

122 — *Planta de locação do engenho Piabas.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 1,39x0,51. Autor não indicado. Planta perfeita. Indica todas as edificações do referido engenho.

123 — *Canalização do rio Goyana. Perfil longitudinal.* — Escala 1:500. Dimensões: 1,33x0,41. Autor não indicado. Planta perfeita.

124 — *Bomba do Peres na estrada da Vitória.* — Escala ilegível. Dimensões: 0,44x0,31. Autor não indicado. Planta perfeita.

125 — *Ponte do Passeio Público.* — Medidas em palmos. Dimensões: 0,59x0,51. Autor não indicado. Planta faltando pedaços. Ponte de madeira, com dois vãos.

126 — *Planta de nivelamento entre as nascentes do riacho do Prata e a cidade do Recife de Pernambuco, para servir ao Pla-*

- no de encanamento das agoas da dita cidade.* — Medidas em braços. Dimensões: 0,63x0,49. Autor: C.J. Niemeyer e P.A. Bellegarde. Planta perfeita.
- 127 — *Projeto da ponte metálica.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,94x0,66. Autor não indicado. Planta perfeita. Sem nenhuma indicação; ponte de ótimo aspecto, com 3 vãos de 25,15m cada, com nome de Pedro II.
- 128 — *Planta do 3º. lanço da estrada de Itapissuma a Nazareth.* — Escala 1:2.500. Dimensões: 1,40x0,62. Autor não indicado. Planta em razoável estado. Planta e perfil longitudinais.
- 129 — *Planta da costa desde o rio Persinunga ao Ipojuca.* — Escala não indicada. Dimensões: 2,77x0,80. Autor não indicado. Planta perfeita. Mostra todos os acidentes da costa, bem como rios, camboas, engenhos, etc.
- 130 — *Planta baixa do Matadouro Público.* — Escala não indicada. Dimensões: 0,83x0,53. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Planta perfeita.
- 131 — *Asilo de Mendicidade.* — Escala 1:100. Dimensões: 1,05x0,88. Autor não indicado. Planta perfeita. Elevações e cortes de um prédio de um só pavimento.
- 132 — *Planta das galerias do esgoto de águas pluviais nos bairros de Santo Antônio e São José.* — Escala 1:1.000. Dimensões: 1,51x0,95. Autor não indicado. Planta perfeita.
- 133 — *Planta da estrada de ferro do Recife a Caxangá.* — Escala não indicada. Dimensões: 2,40x0,58. Autor não indicado. Planta perfeita. Mostra o desenvolvimento da estrada desde o cemitério dos Ingleses até Caxangá, com indicação dos sítios e proprietários.
- 134 — *Barragem para Barreiros.* — Escala 1:200. Dimensões: 0,51x0,40. Autor: Joaquim Galeno Coêlho. Barragem de terra, capeada. Planta perfeita.

135 — *Projeto de Barragem no rio Natuba, da cidade da Vitória*. — Escala 1:2.000. Dimensões: 0,88x0,65. Autor não indicado. Planta perfeita.

136 — *Cadeia e Quartel da Vila do Brejo*. — Escala 1:100. Dimensões: 0,55x0,43. Autor não indicado. Planta baixa de um prédio de um só pavimento. Neste original vemos o detalhe da galeria de esgotos. Planta perfeita.

Maurício de Nassau em Pernambuco: Correspondência com os Estados Gerais (1638 - 1644)

FERNANDO DA CRUZ GOUVÊA

As celebrações promovidas em Pernambuco quando da passagem do Tricentenário da morte de Maurício de Nassau, atestam o auspicioso desaparecimento do espírito sectário e pretensamente nacionalista que, em 1937, impediu o registro dos 300 anos da chegada do Conde ao Recife, onde, na qualidade de Governador e Capitão-General do Brasil Holandês, desenvolveria, numa época de pirataria e de conquistas, notável atividade como administrador, estadista conciliador, amigo e incentivador das ciências e das artes, assuntos estes que jamais estiveram nas preocupações dos delegados do colonialismo português no Brasil.

Se aquela atitude estreita surpreende às novas gerações de estudiosos, agrada, em troca, ver a figura histórica de Nassau não mais submetida por certa falange aqui preponderante na época, a distorções e retaliações que levaram o escritor Barbosa Lima Sobrinho a lembrar que o Maurício de Nassau tolerante, ilustrado, operoso e ao mesmo tempo enérgico, já conquistara um lugar na História, julgado por cronistas coevos e, em termos definitivos, por autores modernos em livros nada apologéticos.

O Nassau asperamente condenado três séculos depois porque fora em vida calvinista, reduzido à condição de um reles flibusteiro, apontado como um governante opressor e intolerante simplesmente por seguir aquela seita — muito de propósito, relegariam seus adversos a um plano secundário a sua magnífica formação humanista aurida em renomados centros culturais europeus —, o Nassau repudiado porque aqui teria aportado como um agente de conquistadores estrangeiros —

a rigor, ele governou uma colônia, da qual os ibéricos, diria com muita procedência o Padre Antônio Vieira, "queriam os bens e não o bem" —, não aparece nos livros de História, ensina Barbosa Lima Sobrinho.

Tudo isso, acrescentaria o referido historiador, — "veio — salvo exceções raras — para a satisfação de paixões atuais, argumento de cabotinismo para uns, e, para outros, oportunidade de algumas vinganças partidárias. Daí a linguagem incandescente dos que chefiam a batalha contra Nassau". Poder-se-ia dizer que, lidos hoje, os coléricos artigos dão a impressão de que para os seus autores era como se Nassau estivesse outra vez diante do Recife, pronto para desembarcar e reassumir o posto de Governador e Capitão-General da Nova Holanda.

Da tribuna parlamentar, Barbosa Lima Sobrinho reperiria as acusações de que o Governo do Estado afrontava os brios nacionais ao tencionar celebrar a chegada às praias pernambucanas de um conquistador, e não erraria ao classificar as teses dos "campanhistas" de 1936/1937, de "verrinhas fantasiadas de artigos históricos".

Louve-se, pois, o arejamento que se desfruta hoje no plano dos estudos e pesquisas do nosso passado: vultos como Maurício de Nassau, e até mesmo de heróis pernambucanos das jornadas de 1817, 1824 e 1849, não são mais negados por historiadores amadores, inspirados em regimes políticos que, na Europa, abafavam a inteligência e preparavam a hecatombe que se abateu sobre o mundo em 1939. (1)

Pode-se, hoje, estudar Maurício de Nassau e a obra por ele realizada no Brasil, mais precisamente em Pernambuco: o tempo varreu os raivosos "campanhistas" que, no dizer de Barbosa Lima Sobrinho, em publicação hoje rara, esforça-

(1) — "A notícia dessas comemorações despertou entre os integralistas descabidas censuras", confirma José Honório Rodrigues na *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1949, p. 176.

De sua parte, o jornalista Aníbal Fernandes comentando o voto de congratulações aprovado pela Assembléia Legislativa de Pernambuco pelo 3º. centenário da fundação do Recife, sem uma referência ao construtor da "Mauritzstad", diria ter aquela corporação pecado "por excesso de zelo patriótico" ao tentar reduzir as comemorações da chegada de Nassau a Pernambuco. A propósito, lançava esta indagação: "Mas será possível, senhores membros da Assembléia Legislativa, cancelar os episódios históricos?" — *Diário de Pernambuco*, "Um centenário melancólico", seção "Coisas da Cidade", edição de 23 de janeiro de 1937.



Mestre pintor holandês — João Maurício de Nassau e o seu irmão João Ernesto II. Museu Frisio, Leeuwarden.

am-se em subordinar "o passado a conveniências, ou paixões o momento presente". (2)

* * *

Historiadores da economia mundial de séculos atrás, ensinam que a produção açucareira do Brasil teve seu crescimento estancado cerca de 1610, e que a partir daí observar-se-ia até 1625 uma fase de estabilização, seguida de um declínio que corresponderia ao tempo da ocupação flamenga de Pernambuco. Lembra Evaldo Cabral de Mello (3) que Pierre Hanu chama a atenção para a coincidência dessa queda do açúcar brasileiro com "a reversão da tendência secular à expansão do Atlântico espanhol", cujo início, por sua vez, é difícil precisar a data, sabendo-se, todavia, que sobreveio nos anos 20 do século XVII.

Detentores de uma privilegiada distribuição, na Europa, da produção das suas refinarias, os Países-Baixos ambicionavam a multiplicação dos seus lucros, e decidiram, então, a eliminação do entreposto de Lisboa mediante o controle direto da região açucareira do Brasil. A atividade dos engenhos brasileiros era, como ainda hoje, predatória da natureza, da flora e fauna nordestinas, e nasceu subordinada por inteiro às necessidades e caprichos do mercado europeu, o que não chegava a surpreender em vista da condição de colônia de exploração que o país estava submetido. Sabe-se que o capital flamengo cedo participou da instalação de grandes engenhos, como se vê no caso do engenho São Jorge dos Erasmos, adquirido por um banqueiro de Antuérpia, na 2a. metade do século XVI, na Capitania de São Vicente. O crescimento do mercado consumidor europeu e a perspectiva, portanto, de enormes lucros para as refinarias de Amsterdam e Antuérpia, açularam a coíça dos mercadores flamengos pela longínqua possessão ibérica, cuja considerável produção de açúcar mascavo em grande parte eles recolhiam no entreposto de Lisboa.

Beneficiada pela trégua dos 12 anos — 1609-1621 —, a Holanda planejou minuciosamente as expedições militares para a conquista do Brasil açucareiro, sobretudo a que executou

2) — O Centenário da chegada de Nassau e o sentido das comemorações pernambucanas, Recife, Tipografia da Imprensa Oficial, 1936.

3) — Olinda Restaurada — Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654. — Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária; Editora da Universidade de São Paulo, 1975, 390 p.

em 1630, contra Pernambuco. (4) Começaria criando a *W. Indische Compagnie* — a Companhia das Índias Ocidentais — detentora por 24 anos, do monopólio do comércio, navegação e conquistas das terras das Américas e África.

Ensinam alguns historiadores, que, diante do declínio verificado no comércio que entretinha com os países do Báltico, a Holanda decidiu aplicar os capitais que se tornavam por aquela razão ociosos, na projetada expedição com o objetivo de arrebatando aos ibéricos a posse da região açucareira do Brasil, um empreendimento que apresentava riscos menores em relação ao poderio dos colonizadores, que em Amsterdam sabiam ser reduzidos, do que pela distância a enfrentar, fator que exigiria a mobilização de uma frota numerosa para o transporte de tropas bem apetrechadas.

A queda da produção açucareira brasileira, assinalada no final da segunda década do século XVII — reflexo do declínio que se fazia sentir no comércio europeu — não era desconhecida pelos holandeses, garante Evaldo Cabral de Mello. Nem por isso, a Companhia das Índias Ocidentais desanimou-se do seu intento de levar a cabo a expedição contra Pernambuco, convencidos estavam os seus diretores de que a posse da matéria prima e a garantia do monopólio de que era detentora, compensariam amplamente a redução dos preços do açúcar no mercado europeu. Para os homens da *W.I.C.*, havia mesmo oportunidade para maiores lucros, de vez que a parte ocidental do continente europeu seria abastecida praticamente pelas suas refinarias, agora com uma produção onde a custos menores do que se utilizassem, como antes, o açúcar bruto de procedência brasileira adquirido nos entrepostos da Península Ibérica.

* * *

Fracassada a tentativa de capturar a Bahia e seus engenhos do Recôncavo, os holandeses prosseguiram fustigando a navegação espanhola, mas foram os lucros auferidos com o apresamento da "frota da prata", em 1628, e de muitos

(4) — Para o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, a decisão de ataque ao Brasil, precedido de sugestões como a de 12 de setembro de 1622, e a de abril de 1625, do comerciante de Amsterdam, Jan And Moerbeek, "não foi uma aventura de corsários, nem uma iniciativa de cristãos-novos e judeus, mas uma ação planejada na linha de interesse dos Países-Baixos". — "O Domínio holandês na Bahia e no Nordeste". *História Geral da Civilização Brasileira — I — A Época Colonial — Da Descoberta à Independência*, São Paulo, 1960, p. 234-253.

rios portugueses, ou a serviço destes, que possibilitaram à Companhia os meios necessários ao preparo da expedição contra Pernambuco, terra por eles bem conhecida. Em fevereiro de 1630 surgiram eles diante do Recife e de Olinda com uma rota tão poderosa que os da terra, já alertados, compreenderam que não se tratava de uma incursão de piratas, mas de uma expedição de conquista. O desembarque holandês aconteceu no dia 15 daquele mês, e os pernambucanos embora resistissem aos temidos "hereges", viram-se obrigados a bater em retirada, pondo, antes, em prática a tática de terra devastada. Destruíram as fortificações, atearam fogo aos depósitos de açúcar e aos canaviais, tarefa esta que os "campanhistas" prosseguiriam com tamanha intensidade que os flamengos não cogariam os lucros comerciais cobiçados, único objetivo por eles perseguidos neste cenário do então remoto hemisfério sul.

O passar do tempo não arrefeceria a fúria incendiária contra canaviais e engenhos em mãos dos holandeses ou de uso-brasileiros a eles associados, enquanto a falta de braços decorrente da fuga de escravos — muitos acompanharam seus senhores em retirada para a Bahia —, era um elemento a mais para paralisar o trabalho no campo e na fabricação do açúcar, tarefa vital para o empreendimento holandês.

Em relatório datado de 6 de novembro de 1636, o conselheiro político Willem Schott daria conta do terrível perigo que estava exposta a conquista, e embora considerasse a situação ainda favorável às suas armas, pedia medidas urgentes para "a obra abençoada por Deus ser levada a feliz termo. Para esse fim", salientava o conselheiro Schott, "enviei-nos soldados, enviei-nos um general, que se imponha com um pulso de ferro. Parece que se esqueceram de nós inteiramente", lamentava o Conselheiro, convencido de que a impotência a que os holandeses estavam reduzidos diante daquela "guerra de incursões", preparava inevitavelmente a insurreição geral. "Ajudai-nos em nome de Deus!", apelava ele em termos dramáticos, salientando que, para a Holanda e para a Companhia das Índias Ocidentais, seria uma ignomínia renunciar "a uma guerra tão futura, e em que tanto dinheiro e trabalho foram consumidos!"

O socorro, advertia Schott, para ser válido deveria "vir já e já, porquanto vindo para nossos antagonistas ainda mais recursos da Espanha, seremos todos compelidos a retomar os nossos navios e regressar para a Pátria".

Segundo Hermann Wätjen, (5) ressoava, diante perspectiva clara de um colapso da situação militar gritantemente superior do inimigo, cada vez mais forte o clamor favor de um "homem forte", capaz de unificar a administração civil e o comando militar da conquista, e o Conselho dos X afinal não pode mais protelar o reforço pedido em termos quase desesperados. "Como se explica que a *West-Indische Compagnie* cuidasse de maneira tão ineficiente da região brasileira a cuja conquista havia ligado tanto valor? Não acreditaria ela porventura nas informações de seus almirantes e chefes militares, de seus funcionários civis e agentes comerciais? indagava o referido historiador, aduzindo que, apesar do bloqueio exterior aparentado pela *W.I.C.*, na verdade eram fracas as suas bases econômicas de sustentação.

"No verão de 1636 as dívidas da poderosa Companhia de Comércio atingiram a 18 milhões de florins, soma verdadeiramente prodigiosa para aqueles tempos", observava o mestre alemão, a guerra de apresamento em lugar de compensadora, como a princípio parecera, apertara as finanças da Companhia, mas as pesquisas de Wätjen, posto que acuradas, não permitiram-lhe alcançar que a situação da corporação era também um reflexo do recesso da economia européia sobre operações comerciais holandesas. A Companhia conseguiu cobrir as dívidas mediante um empréstimo dos acionistas a juros de 6%, e foram os recursos daí provenientes que possibilitaram aos Diretores prestar a assistência reclamada pelos seus homens no Brasil. Entre as medidas tomadas pelo Conselho dos XIX, estava, evidentemente, o envio de um General de "pulso forte", investido de amplos poderes, como exigia o cargo de Governador, Capitão e Almirante-General do Brasil. O escolhido para *Statthalter* foi o Conde João Maurício de Nassau-Siegen, que, entre outros predicados, possuía uma vitoriosa experiência militar.

Para Hermann Wätjen, "não podia ter sido mais feliz a escolha do nobre alemão de nascimento, então com 33 anos de idade, para governar o Brasil Holandês", concordando em esse ponto, com a afirmativa de Gaspar Barlaeus, de que

(5) — O Domínio Colonial Holandês no Brasil — (*Das holländische Königreich in Brasilien*, edição alemã datada de Gotha, 1921). Tradução brasileira de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Companhia Editora Nacional "Coleção Brasileira", vol. 123, São Paulo, 1938, 559 p. — No mesmo ano foi feita uma edição especial para o Estado de Pernambuco, comemorativa do Tricentenário da chegada de Maurício de Nassau ao Brasil.

"pelas qualidades reveladas na milícia européia, todos o desejavam nesse posto. Demais, ostentava ele no porte e no corpo a bizarria e gentileza não só própria da idade viril, mas também congruente na dignidade com a relevância do seu alto posto".

Secundado nas suas funções por um Alto e Secreto Conselho — *Hooge ende secrete raden* — composto de 3 membros, dois deles, por sinal, já familiarizados com o Brasil, Mathijs van Ceulen e Johan Ghijselin, e mais o "traquejado" Adriaen van der Dussen, que se tornaria conhecido pela informação elaborada sobre a situação da conquista (6), e, munido de um Regulamento que lhe outorgava os poderes necessários para enfrentar com êxito a árdua missão nos trópicos, Maurício de Nassau exasperava-se face as delongas da *W.I.C.*, em preparar a expedição que com ele deveria seguir para Pernambuco.

Segundo Wätjen, levando em conta a experiência recolhida pela Companhia das Índias Orientais, o Conselho dos *XIX* programara para a chegada de Nassau ao Recife uma aparatosa, majestática e ostentosa demonstração do poderio militar flamengo, de molde a convencer os brasileiros "da superioridade da raça branca e conservá-los em cheque". Para tal efeito, estava nos cálculos dos "XIX" o envio de uma frota de 32 navios e um exército de 7 a 8 mil homens, mas a Companhia manteve o seu conhecido espírito de usura: apenas 4 navios e 2.700 soldados foram colocados à disposição do novo Governador e Capitão-General do Brasil Holandês.

Quando, por fim, obteve o adiantamento da importância dos 15 mil florins que pleiteara para saldar dívidas pessoais — as finanças do Mecenas nunca deixariam de ser deficitárias — Nassau julgou que deveria partir. A 25 de outubro de 1636, ele deixava o porto de Texel, a bordo do *Zutphen*.

* * *

Ventos a princípio desfavoráveis retardaram a travessia, e sorte que somente a 23 de janeiro de 1637, Maurício de Nassau com os seus artistas, cientistas e soldados, chegou ao Recife, sentindo-se de pronto deslumbrado pelo cenário tropical.

6) — Relatório sobre as Capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639) — Suas condições econômicas e sociais — Tradução, introdução e notas de José Antônio Gonsalves de Mello, Rio de Janeiro, 1947, Instituto do Açúcar e do Alcool, Série Histórica, 168 páginas.

"Tendo-me logo feito à vela (7), aqui cheguei a 23 guinte, graças a Deus, em boa disposição e juntamente com os demais, e fui recebido com muitas honras, achando o melhor um dos mais belos do mundo, as coisas e tropas, deixadas em guarnição, em bem bom estado, de maneira que penso que no dia 5 deste mês, irei verificar se há meios de obter alguma vantagem sobre os inimigos", prometia Nassau na primeira correspondência aos Estados Gerais, datada de "Antônio Vaz do Pernambuco", 3 de fevereiro de 1637. (8) Adiante, acrescentaria que o Conde de Bagnuoli, "general das tropas inimigas", dispunha de quatro mil homens, perto de Porto Calvo, praça fortificada, base do exército composto de portugueses, espanhóis, italianos e elementos nativos; "minhas tropas, constituem o exército, consistem em três mil soldados, mil portugueses, mil espanhóis, mil brasileiros e uma companhia de cavalaria com 80 cavalos, com os quais conduzirei quatro peças de artilharia e 6 peças pequenas; o almirante com 24 vasos de guerra secundar-me-á ao longo da costa", adiantava Nassau sua estratégia e o balanço de forças que até certo ponto favorecia a situação militar flamenga.

E concluía:

"O tempo não me permite, a esta hora, escrever a Vossas Senhorias mais minuciosamente, mas não deixarei de fazê-lo em minha volta, se Deus quiser. A situação deste país é extremamente vantajosa e forte, e permita-nos Deus a grande conquista-lo inteiramente. Eu não duvido que todo o mundo tirará dele grandes proveitos e benefícios".

Assumindo o governo da Nova Holanda, nome por dado à conquista agora em suas mãos para consolidar no campo militar e fazê-la prosperar, a urgente preocupação de Nassau "tanto que se aliviou da viagem do mar", e, na observação de Frei Manuel Calado, "desejoso de provar a mão com os portugueses, e exercitar o cargo em que vinha provido", e evidentemente, esmagar o exército ibérico comandado pelo general napolitano, Conde de Bagnuoli, e, sem perda de tempo

(7) — Referia-se o Conde à partida da Ilha de Maio, no Arquipélago do Cabo Verde, onde a esquadra arribara a 1.º de janeiro de 1637, para o pouso e reabastecimento.

(8) — "Ao saltar em terra, receberam-no as pessoas gradas do lugar e o povo, e no semblante, nas homenagens, nas palavras, atestavam-lhe seu acatamento, captando-lhe os mais as boas graças, como acontece de regra com os governos novos. Com alegria igual à modéstia, recebeu como testemunhos de comum benevolência estas saudações dos circunstantes e dos que all concorriam", é o que diz Gaspar Barlaeus, que

escorraçar os "campanhistas". O jovem cabo de guerra que ostentava um currículo com diversas vitórias em campos europeus, tinha pressa de ver a sua reputação reafirmada também nos trópicos.

No relatório encaminhado aos Estados Gerais, a 8 de março de 1637, dizia Nassau, próximo da povoação de Porto Calvo:

"Tão depressa cheguei, reuni todas as tropas, tanto quanto o permitia o serviço das guarnições, formando um todo, com a pouca gente que havia conduzido comigo, 3.000 soldados, 800 marinheiros armados de fuzis e 600 brasileiros, e com esta toda força marchei contra o inimigo, que, com todas as suas tropas em número de 3.000 homens, sem contar com os indígenas, estava acampado perto do forte Povason, em Porto Calvo".

No dia 18 de fevereiro, dizia o Conde, suas tropas encontraram um destacamento inimigo de 1.800 homens, entrenchado atrás de fortes estacadas. "Nós o atacamos de três lados simultaneamente, e com a ajuda de Deus o batemos e lhe fizemos sofrer uma perda de 300 homens, entre os quais elevado número de oficiais. De nosso lado só tivemos 6 mortos e 55 feridos".

A perseguição a Bagnuoli continuaria até a rendição do nobre napolitano a 3 de março de 1637, assim descrita por Nassau:

"O governador é um espanhol chamado Miguel Giberton, e tenente-general de artilharia, 8 capitães, 7 porta-bandeiras, 300 espanhóis, 110 italianos, sem contar os feridos e doentes, caíram em nosso poder. Eu os fiz transportar à Terceira. Encontramos no forte 22 belos canhões de metal, 5 peças de ferro, 4 grandes morteiros, 372 granadas grandes, grande quantidade de granadas de mão, 500 toneladas de pólvora e diversas outras munições de guerra em quantidade considerável. Era toda a provisão do rei de Espanha neste país, e o Conde de Bagnuoli não tem mais um canhão consigo. Todos os indígenas vêm diariamente submeter-se em massa, e prome-

tudo ~~assim~~ fixou em livro famoso. Ainda na Europa, Nassau confessara-se seduzido pela missão assumida de governar uma região conhecida, na época, pela boa qualidade do açúcar que produzia em escala considerável, e, aqui chegando, ele viu com enorme agrado que a terra correspondia à sua idealização. Descreveu-a, dirá P.M. Netscher, como "ce beau Pays du Brésil, lequel n'a pas son pareil sous le ciel". **Les Hollandais au Brésil**, Haya, 1853. Tradução brasileira de Mário Sette — **Os Holandeses no Brasil**, "Coleção Brasileira", Vol. 220, S. Paulo, 1942, 289 p.

ter obediência a Vossos Altos Poderes. Julguei de meu dever informar Vossos Altos Poderes deste resultado. Logo nossas tropas estejam providas de víveres, atacaremos de novo o inimigo, para, com a ajuda de Deus, forçá-lo para o outro lado do rio de S. Francisco", prometia o Capitão-General a retumbante vitória militar.

Com efeito, Nassau cumpriu o plano estabelecido, e em 2 de abril daquele ano relatava aos Estados Gerais:

"Julguei de meu dever informar a Vossos Altos Poderes que Deus nos ajudou a expulsar o inimigo do outro lado do rio de São Francisco. Julguei ser necessário, para conservar esta região em nosso poder, construir alguns fortes neste rio, a saber na sua embocadura e junto da vila de Ipanedo, situada a 6 milhas do mar, e pela qual o inimigo havia feito sua retirada. Este rio é tão largo quanto o Mosa diante de Delfshaven e eu não poderia dizer ao certo a rapidez de sua correnteza. Espero com o auxílio de Deus impedir que o inimigo entre por esta fronteira".

Nassau não lograria neutralizar, tanto quanto desejava a infiltração dos "campanhistas", mas, de qualquer forma sua vitória sobre as forças de Bagnuoli marcou o início de uma relativa estabilidade para o Brasil Holandês. Com efeito consolidada a situação militar, Nassau voltou ao Recife — cidade por ele escolhida, em definitivo, para sede do governo — e por inteiro dedicou-se aos problemas administrativos, pois tudo estava caótico e por fazer. Concedendo prioridade à recuperação da produção açucareira, arruinada pelas lutas armadas na primeira fase da ocupação, e mais ainda pelas incursões permitidas sortidas dos guerrilheiros incendiários, Nassau afirma o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, mandou que se vendessem a crédito os engenhos abandonados pelos antigos proprietários que se haviam refugiado na Bahia, ao mesmo tempo, animou os compradores acenando com perspectivas de bons lucros, agora que tudo fazia crer a paz começava a reinar. Também foram tomadas medidas, nem sempre obedecidas, cumpre dizer, proibindo a agiotagem desenfreada e de certo modo os capitais obtidos pelos senhores-de-engenho permitiram a obra de restauração das propriedades, a renovação dos canaviais e a compra de escravos, tudo com a indispensável garantia da encampação pela W.I.C., das dívidas por eles contraídas a mercadores holandeses e judeus.

Medida pioneira e da maior importância contra os exageros já provocados pela monocultura da cana-de-açúcar, se

ria a ordem do Governador aos senhores-de-engenho para que plantassem mandioca — “o pão do país” —, o que provocou forte resistência da parte deles, que se julgaram prejudicados com a inovação nassoviana. “O primeiro edital nesse sentido, de janeiro de 1638, foi seguido de vários outros, como sejam os de janeiro e julho de 1639, janeiro, fevereiro e março de 1642”, informa aquele historiador, adiantando que Nassau reconheceu os empecilhos levantados pela monocultura, daí a sugestão do Conde de que Alagoas fosse inteiramente aproveitada para a produção da mandioca em larga escala, pois lá não havia um número muito grande de engenhos. Suas sugestões em favor de um povoamento dirigido das Alagoas não foram levadas em conta pelos XIX, e o problema da fome na conquista alcançou um índice muito sério. “Em 1639 os senhores-de-engenho e lavradores alegaram que não poderiam plantar, ao todo, 500 covas de mandioca por escravo (os demais moradores estavam obrigados a plantar 1.000 por cada um) nos meses de janeiro e agosto, porque em agosto e setembro os negros estavam ocupados com o corte da cana, o seu transporte, a moagem etc.” Por esse motivo, dizia, “resolveu-se consentir que em vez de 500 covas não fiquem obrigados a plantar senão 300 covas, permanecendo os outros moradores na sua primitiva taxa de 1.000 covas por cada negro. Ficou referido acima o número de alqueires fornecido pela Várzea do Capibaribe, a região, do ponto de vista da produção açucareira, mais importante de Pernambuco. Por isso não se obteve ali senão uns minguados 253 1/2 alqueires de farinha”. (9)

A 16 de novembro de 1637, escrevia Nassau aos seus superiores na Holanda, versando a situação da terra que governava:

“Eu não duvido que tenhais recebido minhas cartas, tendo, por elas, ficado cientes da condição do nosso país, o qual nós possuímos ainda, Deus seja louvado, em boa paz, produzindo grande quantidade de açúcar, mas, por falta de outras coisas necessárias, não logramos ainda levar a cabo nosso objetivo”. Como prova de que seu espírito empreendedor não se quedava diante da negligência dos XIX, Nassau participava que, “preferindo fazer algo a não fazer nada”, enviara à Guiné uma força composta de 800 soldados e 400 marinheiros, conduzidos em nove navios, com o objetivo de sitiar o cas-

(9) — **Tempo dos Flamengos** Livraria José Olympio Editora, “Coleção Documentos Brasileiros”, vol. 54, p. 180, Rio de Janeiro, 1947, 335 p. 2a. edição, Departamento Estadual de Cultura, Recife, 1978, 292 p.

telo de Mina, tendo a expedição se deparado com 7.000 negros armados que atacaram os holandeses "mui furiosamente certos de ter pela frente gente como a de outrora. Apesar de recebidos como era necessário, cortaram a cabeça de um chefe e aos 50 "vyrreovers", os quais marchavam à vanguarda de nossas tropas; chegaram mesmo, narrava o Conde Maurício, a deixar-se matar atirando contra os nossos soldados, com o fito de se apoderarem de suas cabeças. Após o ataque de bateria e de ter dado 15 ou 20 tiros de canhão, entrou-se o castelo acima citado a render-se, o que fez no momento imediato, coisa inaudita e inacreditável, se se considerarmos a força dessa praça, que tem um fosso duplo de 40 pés de profundidade cavado em um rochedo, como vereis pela planta junta. Não há probabilidade de ter-se acesso a ele, nem de miná-lo, de forma que é forçoso confessar que foi Deus quem pôs esta praça em vossas mãos", acreditava o Conde Maurício.

Depois de descrever em breves palavras as fortificações mandadas construir no local, Nassau anunciava que "todos os nossos navios voltaram sem novidade; é muito necessário que os Senhores da Companhia enviem para aqui um homem capaz de comandar, com 700 soldados; deixei lá um capitão de nossos, um bravo chamado Malburgh, com 175 homens, todos flamengos e alemães, pois outra nacionalidade seria suspeita naquele lugar, por causa do tráfico.

Os víveres não existem em grande abundância, mas, por enquanto, os temos para alguns meses, de modo que será preciso que a praça seja provida, em tempo, de víveres vindos da Holanda. Quanto ao Conde de Bagnuoli, tem ficado sempre, até o momento, em Sergipe del Rei; nosso exército avança para de lá, e, se possível, obrigá-lo a escolher a Bahia como refúgio".

Ao norte, dizia Nassau, cerca de 80 léguas do Rio Grande, "os inimigos têm ainda em seu poder um forte chamado Siara (Ceará); para lá enviamos um major com tropas para atacá-lo, e que Deus nos ajude; é um sítio onde se encontra âmbar pardo, bem como sal em quantidade, de sorte que, se Deus quiser em nossas mãos, nossos navios não terão necessidade de fazer carregamento nas Índias d'Oeste, pois o encontramos em nosso país; o dito major partiu há cinco semanas, e, assim, todos os dias esperamos novas de seu êxito".

Por fim, quero dizer-vos que se encontraram duas minas de ouro aqui nesta região, das quais não duvidam absoluto-

tamente as pessoas que têm conhecimento disso, mas, por falta de instrumentos para separar o ouro aqui, enviaremos uma quantidade de minério para a Holanda para exame”.

* * *

De 16 de janeiro de 1638 foi o seu parecer acerca do monopólio comercial que a Companhia exercia no Brasil. Nassau começaria informando que vinha há algum tempo recebendo cartas com opiniões muito divergentes sobre a questão, diversidade que, ao seu ver, poderia trazer conseqüências fatais para a empresa. “Por isso, julgo-me na obrigação de examinar tudo que tem relação com este assunto, com a máxima atenção e a mais severa imparcialidade, e expor francamente a Vossos Altos Poderes minha opinião sobre a questão comercial, para que, mais cedo ou mais tarde, não me culpem, se acontecer que uma resolução, que poderia ser tomada, tenha, um dia, conseqüências funestas, e para que não me acusem de haver, por tal ou qual consideração, com grande mal para a Companhia e contrariamente ao que deveria ser o meu dever, deixado de dar a conhecer minha opinião e minhas observações”, era a explicação preliminar oferecida pelo Conde, na sua apreciação amparada na experiência de um ano à frente do governo do Brasil Holandês.

Nassau chamava a atenção dos Estados Gerais para a mudança na situação da colônia, o que levava a enganos ao se comparar épocas em que os negócios estavam em plenitude, situação que possibilitara à Companhia exercer monopólios sem causar danos aos interesses particulares. Sem contar mais com o comércio à sua disposição, a *W.I.C.*, evidentemente, não apresentava os lucros esperados. E explicava:

“No começo, como todos sabem, havia aqui grande quantidade de açúcar, e os indígenas estavam desprovidos de todas as outras espécies de mercadorias. A essa falta de provisão acrescia o temor de saque durante a guerra por uma ou outra das partes beligerantes, e de que lhes tomassem todo o açúcar. Assim, desfizeram-se dele muito facilmente, e os negociantes, que pouco ou quase nada tinham, progrediram enormemente e duplicaram, triplicaram ou aumentaram os seus capitais quatro ou cinco vezes. Atualmente há pouquíssimo açúcar nestas regiões ao passo que as demais mercadorias são, ao contrário, muito abundantes, o que tranquiliza muito os indígenas que, sabendo que os holandeses têm também grande provisão de mercadorias, não cedem mais tão facilmente o seu açúcar, que é de alto preço, de modo que o tempo em que os

particulares obtiveram tão grandes lucros já vai longe, Companhia que, agora, não mais pode basear nisso as operações, deve ser, hoje, de opinião que, se quisesse assumir, nesse instante, e para o futuro, o comércio exclusivo, não tiraria mais proveito, e, por conseguinte, não atingiria o fim que se propõe, ao passo que se veria enganada mais de na opinião de que o comércio deixado só em suas mãos seria mais proveitoso do que se fosse livre, e isso pelas mesmas razões. Já que existe o monopólio comercial, a Companhia fica privada de todos os direitos de reconhecimento, lucros e avarias, que, sem o dito monopólio, lhe trariam grandes lucros, mas assim, fica deles privada e não logra lucro algum.

Se a Companhia, ao contrário, fizer exclusivamente comércio, terá, antes de tudo, de despendar grande capital para dirigir os carregamentos julgados necessários, e como há a grande quantidade de mercadoria de toda espécie, que os negociantes não sabem mais o que fazer para colocar, por todo o país está cheio delas, estas cargas ficarão por conta da Companhia, ou só terão saída de maneira onerosíssima. Advertia o Governador que os capitais improdutivos não renderiam juros, os negociantes venderiam suas mercadorias a preços abaixo dos da Companhia, que, se procedesse com aqueles, ver-se-ia privada dos lucros esperados. "Tudo lhe caparia das mãos, ao passo que, se o comércio for livre, obtém sempre bom lucro, auferido com os direitos de ratificação, lucros e avarias".

Apoiando o pleito dos comerciantes holandeses, e reivindicando que os portos do Brasil sob seu controle fossem abertos aos mercadores flamengos, reservando-se a Companhia apenas ao monopólio das exportações de madeiras de tintureira, importação de material bélico e de escravos — a mercadoria negra, adiantava Wätjen, era o melhor negócio em Pernambuco, de sorte que a Companhia não sofreria prejuízos com a suspensão do monopólio geral sobre o comércio —, lembra Nassau na sua longa exposição, que também era necessário levar em consideração que todo o açúcar era vendido ou deveria ser entregue, em sua maior parte, aos indígenas, e com isso a Companhia teria muito trabalho em conseguir este produto em quantidades suficientes para assegurar o retorno dos navios para a Europa devidamente carregados.

Das desvantagens que se deveria esperar do sistema de comércio exclusivo, observava Nassau:

"O Brasil suportou durante oito anos os males da guerra e no começo foi devastado em grande parte e empobrecido p

las tropas da Companhia; grande número de seus habitantes fugiu, de forma que o país parece totalmente arruinado. Depois da conquista, os habitantes esperavam gozar de alguma tranquilidade, mas partidos inimigos guerrearão-se no país, devastaram-no e arruinaram mais do que antes, e expulsaram de várias regiões, tal como a Guyana e outros lugares, a maior parte de seus habitantes, de modo que o país está agora despovoado e sem culturas. Para remediar a esse estado de coisas será necessário induzir os habitantes dos Países-Baixos e países vizinhos a imigrar para o Brasil, a fim de povoá-lo de novo e entregar suas terras ao cultivo e, se possível, como já de fato é, torná-lo melhor pela cultura".

A Companhia estava muito interessada nisso, acreditava Nassau, e apontava as razões:

"onde há muitos habitantes, o trabalho é necessariamente abundante, a agricultura muito ativa, e o país apresenta bastantes produtos, fabrica bastantes mercadorias, para que se possa fazer grande comércio com os outros países. Os habitantes têm grandes necessidades, o consumo é considerável e torna-se necessário importar de países estrangeiros todas as espécies de mercadorias. É isso que faz florescer o comércio e o tráfico, e mantém as finanças e as rendas de todos os Estados. Se o país for bem povoado, as vendas serão numerosas e os benefícios muito maiores que os esperados do monopólio comercial, e com tanto mais razão se perceberão os direitos de ratificação, e os outros lucros, sem que para isso tenha a Companhia de arriscar outros capitais. Então, poder-se-á empregar todos os meios para povoar o país, uma vez começando a agir deste modo, uma coisa arrastará a outra; a população crescerá de maneira sensível, a agricultura florescerá, o comércio tornar-se-á cada vez mais ativo e, deste modo, os resultados da conquista mais consideráveis, e maiores e mais fáceis as possibilidades de defesa contra todos os inimigos".

Como chefe militar experiente, não passaria despercebido a Nassau que, povoando a conquista com holandeses e alemães, "a Companhia não teria mais necessidade também de manter fortes guarnições e teria os habitantes e toda a região, o que constituiria vantagem considerável, ao passo que, hoje, só temos um número muito incerto de indígenas e portugueses, com os quais não podemos contar. O país tornar-se-ia, portanto, muito mais forte e a Companhia se veria livre de uma parte de seus encargos. Esta é, pois, minha opinião", afirmava Nassau demonstrando visão de administrador e de chefe militar que acumulava também as funções de colonizador. Seus

conselhos, não seriam levados em conta por superiores distantes e medíocres, que aspiravam da remota conquista apenas lucros. Nassau insistiria que a imigração traria progresso às terras sob seu governo, e mais do que isso, promoveria definitiva integração, em lugar de uma simples ocupação litorânea urbana no litoral, cuja manutenção o tempo demonstraria ser inviável. Esta foi a grande falha da aventura flamenca em terras do Brasil.

Prosseguindo a defesa da liberdade de comércio, disse Nassau: "se a Companhia persistir em seu sistema de monopólio comercial, poucos capitais serão postos em circulação e o país empobrecerá também de ano para ano e, qual será então o fim de tudo isso?"

E completava:

"Do que acabo de dizer é força, portanto, concluir que o comércio monopolizado sob as vistas da Companhia não será favorável nem nestes dois anos, nem para o futuro, mas ao contrário, lhe trará prejuízos enormes; direi mesmo que o prevejo será a sua ruína. Tal é a minha opinião sobre este assunto, e dou-a a conhecer, e dela informo Vossos Altos. Poderes, com tanta franqueza, por causa do interesse que tenho pela prosperidade da Companhia. Atenho-me à conclusão de minha longa carta dirigida ao Conselho dos XIX, a saber: a Companhia só deve reservar para si algumas espécies de mercadorias mais usuais, e, se necessário, acrescentar outras, e de forma a não tirar-se totalmente o comércio aos negociantes particulares. Adotando esta norma, a Companhia veria prosperar seu comércio, os negociantes particulares não embaralhariam suas operações, e, assim, o país povoar-se-ia e tornaria próspero e feliz", arrematava o Governador. (10) Diante de colocações tão claras e racionais, admira que uma corporação destinada à exploração comercial, tenha, por desconfianças pessoais, estupidez e falta de visão dos seus diretores, desprezado tais medidas, cuja falta, advertia Nassau, poderia constituir, co-

(10) — Conforme Oliveira Lima, Nassau "arcando com a própria Companhia e com a grita dos interessados, indiferente à rude polémica travada entre os mercadores holandeses e os acionistas da empresa, defendeu e conseguiu em 1638 a liberdade de comércio e navegação entre o Brasil e a Holanda, ficando o monopólio da Companhia restrito à importação de escravos e provisões de guerra e à exportação do pau-brasil, sendo limitadas as transações de cada negociante na colônia a uma carga anual". *Pernambuco, Seu Desenvolvimento Histórico*. Leipzig, 1911, p. 327. — 2a. edição facsimilada, Secretaria de Educação e Cultura, Recife, 1975.

de fato aconteceu, uma das causas principais do fracasso da conquista.

* * *

De "Antonio Vaz", Nassau enviou a 6 de outubro de 1638, outro corajoso relatório, desta vez alertando sobre a precária situação militar da conquista após a fracassada expedição à Bahia.

"Tendo recebido de Sua Soberana autoridade a ordem de manter a conquista do Brasil, e estender-lhe pela força das armas, os meios de defesa, e alargar os limites de nossas possessões, achei de meu dever não deixar Vossos Altos Poderes na ignorância da situação em que hoje nos encontramos com referência ao estado das tropas, para que não se possa, um dia, imputar-me haver faltado às minhas obrigações para com Vossos Altos Poderes", afirmava Nassau sem ilusões de que sobre ele desabariam críticas impiedosas caso algum desastre acontecesse após a pouco feliz sortida contra o Recôncavo.

Na mesma correspondência o Governador deixava bem claro a preocupação de alertar os superiores a respeito da extrema fraqueza das forças por ele comandadas, "a fim de em sua sabedoria e solicitude costumeiras possam encontrar os meios de reparar eficazmente o mal e essa falta de forças, com o objetivo de manter, sustentar e alargar nossas possessões e fazer prosperar a Companhia das Índias Ocidentais".

Tinha ele sempre presente a enorme responsabilidade de manter a conquista com efetivos militares cada dia mais escassos e desprovidos de apoio logístico, entretanto, outros problemas também afligiam o Capitão-General adepto, que era, de que a melhor defesa é a ação ofensiva. De acordo com a comunicação feita antes à Assembléia dos XIX, explicaria agora aos Estados Gerais a partida de barcos comprometidos a um período de serviço de quatro anos no Brasil, e que se achavam aqui há cinco, seis e até sete anos, e que, por isso, tiveram de ser licenciados face às muitas reclamações. "No momento, há ainda grande número deles que, estando servindo aqui há mais de cinco anos, não param de insistir na obtenção da dispensa, e não poderemos retê-los por muito tempo mais. Aconteceu, além disso, que fomos obrigados a pôr nossas guarnições nas praças que havíamos conquistado, e das quais tínhamos expulsado o inimigo, principalmente Serinhaém e Porto Calvo, até o rio São Francisco inclusive. Todas essas causas haviam diminuído e enfraquecido pronta-

mente recursos consideráveis, com as forças que nos restavam não estaríamos em condições de fazer uma expedição decisiva, que deveria manter e assegurar todas as nossas conquistas, isto é, a conquista da Bahia”.

Deixando bem claro que uma ação de tal envergadura não seria possível executar com forças tão fracas, Nassau concordava que há um ano atrás, recebera carta dos XIX prometendo reforços consideráveis, aumentados em virtude de uma recomendação da Câmara de Amsterdam às demais corporações. “Seguros desse auxílio prometido, dizia o Conde, passamos, muito a nosso pesar, todo o verão sem nada fazer de notável, até que, enfim, vendo que o atraso se prolongava além da expectativa, que a pouca gente que nos enviavam não estava em condições de substituir o que perdíamos do número mero das nossas tropas, e que, ao contrário, nos enfraquecíamos cada dia mais, resolvemos, para não deixar fugir a ocasião e a oportunidade que se apresentava, tanto, e mesmo mesmo, do que no-lo permitia o estado das tropas, tentar com nossas forças um ataque contra a Bahia. Deixamos atrás uma guarnição fraquíssima, e não sem vivas inquietações, mas, depositávamos nossa confiança no socorro prometido tão formalmente, o que não nos permitia duvidar da sua chegada próxima, porque sem esta confiança nunca teríamos enfraquecido tanto nossa guarnição. Resolvidos a fazer essa expedição, levamos, entretanto, a combate uns 3.000 a 4.000 homens, com os quais, ajudados por Deus, pretendíamos tentar um ataque contra a Bahia, embora informados de que o inimigo tinha lá tantos soldados quanto nós, se fôssemos atacá-lo ali, mas quando chegamos à frente da Bahia, verificamos que não só os tinha mais numerosos, mas, também, que tinha a seu serviço grande quantidade de habitantes do país, que, perfeitamente armados, tinham acorrido a juntar-se a ele. Reconhecendo-nos muito mais fracos para resistir a essas massas, fomos obrigados a bater em retirada, apesar das vantagens alcançadas sobre o inimigo, pois lhe tomáramos os fortes de São Bartolomeu, São Felipe e São Alberto. Todas as nossas possessões no Brasil dependiam dessa retirada”, afirmava o Conde, acrescentando que de volta ao Recife encontrara a guarnição ainda mais enfraquecida. E continuava-se:

“Nenhum auxílio notável nos tinha chegado durante esse tempo; grande quantidade dos nossos haviam sucumbido diante da Bahia, e, para acabar de enfraquecer e destruir n



“Mestre holandês desconhecido de ca. 1640. João Maurício — Visto até os joelhos, voltado de três quartos para a direita. Gibão amarelo com faixa; na mão direita uma espada com a inscrição: “Antônio” (...) A inscrição provavelmente se relaciona ao Vice-Almirante Antônio da Cunha Andrade, segundo em comando da frota portuguesa. Seu navio caiu em mãos dos holandeses a 14 de janeiro de 1640, quando fez a entrega da espada a João Maurício. Isto poderia indicar que o quadro fosse pintado ainda no Brasil e assim apenas Frans Post e Albert Eckhout entram em consideração”. — Reproduzido do Catálogo da Exposição “Os Pintores de Maurício de Nassau”, Rio de Janeiro, Museu da Arte Moderna, Maio/Julho de 1968.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHYSICS DEPARTMENT

REPORT OF THE

COMMISSION ON THE

STATUS OF THE

PHYSICS DEPARTMENT

AT THE UNIVERSITY OF CHICAGO

FOR THE YEAR 1960

BY THE COMMISSION

ON THE STATUS OF THE

PHYSICS DEPARTMENT

AT THE UNIVERSITY OF CHICAGO

FOR THE YEAR 1960

BY THE COMMISSION

ON THE STATUS OF THE

PHYSICS DEPARTMENT

as forças, havia-nos, a esse tempo, chegado ordem expressa da Assembléa dos XIX, com um pedido urgente de S. Exa. o Almirante Cornelis Cornelisz/Jol, para enviar às Índias Ocidentais certo número de navios, marinheiros e soldados. Não ousando esquivar-nos a essa ordem e a esse instante pedido de S. Exa., enviamos ao Almirante 600 soldados, com nossos melhores navios e iates, sempre confiando na promessa que nos haviam feito os XIX de enviar-nos logo outras tropas para substituí-las. Encontramo-nos, assim, na impossibilidade de fazer a menor incursão pelo mar, não possuindo um bom navio para enviar ao litoral, e tão fracos em terra que não nos teria sido possível defender nossas guarnições ou nossos fortes contra os portugueses. Entretanto, tínhamos razão para estar convencidos de que a Companhia, avisada por tantas cartas precedentes, e, sobretudo, sabendo que nos havia desguarnecido de tantas tropas, ver-se-ia obrigada a enviar-nos, de pronto, reforços notáveis que, com a ajuda de Deus, nos piam, nesta época, em condições de levar a bom termo os negócios da Companhia das Índias Ocidentais. Mas, longe de chegar-nos o menor auxílio de alguma importância, nenhuma carta, nem ao menos qualquer informação veio anunciar-nos que se tivesse tomado qualquer resolução no sentido de enviar-nos tropas e que as Câmaras tivessem satisfeito o contingente de soldados que cada uma devia fornecer, de modo tal que parecia que nada temos a esperar a respeito".

A propósito do inventário que mandará fazer sobre o número exato dos soldados enviados pelas Câmaras e dos reforços ainda devidos, dados, aliás, já por ele enviados aos XIX, dizia Nassau:

"Verificamos que, do contingente a fornecer, segundo as antigas e novas resoluções, restava ainda enviar 1.200 homens, aos quais era necessário acrescentar os 600 que foram mandados daqui para as Índias Ocidentais e que os senhores da Companhia prometeram restituir, perfazendo ao todo uma força de 1.800 homens.

Não basta que na pátria se tomem boas resoluções; é preciso ainda que sejam executadas, não lentamente, mas, com presteza e celeridade. De nada serve que uma resolução tomada fique em suspenso durante um ano e que se execute no ano seguinte o que se decidira fazer. A primeira remessa de tropas esgotou-se antes que tivesse chegado a segunda, de modo que nossas forças não aumentam e estamos sempre atrasados".

Diante dessa negligência observada, aliás, durante o período de ocupação flamenga, raciocinava Nassau:

“Qual a consequência disso? É que os socorros enviados primeiro não foram empregados na execução dos projetos estabelecidos e, por conseguinte, devem esperar os que vierem mais tarde e que somente chegam um ano após a resolução tomada, quando já os primeiros socorros estão enfraquecidos e inteiramente esgotados. Assim, esses socorros são naturalmente inúteis, despesas de expedição foram feitas em perda, e a própria Companhia esgota, em parte, as suas forças. Os auxílios que devem servir para a continuação da guerra devem ser enviados de pronto e todos de uma só vez pelas Câmaras, para que cheguem todos aqui ao mesmo tempo e estejam em condições de agir simultaneamente e com vigor, o que jamais poderá verificar-se, se os enviarem tão lentamente e por partes, como o têm feito até agora. Meu humilde e respeitoso pedido é, portanto, que em sua sabedoria Vossas Altas Poderes procurem os meios de dirigir esse assunto no sentido mais favorável aos interesses da pátria e no da manutenção da Companhia das Índias Ocidentais.

Temos necessidade aqui, para formar a guarnição de nossas possessões, de cerca de quatro mil homens, de boas armas, como o indica estatística inclusa”, afirmava o Conde clamando com energia contra o pouco caso com que a Assembléia dos XIX vinha tratando da segurança do Brasil Holandês. É claro que Nassau também se preocupava com a conservação da sua reputação de chefe militar, que ele via posta aos riscos de um fracasso de inevitável repercussão no mundo europeu, pouco ou nada informado acerca da realidade das forças sob seu comando e da falta de assistência da metrópole. Com uma clara visão dos problemas locais, queria não só soldados, mas, também neerlandeses para o povoamento do país, impossível de ser pacificado e incorporado com uma população portuguesa e católica. Insistindo em reforço urgente de 3.600 homens para a formação de um contingente de 7.000 soldados, observava Nassau aos Estados Gerais:

“Facilmente compreendo que as guerras sustentadas com coragem por tantos anos pela Companhia devem ter abalado suas finanças, e que meu pedido lhe parecerá desagradabilíssimo; mas, ela se acha muito comprometida, não pode recuar sem com isso provocar sua completa ruína. É necessário persistir e antes passar pelo fogo que afastar-se. Hoje, mais

recorrer ao último extremo para salvar tudo o que foi despendido outrora, do que perder, caindo no desalento.

Se a Companhia se mantiver ainda este ano em sua conquista, terá, com a ajuda de Deus, logrado assegurá-la, e não só, segundo todas as probabilidades, terá salvo dentro em pouco todo o capital que despendeu, senão que terá também extraído deste país grandes riquezas. Se não surgir nenhum obstáculo imprevisito, estaremos em condições de enviar ainda este ano à Companhia, como compensação, valores equivalentes a cerca de 30 tonéis de ouro (3.000.000 florins), que terão maior preço na pátria e crescerão, cada ano, sucessivamente, de forma que não é este o momento próprio para entibiar-se o ânimo à Companhia”.

Depois dessas palavras que tinham o propósito evidente de levantar o entusiasmo dos diretores da Companhia pela conquista, e, conseqüentemente, levá-los a atender os pedidos de novas tropas, Nassau ainda tinha outras reclamações a fazer:

“Estamos também fraquíssimos no mar, como, de certo modo, já o fomos antes, e não podemos afiançar que nossos poucos navios logrem opor forte resistência. Os navios chegados ultimamente acham-se tão mal providos de marinheiros, que não estão em condições de realizar as manobras necessárias à sua marcha por intermédio do pessoal de sua fraca equipagem, como o estão todos os que se encontram na costa, de modo que tivemos de enviar para seu bordo 300 soldados para que fiquem em condições de fazer cruzeiro diante da Bahia, para onde devíamos enviar ainda, nestes próximos dias, alguns navios. Assim, teremos em cruzeiro na costa, entre navios e galeotes, dez embarcações; é tudo que possuímos nesta costa, e ainda houve necessidade de muito trabalho e muitas reparações para pô-los em condições, são, na maior parte, navios velhos, quase totalmente arruinados”. Como se vê, justificava-se a ansiedade do Conde Maurício pela segurança do território sob sua guarda, onde ele dispunha apenas de uns cacos de esquadra, toda em mau estado, sem condições de combate, porque sem armamentos, sem equipagem, impotente para resistir a uma incursão inimiga. A missiva terminava com as seguintes palavras:

“Praza aos Céus que a triste experiência nos ensine a não desguarnecer esta costa de número suficiente de navios bons! Enviamos à Companhia nossa opinião a esse respeito, e insistimos, como ainda o fazemos hoje, para que enviasse aqui para a costa, 18 navios bons e fortes, que, fazendo-se à

vela da pátria em abril e maio, aqui chegassem em agosto e setembro, para passar o verão na costa até março e abril do ano próximo. Então é que, carregados de açúcar, poderiam voltar a pátria e, ao mesmo tempo, servir para nossa defesa se chegasse de Portugal alguma frota, o que se daria, com certeza, nesse intervalo, e a Companhia, assim teria com toda segurança as suas compensações.

Eis quanto achei de meu dever comunicar a Vossas Altezas e Vossos Altos Poderes, na esperança de que, por sua interferência nos negócios da Companhia sejam dirigidos como o exigem a perpetuidade do Estado e a manutenção das Índias Ocidentais. Não desejando desviá-los de suas importantes ocupações, entrego sua decisão aos cuidados paternais do Todo-Poderoso, que tudo dirige, para que ele mantenha por longos anos o prospero reino de Vossos Altos Poderes, para honra de seu nome e bem-estar de nossa pátria".

Dez meses depois, a situação da conquista tornou-se mais inquietante face à indiferença dos XIX. Nassau, assumindo a sua responsabilidade, escrevia aos Estados Gerais, em 4 de agosto de 1639, dizendo francamente que não deixaria passar a ocasião de dar conhecimento "da provação em que hoje nos achamos, nada mais tendo, no que diz respeito a Vossos Altos Poderes", e observava que aquele Alto Poder facilmente poderia "aquilatar que figura fazemos hoje, e o que, quanto a mim, posso honradamente fazer".

As responsabilidades administrativas somavam-se às preocupações de ordem militar, sobretudo quando chegava ao Capitão-General, notícias concretas de preparativos do inimigo. Dizia Nassau a este respeito:

"O inimigo faz grandes preparativos para atacar-nos neste mês. Estou resolvido a atacá-lo, com auxílio de Deus, seja o que seja que disso advenha, pois mais vale morrer no campo de luta, espada na mão, que perecer de fome. Deus perdoe àqueles que causam nossa miséria, pois já estamos tanto junto aos XIX, sem obter resultado outro senão um grande número de boas resoluções no papel; mas isto não é bastante para satisfazer a soldados esfaimados e muito melancólicos para manter-lhes a vida. Ousamos, todavia, esperar de Deus, Todo-Poderoso, que já nos fez bater gloriosamente nossos inimigos, continue a amparar-nos, para que esta bela conquista não em grande detrimento de nossa pátria, não caia de novo nas mãos dos espanhóis, e guie os corações de Vossos Altos Poderes e dos XIX, por forma que esta importante questão seja

mada a peito mais vivamente, e não fiquemos, assim, reduzidos a tal extremidade”.

Não havia exageros nem dramaticidade nas colocações feitas pelo Conde de Nassau sobre a situação geral da conquista que, nas suas palavras, ele já começara a ver com olhos não só de cobiça, como faziam os XIX. As suspeitas quanto às intenções dos ibéricos, não tardariam a ser confirmadas.

* * *

No dia 28 de fevereiro de 1640, Nassau remetia aos Estados Gerais um *Relatório sucinto e verídico da chegada ao Brasil da possante frota espanhola e da sua partida*, magnífico painel da batalha naval travada em janeiro daquele ano, ao longo da costa nordestina, entre luso-espanhóis e holandeses, que culminou com uma notável vitória destes últimos. A poderosa esquadra comandada pelo Conde da Torre, agindo em combinação com os guerrilheiros de Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Camarão e João Lopes Barbalho, enviados da Bahia, por terra, deveria desembarcar grandes contingentes no litoral de Pernambuco, operação que, efetuada com êxito, determinaria a derrota das fraquíssimas forças sob as ordens de Nassau. (*)

Uma circunstância inesperada, como foi a mudança de direção dos ventos, ajudaria decisivamente os holandeses, que tinham razão em atribuir o fato à Divina Providência, pois estavam eles conscientes de que haviam enviado ao encontro da armada do Conde da Torre uma frota heterogênea, comandada pelo almirante Willem Cornelissen Loos, morto em ação, e que incluía até navios mercantes — “vários dos quais ainda

(*) — Os holandeses de Pernambuco tiveram uma idéia da frota espanhola, que velejou diante de um Recife praticamente vulnerável a um ataque. Escrevia Nassau a 16 de fevereiro de 1639:

“Da frota que esteve nas Índias Ocidentais, aqui voltaram 4 ou 5 navios que, em sua derrota, encontraram a frota espanhola composta de 33 velas. Ficamos muito surpresos, visto como sempre nos asseguraram aí da Holanda, que em Portugal nenhum preparativo se fazia de equipamento de frota e que S. M. o Rei de França dava muito trabalho aos espanhóis para que estes tivessem tempo para pensar em nós. O contrário foi o que vimos, essas 33 velas começaram a aparecer aqui diante do Recife a 10 de janeiro passado, e aí ficaram à vista até à tarde, quando se fizeram novamente ao mar, tomando seu curso ao longo da nossa costa rumo à Bahia, onde nosso almirante se achava em cruzeiro com 32 navios entre grandes e pequenos. Mas, 5 dias antes, nós o avisáramos da chegada próxima desta frota; sem tal precaução, ele poderia ter sido surpreendido e talvez sofresse uma desgraça”.

carregados, tais como tinham vindo de Neerlândia”, revelou Nassau em 1644 —, adaptados atabalhoadamente em gu pela ação enérgica do Capitão-General, o grande organ da vitória, que chegaria mesmo a obrigar alguns capita participarem à força, da luta. Os pesados galeões espan em momento algum revelaram superioridade tática sob frota báltava, que, tal como os ingleses diante da Armada vencível, em 1588, destroçou fragorosamente os ibéricos, çando-os a retornar ao ponto de partida com seus chefes teiramente desacreditados. (11) É de notar em meio à circ tanciada descrição dos movimentos das unidades, a fé giosa do Conde Maurício. A todo instante ele transfere a l a condução dos combates, a inspiração dos chefes flamer e suas derradeiras palavras no aludido relatório, são as guíntes: “Foi, assim, a grande e poderosa frota espanhola persada e destruída, somente por milagrosa graça de l Todo-Poderoso que a tudo dirigiu em sua sabedoria, e qu dignou de proteger-nos tão evidentemente. Que seu santo r seja, por isso, louvado e bendito sempre!”

Na correspondência seguinte, datada de 8 a 10 de de 1640, Maurício de Nassau aludia, de início, à alegria tomara conta dos holandeses de Pernambuco, com a no da derrota da esquadra de Don Antônio de Oquendo, no nal da Mancha, em 1639, diante de outra frota báltava, co dada por Tromp, barrando aos espanhóis a tentativa de d nio do Mar do Norte.

“Eu não poderia exprimir toda a alegria que sent saber da esplendente vitória com que Deus Todo-Pode abençoou as armas de Vossos Altos Poderes, contra a puj frota espanhola diante das Dunas. Por isso, fiz, em to país, render solenes ações de graças a Deus Todo-Poderos para assinalar essa vitória, afligir nossos inimigos e insp lhes mais temor ainda, detonar o canhão de todos os no fortes”.

(11) — Evaldo Cabral de Mello divulgou na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, nº. LII, 1979, um fo espanhol datado de 1640, intitulado *Relacion muy verdadera de los sucesos que há tenido el señor Don Fernando Mascarenhas, Ge de la armada de Portugal*, relato pouco fidedigno como fonte narra diz Cabral de Mello, “porém, de valor histórico”. Nas suas incorreção curiosa peça de cordel dá os ibéricos como vencedores absolutos da n ga, afirmando com segurança que o holandês “mas no alçará cabeça/n ples pondrá en el puerto de Pernambuc”. “Espanholada”, ou simples curso propagandístico para efeito interno?

Enquanto o nordeste brasileiro ouvia o troar festivo dos canhões flamengos, Nassau afirmava com segurança que “a terrível tempestade que aqui nos ameaçava na terra e no mar, louvado seja Deus, está inteiramente afastada”. No relatório precedente, já o Capitão-General referira-se à marcha de Luis Barbalho com seus 1.500 homens desembarcados no litoral do Rio Grande do Norte, rumo à Bahia:

“Parece que Luis Barbalho não quer que saibamos o que acontece com ele, porque manda matar todos os soldados feridos e feridos que ficam para trás, consoante nos têm relatado prisioneiros que se tinham refugiado nas florestas. É muito duvidoso que Luis Barbalho chegue são e salvo à Bahia com todos os seus”, acreditava Nassau. Com efeito, Barbalho sofreria enormes baixas na longa caminhada, sem exagero considerada épica, enfrentando condições adversas, fome e doença. Além disso, ele recebera do Conde da Torre ordens “*de não deixar pedra sobre pedra nem dar quartel a flamengos*”, e isso ele cumpriu até recolher-se à Bahia ainda com um bom número de combatentes. Com efeito, sofreram muito os canaviais e engenhos de Pernambuco, não poucos holandeses mandados em seu encalço foram mortos, mas os homens de Barbalho também serviram de alvos para as balas dos soldados flamengos, secundados pelos seus aliados índios.

Sabe-se que o Conde Nassau irritou-se terrivelmente com as devastações e atentados procedidos pela tropa de Barbalho, ação continuada pelos “campanhistas” remanescentes. Mesmo em retirada dramática, Barbalho preocupava os holandeses, sobretudo uma junção dos seus homens com a força de 2.000 combatentes vindos da Bahia. Mas, “Louvado seja Deus, escrevia Nassau no mencionado relatório de maio de 1640, só chegaram ao rio São Francisco. Nós os apertamos de perto em sua marcha, que as tropas não tinham um instante de repouso e eram obrigadas a marchar dia e noite”.

Linhas adiante, lamentando não dispor de forças poderosas para um ataque frontal à Bahia, avançava o Governador:

“Enviamos o tenente-almirante Lichthardt, com 28 navios e cerca de 2.500 homens, sob o comando de Charles de Bourlon, capitão de minha guarda, e de sargentos-mores, para ruinar e incendiar o país por toda parte onde puderem penetrar e matar todos os habitantes das regiões de que é senhor inimigo, exceto mulheres e crianças”. Prometendo vingança

na mesma moeda com que agira Barbalho, acrescenta o Conde:

"O inimigo verá, então, se sua maneira de guerrear é melhor, e quem ficará primeiro fatigado de tantas crueldades. Podemos facilmente matar vinte portugueses por cada homem dos seus, e pôr a morte de muitos dos seus. Foi ele o primeiro a mostrar essa maneira de fazer a guerra, ao tomar a decisão de não dar quartel aos nossos e massacrá-los a todos, como tive prova em uma ordem escrita do general, da qual me apossei pondo em fuga a tropa inimiga, que abandonou sua bagagem e todos os papéis."

A 11 de setembro de 1640, ocupava-se o Conde da organização militar ao Recôncavo:

"Depois das notícias dadas em minha última carta, as tropas de Luis Barbalho desapareceram como a neve sob os raios do sol, destruídas em parte, por nossas armas e pela fidelidade de sua gente. Nosso vice-almirante Lichthardt aqui chegou a 16 de março último: era tarde demais para empreender algo contra a Bahia, e além disso, não tínhamos bastantes tropas disponíveis para sitiá-la e, depois, tínhamos recebido ordem dos XIX para enviar o vice-almirante Lichthardt às Índias Ocidentais. Entretanto, nem por isso deixamos de tentar, com 20 navios e 2.500 homens, uma expedição contra a Bahia, a fim de desforrarmos-nos dos estragos causados por Luis Barbalho em nossas possessões".

Apesar de limitada, a expedição de Lichthardt teve êxito, como se vê na mencionada carta de Nassau:

"Incendiamos e devastamos completamente 27 engenhos e aldeias inteiras e habitações, de modo que em toda a região da Bahia restam somente 8 engenhos, como Vossos Altos Poderes poderão verificar pela carta junta. Os nossos aí massacraram tudo que encontraram, tal como o inimigo se propunha agir em relação a nós, com exceção, todavia, das mulheres e crianças. Se não tivéssemos sido obrigados a enviar frota às Índias Ocidentais, teríamos tido ocasião de devastar e arruinar toda essa região. Neste momento, enviamos tropas para o campo a fim de defender os engenhos, caso o inimigo tentasse incendiá-los ou danificá-los".

Nassau arremataria a missiva lembrando que se aproximava o fim do seu período de governo no Brasil, daí, "humildemente" suplicar, em tempo, a escolha do sucessor para as funções que exercia.

Nessa correspondência é visível a preocupação dos holandeses em preservar os engenhos de açúcar da ação dos guerrilheiros que continuavam assolando os canaviais de Pernambuco. Conta José Antônio Gonsalves de Mello, que, não raro, do Recife "avistava-se o enorme clarão no céu": eram os partidos de cana da Várzea e de Apipucos ardendo por obra dos "campanhistas", o que levou Nassau a solicitar, na Assembléia Legislativa convocada em 1640, a ajuda dos moradores e senhores de engenho de Pernambuco, no sentido da "criação de uma frente contra os incendiários", o que vale dizer, uma tática confissão de que os holandeses não conseguiam vencê-los ou expulsá-los, diz aquele historiador. (12)

Linhas adiante, o autor de *Tempo dos Flamengos* observa que, deixando o interior do país sob o domínio dos senhores de engenho, os holandeses cometeram um erro fatal para os seus propósitos de conquistas. A Companhia das Índias Ocidentais desprezara sistematicamente as repetidas sugestões de Maurício de Nassau no sentido de que fossem carreados para o Brasil, sob domínio flamengo, colonos alemães e outros europeus do norte, uma colonização que não houve, quando deveria ter constituído o que José Antônio Gonsalves de Mello chama com muita propriedade, de "as bases da futura nação".

* * *

Em 10 de janeiro de 1641, escrevia Nassau aos Estados Gerais confessando, como homem de ação, o grande pesar que lhe causara ter passado o verão "sem nada poder empreender de notável para o serviço de Vossos Altos Poderes, visto que, após a partida dos tenentes-almirantes Jol e Lichthardt, não tivemos mais que 8 navios, 4 urcas fretadas e 3 iates que nos chegaram da pátria". Foi essa pequena frota que ele armou e enviou, sob o comando do coronel Koin, para um cruzeiro em frente à Bahia, "com ordem de desembarcar tropas, se acreditassem poder fazê-lo com alguma vantagem, a fim de dar que fazer ao inimigo em seu próprio campo e impedí-lo de pen-

(12) — Com Bagnuoli no comando geral das forças ibéricas, reativou-se a chamada "guerra brasilica", caracterizada pelas correrias e emboscadas. "Generalizou-se a tal ponto o uso das guerrilhas que durante todo o ano de 1636, Pernambuco e Paraíba viram-se entregues à mais cruenta baccanal, da qual capitães brasileiros como André Vidal de Negreiros, Sebastião do Souto, o Rebelinho e Estevão de Távora, índios de Camarão e negros de Henrique Dias, participaram gostosamente", escreve Oliveira Lima, em *Pernambuco, Seu Desenvolvimento Histórico*, cit.

sar em vir causar-nos dano". Com essa operação limitada, N. sou tencionara, também, impedir, ou pelo menos reduzir o apoio da Bahia aos "campanhistas" que continuavam talando os canaviais pernambucanos.

"Agora que esses navios aqui estão de volta, se bem que estejamos quase na estação das chuvas, que vão ocasionar grandes dificuldades, tudo quanto estiver ao nosso alcance faremos por dar trabalho ao inimigo. Parece que nossos ataques precedentes a esta última expedição tiveram como resultado estar o inimigo já fatigado dessa maneira de guerra da qual nos havia dado o exemplo. Ele fez com que pedíssemos secretamente ao clero que voltasse novamente na maneira ordinária de guerrear, a fim de mandar fazer cessar o massacre e o incêndio. O clero dirigiu-se a nós, por petição, em nome de todos os habitantes destas regiões. Respondi em nota à margem desse requerimento, que, se o inimigo suspendesse o incêndio das plantações de cana-de-açúcar e o massacre dos nossos desgraçados habitantes, então veríamos o que poderíamos fazer".

Acrescentaria Nassau que concordara com a proposta do clero, de que a sua resposta fosse enviada pelo corneteiro, chegando ao Conde, então, a troca de reféns, tendo o Vice-Rei concordado. "Achamos que valeria mais, no interesse de nosso governo, que se agisse desse modo, ao invés de continuar o incêndio e a ruína total do país, visto que, por um lado, o inimigo tem a vantagem de poder molestar-nos sempre por meio de pequenos destacamentos, porque a maior parte de nossos habitantes portugueses lhe são devotados e se prestam ocultamente à sua marcha e fornecer-lhe secretamente, e com habilidade, tudo de que tem necessidade".

Realista diante da situação, Nassau defendia essa troca de reféns, e até enviara, para negociá-la, o tenente-coronel H. derson e o major d'Ary, aguardando que o outro lado procedesse de forma igual. Ele abrigava a esperança de que a troca de reféns contribuiria também para o fim da guerra de guerrilhas — sua maior aflição —, por vezes repelida com êxito pelas suas tropas: "Há alguns dias, o inimigo enviou pequenos destacamentos a nossas possessões para incendiar as plantações de cana-de-açúcar, mas, tínhamos aí tão boa guarda tudo em tal ordem, que, graças a Deus, ele não nos causou grande mal", informava aos da Holanda.

Sob o título de "Documento comprobatório", anexo à carta acima referida, é o minucioso relatório do coronel H.

Koin sobre o cruzeiro à Bahia e ao Espírito Santo, quando foram capturadas 451 caixas de açúcar. É curiosa a observação do coronel Koin de que "Nossos brasileiros não desembarcaram conosco", pois não havia barcas suficientes, e a maioria deles perdera os fuzís. As condições da expedição eram duríssimas, sugerindo o comandante a Nassau, "que fizesse voltar os brasileiros (índios) antes que morram todos, visto que não estão acostumados ao mar".

Por sua vez, o conselheiro político C. Nieulandt, em outro "documento comprobatório", avisava ao Conde Maurício e aos demais Altos Conselheiros Secretos, de que "nosso intuito é, conforme as ordens de V. Excia., e dos Senhores Altos Conselheiros Secretos, ir novamente cruzar à frente da Bahia e aproveitar-nos de todas as ocasiões para causar o maior mal possível ao inimigo. O que causa toda a nossa inquietude é que de há muito nossas tropas não têm repouso algum e estão atacadas de escorbuto e outras moléstias, às quais acabarão por sucumbir, como já se tem dado. Não temos mais vinho a bordo; é indispensável que o tenhamos para fortificar nossos homens, sensivelmente enfraquecidos, bem como medicamentos necessários".

A 1º. de junho de 1641, Nassau demonstrava aos Estados Gerais marcada satisfação por saber que os seus serviços estavam sendo bem apreciados ao ponto de terem os superiores decidido a sua permanência no Brasil, prometendo ele, em troca, colaborar de forma notável com o Governo das Províncias Unidas. Nesse mesmo relatório, referir-se-ia ele longamente à expedição contra Loanda, em busca de negros muito exigidos pelos trabalhos nos engenhos de açúcar. O preço dos escravos estava elevado na razão em que minguava o número de africanos, comentava Nassau, convencido, como se vê, da realística observação do Padre Antônio Vieira, de que o açúcar era o negro.

De 17 de janeiro de 1642, seria o seu relatório acerca da expedição a São Paulo de Loanda, em Angola, e à Ilha de São Tomé, de solo fértil, mas de clima tão insalubre que lá sucumbiriam muitos soldados e oficiais, inclusive o almirante Jol, apelidado o *Perna de Pau*. Nassau sempre se bateu pelo envio de maiores efetivos militares, de tropas que lhe capacitassem realizar campanhas de conquistas, e, sobretudo, garantir a segurança da sua Nova Holanda. O fato, porém, de jamais ser atendido pela Assembléia dos XIX, e não obstante

os novos pactos negociados com a Bahia, ele não se resignaria em permanecer inerte no Recife. Daí esta observação:

“Pouco depois, com auxílio de Deus, de tal modo aliamos nossas conquistas, que seríamos passíveis de censura por má administração e negligência, se perdessem essas regiões e belas, o que, infelizmente, é muito de temer-se, a Companhia, segundo seu velho hábito, continuar tão moles em suas decisões e em enviar-nos homens, víveres e munições. Se Vossos Altos Poderes julgassem conveniente fixar aqui um conselho de diretores, que deveriam permanecer sempre no país e tudo dirigir dia-por-dia, seria o meio de afastar muitas dificuldades; porque durante estes cinco anos a experiência me ensinou constantemente que as contínuas mudanças de diretores-regentes e o pouco tempo que aqui permanecem são muitíssimo nocivas à boa administração, visto que são substituídos no momento em que adquiriam um conhecimento profundo das coisas”, era a opinião abalizada de Nassau, evidentemente mais empolgado com a sua missão de Governador do Brasil do que se mostravam os próprios diretores da Companhia, que só visavam lucros imediatos. Sempre queixoso o XIX, prosseguia:

“Temos também a certeza de que mal se lêem nossas cartas e menos ainda as observações do conselho. Ainda pouco, não nos pediram informações sobre certa questão que teria sido explicada claramente desde o início, se tivessem tomado o trabalho de ler e consultar nossas observações. Depois de mais de dois anos, pedimos à Assembléa dos XIX uma solução com referência ao serviço e regulamentação dos moinhos, ao invés, porém, de tais coisas de mais alta importância, que dependem a prosperidade e bem-estar dessas regiões, principalmente nas condições atuais, todas as cartas que recebemos da Assembléa dos XIX só estão cheias de futilidades e coisas inúteis, como, por exemplo, com referência à maneira de preservar da traça os capotes dos soldados, à remessa de penas de avestruz, etc. Preferem dar crédito às mentiras dos negociantes deste país a dá-lo às nossas cartas; enviam-nos uma legião de comissários com instruções diametralmente opostas às precedentes, de tal arte que as coisas que antes corriam bem, acham-se estorvadas por todas essas contradições. Eu afirmava o Conde numa linguagem sem peias, parecendo um tanto desesperado com as crônicas dificuldades administrativas provocadas por Conselho que, à distância removida dava a palavra definitiva, quase sempre contrária — quan-

não silenciava — às sugestões recomendadas por Nassau à luz da experiência direta com os problemas da região por ele governada. “Com mais cuidado e clarividência”, salientava ele, deveriam os assuntos da conquista ser tratados, e confiava que os Estados Gerais prestigiariam sua administração, pelo menos nas questões essenciais, como a da segurança, por exemplo.

A esta carta, Nassau juntaria um longo relatório do tenente-almirante Lichthardt, do coronel Koin e do Diretor Bas, sobre a expedição à “ilha do Maranhão”.

A 3 de março de 1642, Nassau assegurava aos Estados Gerais:

“A respeito do Brasil, tudo aqui vai bem, a não ser o fato de que as chuvas fortes e a seca que lhes sucedeu darão causa a que fabriquemos pouco açúcar este ano, sendo preciso acrescentar a esta má produção a grande mortandade ocasionada pela bexiga entre os brasileiros e os negros”.

Tinha notícias a dar sobre a Bahia, e também de algumas contrariedades reinantes entre os seus oficiais, resultantes de determinações baixadas pela Assembléia dos XIX:

“Até o momento reina grande tranquilidade na Bahia, e nada mais sabemos, a não ser que toda a população espera com impaciência a aprovação da trégua ou a conclusão do Tratado de Paz entre Vossos Altos Poderes e o rei de Portugal. Entretanto, continuamos a precaver-nos, já que a ocupação das nossas novas conquistas diminuiu consideravelmente nossas forças em homens e nossos reforços em víveres e munições de guerra. Em consequência, novamente escrevemos sobre tal assunto à Assembléia dos XIX, mas receio sempre a mesma lentidão. A Câmara de Amsterdam já mandou informar-nos de que não devíamos mais nomear capitães nem altos conselheiros. Mas, se é questão resolvida, dessa medida resultará não só que todos os nossos bons oficiais irão embora daqui, como já ficou provado quando, conhecida tal resolução, vários dentre eles partiram para Portugal, enquanto outros vêm diariamente pedir para ser licenciados; mas, também que ninguém estará disposto a vir para o Brasil, se for preciso suspender aqui as promoções até que Vossos Altos Poderes tenham ordenado diversamente”.

Nassau tinha diante de si, constantemente, problemas criados por superiores preocupados com restrições de gastos, e ansiosos apenas em promover lucros para a Companhia. Para ele, responsável como Governador e Capitão-General da conquista, certas medidas não ajudavam a mobilização das for-

ças militares necessárias à defesa do Brasil Holandês, daí permanente indisposição com os distantes membros da Assembléia dos XIX.

Assim é que, na correspondência seguinte, datada de maio, ele repisava a tônica quase absorvente no seu escrito, isto é, a questão da segurança do domínio colonial holandês no Brasil. Falava da chegada de uma caravela procedente de Lisboa, trazendo uma carta do Marquês de Montalvão notificando que o rei de Portugal ratificara a suspensão das hostilidades no Brasil e no reino de Angola, o que era bom, pelo menos no papel, para os holandeses.

No dia 24 de setembro do mesmo ano, em longa correspondência, Nassau tratava da sua permanência no Brasil como Governador da Nova Holanda. Em abril daquele ano, a Assembléia dos XIX destituiu-o da referida função, estabelecendo, todavia, que ele permaneceria no Brasil até a primavera de 1643, "a fim de ter tempo de preparar e concluir todas as medidas que exigiria a instituição da nova administração das conquistas em tempos de paz". Os Estados Gerais, por outro lado, não haviam fixado a data de seu regresso, fato que recebeu a Nassau uma contradição, que ele não ocultaria quando lhe parecera estranho. Daí, a sua declaração de que, face aos compromissos que assumira com os mesmos Estados Gerais, "tomei a resolução de obedecer as ordens que Vossos Altos Poderes me haviam dado de não abandonar o comando e governar essas regiões senão por ordem expressa de sua parte".

Para deixar claro, mais uma vez, a má vontade que os Estados Gerais votavam os XIX, o Conde juntaria cópia da carta que recebeu da referida corporação, dizendo ele que fazia "para por Vossos Altos Poderes a par do que se passou a esse respeito e em condições de julgar todo o mal que causam resoluções tão contraditórias da parte daqueles que, tendo pouco conhecimento da administração destas regiões, ou, para dizer melhor, não tendo nenhum, inventam medidas tais, a que juntam a ordem e a tritura de pô-las em execução imediatamente, sem inquietar com a possibilidade de com a aplicação imediata dessas medidas porem-se a administração e o governo dessas possessões em confusão e perigo, o que se daria se não se agisse aqui com prudência e circunspeção".

Carregando nas queixas, Nassau apontaria o caso dos conselheiros de justiça que tiveram suas ajudas de custo para aluguel de casa, despesas com alimentação e outras, cortadas pelo Conselho dos XIX, preocupado com os gastos da Com

nhia. Nassau vira-se obrigado a tomar medidas rigorosas para que os referidos conselheiros voltassem às atividades, o que já estava criando problemas sérios à administração: "Foi também muito contra a vontade deles que consentiram em retomar seus trabalhos, protestando, todavia, que não pretendiam, por essa forma, submeter-se à resolução dos XIX e que não desejavam consentir que se diminuísse em nada seus vencimentos ordinários", bem como as antigas prerrogativas, acrescentava. "As coisas não se passaram melhor da parte dos pastores protestantes, dos comissários e empregados de classe inferior ao serviço da Companhia. Ninguém quer continuar em suas funções, e cada um pede que seja demitido de seu cargo, a fim de poder voltar à pátria a bordo do primeiro navio que parta", informava o Governador. Entretanto, sua maior preocupação era mesmo a situação do exército, do qual dependia a própria sobrevivência da conquista:

"Quanto às tropas, dizia ele, os XIX exigem imperativamente que sejam reduzidas a 18 companhias, sob o comando dos chefes e oficiais que acharem conveniente enviar-nos, ao passo que na última carta de Vossos Altos Poderes é expressamente recomendado que fiquemos de sobreaviso constantemente e não desprezemos nenhuma medida de segurança e precaução, para que, nas circunstâncias atuais, não nos suceda alguma desgraça".

Não era possível dizer mais para demonstrar o grau de sua indignação, ao declarar que excedia de sua inteligência e conhecimentos que por acaso tinha das coisas da guerra, "que duas ordens tão contraditórias possam coexistir e que, sobretudo, a primeira dessas ordens deva ser posta em execução em um país cuja costa tem uma extensão de mais de 320 milhas espanholas, guarnecida de postos, fortalezas, cidadelas, que devem necessariamente ser ocupadas por guarnições fortes, se não se quiser que fiquem expostas ao perigo iminente de ser atacadas e tomadas pelo inimigo, sobretudo nas conjunturas atuais. Em nenhum momento da guerra nossas possessões no Brasil estiveram mais em perigo que hoje, porque os portugueses, apesar do juramento de fidelidade que prestaram para com nosso governo, mostram-se extremamente arrogantes e orgulhosos por terem um dos seus como Senhor e Soberano. Afirmam que seu rei não pode manter-se sem o Brasil, o reino d'Angola e a ilha de S. Tomé, e que, se não os reconquistasse, seria mesmo indigno do nome de rei. Queixam-se amargamente de que, contrariamente às convenções e promessas que

lhes foram feitas, privamo-los de seus conventos e que os eclesiásticos haviam sido expulsos do país. Sustentam que a prosseguia Nassau a interessante exposição sobre os sentimentos anti-holandeses no Brasil —, neste ponto, são inteiramente tiranizados e não deixam de lançar-nos em rosto que desejamos morrer seus padres sem substituir os que faleceram. Queriam-se publicamente, e estão muito descontentes por terem os judeus permissão para a prática pública de seu culto em Recife e em *Mauritzstad*, e aí terem sinagogas, ao passo que aos Cristãos é proibido ter igrejas lá, o que, entretanto, se permitido, aumentaria consideravelmente a população nessas duas cidades". Como se vê, aí estava uma das razões da limitação do culto católico, em público, na capital do Brasil Holandês.

É claro que havia motivos mais importantes para a animosidade dos portugueses contra os flamengos:

"Outrora não estavam acostumados (os portugueses) a pagar impostos, o que hoje os põem em grandes dificuldades e parece que as imposições estabelecidas pela Companhia são insuportáveis. No intuito de nunca pagar, e na esperança de que o ataque da frota espanhola lograria êxito completo, fizeram compras tão consideráveis em engenhos, plantações de cana-de-açúcar, escravos negros e outros objetos de tráfico, além do de que são devedores a negociantes particulares, o que, segundo todas as aparências, não é uma soma menor avultada, devem à Companhia mais de 5.700.000 florins. O produto de seus trabalhos contínuos mal pode bastar a pagar os juros de suas dívidas. Em suma são tão estranhos à nossa língua, aos nossos hábitos, às nossas leis e à nossa maneira de viver, têm por tudo isso tão grande aversão, que há pouca esperança de que jamais uma sólida confiança se estabeleça entre os vencedores e vencidos", era o pensamento do Coronel, antevedendo as razões que determinariam a vindoura insurreição contra o domínio flamengo.

Sobre este assunto, diria ainda:

"Todos esses motivos, aos quais virão juntar-se outras considerações, bastarão a levá-los a empreender alguma tentativa, e, apresentando-se ocasião, com a fraqueza de nos possesões nestas regiões, farão uma revolta geral. Além do fato de que eles próprios se acharão bastante fortes para tentar a vitória, socorro e assistência não lhe faltarão da parte da Holanda. Vossos Altos Poderes podem estar certos de que os habitantes portugueses já tomaram no fundo de seu coração a solução de recorrer a tal extremo. Ultimamente, quando

ossos deram aqui mostras de alegria com a notícia da cessação das hostilidades, mal poudes notar-se entre os portugueses o menor sinal de satisfação ou de contentamento; ao contrário, declararam publicamente que não tinham nenhuma razão para estar satisfeitos com esse tratado, pois que teriam ainda de gemer sob o jugo dos holandeses durante dez anos”.

Em meio a tantos interesses em conflito, Nassau não escondia as desconfianças que nutria também em relação aos judeus:

“Não acho que se poderia fiar muito neles, do momento em que o rei de Portugal lhes deixasse toda a liberdade de consciência e lhes permitisse a prática de sua religião a seu modo. Estou convencido de que ele procurará assim atrair a essas regiões todos os judeus da terra e tê-los, dessa forma, inteiramente, à sua disposição”, vaticínio que não se realizaria.

Nessa carta, Nassau deixava à mostra como a administração holandesa era contraditória e desunida. Diante da decisão do XIX de reduzir os efetivos militares, conservando em serviço no quadro de oficiais superiores apenas aqueles de nacionalidades neerlandesa e alemã, licenciando os ingleses, escoceses e franceses, que por sinal formavam a maioria daquele corpo, Nassau alertava os superiores sobre os riscos de serem estes últimos aproveitados pelos portugueses. Com uma habilidade que muito o caracterizava, escrevia ele aos Estados Gerais:

“A importância desta questão exige, portanto, que Vossos Altos Poderes, em tempo avisados da iminência do perigo, se ocupem dos meios de remediar a um mal que, segundo toda aparência, se verificará, e que me avisem o mais brevemente possível se devo observar exatamente as intenções dos XIX, ainda que em contradição com a opinião ou vontade de Vossos Altos Poderes e ainda que o pô-las em execução haja de acarretar aqui a ruína e perda da Companhia. Demais, de nada valerá, e minhas observações seriam ainda uma vez postas de lado por aqueles que são quase sempre de opinião que não há verdadeiro perigo senão no momento em que o golpe, de que Deus nos livre!, vem atingir-nos”.

Ainda outro assunto versado por Nassau nessa longa carta de 24 de setembro de 1642, seria a redução das despesas naquilo que na linguagem do Brasil de hoje, denominar-se-ia *ordomia*. Como as dos nossos dias, a do Conde era não pequena:

“Enviando-me ordem para continuar em meu posto, V. S. os Altos Poderes quiseram dar-me a certeza de que os Deputados e as Câmaras da Companhia Geral das Índias Holandesas estavam prontos a dar-me toda satisfação e contentamento que eu poderia razoavelmente desejar; mas, podem ver na citada carta dos XIX de que maneira se age para comigo. Eu, Senhores confessam, eles próprios, que o estado de coisas é tal modo delicado e crítico, que não é possível dispensar meus serviços”, dizia Nassau, reclamando energicamente porque lhe não haviam concedido aumento de vencimentos. Em consequência do Tratado de Paz, ele perdera a parte que lhe era devida sobre a presa feita em terra e no mar, daí sua indignação e a reclamação:

“Muito ao contrário, porém, cuida-se de reduzir a soma de mil florins por mês as despesas com alimentação que me eram concedidas, para minha pessoa e para as pessoas de meu séquito, pelo artigo 11 da convenção firmada com os XIX”. Aliás, sobre este assunto Nassau já se entendera em Recife, com o Alto Conselho Secreto, cujos membros recorrendo a extrema carestia de víveres locais e, é claro, também dos importados, convieram com ele acerca das despesas com alimentação, encarregando-se o Conde de fornecer refeições por sua conta, às pessoas da corte, o que antes corria às expensas da Companhia. A decisão dos XIX, porém, forçaria Nassau a consultar novamente os integrantes do Alto Conselho Secreto, que, em resposta, desta vez “pediram fossem decididos de tomar uma resolução sobre a questão de saber se minhas despesas com alimentação seriam restabelecidas nas condições anteriores, ou fixadas de novo”, recebendo ele, neste caso, a soma necessária que seria levada a uma conta particular até que houvesse um acordo a respeito com os XIX.

Asseverava Nassau que lhe era impossível reduzir as despesas, e a propósito, lembrava que em carta aos XIX afirmara que disporia mensalmente, mediante recibo seu, da soma de 7.000 florins. E arrematava:

“Não podia contentar-me com uma soma menor para minhas necessidades diárias e minha manutenção e que neste ponto estava resolvido a não me deixar humilhar”.

Homem sempre às voltas com grandes dificuldades financeiras, provocadas, como se sabe, pelo seu estilo de vida alto e sem contenção, linhas adiante da referida missiva Nassau queixava-se acremente das intrigas tecidas sem cessar em sua pátria pelos desafetos, e a descrição por ele dada sobre os

entos que há muito tomava em Pernambuco, chega a sur-render:

"Soube de muito boa fonte que na pátria não cessavam de bradar contra minhas despesas extraordinárias e de dizer que eu esgotava todos os recursos da Companhia. É penoso saber-se que se é difamado assim, quando todo mundo sabe, entretanto, que durante estes cinco anos me tenho alimentado de ervilhas, favas, toucinho e carne estragada, sim, que tenho vivido miseravelmente, a tal ponto que entre os portugueses minha pessoa e meu título têm sido expostos ao ridículo e ao desprezo. Nunca me haveria queixado a esse respeito e teria pacientemente passado o tempo que Vossos Altos Poderes me houvessem imposto, mas a necessidade obrigou-me a fazer. É verdade que minhas despesas com alimentação, em comparação com o que poderiam custar nos Países-Baixos, podem parecer bem elevadas, mas não devem responsabilizar-me por isso; é preciso considerar, ao contrário, que aqui tudo é muitas vezes mais caro e que uma mesa, como a que mantenho aqui, na pátria custaria apenas 15.000 florins".

Em um *Post-Scriptum* que traduzia bem as máguas que povoavam o seu espírito, Nassau observava:

"Deus sabe com que ingratidão os XIX têm recompensado meus fiéis serviços prestados ao Estado. Mas nem por isso perderei a paciência, e continuarei a servir a Vossos Altos Poderes no melhor modo que me for possível, até que julguem conveniente chamar-me à pátria, o que, espero, ocorrerá prontamente. Enquanto isso, como estou informado de que se dilúlgam contra mim inúmeras e injuriosas mentiras, suplico-vos humildemente a Vossos Altos Poderes que não lhes dêem crédito antes de ouvir-me a respeito".

Aí estava uma das por demais conhecidas circunstâncias que levariam o Conde Maurício a deixar o seu posto e regressar à pátria. O Professor José Antônio Gonsalves de Mello recolheu em arquivos holandeses, apelos escritos em língua portuguesa, por brasileiros de Pernambuco, exortando o Conde a reconsiderar a decisão de deixar o governo, temerosos todos do caos econômico que envolveria o país, seguido de uma inevitável insurreição. Também os escabinos portugueses do Recife apelaram aos Estados Gerais em favor da permanência de Nassau entre eles, mensagem subscrita, inclusive, pelo oportunista João Fernandes Vieira, futuro, chefe da guerra da restauração, "da qual ele soube se servir para o seu próprio inte-

resse", reconhece o Professor José Antônio Gonsalves Mello. (13)

A decisão tomada na Haya, em 9 de maio de 1643 terminando a volta de Nassau, foi por este recebida a 30 setembro daquele ano, mas ficou assentado que o Governador não abandonaria abruptamente a administração e o comando da Nova Holanda. Restar-lhe-ia tempo, inclusive, para a elaboração de um documento, o chamado "Testamento Político" divulgado em língua portuguesa por José Higinio Duarte Pereira, e contendo sugestões à cúpula da Companhia para a conduzir, ao seu ver, acertadamente os negócios da conquista, inclusive o relacionamento com a população local, nos diversos níveis sociais, ponto que Nassau sempre considerara vital para o êxito da presença holandesa no Brasil, que ele não via apenas como uma eventual aventura mercantil, antes queria a integração da colônia nos interesses nacionais dos Países-Baixos. Este esforço derradeiro de Nassau não teria melhor sorte que os repetidos apelos e ponderações formuladas ao longo do período de sua administração. Com a sombra da desagregação crescendo nos espíritos, no dia 6 de maio de 1644 Nassau transmitiu o governo a um Conselho Supremo composto do mercador Hamel, de Amsterdam, do ourives Haarlem Bas, e do mestre carpinteiro van Bullestrate, renovando a todos eles Oliveira Lima, "as mais sinceras e prudentes advertências para a conservação da colônia que lhe era tão querida, e ele desejava ver forte e dilatada, sonhando um momento a expulsão do domínio português da América".

A constituição do novo Conselho naquele nível já previa a queda do padrão da administração, a desagregação ocorreria progressivamente, podendo-se afirmar que, àquela altura a Companhia das Índias Ocidentais desencantada com as poucas vantagens obtidas na conquista, demonstrava um crescente desinteresse pela manutenção do Brasil Holandês.

(13) — "A revogação por parte de Nassau, da decisão de deixar o Brasil aos judeus pretendiam arrancar-lhe docemente à custa de uma subvenção de três mil florins anuais. Os portugueses para não ficarem atrás dos filhos de Israel, comprometiam-se, no caso do Príncipe não deixar Pernambuco, a depor voluntariamente a seus pés um tributo de meia pataca por cada caixa de açúcar fabricado. Em uma democracia ciosa do seu bem-estar, o lamento era mais prejudicial do que persuasiva tamanha popularidade. O espectro de César perturbou sempre o sono das repúblicas", escreve Oliveira Lima, ob. cit., p. 139. Johan Carls Folner ocupou-se deste assunto no relatório datado de 11 de junho de 1642.

Frei Manoel Calado em *O Valeroso Lucideno* — considerado pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello “um depoimento de um contemporâneo participante dos acontecimentos que narrou, um livro único que nos apresenta flagrantes da vida de portugueses e holandeses, da cidade e do campo, da guerra e dos salões dos palácios nassovianos no período de 1630 a 1646” —, garante que “o Conde de Nassau era bem inclinado de natureza e o sangue real donde procedia o inclinava ao bem”.

Estimado pelo Conde, cuja mesa frequentava, Calado chegaria a ser instado por Nassau a residir no próprio palácio, com o que não concordou o frade, aceitando, todavia, morar dentro da cidade nova para atender melhor a assistência espiritual à população de língua portuguesa, e também porque “o Conde folgava muito falar com ele”. Dessa forma, tornou-se possível ao “Frei Manuel dos Óculos” — alcunha dada pelo povo a Frei Calado —, durante as conversas entretidas com Nassau em língua latina — “porque na portuguesa se embarçava muito” —, conhecer-lhe a personalidade e recolher elementos valiosos sobre a sua ação político-administrativa e de legislador algo adiantado para a época, bem assim a respeito de suas idéias sobre a liberdade de culto e intenções de aproximar os holandeses com os agricultores e moradores da terra.

No referido livro — que não pode em absoluto ser rotulado como uma apologia de Nassau —, Frei Calado legaria o testemunho de que o Conde não se preocupava apenas com o comércio, conquistas e exploração da terra, como prefeririam os diretores da W.I.C. Ele trouxe para o Brasil propósitos de civilização, aqui recuperou, tanto quanto lhe permitiu a ação inclemente dos “campanhistas”, os canaviais e engenhos, ergueu nos alagados drenados por canais a sua Cidade Maurícia, talvez projetada por Frederick Pistor, enquanto ele próprio era visto “deitando as medidas, e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa, e lhe trouxe a entrar por o meio dela, por um dique, ou levada, a água do Capibaribe a entrar na barra, por o qual dique entravam canoas, batéis e barcas para o serviço dos moradores por debaixo das pontes de madeira, com que atravessou em algumas partes este dique a modo de Holanda”, conta Frei Calado. Diria adiante este religioso, que Nassau “também ali fez uma casa de prazer, que lhe custou muitos cruzados, e no meio daquele areal estéril, e infrutuoso plantou um jardim, e todas as castas de árvores de fruto que

se dão no Brasil, e ainda muitas outras que lhe vinham de diferentes partes, e a força de muita outra terra frutífera trazida de fora em barcas rasteiras, e muita soma de esterco, e o sítio tão bem acondicionado como a melhor terra frutífera. Segundo ainda frei Manoel Calado, os moradores atendiam aos pedidos do Governador, trazendo em carros dois mil carros, com os quais ele fez "umas carreiras compridas, e muitas, a modo da alameda de Aranjuez, e por outras partes de hortaliças, e de flores".

Mal disfarçando uma censura, acrescentaria o religioso que, no ambiente de jardins tropicais, instalaram-se casas, jogos e entretenimentos, "aonde iam as damas, e seus afeitos a passar as festas no verão, e a ter seus regalos, e suas merendas, e beberetes, como se usa em Holanda, e seus acordes instrumentos; e o gosto do Príncipe era que os fossem ver suas curiosidades, e ele mesmo por regalar andava mostrando, e para viver com mais alegria deixava as casas aonde morava, e se mudou para o seu jardim com a parte dos seus criados".

No dizer de um dos estudiosos de Nassau, o Conde comprazia "nesta rusticação, entregando-se à contemplação da natureza", o que leva à conclusão de que havia muito de poética na alma do nobre alemão de espírito tolerante, em tudo diferente de outras autoridades e dos predicantes holandeses. Já daí os habitantes de Pernambuco, revela Frei Calado, chamavam-no de o seu "Santo Antônio", justamente o santo de maior devoção entre portugueses e os da terra.

Diante desse inequívoco testemunho de Frei Calado não pode ser, repita-se, rotulado de panegirista de Nassau a procedência na insistente acusação de que o Conde foi intransigente para com os católicos? José Antônio Gonsalves de Lencastre reconhece ter sido no terreno religioso "onde se azedaram mais rivelmente as relações entre brasileiros e holandeses", e a causa principal disso residia na atividade de padres e sobretudo dos frades, que na propaganda contra os flamengos contravam correspondência nos seus interesses econômicos "nos das suas ordens".

Numa época em que a religião confundia-se com o poder, os púlpitos e as armas uniam-se, lutar pelo serviço de Deus era lutar pelo Rei, observa aquele historiador, e com o mesmo prior exército minado por força da incorporação de mercenários "papistas", os holandeses reprimiam o culto católico. Não havia, "Nassau habilmente ia afastando as propostas

speras dos ministros protestantes”, opina Gonsalves de Mello, repetindo, a propósito, uma passagem do mencionado “Testamento Político”, em que o Conde recomendava que “o verdadeiro remédio deve ser o esquecimento com o qual fiz muito bem à tranquilidade deste Estado”, sendo sua convicção de que “a tolerância e condescendência é mais necessário no Brasil do que a qualquer outro povo a que se tenha concedido a liberdade de religião”.

Lembra ainda o autor de *Tempo dos Flamengos*, a concordância de Nassau com o pedido dos escabinos brasileiros e Maurícia para que lhes fosse permitido construir aí uma igreja. O pleito pareceu justo ao Conde, pois ele sabia que não havia igrejas para as missas, uma vez que a do Corpo Santo, do Recife, e a de S. Francisco, de Antônio Vaz, estavam ocupadas pelos holandeses; foram, porém, os protestantes de Amsterdã e de Walcheren, e o próprio Conselho dos Estados Gerais que indeferiram o pedido dos pernambucanos. Se havia intolerância calvinista, entre os padres católicos não era melhor a campanha contra “herejes” e judeus, sobretudo nos sermões pregados nas capelas dos engenhos e igrejas do interior, o que vale dizer que o fanatismo era um fenômeno comum a todas as seitas, estava no espírito da época, e a Inquisição com as suas fogueiras acesas desafia qualquer desmentido.

O que não pode ser ignorado é o fato de que os flamengos enfrentando a implacável “guerra brasilica”, tinham repetidas provas de que os padres e frades eram perigosos agitadores e espiões ativíssimos. “Bem cedo compreenderam os holandeses o perigo que os eclesiásticos representavam para a segurança da colônia”, escreve José Antônio Gonsalves de Mello, daí a recomendação do próprio Conselho dos XIX para que fossem afastados os jesuítas. Em 1640, viria a expulsão em massa dos frades, pois, diante da grave ameaça representada pela armada do Conde da Torre, não podia Nassau contemporizar com religiosos a espionar em favor do Governo da Bahia, sem falar na ostensiva colaboração que prestavam aos “campanhistas”. (14) Comandante-em-Chefe e Governador de uma terra conquistada aos ibéricos, Nassau cumpriu o dever, e ele o fez dura e indistintamente com os religiosos e leigos enjulgados contra o Brasil Holandês. O chefe militar, naquele momento, não podia tergiversar, porém, sua ação ao longo do governo foi predominantemente tolerante para com as seitas,

(14) — Ver carta de Maurício de Nassau aos Estados Gerais, em 10 de maio de 1640.

até porque não havia muito fervor religioso entre as altas esferas políticas e mercantis da Holanda. O sectarismo era característica do grosso da população, seguidora cega dos "dikants", estes, sim, calvinistas intolerantes que se opunham permanentemente às disposições de Nassau em favor da liberdade de culto na colônia.

"Homem de guerra como quase todos os príncipes de seu tempo, Maurício de Nassau sentia todavia especial vocação para a tranquilidade de um governo pacífico e esclarecido. Coagido à luta imposta pela intransigência dos adversários pela ambição da Companhia de que era delegado, ele tomava verdadeiro prazer em repousar-se dos combates, acariciando algumas idéias políticas, que a sua culta inteligência lhe sugeriu", diz Oliveira Lima, apontando, como exemplo, a convocação da assembléia no Recife para discutir com o Supremo Conselho, problemas administrativos, e adotar medidas que acelerassem o progresso, em todos os aspectos, da conquista. O Homem que lutava em meio às tropas que comandava, e que acontecera em Porto Calvo e na Bahia, Nassau seduzia, creve ainda aquele historiador, pela sua figura garbosa, "de porte trajada com elegância, botas de búfalo, luvas de anta, e uma raça de fino aço", faltando-lhe, apenas, para a consolidação de sua ação político-militar, um apoio total da Companhia, no plano militar, seja no moral. Foi a corporação comercial que inutilizou a ação do Conde Nassau no Brasil, um homem de espírito liberal que, entre muitas realizações culturais, promovia festas brilhantes, — inclusive promovendo a representação de uma peça teatral francesa —, como foi a destinação a celebrar a assinatura do Tratado de Paz, da qual Frei Manoel Calado deixou interessante descrição. Ávidos de lucro, os mercadores de Amsterdam não queriam no governo do Brasil conquistado um aristocrata, um esteta. Segundo Oliveira Lima, a Companhia das Índias retirou a confiança em Nassau porque "supunha ter mandado para o Brasil um guarda-livros e via desabrochar um príncipe". Além disso, crescia a intolerância calvinista, receiosa da influência católica dominante no grosso da população, e do desafoço dos numerosos israelitas atraídos pelos bons lucros, e cristãos novos que tinham abraçado a religião paterna". Sem que pudessem acusar Nassau de negligente ou incapaz, os diretores censuravam o Governador por fazer-se acompanhar em Pernambuco, com a dúvida da melhor das cortes, porque constituída de cientistas, escritores e artistas, todos eles com funções determinadas e

nanceiramente amparados, acarretando gastos julgados dispensáveis pelos chamados homens práticos do Conselho dos XIX. Na opinião de Ramalho Ortigão, tudo aquilo "mais parecia uma expedição científica do que de guerra". Com o espírito formado nos melhores centros de estudos da Europa, o Conde Maurício quis, por certo, através do convívio com aqueles homens cultos, cujas atividades e criações ele acompanhava de perto, amenizar a solidão que representaria a longa permanência numa região ainda por colonizar. Igual a uma figura do Renascimento, Nassau, tanto no Brasil como na Europa, seria sempre um "amigo e protetor de letrados e artistas, e comprazia-se na companhia deles", garante José Antônio Gonsalves de Mello.

Ao lado de cientistas como Piso e Marcgraf, entre os artistas trazidos por Nassau para Pernambuco, destacar-se-iam Frans Post e Albert Eckhout. O primeiro, escreve Erik Larsen (15), foi um intérprete do Brasil pelas vistas que deixou de Olinda e as cenas que captou da vida rural de Pernambuco, seus engenhos de açúcar, canaviais e trabalhadores — escravos e índios. Paisagista sensível, atento a todos os detalhes daquele novo e misterioso mundo tropical, Post pode ser considerado um autêntico "designer", pelas plantas que levantou de engenhos e respectivas maquinárias, única documentação iconográfica do Brasil da época. Suas reproduções dos canaviais e engenhos (16) levariam o notável conhecedor da arte holandesa no Brasil, o embaixador Joaquim de Souza Leão,

(15) — Frans Post, intérprete du Brésil, Amsterdam, Colibris, 1962.

(16) — "São paisagens pernambucanas, com um fundo de montanhas azuladas cuja base é frequentes vezes regada por rios cristalinos, destacando-se no primeiro plano entre coqueiros, casa de engenho, tendo como única decoração um espaçoso alpendre, igrejas de singelo portal, fazendeiros a cavalo, os pés em pesados estribos portugueses, abrigados do sol por largos chapéus, ou a pé, acompanhados de troços de escravos quase nus carregando liteiras ou panacuns com frutas. Mais escondidos entre as ramagens viçosas do arvoredo, o artista colocou um destes quadros, e valha a verdade sem respeito algum às proporções, um tamanduá, uma preguiça, um tatu, alguns macacos, pássaros e insetos.

No meio da enorme diferença que separa o Brasil, país tropical iluminado por um sol magnífico, de Holanda, terra quase afogada no proceloso Mar do Norte, envolta em brumas eternas, há pontos de contatos que deviam contribuir para aumentar a simpatia dos holandeses por Pernambuco, campo aberto a vantajosas especulações comerciais. As nossas terras baixas do litoral, meio alargadas na proximidade do mar lhes recordariam, como inversamente me aconteceu ao subir o Escalda, de Flessingue a Anvers, e ao cortar a Holanda em caminho de ferro, os seus cam-

a sustentar que o ilustrador de Barlaeus, foi, como croplástico da indústria açucareira em seu 1º. século, "o Ar do pincel", dotado de raro poder evocativo e de uma extdinária sensibilidade.

De sua parte, Eckhout revelar-se-ia como o grande tor da fauna, da flora e da etnologia do Brasil do século X constituindo os seus trabalhos, ao mesmo tempo, um docuário artístico dos mais valiosos, como são, igualmente, oboços de Marcgraf para a *História Naturalis Brasiliae*. Filia a uma escola de pintura que se afirmava na Europa da época, pela valorização da paisagem — a "escola flamer como passaria a ser denominada pós-Nassau —, Frans P Albert Eckhout foram, documentadamente, os pioneiros d xação de coisas brasileiras. Sem seus trabalhos não exis qualquer visualização de Pernambuco no século XVII.

* * *

Entre as críticas arremessadas contra Maurício de sau, como Governador do Brasil Holandês, seus contemp neos insistiriam nos supostos negócios de que ele teria ti partido, e que incluíram recebimentos graciosos de prese como foi o caso das 6 caixas de açúcar branco, enviadas por Ana Paes, acompanhadas de uma gentil carta que o histori José Antônio Gonsalves de Mello publicou escoimada de correções, ou ainda a tentativa de Gaspar Dias Ferreira envolver o nome do Conde num contrabando de escravos exploração de fatos dessa ordem, por ele considerados injt sos, levariam Nassau, já bastante ressentido com o pro mento do Conselho dos XIX quanto à sua administração, à cisão de deixar definitivamente o Brasil.

Descrevendo a partida de Nassau, conta Barlaeus o Conde protocolarmente despediu-se "com igual cortesia", membros do governo, dos habitantes e dos militares, "deis

pos disputados às ondas, demarcados por cursos d'água que se espr em cem direções. As nossas várzeas, fertilíssimas lhes lembrariam as longas e úmidas paisagens entremeadas de árvores bem criadas nos voeiros. O Recife, dividido, contornado por alegre rio, avivaria nel imagem de suas cidades de canais", escrevia Oliveira Lima em artigo Joaquim de Souza Leão admitiu ao autor, ter sido o primeiro dedica Post por um estudioso brasileiro". — "Impressões de Viagem pela B e Holanda", *Jornal do Recife*, edição de 20 de setembro de 1892 — Ver autor, *Oliveira Lima: Uma Biografia*, Recife, 1976, 1º. volume, p. 221.

do ali incríveis saudades, as quais foram tão aumentadas depois pelas calamidades que se seguiram que ninguém hesitava em proclamar, com louvor e justiça, as coisas por ele feitas com toda a circunspeção". Em meio às salvas de artilharia e dos repetidos votos de felicidades dos populares, prossegue Barlaeus, "abalaram-se as cidades e as vilas, as aldeias e os campos. Dos engenhos e casais haviam confluído ingente multidão para significar o seu pesar pela partida daquele cujo governo equitativo haviam experimentado. Era de ver a turba de pobres, ricos, de velhos e de jovens, em bandos promíscuos, que ora lhe vinham ao encontro, ora o acompanhavam e logo o rodeavam, manifestando-lhe, com lágrimas e aclamações, a sua simpatia". Era a nação que sentia a partida do governante, que, com "bizarria" pelejara vitoriosamente em defesa do seu domínio, administrara com competência, e conduzira com equilíbrio raças diferentes, dominadas pelo intenso sectarismo religioso da época, daí não faltarem portugueses e tapuias ao seu adeus, garante o cronista.

Ao comovido testemunho coevo, Oliveira Lima acrescentaria um sugestivo texto reconstituindo a partida de Nassau para a Holanda:

"O seu embarque teve lugar na Paraíba, percorrendo ele e um séquito numeroso, a cavalo — o Conde era grande apreciador dos cavalos de Pernambuco, para ele "tão bons como os de Espanha", informação do predicante calvinista Vincent Joachim Soler, citada pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello, que acrescenta ter Nassau levado alguns desses animais para a Holanda —, a distância que vai do Recife àquela capitania. Estava-se no mais formoso mês do ano, no maio florido e perfumado que em toda a terra representa o encanto e o viço, e os olhos do Príncipe perdiam-se pela vez derradeira pelos campos cobertos de vegetação, a vegetação que ele amava, impetuosa, esplêndida, selvagem, das naturezas virgens, não a tratada, alinhada, fria e metódica dos países povoados. Seguia, uma vez melancólico, ao longo da costa, entre as matas frondosas e o mar azul — mar verde, teria sido mais exato se assim escrevesse o historiador, que, desde menino viveu fora da terra natal — e o cintilante que se estende além da finíssima areia das nossas praias, e que mais falava ao seu coração, desanuviado por temperamento, do que o espesso e tristonho Mar do Norte, em cujas costas se criara. Pelo caminho vinham magotes de habitantes a despedir-se, com tanta ternura que lhe acudiam as lágrimas aos olhos, relata uma

testemunha ocular. E todos ali se postavam espontaneamente porque bem sabiam que era Maurício na paz o antagonista de toda tirania, a garantia viva da equidade e da clemência. Tais demonstrações dos vencidos aumentaram ainda a sua autoridade, e tão funda se foi estampando nela a imagem da pernambucana, que os anos e as aventuras nunca a puderam apagar". (17)

Linhas adiante, Oliveira Lima referir-se-ia à exposição que "Maurício, o Brasileiro", um mês depois de aportar em Amsterdã, na Holanda, apresentou aos Estados Gerais. Data de 27 de setembro de 1644, a fala de Nassau continha, como de esperar, críticas às desconfianças e tentativas dos XI de impedir a sua autoridade, comportamento que não impediu a chegada, agora, as boas-vindas ao Governador que há muito queriam afastar do cargo. Enfocando as coisas do Brasil holandês, Nassau inicialmente descreveu a extensão territorial da conquista e as suas principais produções: "A quantidade de brasil exportado do Brasil pelo Governo d'Espanha chegava-se a dez mil quintais, com proibição expressa de continuar-se ou expedir-se mais com o fim de poupar os renovos até ao inteiro desenvolvimento", dizia ele, mas sua opinião não se curvava aos propósitos de apenas fazer dinheiro, objetivo único da WIC. Talvez a primeira voz a se levantar em defesa da flora brasileira, naquela época já com a extinção iniciada pela cobiça do homem branco, ponderava Nassau:

"A Companhia, sem dar atenção a isso, contrata quem quer que possa fornecê-lo, e nem põe limite à quantidade que o país pode fornecer sem prejudicar o crescimento nem dispõe sobre a qualidade da madeira que é entregue, que faz com os contratadores, para evitar gastos, ataques estraguem até os arbustos novos que só podem desenvolver-se em 4 ou 5 anos mais tarde e que, então, renderiam o triplo e seriam incomparavelmente mais próprios para tintura — o que há de inevitavelmente conduzir à extinção completa da vegetação e se tornará em seguida uma ruína para esse comércio, a menos que se remedeie a esse mal sem demora, que pode fazer-se facilmente, porque isto não pede outro meio senão ordenar expressamente aos comissários, ou a quem lhes a quem cabe a entrega, que não aceitem, sob pena de

(17) — Ob. cit., p. 144.

pressão de seu cargo, outros pedaços ou troncos, senão aqueles que pesem duas ou mais arrobas”.

Antes da conquista, a região produzia anualmente um milhão de arrobas de açúcar, entre branco e mascavado, incluindo o dízimo pertencente ao Rei a 100.000 arrobas, enquanto 300.000 de açúcar mascavado estavam isentas do referido dízimo. A maior parte dessa produção tinha lugar na Capitania de Pernambuco, “de todas a principal” dizia, e toda a região que ia do rio São Francisco, ao sul, até o Rio Grande do Norte, parecia-lhe “salubérrima”, com um clima sem predominância de calor ou frio; “exceto nas campinas e rochedos, a fertilidade reina por toda parte, e encontram-se lá terras cultiváveis e planícies em abundância tal, que, entregando-se ao trabalho, milhares de indivíduos encontrariam, sem grande dificuldade, com que prover a suas necessidades. Os rios fornecem em abundância excelente peixe, as florestas variadas espécies de caças, frutos raros e delicadas madeiras de diferentes espécies de bálsamos, e belas cores, várias resinas e óleos perfumados, várias raízes e ervas medicinais cuja virtude, valor e excelência a experiência tem feito conhecer”.

Nessa natureza emoldurada sem exageros, prosseguia o antigo Governador do Brasil Holandês, a população, do lado do mar, ou seja, no litoral e na mata úmida, era bastante numerosa, e nela estavam situados 150 engenhos, “ocupados, cada um, por 6 a dez lavradores ordinariamente (há, entretanto, alguns que têm menos); esses lavradores são todos pessoas que têm grandes famílias e fazem negócios de vulto, cultivam a terra e plantam a cana d’açúcar com seus escravos”, cujo número, adiantava Nassau, calculava-se em 30 ou 40 mil, e da África chegavam anualmente 3.000 para substituir mortos e inválidos. “Dentro e em volta de cada engenho, mantém-se grande número de pessoas que encontram meio de subsistência, seja nos ofícios, seja na cultura da farinha, seja na criação do gado, o qual, se o cuidado em sua conservação não fôra esquecido desde o começo, ter-se-ia multiplicado a tal ponto, que, segundo opiniões dos portugueses mais idosos e experimentados neste assunto, poder-se-ia retirar daqui carne e couro em abundância e exportá-los, ao passo que agora há, ao contrário, tal falta, que, se se continuar ainda por algum tempo a prover de carne fresca as guarnições (a ponto a que se chegou, por falta de dinheiro), os moinhos serão afinal obrigados a ficar parados por falta de bois”.

Embora salientasse que na sua gestão, "apesar da imente ação dos campanhistas", tivesse crescido em te consideráveis a produção do açúcar, julgava Nassau que face da situação geral do país, esse relativo sucesso obtido canaviais e nos engenhos não era de molde a entusias. Prometia deixar de mencionar na sua exposição, os êxitos dos nas expedições militares levadas a cabo em seu gov tampouco se demoraria enunciando obras por ele execut em fortalezas, ou melhoramentos em cidades, vilas, alde povoados, currais, etc., mas "demonstrarei rapidamente a sos Altos Poderes a miséria e fraqueza do Brasil setentri do mesmo modo que as causas desse estado de coisas e o médios que poderão, de algum modo, produzir-lhe mud favorável". Para ele, a miséria e fraqueza da conquista, sistiam, sobretudo, "na pobreza, dívidas e infidelidades da ção portuguesa, o escasso produto de suas terras, ruína do mércio e a decadência das finanças e meios da Compan dificuldades de tal modo ligadas" que mas parece resulta das outras como conseqüência inevitável. Garantia Na que a colônia estava já bastante embaraçada antes da gada dos flamengos, e, após esse evento, ficara "em parte vada de tudo pela guerra, onerou-se de tal modo pela cor de engenhos, partidos, negros, gado e outras mercadorias o que resta ainda por pagar vai aproximadamente alér soma de 130 tonéis de ouro, na qual se calcula que a Cor nhia (se bem não se tenha feito ainda um balanço exato) ticipa de metade". Mais embaraçoso tornava-se esse es de coisas, esclarecia, porque "comprando liberalmente e p rogando as dívidas para outra safra, os negociantes, tanto deus como cristãos, senhores de engenhos, lavradores, loji taberneiros e todos os que comerciam, ou fazem negócio tão de tal forma obrigados para com a Companhia e entr que, vindo um só a falir, ou a ser atingido por uma execu judiciária, segue-se, imediatamente que uma dezena, ou n perde o crédito".

Nassau chamava a atenção dos Estados Gerais par questão da "infidelidade" dos portugueses, um aspecto da m importância para a marcha da vida econômica da conqui. Dizia ele que o comportamento lusitano ficara mais que s cientemente provado no Maranhão e outras partes, "e se-ia manifestado igualmente no Brasil, se seus objetivos houvessem em tempo sido descobertos e frustrados; eml submissos a Vossos Altos Poderes pelo juramento de fidel

de, não há dúvida de que servem a outro soberano em seus corações, pois têm profunda aversão por nosso governo, pelo contato conosco e nosso modo de viver, e compreendem perfeitamente que, mesmo com seu trabalho contínuo, não poderão pagar os juros que são obrigados a pagar anualmente, e muito menos livrar-se da responsabilidade que pesa sobre eles, e lhes pesa tanto, que se surgisse na costa, com força suficiente, qualquer soberano, mesmo que fosse o rei de Castela, não tardariam a lançar-se em seus braços para libertarem-se”.

Nassau oferecia com muito realismo este diagnóstico dos sentimentos da população portuguesa do Brasil Holandês, disposta, como se vê, a tomar posição contra os ocupantes recentes, não só por questões religiosas, mas levados, como se encarregaria de demonstrar anos depois João Fernandes Vieira, pela defesa dos seus interesses pessoais. Supondo os Estados Gerais melhor informados do que ele próprio, sobre questões ligadas à segurança do Brasil, Nassau demorar-se-ia em documentar o mau estado das finanças da Companhia na sua aventura tropical. Para ele a administração pecava por uma negligência geral, e os próprios comissários prestavam maior atenção “aos grandes lucros que podiam retirar da moeda corrente do que à qualidade e solidez das pessoas a quem concediam o crédito”, o que dava para perceber a distorsão dos negócios no Brasil. Aprofundando a sua análise, sustentava o Conde:

“As produções principais das terras que são cultivadas agora são a farinha e o açúcar. A farinha faz-se de uma raiz, chamada mandioca, e é muito substanciosa, e, entre portugueses, brasileiros, negros, e sobretudo nossos soldados, é preferida ao pão. Esse fruto poderia desafogar consideravelmente a Companhia e dispensá-la inteiramente da quantidade enorme de farinha que exige, anualmente, a manutenção das guarnições”. Seguir-se-ia uma referência às medidas por ele tentadas de desenvolver o plantio da mandioca, sem maiores resultados, daí os altos preços alcançados pelo produto. Sendo o pau-brasil, monopólio da Companhia, restava o açúcar, comercializado livremente no mercado europeu, como o gênero capaz de ressarcir os investimentos feitos e demais despesas ditas ordinárias.

Adiante, dizia Nassau que o comércio não se achava em melhores condições. “Os negociantes na pátria, frustrados em sua esperança quanto aos lucros, começam a suspender o comércio; seus comissários cancelam os negócios e ocupam-se

unicamente da cobrança de dívidas, o crédito está extinto toda parte, ninguém dá dinheiro a juros, a menos que reum penhor que tenha o duplo do valor, ou tenha como rança uma hipoteca especial sobre terras firmes e não vadas. O câmbio está cheio de trapaças e perigos, e as l são ordinariamente protestadas e uma bancarrota provoc tra. As habitações e armazéns continuam vazios por parte, e as terras e edificações baixaram tanto de preço, casas de 36 mil florins são entregues ao vendedor pelo v da 3a. prestação, depois que as duas primeiras foram pa Os negros que atingiram, outrora, no maior lance dos le o preço de 200 a 300 reais de oito, hoje não custam mais 30, 40 e 60; os operários estão sem trabalho, e vão para a gu ou regressam à pátria. Em resumo, a miséria, neste p chegou a tal extremo que, se a isso não se remediar ef mente, o mais cedo possível, Vossos Altos Poderes não p rão esperar senão uma ruína total".

Pintada em cores tão sombrias a situação da conq os Estados Gerais provavelmente terão meditado se val pena, àquela altura, quando as expectativas de grandes lu iniciais não se confirmavam, seja por falha de administra ou pela conjuntura internacional no que tange a preços de neros como o açúcar, mobilizar pesados investimentos salvar o Brasil Holandês. Teria a fala de Nassau influído o lento abandono do empreendimento tropical?

Sem dosar suas palavras com um falso otimismo, a centaria Nassau que o estado das finanças sendo melhor co cido pelos Altos Poderes do que por ele próprio, "darei som que durante os dois últimos anos a Caixa da Companhia n esteve provida bastante para poder distribuir aos sold suas rações e seu salário nas épocas convencionadas, e m menos para pagar as ordens passadas aos negociantes p mercadorias fornecidas, e, no fim, chegou-se ao ponto de mandarem oferecê-las e vendê-las por intermédio de cor res, com um prejuízo de 20%, o que há de redundar em juízo da Companhia".

No que tange às "calamidades" citadas antes, ou se pobreza e a incapacidade dos portugueses, dizia Nassau elas não tinham uma só e mesma origem, "mas resultam cessivamente, seja da guerra, que os esgotou primeiro, e sua confiança em que as poderosas frotas espanholas, ap tadas e enviadas em seu socorro viessem libertá-los. Foi essa confiança que novamente compraram engenhos, parti

negros, jóias, lojas inteiras de 30 a 40 mil florins, e tudo que se apresentava à venda, sem cuidar do preço; ou da negligência com que os comissários neerlandeses dão a crédito as mercadorias de seus patrões, prestando mais atenção aos lucros que podiam retirar da moeda corrente do que à qualidade e solidez das pessoas a quem concediam o crédito". Na sua lúcida observação, acrescentaria o Conde que vieram, "em seguida, o lucro excessivo, o mau mercado dos açúcares, a extrema carestia dos comestíveis, a morte de inúmeros negros em consequência da bexiga — o que deu motivo à paralização da cultura de muitas terras —, e o mau resultado de várias safras, ocasionados pelos bandos de pilhagem da Bahia, pela lagarta e outras espécies de vermes, pela grande seca, inundações, ratos e morcêgos que devastaram e destruíram grande número de canaviais". A consequência dessas adversidades, reconhecia Nassau, foi a tomada de dinheiro a juros exorbitantes, implicações em numerosos processos, acumulação de dívidas sobre dívidas, sem falar nas "concussões dos juizes e seus subordinados, que fazem o possível para apossar-se de tudo, e por meio de ardís inumeráveis e por via de intimidação sabem extorquir dinheiro". No fim desse capítulo, o antigo Governador sustentava que "mesmo que a colheita tenha um resultado maravilhoso, o comércio não poderá nunca tornar-se tão florescente quanto outrora, enquanto na pátria não suba o preço do açúcar", um diagnóstico realista, convencido ele de que as dificuldades econômicas do Brasil Holandês residiam não só em causas internas, poderosas, é certo, mas em circunstâncias externas, condicionadas pelo recesso que envolvia o mercado europeu.

A esta altura de sua fala, Nassau chegava a ser severo nas críticas à condução dos negócios no Brasil. Dizia ele:

"Com respeito às finanças ou meios da Companhia, se bem que aparentemente, não dependem senão da boa ou má administração do Brasil, do consumo que há lá e das cargas ou voltas que de lá chegam aqui, eu ousaria afirmar com o devido respeito e sem prejuízo para a honra de várias autoridades e participantes que se interessaram na causa comum, que até agora têm elas rolado para a decadência principalmente pela incapacidade, bem como pelo interesse pessoal de indivíduos que aqui têm estado no governo".

E frizava com muito acerto:

"Desde o início da Companhia, ninguém teve jamais conhecimento profundo da situação, o estado, os acessos e a força

das províncias que estavam por conquistar, o que deu origem a que muitos projetos ficassem sem resultado e a que foram gastas em vão vultosas somas”.

Diferente fora seu trato administrativo, posto que faltasse o apoio dos XIX:

“Após haver-se chegado ao país e haver-se começado a ver com os próprios olhos, foram, em verdade, tomadas algumas resoluções sábias e louváveis, mas, não sendo a Assembleia dos XIX e as câmaras respectivas compostas convenientemente das mesmas pessoas, os trabalhos não foram impulsionados convenientemente, nem conduzidos a resultado algum. Acrescenta-se a isso, que se deu sempre mais fé e se prestou mais atenção às correspondências de particulares, que a qualquer caso, não podiam ter senão um conhecimento superficial da verdadeira situação, que às cartas e propostas fundamentadas daqueles a quem era confiada a direção dos negócios da Companhia; dessa circunstância resultou ora em tanta defeituosa e, por conseguinte, negligência de importantes empreendimentos, ora, ao contrário, uma liberalidade excessiva na remessa de gêneros, unida a uma falta absoluta de várias outras coisas necessárias, de modo que, tendo-se a falta de uma coisa e falta de outra, teve-se de renunciar a diferentes empresas cujo sucesso parecia provável, e isto a grande detrimento do bem público e com prejuízo, talvez de milhões. Além disso, daí resultou que, muitas vezes, se autorizaram e se enviaram ordens nocivas e pouco aplicáveis, como, por exemplo, que os escravos fossem retirados dos engenhos e vendidos separadamente, de vez que as terras poderiam ser facilmente vendidas em separado, não tinham valor para quem quer que fosse; outrora, dizia Nassau, quando o Brasil nadava em dinheiro, fora dada ordem para vender negro em prazo, elevando-se o preço a 200 ou 300 patacões, e agora, quando o dinheiro desapareceu, deveriam eles ser vendidos a preço baixo, ganhando-se com isso muitas dívidas contraídas por muitos anos, e ainda sem pagamento, e o preço dos escravos é muito mais baixo do que custam à Companhia se ela mandar trazê-los diretamente da África. O interesse pessoal de alguns que aqui occupam cargos, ou pelo menos lograram entrada nas cartas de privilégios, é conhecidíssimo no Brasil”, garantia Nassau, sem ter em vista que o desmentissem.

Em meio a tanta desorganização administrativa, quando não desonestidade e aproveitamento em detrimento dos interesses gerais, havia outras causas contribuindo para a

breza do tesouro do Brasil Holandês, segundo o seu antigo governador: A cessação das remessas de farinha, encarecendo com isso a manutenção das guarnições; a escassa provisão das embarcações vindas da pátria; os auxílios de todas as espécies enviados à África e ao Maranhão; as despesas para alimentação e soldos, bem como com fortificações e construções. Por último, Nassau arrolava "o não pagamento das dívidas e o fato de ser possível a execução das sentenças obtidas contra os devedores da Companhia, sem transtornar tudo e obter, em lugar de um mau pagamento, coisa ainda pior".

Considerando os Altos Poderes suficientemente informados a respeito de tudo quanto enfraquecia a economia da Companhia no Brasil, Nassau animava-se em apontar elementos hábeis para a "cura e remédio" da situação da conquista. "Em primeiro lugar, dizia ele, merece tomado em consideração se aos senhores de engenho e outros que se ocupam da agricultura, para que tomem alento e de novo se esforcem, poderia ser concedida alguma temporização, pois que têm sofrido tantas desgraças inevitáveis, e todos os motivos sobre os quais as moratórias se baseiam militam em favor deles. Não sendo isto realizável, pois creio que os interessados seriam gravemente lesados, dever-se-ia, em segundo lugar, pôr ordem e moderação na execução e estabelecer que seria aplicada ao açúcar, à mobília, às jóias, e no mais a todos os bens móveis e imóveis, exceto os escravos — bois, carros, caldeirões e outros instrumentos necessários aos engenhos e partidos, a menos que as dívidas fossem tão consideráveis, que uns e outros, com acessórios e dependências, tivessem de ser vendidos e pudessem sê-lo convenientemente. É certo que um engenho, ou partido, separado de seus utensílios e pertences, não é vendível, e que não tem seu valor senão pelos acessórios ou objetos que servem para sua utilização e gestão. Assim, destacados e vendidos em separado os negros e outras coisas necessárias, as terras serão devastadas, os executados, mesmo que o sejam por pequenas quantias, ficarão arruinados, e a Companhia privada de suas rendas".

Em terceiro lugar, lembrava Nassau que em 1640, por meio de avisos expressos, sua administração proibira juros superiores a 12% sobre as hipotecas e a 18% sobre as outras dívidas sem garantia ou segurança, mas as medidas não surtiram o efeito desejado. "Não obstante *in fraudem legis*, a usura assumira proporções escandalosas, julgando ele que deveria ser assentado, que os habitantes onerados, após a pu-

blicação dos seus avisos "de juro que excedam o *tantum* cedido, não teriam direito de ser perdoados, e, por conseguinte, se o excedente oriundo dessa fonte não deveria ser descontado de sua dívida". Argumentava Nassau que, sob motivos políticos, os romanos não hesitavam em fazer *tábulas* aliviando o povo em tumulto, "porque, então, a homens quase desesperados não seriam desonerados do que extrema necessidade, lhes foi, por assim dizer, extorquido, tra toda equidade e em contravenção às leis?" Pelo modo que a gangrena dos juro in *futurum* fosse evitada ou produzida por meio de penas, multas, confiscações de capitais ou por meio de penas corporais, para que os juro não ultrapasassem 8%, "ou quanto Vossos Altos Poderes achassem juízo", ponderava o Conde.

Cumpria, por outro lado, "dar atenção às despesas do processo perante os tribunais, e, por severa vigilância, pôr freio às insolências dos juizes e seus subalternos, e proibir em transigir com os grandes delitos, bem como de extorção de dinheiro em pequenas contravenções que não merecem mais do que uma sugestão esta que parecia uma denúncia contra a corrupção que lavrava na justiça do Brasil holandês, impossível de ser detida sem instrumentos legais específicos.

Ainda para coibir um ambiente moralmente miúdo, Nassau julgava indispensável o estabelecimento de *leges sumptuariae* "para pôr ordem no grande luxo tanto de roupas, jóias, como de banquetes e repastos magníficos, a que muitas pessoas se impelem reciprocamente, à medida que seus rendimentos se tornam cada vez mais exíguos e reduzidos".

Recomendava o Conde, voltando-se outra vez para aspectos mais essencialmente econômicos, que, "como a prosperidade depende diretamente de Deus Todo Poderoso e nada se pode fazer neste particular, parece que de Vossos Altos Poderes não há nada que esperar, e que nada poderão fazer a não ser conceder a prolongação da concessão da Companhia das Índias Ocidentais, a menos que ela renuncie e abandone inteiramente o comércio do açúcar e madeira de sumagre, para que na Europa suba o preço de tais artigos. Em sétimo lugar, como o desenvolvimento da cultura depende do número de escravos e sua dispersão entre os habitantes, é necessário, sobretudo, pôr ordem em seu tratamento em sua venda", insistia Nassau, diante de registros de vendas de escravos que apontavam a morte de 1.542 dos 6.000 negros enviados de fevereiro de 1642 a julho de 1643, ba

atribuídas à má acomodação, e enfermidades consequentes. "O preço dos negros é alto ou baixo, à medida que são gordos ou magros, como cavalos e gado; e para transportá-los em bom estado de saúde a seu destino, não há necessidade de outro tratamento senão favas ou milho, bacalhau e água, e de que, em chegando, sejam desembarcados imediatamente para que repousem. É isto uma questão pouco dispendiosa, e, todavia, de muita importância assim para a Companhia como para os compradores, pois que, à falta desses pequenos cuidados, eles chegaram quase sempre em tal estado, que era forçoso vendê-los a preços baixíssimos, e, logo após a entrega morreu mais da metade", era a sua recomendação pautada na moral da época.

Preocupado com o bom andamento do comércio negreiro, Nassau recomendaria "uma investigação dirigida por homens honrados e dignos de fé", para verificar em minúcias a situação dos engenhos de cada distrito ou freguesia, apurando as repetidas alegações de falta de cana, o número de lavradores, a qualidade dos campos, o número de escravos existentes e de quantos necessitavam para o trabalho nos canaviais, e, além disso, levantar as dívidas, posses e meios de cada proprietário para saldá-las. Feita esta pesquisa, algo semelhante às promovidas hoje pelas agências oficiais de crédito, poderia a administração vender negros aos senhores e lavradores em condições, a prazo, por contrato, gozando de abatimento aqueles capazes de pagar a vista, reservando-se a Companhia a manter seus direitos sobre os escravos negociados fiado, até a liquidação da respectiva dívida. "Tais são, a meu ver, os meios para aliviar a pobreza dos habitantes, abrir-lhes a perspectiva de desembaraçar-se de dívidas enormes, e, também, fazer com que esqueçam a aversão ou antipatia que têm por nosso Estado", assinalava com realismo o Conde Maurício, sensível, a um tempo, aos problemas econômicos e o bom relacionamento dos flamengos com as populações de origens ibérica e indígena, política que completada por uma força militar poderosa, asseguraria a prosperidade e a segurança da conquista.

Tratando, a seguir, da recuperação das finanças e da capacitação do Tesouro para os pagamentos das guarnições e outros servidores, Nassau destacava a importância de encontrar um remédio na economia e no recebimento das contas da Companhia. Ao seu ver, a cobrança dos créditos da corporação era de importância vital, mas, deveria ser procedida de modo a evitar a ruína daqueles "de quem deve tudo provir",

enquanto "aqueles de que não há nada de bom a esperar, continuem estabelecidos e vivendo vida folgada à custa bens de outrem. Para por isso em execução, dizia, será ciso considerar a qualidade dos devedores, e depois usar rigor ou brandura. Classificava ele em 3 categorias os devedores da Companhia: a primeira, reunia os senhores de engenho e lavradores; a segunda, os negociantes, e a terceira globava "todos os que ganham a vida sem ter terras ou comércio, isto é, por meio de ofícios ou de outras ocupações". Para começar por estes últimos, opinava Nassau "que seria necessário apertá-los severamente, pois que não têm rendas fixas e o ganhô diário deixou agora mesmo de existir, e, assim, tudo que se puder obter deles pode ser considerado como vitória". É um comentário sem dúvida realista. Falando sobre os negociantes, diria que em se tratando de pessoas de capital, mercadoras de crédito, ao contrário dos falidos, uma vez apertados com energia, "saberão encontrar meios para não perderem seu crédito, e, de certo modo, é justo agir um pouco severamente contra eles, porque a maior parte comercia com mercadorias que a Companhia lhes creditou e que são colocadas com um lucro enorme, em detrimento, além disso, dos compradores, logo após o vencimento de juros exorbitantes, ao passo que a Companhia nada recebe, ainda cuidam de gastar seus lucros que de pagar o que devem".

Quanto aos falidos, no seu entender não deveria ser-lhes dado moratórias, "pois durante o prazo concedido teriam obrigação de obter o pagamento de suas melhores dívidas e furta dinheiro"; inteirado das jogadas e subterfúgios daquela gente, Nassau julgava preferível obter a posse dos livros e documentos de dívidas dos falidos, "ou chegar com eles a um acordo aceitável".

Afeito, como se vê, à realidade da terra que governa, o Conde recomendaria a respeito dos senhores de engenhos e lavradores, "que são a classe média, e, por assim dizer, a alma da existência do Brasil, contra eles a Companhia deverá agir com um pouco de consideração, examinando no começo de cada safra sua cultura e concordando com eles quanto a parte que terão de fornecer, no que será preciso pôr alguma moderação por forma que não se vejam inteiramente privados dos meios para fazer funcionar engenhos no ano próximo; e, se, então, não cumprirem suas promessas, ter-se-á um motivo a mais para proceder à execução contra eles, sem piedade, a fim de não dar mau exemplo aos outros".

Antecipando-se às prováveis críticas que lhe fariam por estar, de modo talvez estranho, descobrindo erros e abusos que atrasavam os negócios da Companhia no Brasil, quando a ele competira aplicar, ao tempo de Governador, os corretivos agora propostos aos Estados Gerais, diria Maurício de Nassau que "ter-se-ia razão para acusar-me de incúria, se tal tivesse estado em meu poder". Altivamente, assegurava que uma vez chamado a justificar-se, "demonstrarei até a evidência que, em parte, o remédio devia emanar daqui e que nunca faltei a meu dever; que, ao invés de reforçar meu poder e autoridade, começaram a restringi-los, e que, enfim, chegaram ao ponto de instituir, sem meu conhecimento, um conselho inteiramente novo, ao qual confiaram a gestão das finanças, isto é, a alma da Companhia, e isso com um mandato tão amplo, que a maior parte do governo parece haver-lhe sido entregue por devolução, de tal arte que esses senhores se tornaram tão presunçosos, que ousaram declarar abertamente (segundo o que me comunicaram no Grande Conselho) não conhecer-me, visto que em sua instrução não se mencionava o meu nome".

Tornando público os extremos do processo de esvaziamento de sua autoridade, vale dizer, para forçá-lo a deixar o governo da conquista, o Conde Maurício chegava à parte final da sua fala aos Estados Gerais, fala franca, como cumpria proceder o homem indignado com as manobras escusas para provocar o fracasso da sua missão no Brasil. Ultrapassando os limites de uma prestação de contas regulamentar, externaria ele a disposição de oferecer os meios de "reparar os erros cometidos e reconduzir o país, pouco a pouco, à sua prosperidade de outrora", mas, salientava o antigo Governador e Capitão-General, "cabe a Vós, Altos Poderosos Senhores, cuidar disso, dirigir os Senhores Diretores ou aqueles a quem são confiadas a direção da Companhia e a gestão de seus negócios, e recomendar-lhes especialmente a conservação do Brasil".

Nestas palavras estava contido todo o sentimento de Nassau em relação ao país tropical que tanto o enfeitiçara e até transmitira ao nobre europeu hábitos como, por exemplo, o uso da rede-de-dormir, revelação devida ao Professor José Antônio Gonsalves de Mello. Enquanto os XIX e outros membros da Companhia preocupavam-se com questões comerciais e enriquecimento pessoal, o Conde alemão levado pelo amor à terra rústica, porém, bela aos seus olhos de admirador incondicional das cores da paisagem tropical, exortava os Estados Gerais:

"Seria imperdoável, tanto aos olhos do mundo atual como aos da posteridade, que por uma administração má perdese uma conquista que, conquanto, em verdade, não seja de grande importância no que respeita à sua atual produção, mostrar-se-á de um valor incalculável no momento que sua população aumentar um pouco, uma conquista que pela natureza e pelas fortificações se tornou tão forte, e uma vez abandonada por necessidade, ou escapando das mãos de Vossos Altos Poderes, não será jamais recuperada por nenhuma força de armas".

Apreciando a situação do Brasil Holandês como se fez um historiador, com a visão muita larga de estadista, e não com a perspectiva curta da gente que dirigia a Companhia Nassau previa a evolução do poder mundial, e, conseqüentemente, a importância que representaria para os Países-Baixos a posse de um império no hemisfério ocidental, de resto conquistado, bastando simplesmente ser consolidado.

Pensando assim, ele insistia junto aos Estados Gerais para que conservassem o Brasil:

"Vossos Altos Poderes possuem uma parte da América situada no melhor clima e de modo a poderem atacar o inimigo comum da cristandade de dois lados e levar-lhe a guerra ao interior de suas Índias Ocidentais, por forma a poderem observando a estação, alcançar a vela a costa do Chile, em dois meses, e Havana em três semanas, e, enfim, de maneira a poderem formar e por em execução centenas de planos que não poderão ser frustrados". (18)

Não obstante as decepções ocasionadas por mercados de Amsterdam improvisados em diretores de um vasto e

(18) — "Não havia unanimidade nos Estados Gerais a respeito da quantidade da ajuda a ser proporcionada à Companhia e a questão transformou-se num assunto de disputa doméstica", salienta W.V. Van Hoboken ao analisar a situação da Companhia das Índias Ocidentais diante da refe superior às suas forças, de arcar sozinha "com os ônus esmagadores da prolongada guerra brasileira". Como bem assinala o referido historiador, a ajuda dos Estados Gerais em forma de navios, tropas e dinheiro seria sempre insuficiente, o que obrigaria a Companhia a permanecer defensiva no Brasil e na expectativa de ser jogada ao mar pelos instigantes, como de fato aconteceu em 1654, quando Portugal, vendo a República lutando com a Inglaterra, enviou poderosa esquadra a Pernambuco. "Isto selou o destino do Brasil: daí por diante ele seria apenas lembrado como "o Brasil perdido pela incúria", diz van Hoboken. "A Companhia das Índias Ocidentais: Fatores Políticos da sua Ascensão e Declínio", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* v. XLIX, Recife, 1977, p. 309.

preendimento de expansão e domínio, Nassau conservava, como se vê, naquele emaranhado de indecisões, a esperança de que os tais caçadores de riquezas adotassem medidas próprias de homens de Estado, como, de resto, a Companhia das Índias Ocidentais estava a exigir desde que, ao conquistar uma parte do Brasil, evoluira, observa bem W.J. Van Hoboken, da condição de empresa de curso para a de uma verdadeira potência colonial. Com acerto, o Conde recordava que a Companhia tendo o Brasil como base de operações, lograra a captura de navios ricamente carregados, e realizara tais sortidas contra os interesses do Rei da Espanha, que a Corte de Madri decidira desalojar os flamengos de Pernambuco, "custe o que custar; com tal objetivo lançaram contra nós uma armada terrível, pelos fins (sic) do ano de 1640, e, após ser essa força dispersada e destruída pelos braços onipotentes de Deus, o projeto teria sido reiniciado sem demora, se a revolta em Portugal não houvesse dado outra direção aos planos espanhóis, como poderei mostrar claramente por informações dignas de fé".

Mais algumas considerações desenvolvidas neste sentido, Nassau completava o seu relatório "sobre a situação do Brasil tal como o deixei ao partir". Todavia, antes de pingar o ponto final, acudir-lhe-ia, ainda, à mente, uma recomendação oportuna, que, como outras, comprovava seu enorme empenho pela permanência flamenga no país que, com habilidade e rara objetividade, administrara e defendera para a sua bandeira até o mês de maio daquele ano de 1644. Lucidamente, sustentaria a tese de que a tranquilidade e conservação do Brasil nas mãos da Companhia, dependiam muito das relações de amizade dos holandeses com os brasileiros — vale dizer, com os índios —, julgando Nassau que era indispensável deixá-los em sua liberdade natural, "mesmo os que dentre eles pertencem à Coroa de Espanha por direito de sucessão ou por compra, ou que tenham sido submetidos à escravidão por outros meios. Já libertei vários deles, dando ordem para que não sejam nem ultrajados por seus superiores, nem arrendados por dinheiro, nem obrigados a trabalhar nos engenhos contra sua vontade, mas que cada qual viva à sua vontade e vá trabalhar onde bem entenda, como nossa gente, porque por esse meio Vossos Altos Poderes poderão tirar deles grande vantagem em tempo de guerra, pôr em combate cerca de 1.200

homens, e livrar o país de saqueadores, sediciosos e outra coisa da mesma espécie”.

Conciliador por temperamento, e possuidor de uma visão própria de um verdadeiro homem de Estado, Nassau escondia o receio de que, na sua ausência, fossem os índios tratados de maneira inconveniente por administradores ineptos e que, reduzidos à condição de escravos, seguissem todos “o exemplo dos de Ceará e das salinas, atacando os habitantes do campo, perturbando por toda a parte a segurança dos caminhos, sem que seja possível impedi-los, e passando-se finalmente para o inimigo”.

* * *

Assim pensava e sobretudo agiu o Conde João Maurício de Nassau na administração desta terra tropical perdida no mundo enorme do século XVII. “O Príncipe humanista do Novo Mundo”, como o chama o historiador inglês C.R. Boxer, deve ser analisado e compreendido como um homem de seu tempo, que esteve no Brasil na condição de Governador e Capitão-General de uma colônia de exploração arrebatada pelos flamengos a outros conquistadores, e não como um missionário em tarefa evangelizadora ou filantrópica. Ainda assim, no exercício das funções para que fora contratado para dirigir uma companhia de comércio, cuidando da recuperação de uma economia devastada e enfrentando as guerras movidas pelas forças luso-espanholas e pelos terríveis “campanhistas” — “guerra brasílica”, no dizer de um cronista coevo —, Nassau, acusado de oportunista e apresentado como um tirano camuflado, foi, na verdade, um governante hábil e competente no campo administrativo, são conhecidas algumas antecipações suas no plano político, e quando lhe coube o poder de dirigir a colônia, demonstraria inegável tolerância religiosa e étnica. Inteligente e sagaz, desde o primeiro instante do seu governo Nassau compreendeu que seria simplesmente irracional adotar outro tipo de comportamento numa terra habitada por gente católica, portuguesa, e brasileira já de algumas gerações, impossível de ser submetida apenas pela força das armas. “Cultivar, construir, cavar, plantar”, foram as palavras que o amigo das plantas mandou colocar na alameda de tília cultivadas em Kleve e que definem melhor, na opinião de José Antônio Gonsalves de Mello, a sua personalidade “do que propriamente lutar

guerrear", o que, "sem se comprazer, fez durante toda a sua carreira", observa o referido historiador. (19)

De resto, vale recordar que avaliando os resultados obtidos por Nassau na difícil, ou quase impossível missão de restaurar canaviais e engenhos de Pernambuco, sob a ação implacável dos guerrilheiros, Noel Derr acentuaria que o "Count Maurice was certainly the most remarkable man ever connected with sugar industry". (20)

(19) — "A propósito de Nassau", in **Boletim da Cidade e do Porto do Recife**, Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, Recife, julho/dezembro de 1943 — N^{os}. 9-10.

(20) — **History of Sugar**, Shapman and Hall Ltd., Londres, 1949, Volume I, p. 106.



Índice da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano 1954/1979

Fernanda Ivo Neves

INTRODUÇÃO

Visando continuar o trabalho iniciado pelo professor José Honório Rodrigues apresentamos a indexação dos números da Revista do Instituto publicados entre 1954 e 1979.

Este trabalho, como o anteriormente referido, tem a finalidade de facilitar as pesquisas dos estudiosos e permitir uma melhor utilização dos diversos números da Revista e abrange os seguintes volumes:

- v. 44 — 1954/59
- v. 45 — 1960
- v. 46 — 1961
- v. 47 — 1975
- v. 48 — 1976
- v. 49 — 1977
- v. 50 — 1978
- v. 51 — 1979
- v. 52 — 1979

O índice está dividido em duas partes:

- a) índice de assuntos
- b) índice de autores

Na primeira parte os artigos foram agrupados de acordo com o assunto tratado.

Exemplo:

FORTES

MELLO, José Antônio Gonsalves de — O forte do Brum. 46: 163-176, 1961.

FORTES — assunto

MELLO, José Antônio Gonsalves de — autor do artigo Forte do Brum — título do artigo. 46: 163-176, 1961 — volume, página inicial e final do artigo e ano em que foi publicado

Os artigos sobre uma determinada pessoa foram indexados pelo nome do biografado.

No índice de autores a entrada é pelo sobrenome, de acordo com as normas bibliográficas.

1. ÍNDICE DE ASSUNTOS

ABOLIÇÃO

MELLO, Evaldo Cabral de — O Norte e o Sul e a proibição do tráfico interprovincial de escravos. 313-334, 1979.

AÇÚCAR

GOUVEIA, Fernando da Cruz — O barão de Goicás e o seu diário. 50: 153-344, 1970.

MELLO, Evaldo Cabral de — Uma relação dos engenhos de Pernambuco em 1655. 48: 157-169, 1976.

ALBUQUERQUE, JOÃO CAVALCANTI, *sac.*

VEIGA, Gláucio — Perfis iluminísticos da revolução pernambucana de 1817. 52: 233-266, 1979.

ALBUQUERQUE, MATIAS DE

DUTRA, Francis A. — Matias de Albuquerque, capitão Mor de Pernambuco e Governador Geral do Brasil. 48: 9-125, 1976.

ALENCAR, BÁRBARA DE

FIGUEIREDO FILHO, J. — Bárbara de Alencar, pernambucana, heroína do Crato. 46: 223-240, 1961.

ALENCAR, JOSÉ MARTINIANO DE

VEIGA, Gláucio — Perfís iluminísticos da revolução de 1817. 52: 233-266, 1979.

ALGODÃO

BERNARDES, Denis Antônio — Notícia sobre a cultura do algodoeiro em Pernambuco (1826). 51: 301-312, 1979.

ARQUEOLOGIA

MELLO, Ulysses Pernambucano de — Jarras de azeite no nordeste colonial. 49: 293-298, 1977.

ARTE RELIGIOSA

MELLO, José Antônio Gonsalves de — A igreja de Nossa Senhora do Terço. 46: 177-186, 1961.

MENEZES, José Luiz da Mota — A igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares. 50: 117-152, 1978.

——— — Notas sobre a evolução da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes. 49: 235-252, 1977.

AVES

MELLO, Mário — Aves de Pernambuco, nomes vulgares e científicos. 45: 265-300, 1960.

BARRETO, LUIZ DO REGO

MELLO, Evaldo Cabral de — Cartas pernambucanas de Luís do Rego Barreto. 52: 81-216, 1979.

BEZERRA, ANTONIO JACOME, *sac.*

VEIGA, Gláucio — Perfís iluminísticos da revolução de 1817. 52: 233-266, 1979.

BIBLIOTECAS

VEIGA, Gláucio — A biblioteca dos oratorianos.
51-66, 1978.

CAMPELO, VIRGINIO RODRIGUES, *sac.*

VEIGA, Gláucio — Perfís iluminísticos da revolução
1817. 52: 233-266, 1979.

CAPISTRANO DE ABREU, J.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. — Capistano
de Abreu e o povoamento do sertão pernambucano.
50: 9-50, 1978.

CERÂMICA

MELLO, Ulysses Pernambucano de — O fumo no
nordeste, 1500-1654. 49: 253-292, 1977.

——— — Jarras de azeite no nordeste colonial.
293-298, 1977.

COELHO, JORGE DE ALBUQUERQUE

DUTRA, Francis A. — Notas sobre a vida e a obra
de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela
sobre seus filhos. 47: 85-124, 1975.

COLONIZAÇÃO

PEREIRA, Moacyr Soares — A expedição de 1540
à Terra de Santa Cruz. 47: 9-84, 1975.

WILLEKE, Venâncio, OFM — Missão de São Miguel
de Una. 47: 125-140, 1975.

COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS

HOBOKEN, W. J. van — A Companhia das Índias
ocidentais: fatores políticos da sua ascensão e
declínio. 49: 309-327, 1977.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

FIGUEIREDO FILHO, J. — Bárbara de Alencar,
herdeira pernambucana, heroína do Crato. 46: 223-240, 1976.

MELLO, Evaldo Cabral de — Aproximação a alguns
temas da história pernambucana. 48: 171-180,
1976.

PEREIRA, Roberto — O idealismo da Confederação do Equador. 49: 299-308, 1977.

COUTINHO, ANTONIO LUIZ GONÇALVES DA CÂMARA

MELLO, José Antônio Gonsalves de — Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho. 51: 257-300, 1979.

CRUZ, ANTONIO GONÇALVES DA, O CABUGÁ

COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e Elementos para uma biografia de Antonio Gonçalves da Cruz, o Cabugá. 49: 95-122, 1977.

DANÇA

DINIZ, Jaime C. — Breves notícias sobre música, teatro e dança no Recife durante o terceiro decênio de 1800. 52: 9-46, 1979.

DESCOBRIMENTOS

PEREIRA, Moacyr Soares — A expedição de 1503 à Terra de Santa Cruz. 47: 9-84, 1975.

DOMÍNIO HOLANDÊS

AMARAL JÚNIOR, Rubem & MELLO, Evaldo Cabral de — Um folheto popular espanhol do século XVII sobre a armada do conde da Torre. 52: 217-232, 1979.

MELLO, José Antonio Gonsalves de — Os ducados brasileiros de 1645 e 1646 e as moedas obsidionais cunhadas no Recife em 1654. 48: 185-227, 1976.

————— — O forte do Brum. 46: 163-176, 1961.

————— — Gente da Nação. Judeus residentes no Brasil holandês, 1630-50. 51: 9-234, 1979.

————— — A nação judaica do Brasil holandês. 48: 229-393, 1976.

MELLO, Ulysses Pernambucano de — O Arraial Velho do Bom Jesus, crítica de uma fortificação. 47: 155-190, 1975.

————— — Artilharia do século XVII em Pernambuco. 47: 191-210, 1975.

ENGENHOS

GOUVEIA, Fernando da Cruz — O barão de Goiás e o seu diário. 50: 153-344, 1970.

MELLO, Evaldo Cabral de — Uma relação dos engenhos de Pernambuco em 1655. 48: 157-169, 1970.

ESCRavidãO

MELLO, Evaldo Cabral de — O Norte e a questão dos impostos provinciais. 52: 47-80, 1979.

VEIGA, Gláucio — O desembarque de Serinhaém. 47: 217-328, 1975.

FARIA, JOAQUIM FRANCISCO DE

AZEVEDO, Ferdinand, SJ — Um clérigo do século XVIII no reinado: Joaquim Francisco de Faria. 49: 61-100, 1977.

FAUNA

MELLO, Mário — Aves de Pernambuco, nomes vulgares e científicos. 45: 265-300, 1960.

FLORA

MELLO, José Antonio Gonsalves de — Joannes de Barros e a sua Descrição do Novo Mundo. 46: 135-160, 1961.

——— — La Ravardièrre em Pernambuco (1680). 51: 243-256, 1979.

FORTES

MELLO, José Antonio Gonsalves de — O forte do Bom Jesus. 46: 163-176, 1961.

MELLO, Ulysses Pernambucano de — O Arraial Velho do Bom Jesus, crítica de uma fortificação. 49: 155-190, 1975.

FORTUNA, INACIO D'ALMEIDA, *sac.*

VEIGA, Gláucio — Perfís iluminísticos da revolução de 1817. 52: 233-266, 1979.

FRANCISCANOS EM PERNAMBUCO

MÜLLER, Bonifácio, OFM — Capítulos da história franciscana em Pernambuco. 46: 247-415, 1961.

TEVES Matias, OFM — A restauração da Província de Santo Antonio do Brasil. 46: 417-469, 1961.

WILLEKE, Venâncio, OFM — O noviciado franciscano de Igarauçu. 50: 105-116, 1978.

——— — O padre mestre franciscano, 1500-1863. 47: 141-154, 1975.

FUMO

MELLO, Ulysses Pernambucano de — O fumo no Nordeste, 1500-1654. 49: 253-392, 1977.

GAMA, ANTONIO PINTO CHICHORRO DA

MACHADO, Maximiano Lopes — Esboço biográfico do Conselheiro senador Antonio Pinto Chichorro da Gama. 46: 105-134, 1961.

GENEALOGIA

MELO, Clóvis — Genealogia. 45: 243-246, 1960.

PAIS BARRETO, Carlos Xavier — A estirpe dos Lins. 46: 209-216, 1961.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar — Dos Lins de Ulm e Augsburg aos Lins de Pernambuco. 46: 7-98, 1961.

GEOGRAFIA

MELLO, José Antonio Gonsalves de — Joannes de Laet e a sua Descrição do Novo Mundo. 46: 135-162, 1961.

GEOLOGIA

MELO FILHO, Manoel Caetano de Albuquerque e Ameaça à estabilidade dos monumentos de Olin-da. 46: 99-104, 1961.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

DUTRA, Francis A. — Matias de Albuquerque, Capitão mor de Pernambuco e Governador geral do Brasil. 48: 9-125, 1976.

MELLO, José Antônio Gonsalves de — Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho. 51: 257-300, 1979.

HISTÓRIA CIDADES

OLINDA

MELO FILHO, Manoel Caetano de Albuquerque — Ameaça à estabilidade dos monumentos de Recife da. 46: 99-104, 1961.

QUIPAPÁ

VALENÇA JÚNIOR, J. V. — A matriz de Quipapá da capelinha ao templo atual. 47: 371-395, 1961.

RECIFE

MELLO, Evaldo Cabral de — Canoas do Recife: estudo de microhistória urbana. 50: 67-104, 1970.

MELO, Mário — O Recife de antanho. 45: 255-260, 1960.

QUINTAS, Amaro — O problema da fundação do Recife. 46: 217-221, 1961.

SÃO BENTO DO UNA

VALENÇA JÚNIOR, J. V. — Primeiro centenário de S. Bento do Una. 46: 241-246, 1961.

HISTÓRIA DA CULTURA

DINIZ, Jaime C. — Breves notícias sobre música, teatro e dança no Recife durante o terceiro decênio do século XVIII. 52: 9-46, 1979.

LANGE, Francisco Curt — Documentação musical nambucana. 51: 335-406, 1979.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA

VEIGA, Gláucio — O cônsul Joseph Ray, os Estados Unidos e a revolução de 1817. 52: 267-284, 1979.

——— — O desembarque de Serinhaem. 47: 271-275, 1975.

HISTÓRIA ECONÔMICA

GOUVEIA, Fernando da Cruz — O barão de Góes e o seu diário. 50: 153-344, 1970.

HOBOKEN, W. J. van — A Companhia das Índias Orientais: fatores políticos da sua ascensão e declínio. 49: 309-327, 1977.

- MELLO, Evaldo Cabral de — O Norte e a questão dos impostos provinciais. 52: 47-80, 1970.
- — Uma relação dos engenhos de Pernambuco em 1655. 48: 157-169, 1976.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de — A nação judaica do Brasil holandês. 48: 229-393, 1976.
- MELLO, Ulysses Pernambucano de — O fumo no Nordeste, 1500-1654. 49: 253-292, 1977.
- — Jarras de azeite no nordeste colonial. 49: 293-298, 1977.
- MENDONÇA, Virgínia Collier et alii — Problemas de desenvolvimento econômico — O Nordeste e seus problemas. 47: 211-216, 1975.
- RELAÇÃO de Ambrósio de Siqueira (1605) da receita e despesa do Estado do Brasil. 49: 123-234, 1977.
- SLUITER, Engel — Os holandeses no Brasil antes de 1621. 46: 187-208, 1961.
- VEIGA, Gláucio — Economia nordestina no período iluminista. 49: 9-30, 1977.
- — O iluminismo em Pernambuco. 48: 127-156, 1976.

HISTÓRIA MILITAR

- DUTRA, Francis A. — Matias de Albuquerque — Capitão-mor de Pernambuco e Governador geral do Brasil. 48: 9-125, 1976.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de — O forte do Brum. 46: 163-176, 1961.
- MELLO, Ulysses Pernambucano de — O Arraial Velho do Bom Jesus, crítica de uma fortificação. 47: 155-190, 1975.
- — Artilharia do século XVII em Pernambuco. 47: 191-210, 1975.

HISTÓRIA POLÍTICA

- AZEVEDO, Ferdinand, SJ — Um clérigo do segundo reinado: Joaquim Francisco de Faria. 49: 61-94, 1977.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. — Urbano Sabino Pessoa de Melo. 47: 329-369, 1975.
- FIGUEIREDO FILHO, J. — Bárbara de Alencar, pernambucana, heroína do Crato. 46: 223-240, 1961.

- HOFFNAGEL, Marc Jay — O movimento republicano em Pernambuco, 1870-1889. 49: 31-60, 1977.
- MACHADO, Maximiano Lopes — Esboço biográfico do Conselheiro senador Antonio Pinto Chico da Gama. 46: 105-134, 1961.
- MELLO, Evaldo Cabral de — Cartas pernambucanas de Luís do Rego Barreto. 52: 81-216, 1979.
- — O Norte e a questão dos impostos provinciais. 52: 47-80, 1979.
- — O Norte e o Sul e a proibição do tráfico interprovincial de escravos. 51: 313-334, 1979.
- PEREIRA, Roberto — O idealismo da Confederação do Equador. 49: 299-308, 1977.
- RELAÇÃO de Ambrósio de Siqueira (1605) da receita e despesa do Estado do Brasil. 49: 123-234, 1977.
- VEIGA, Gláucio — O desembarque de Serinhaem em Pernambuco. 217-328, 1975.

HISTÓRIA RELIGIOSA

- AZEVEDO, Ferdinand, SJ — Um clérigo do século XVIII no reinado de Joaquim Francisco de Faria. 49: 61-70, 1977.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de — A igreja de Nossa Senhora do Terço. 46: 177-186, 1961.
- — Gente da Nação. Judeus residentes no Brasil holandês, 1630-50. 51: 9-234, 1979.
- — A nação judaica do Brasil holandês. 49: 229-393, 1976.
- MENEZES, José Luiz da Mota — A igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares. 50: 117-152, 1977.
- — Notas sobre a evolução da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes. 49: 235-252, 1977.
- MULLER, Bonifácio, OFM — Capítulos da história da Ordem franciscana em Pernambuco. 46: 247-415, 1961.
- TEVES, Matias, OFM — A restauração da Província de Santo Antonio do Brasil. 46: 417-469, 1961.
- VALENÇA JÚNIOR, J. V. — A matriz de Quipapá e a capelinha ao templo atual. 47: 371-395, 1977.
- VEIGA, Gláucio — A biblioteca dos oratorianos em Pernambuco. 51-66, 1978.
- WILLEKE, Venâncio, OFM — Missão de São Miguel de Una. 47: 125-140, 1975.

- — O noviciado franciscano de Igarauçu. 50: 105-116, 1978.
- — O padre mestre franciscano, 1500-1863. 47: 141-154, 1975.

HISTORIOGRAFIA

- BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. — Capistrano de Abreu e o povoamento do sertão pernambucano. 50: 9-50, 1978.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de — Dois novos documentos. Gabriel Soares de Souza. 51: 235-242, 1979.
- — Joannes de Laet e a sua Descrição do Novo Mundo. 46: 135-162, 1961.
- RODRIGUES, José Honório — A historiografia pernambucana na Revista do Instituto Arqueológico. 44: 9-22, 1954-59.

HOLANDESES

- MELLO, José Antônio Gonsalves de — La Ravardière em Pernambuco (1616). 51: 243-256, 1979.
- SLUITER, Engel — Os holandeses no Brasil antes de 1621. 46: 187-208, 1961.

IGREJAS

- MELLO, José Antônio Gonsalves de — A igreja de Nossa Senhora do Terço. 46: 177-186, 1961.
- MENEZES, José Luiz da Mota — A igreja de N. S. da Conceição dos Militares. 50: 117-152, 1978.
- — Notas sobre a evolução da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes. 49: 235-252, 1977.
- VALENÇA JÚNIOR, J. V. — A matriz de Quipapá — da capelinha ao templo atual. 47: 371-395, 1975.

ILUMINISMO

- VEIGA, Gláucio — Economia nordestina no período iluminista. 49: 9-30, 1977.
- — O iluminismo em Pernambuco. 48: 127-156, 1976.

————— — Perfis iluminísticos da revolução de 1817.
52: 233-266, 1979.

INDÍGENAS

MELLO, José Antônio Gonsalves de — La Ravardière em Pernambuco (1616). 51: 243-256, 1979.
WILLEKE, Venâncio, OFM — Missão de São Mateus do Una. 47: 125-140, 1975.

JUDEUS

MELLO, José Antônio Gonsalves de — Gente da nação. Judeus residentes no Brasil holandês, 1654-1688. 51: 9-234, 1979.
————— — A nação judaica do Brasil holandês. 229-393, 1976.

LA RAVARDIÈRE

MELLO, José Antônio Gonsalves de — La Ravardière em Pernambuco (1616). 51: 243-256, 1979.

LIMA, LUÍS JOSÉ DE ALBUQUERQUE E
VEIGA, Gláucio — Perfis iluminísticos da revolução de 1817. 52: 233-266, 1979.

LINS, SEBASTIÃO ANTONIO DE ACIOLI

GOUVEIA, Fernando da Cruz — O barão de Goio e o seu diário. 50: 153-344, 1970.

LINS (família)

PAIS BARRETO, Carlos Xavier — A estirpe dos Lins. 46: 209-216, 1961.
WIEDERSPAHN, Henrique Oscar — Dos Lins de Ulm e Augsburg aos Lins de Pernambuco, 46: 7-19, 1961.

LITERATURA POPULAR

AMARAL JÚNIOR, Rubem & MELLO, Evaldo Cabral de — Um folheto popular espanhol do século XVII sobre a armada do conde da Torre. 217-232, 1979.

LOUREIRO, JOÃO DA CONCEIÇÃO, OFM

VEIGA, Gláucio — Perfís iluminísticos da revolução de 1817. 52: 233-266, 1979.

MELO, JACINTO LUÍS, OFM

VEIGA, Gláucio — Perfís iluminísticos da revolução de 1817. 52: 233-266, 1979.

MELO, MÁRIO

COMO a imprensa noticiou a morte de Mário Melo. 45: 25-70, 1960.

DISCURSOS pronunciados em homenagem a Mário Melo. 45: 71-102, 1960.

MÁRIO Melo e o Instituto Arqueológico. 45:7-24, 1960.

PALESTRAS pronunciadas em homenagem a Mário Melo. 45: 107-240, 1960.

MELO, MÁRIO — BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA de Mário Melo. 45: 301-304, 1960.

MELO, URBANO SABINO PESSOA DE

BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. — Urbano Sabino Pessoa de Melo. 47: 329-369, 1975.

MELO (família)

MELO, Clóvis — Genealogia. 45: 243-246, 1960.

MÚSICA

DINIZ, Jaime C., *sac.* — Breve notícia sobre música, teatro e dança no Recife durante o terceiro decênio de 1800. 52: 9-46, 1979.

LANGE, Francisco Curt — Documentação musical pernambucana. 51: 335-406, 1979.

NUMISMÁTICA

MELLO, José Antônio Gonsalves de — Os ducados brasileiros de 1645 e 1646 e as moedas obsidionais cunhadas no Recife em 1654. 48: 185-227, 1976.

OLINDA — HISTÓRIA

MELO FILHO, Manuel Caetano de Albuquerque e Ameaça à estabilidade aos monumentos de Olinda. 46: 99-101, 1961.

ORATORIANOS

- VEIGA, Gláucio — A biblioteca dos oratorianos. 51-66, 1978.

POVOAMENTO

- BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. — Capistrano Abreu e o povoamento do sertão pernambucano. 50: 9-50, 1978.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de — Dois novos documentos. Gabriel Soares de Souza. 51: 235-1979.
- — Pernambuco ao tempo do governo de mara Coutinho. 51: 257-300, 1979.
- PEREIRA, Moacyr Soares — A expedição de 1500 Terra de Santa Cruz. 47: 9-84, 1975.
- WILLEKE, Venâncio, OFM — Missão de São Miguel de Una. 47: 125-140, 1970.

PRAIEIRA

- BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. — Urbano Salgado Pessoa de Melo. 47: 329-369, 1975.
- MELLO, Evaldo Cabral de — Aproximação a alguns temas da história pernambucana. 48: 171-1976.

QUIPAPÁ — HISTÓRIA

- VALENÇA JÚNIOR, J. V. — A matriz de Quipapá da capelinha ao templo atual. 47: 371-395, 1975.

RECIFE — HISTÓRIA

- MELLO, Evaldo Cabral de — Canoas do Recife: estudo de microhistória urbana. 50: 67-104, 1978.
- MELO, Mário — O Recife de antanho. 45: 255-260, 1960.
- QUINTAS, Amaro — O problema da fundação do Recife. 46: 217-222, 1961.

REPÚBLICA

- HOFFNAGEL, Marc Jay — O movimento republicano em Pernambuco, 1870-1889. 49: 31-60, 1977.

RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA

- MELLO, Evaldo Cabral de — Aproximação a alguns temas da história pernambucana. 48: 171-1976.

REVOLUÇÕES

- BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. — Urbano Sabino Pessoa de Melo. 47: 329-369, 1975.
- COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e Elementos para uma biografia de Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá. 49: 95-122, 1977.
- FIGUEIREDO FILHO, J. de — Bárbara de Alencar, pernambucana, heroína do Crato. 46: 223-240, 1961.
- MELLO, Evaldo Cabral de — Aproximação a alguns temas da história pernambucana. 48: 171-183, 1976.
- — Cartas pernambucanas de Luís do Rego Barreto. 52: 81-216, 1979.
- PEREIRA, Roberto — O idealismo da Confederação do Equador. 49: 299-308, 1977.
- VEIGA, Gláucio — O cônsul Joseph Ray, os Estados Unidos e a revolução de 1817. 52: 267-284, 1979.
- — O iluminismo em Pernambuco. 48: 127-156, 1976.
- ——— — Perfís iluminísticos da revolução de 1817. 52: 233-266, 1979.

REZENDE, VENÂNCIO HENRIQUE DE, *sac.*

- VEIGA, Gláucio — Perfís iluminísticos da revolução de 1817. 52: 233-266, 1979.

RIBEIRO, JOÃO, *sac.*

- VEIGA, Gláucio — Perfís iluminísticos da revolução de 1817. 52: 233-266, 1979.

SANTA MARIANA, FRANCISCO DE

- VEIGA, Gláucio — Perfís iluminísticos da revolução de 1817. 52: 233-266, 1979.

SÃO BENTO DO UNA — HISTÓRIA

- VALENÇA JÚNIOR, J. V. — Primeiro centenário de S. Bento do Una. 46: 241-246, 1961.

SOUZA, GABRIEL SOARES DE

- MELLO, José Antônio Gonsalves de — Dois novos documentos. Gabriel Soares de Souza. 51: 235-242, 1979.

TEATRO

DINIZ, Jaime C. — Breve notícia sobre música, teatro e dança no Recife durante o terceiro decênio de 1800. 52: 9-46, 1979.

TRANSPORTES

MELLO, Evaldo Cabral de — Canoas do Recife: estudo de microhistória urbana. 50: 67-104, 1978.

URBANISMO

MELLO, Evaldo Cabral de — Canoas do Recife: estudo de microhistória. 50: 67-104, 1978.

2. ÍNDICE DE AUTORES

AMARAL JÚNIOR, Rubem & MELLO, Evaldo Cabral de — Um folheto popular espanhol do século XVII sob a guarda do conde da Torre. 52: 217-232, 1979.

AZEVEDO, Ferdinand, SJ — Um clérigo do segundo reinado: Joaquim Francisco de Faria. 49: 61-94, 1977.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. — Capistrano de Abreu e o povoamento do sertão pernambucano. 50: 1-10, 1978.

——— — Urbano Sabino Pessoa de Melo. 47: 329-369, 1975.

BERNARDES, Denis Antônio — Notícia sobre a cultura algodoeira em Pernambuco (1826). 51: 301-312, 1977.

COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e Elenir — Estudos para uma biografia de Antonio Gonçalves da Costa: o Cabugá. 49: 95-122, 1977.

DINIZ, Jaime C., *sac.* — Breve notícia sobre música, teatro e dança no Recife durante o terceiro decênio de 1800. 52: 9-46, 1979.

DUTRA, Francis A. — Matias de Albuquerque — Capitão de Pernambuco e Governador Geral do Brasil. 47: 9-125, 1976.

——— — Notas sobre a vida e a morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos. 47: 85-100, 1975.

FIGUEIREDO FILHO, J. de — Bárbara de Alencar, pernambucana, heroína do Crato. 46: 223-240, 1961.

GOUVEIA, Fernando da Cruz — O barão de Goicana e o seu diário. 50: 153-344, 1978.

HOBOKEN, W. J. van — A Companhia das Índias Ocidentais: fatores políticos da sua ascensão e declínio. 49: 309-327, 1977.

HOFFNAGEL, Marc Jay — o movimento republicano de Pernambuco, 1870-1889. 49: 31-60, 1977.

LANGE, Francisco Curt — Documentação musical pernambucana. 51: 335-406, 1979.

MACHADO, Maximiano Lopes — Esboço biográfico do Conselheiro senador Antonio Pinto Chichorro da Gama. 46: 105-134, 1961.

MELO, Clóvis — Genealogia. 45: 243-246, 1960.

MELLO, Evaldo Cabral de — Aproximação a alguns temas da história pernambucana. 48: 171-183, 1976.

——— — Canoas do Recife: um estudo de microhistória urbana. 50: 67-104, 1978.

——— — Cartas pernambucanas de Luís do Rego Barreto. 52: 81-216, 1979.

——— — O Norte e a questão dos impostos provinciais. 52: 47-80, 1979.

——— — O Norte e o Sul e a proibição do tráfico interprovincial de escravos. 51: 313-334, 1979.

——— — Uma relação dos engenhos de Pernambuco em 1655. 48: 157-169, 1976.

——— — & AMARAL JÚNIOR, Rubem — Um folheto popular espanhol do século XVII sobre a armada do conde da Torre. 52: 217-232, 1979.

- MELLO, José Antônio Gonsalves de — Dois novos documentos. Gabriel Soares de Souza. 51: 235-242, 1979.
- — Os ducados brasileiros de 1645 e 1646 e as moedas obsidionais cunhadas no Recife em 1654. 48: 185-1976.
- — O forte do Brum. 46: 163-176, 1961.
- — Gente da Nação. Judeus residentes no Brasil holandês, 1630-50. 51: 9-234, 1979.
- — A igreja de Nossa Senhora do Terço. 46: 177-1961.
- — Joannes de Laet e a sua Descrição do Novo Mundo. 46: 135-162, 1961.
- — La Ravardièrre em Pernambuco (1616). 243-256, 1979.
- — A nação judaica do Brasil holandês. 48: 229-1976.
- — Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho. 51: 257-300, 1979.
- MELO, Mário — Aves de Pernambuco, nomes vulgares e científicos. 45: 265-300, 1960.
- — O Recife de antanho. 45: 255-264, 1960.
- MELLO, Ulysses Pernambucano de — Arraial Velho do Brasil Jesus, crítica de uma fortificação. 47: 155-190, 1977.
- — Artilharia do século XVII em Pernambuco. 47: 120-191, 1979.
- — O fumo no Nordeste, 1500-1654. 49: 253-292, 1977.
- — Jarras de azeite no nordeste colonial. 49: 293-300, 1977.
- — et alii — Problemas de desenvolvimento econômico. — O Nordeste e seus problemas. 47: 211-220, 1975.

- MELLO, Virgínia Pernambucano de et alii — Problemas de desenvolvimento econômico — O Nordeste e seus problemas. 47: 211-216, 1975.
- MELO FILHO, Manoel Caetano de Albuquerque e — Ameaça à estabilidade dos monumentos de Olinda. 46: 93-104, 1961.
- MENDONÇA, Virgínia Collier et alii — Problemas de desenvolvimento econômico. — O Nordeste e seus problemas. 47: 211-216, 1975.
- MENEZES, José Luiz da Mota — A igreja de N. S. da Conceição dos Militares. 50: 117-152, 1978.
- — Notas sobre a evolução da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes. 49: 235-252, 1977.
- MÜLLER, Bonifácio, OFM — Capítulos da história franciscana em Pernambuco. 46: 246-415, 1961.
- PAIS BARRETO, Carlos Xavier — A estirpe dos Lins. 46: 209-216, 1961.
- PEREIRA, Moacyr Soares — A expedição de 1503 à Terra de Santa Cruz. 47: 9-84, 1975.
- PEREIRA, Roberto — O idealismo da Confederação do Equador. 49: 299-308, 1977.
- QUINTAS, Amaro — O problema da fundação do Recife. 46: 217-222, 1961.
- RODRIGUES, José Honório — A historiografia pernambucana na Revista do Instituto Arqueológico. 44: 9-22, 1954/1959.
- SLUITER, Engel — Os holandeses no Brasil antes de 1621. 46: 187-208, 1961.
- TEVES, Matias, OFM — A restauração da Província de Santo Antonio do Brasil. 46: 417-469, 1961.

- VALENÇA JÚNIOR, J. V. — A matriz de Quipapá — da pelinha ao templo atual. 47: 371-395, 1975.
- VALENÇA JÚNIOR, J. V. — Primeiro centenário de S. Bento do Una. 46: 241-246, 1961.
- VEIGA, Gláucio — A biblioteca dos oratorianos. 50: 51-1978.
- — O cônsul Joseph Ray, os Estados Unidos e a revolução de 1817. 52: 267-289, 1979.
- — O desembarque de Serinhaém. 47: 217-328, 1975.
- — Economia nordestina no período iluminista. 47: 9-30, 1977.
- — O iluminismo em Pernambuco. 48: 127-156, 1978.
- — Perfís iluminísticos da revolução de 1817. 48: 233-266, 1979.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar — Dos Lins de Ulm e Augsburg aos Lins de Pernambuco. 46: 7-98, 1961.
- WILLEKE, Venâncio, OFM — Missão de São Miguel de Ubatuba. 47: 125-140, 1975.
- — O noviciado franciscano de Igarauçu. 50: 105-1978.
- — O padre mestre franciscano, 1500-1863. 49: 141-154, 1975.



Impresso nas oficinas gráficas da COMPANHIA
EDITORA DE PERNAMBUCO Rua Coelho Leite
530, Santo Amaro Recife, Fone: 231 - 3310
C. G. C. 10.921.252/0001-07 — Insc. 18.1001.01117-2





Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)